

**Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-graduação em História
Instituto de História**

Marco Túlio da Silva

**A Invenção da Loucura: Tensões e resistências pela constituição do espaço urbano -
Sanatório Espírita de Uberlândia (1940-1960)**

Dissertação de Mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História, Curso de Mestrado da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Deivy Carneiro.

Uberlândia, 2023.

Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-graduação em História
Instituto de História

**A Invenção da Loucura: Tensões e resistências pela constituição do espaço urbano -
Sanatório Espírita de Uberlândia (1940-1960)**

Uberlândia, 2023.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586i
2023 Silva, Marco Túlio da, 1995-
A invenção da loucura [recurso eletrônico] : tensões e resistências pela constituição do espaço urbano : Sanatório Espírita de Uberlândia (1940-1960) / Marco Túlio da Silva. - 2023.

Orientador: Deivy Carneiro.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.8107>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Carneiro, Deivy, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.
-



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 1, PPGHI				
Data:	Vinte e sete de março de dois mil e vinte de três	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	17:30
Matrícula do Discente:	12112HIS011				
Nome do Discente:	Marco Túlio da Silva				
Título do Trabalho:	A Invenção da Loucura: Tensões e resistências pela constituição do espaço urbano - Sanatório Espírita de Uberlândia (1940-1960)				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Práticas Culturais e Relações de Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Redes Sociais, estratégias e biografias coletivas: uma análise da segunda geração da microstoria italiana				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professor e Professoras Doutores: Professores Doutores: Carlos Eduardo Moreira de Araújo - UFU/PONTAL; Marcos Luiz Bretas da Fonseca - UFRJ; Deivy Ferreira Carneiro orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. [Deivy Ferreira Carneiro](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

[Aprovado.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Deivy Ferreira Carneiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/03/2023, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Moreira De Araujo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/03/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Luiz Bretas da Fonseca, Usuário Externo**, em 27/03/2023, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4287829** e o código CRC **0262B6F4**.

Sumário

Introdução: Implicações práticas e teóricas sobre a loucura em face de uma sociedade disciplinar.....	9
Capítulo I: A urdidura do discurso em torno de uma Cidade-Jardim: O Sanatório Espírita em questão	14
1.1 – O Progresso gera consenso: a Estação da Mogiana como passaporte para o futuro	15
1.2 – “Não verás cidade alguma”: os miseráveis e a cidade moderna	21
1.3 – “Por acaso eu não sou um cidadão?”: Elementos raciais da cidade e suas contradições	30
2.5 – O campo político da cidade e seu aparelhamento pelas forças econômicas: suas práticas sociais e instituições	38
Capítulo II: Espiritismo e a Psiquiatria: saberes e poderes distintos?	55
2.1 - Breves considerações acerca da cidade, o espiritismo em questão	55
2.2 - Espiritismo: doutrina, ciência ou religião? Algumas diferenciações necessárias.....	59
2.3 - O Espiritismo e o Brasil: mais que uma doutrina, uma religião	63
2.4 - História da Psiquiatria no Brasil	74
Capítulo III: “Sejam bem-vindos”: um exercício de reconhecimento dos quartos, celas e pátios.....	84
3.1 – Dados, padrões e sujeitos: o que esperar de uma visão analítica sobre a instituição?	94
3.2 – Ala feminina: “histéricas, loucas, depressivas”:	100
3.2.1 : “A imagem deteriorada”: o que se diz desses corpos.....	102
3.2.2 – “Mulheres nasceram para ser mães!”:	111
3.2.4 : Permanências na clausura: dados temporais retratos de poder	125
3.2.5 : Vida conjugal, esfera privada e clausura:.....	130
3.2.6 : Mulheres solteiras e pressões sociais	137
3.2.7 : Faces do abandono: viúvas, idosas e o eterno aprisionamento	143
3.3 – Ala infantil: dados que não aparecem	146
3.4 – A ala masculina: resignação, poder, resistências.....	158
3.4.1 : Escolhas metodológicas, a viuvez, a face do abandono e a impossibilidade de realizar uma tese.....	158
3.4.2 – Juventude, os solteiros e os diferentes tratamentos para homens de variados perfis	165
3.4.3 – Diferentes causas para diferentes tratamentos: gênero, raça e poder na instituição asilar	176
3.4.4 – Nobres famílias, nobres influências: poder, interesses e desigualdades.....	184
Conclusão: Um relato, uma procura, o <i>crime</i> e o <i>castigo</i>.....	189

Ao Iury Lima, Kaio Pyetro e Sara Cardoso (*em memória*)
À minha mãe, D. Eliane!

Agradecimentos

Quando ingressei no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia eu sabia claramente o que queria, quais eram os meus objetivos com a pesquisa e mais ou menos o que gostaria de escrever nessas páginas em agradecimento. O que eu não sabia era como eu conseguiria chegar até o fim, as privações financeiras, a dedicação à pesquisa, à leitura e à escrita. Lembro-me nitidamente quando parei a moto em que trabalhava como office-boy em frente ao Parque do Sabiá para ver, com data e horários marcados, o resultado do processo seletivo.

Diante da felicidade da aprovação liguei para a minha esposa para compartilhar a boa notícia e enquanto falava um filme passou pela minha cabeça: além de tudo o que passei para chegar até aquele momento eu tinha a plena consciência do que passaria para chegar até este momento, o da escrita dessas primeiras, mas que na verdade são as últimas páginas a serem escritas. Considero que essa foi a fase de meu maior amadurecimento enquanto pessoa e enquanto intelectual. Nos primeiros meses da Pós-graduação, diante dos cortes de bolsas que são uma constante neste país, me vi diante do fato de que precisaria continuar como entregador numa papelaria em que trabalhava. Durante quase dois semestres eu assisti às aulas pelo meu celular. Colocava ele por dentro do capacete, aumentava o volume e de um lado do ouvido eu prestava atenção em *teorias da história*, *metodologia* e as pesquisas dos colegas; e no outro ouvido eu me atentava para as coordenadas que o GPS do celular da empresa me fornecia. Quando alguém me perguntava alguma coisa em aula ou era o meu momento de apresentar, eu parava a moto em uma praça qualquer e ali falava, sozinho, sobre tudo o que havia escrito ou estava a escrever, diante das madrugadas que eu passava acordado pesquisando e lendo sobre.

Digo isso porque quero agradecer primeiramente ao Estado brasileiro que, nas pessoas de milhões de trabalhadores, por meio da Capes me possibilitou, depois deste período de turbulência, me dedicar exclusivamente à escrita dessa dissertação. Ainda sobre esse aspecto, dentre vários outros agradecimentos que o faço todos os dias, gostaria de agradecer ao meu orientador e professor Deivy Carneiro, que ofertava as suas disciplinas no período noturno, o que me possibilitava sentar diante da tela, apontar dúvidas e discutir com os colegas com mais calma e plena dedicação. A Pós-graduação, neste sentido, deve conter profissionais que tenham esse cuidado com os alunos trabalhadores que bravamente também se aventuram no campo da pesquisa no Brasil, essa área tão desrespeitada e atacada nos últimos anos.

Em continuidade em meus agradecimentos gostaria de agradecer à minha mãe, diarista que é até hoje, e que nos momentos ainda da graduação (e por toda a vida), não poupou esforços

para fazer com que eu chegasse até aqui. Quando imagino as diversas privações que minha mãe D. Eliane teve que passar para alimentar os quatro filhos, a sabedoria que deve ter tido em se calar nos momentos certos, em ser resignada e objetiva, mais me cresce a admiração pela coragem que teve diariamente em criar todos nós. Quando a agradeço pessoalmente ela só diz que diante desse longo caminho que já tenho percorrido ela só poderia me oferecer suas orações. A isso eu agradeço e reconheço o seu valor, a sua importância e o seu exemplo na minha formação.

Agradeço também à minha esposa, Tayná Lima, que sempre se mostrou uma parceira, resiliente, paciente em relação às muitas horas que eu falava em sua cabeça sobre os estágios da minha pesquisa, as minhas intenções e avanços com essas páginas. Sempre que escrevo um parágrafo que acho esteticamente bonito chamo ela e leio em voz alta. De vez em quando ela ouve com atenção, me corrige, em outros já a peguei caindo no sono! Provavelmente ela chegará a ler essas páginas e por isso os confidencio: é a minha primeira leitora em tudo, minha confidente, amiga, parceira, amante, que amo demais e que espero contar-lhe inúmeros outros projetos. Obrigado pretinha!

Agradeço também aos meus colegas e professores do Instituto de História, sobretudo ao meu orientador, Deivy Carneiro, ao Professor Cléber Amaral, que além de grande professor e exemplo, dedicou sua leitura atenta quando da qualificação e me fez melhorar este trabalho. Agradeço aos inúmeros outros professores que tiveram importância gigantesca na minha formação. Paulo Sérgio, Rosângela Patriota, Alcides Freire Ramos, André F. Voigt, Mara Nascimento, Ana Paula Spini, grande professor e exemplo também, Florisvaldo Ribeiro. Dos professores que não fazem parte mais do quadro docente da Universidade devo fazer um parêntese e um agradecimento especial.

Quando, por conta do contexto pandêmico, o Centro de Documentação ficou inacessível, liguei para a Professora Maria Clara Machado para perguntar sobre a viabilidade de se fazer a pesquisa, possíveis leituras que teria que fazer e alguns caminhos possíveis. Ficamos, neste primeiro momento, falando por duas horas no telefone. Prontamente ela me convidou para ir em sua casa e lá fui. Discutimos sobre a história de Uberlândia, o Sanatório, os problemas do país e outros assuntos por durante uma tarde. Foi ali que vi a paixão de uma historiadora e intelectual pela história de Uberlândia e pelo Instituto de História. Ao final da nossa já longa conversa ela me chamou à sua biblioteca e me forneceu o ouro dessa pesquisa: me entregou uma caixa onde, além de livros, havia também os mais de 700 prontuários que formam a base deste trabalho. Conto também essa história para dar uma dimensão da paixão, do cuidado e da missão mesma enquanto intelectual dessa que foi minha professora e que hoje a vejo como um ser que deve sempre ser lembrado na trajetória de criação não apenas do Instituto de História,

mas da Universidade Federal de Uberlândia.

Após essa conversa com a Maria Clara ela também me passou o contato de Raphael Ribeiro, que já escrevera um trabalho sobre o Sanatório e que prontamente me enviou todos os documentos coletados por ele quando de sua pesquisa. Externamente meus agradecimentos profundos a ele. Agradeço também os meus professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, sobretudo Karlos Alves, Fábio Guedes, Alexandre Walmott e Alexandre Garrido, professor com quem por mais de um ano, em um outro projeto, me ajudou a adequar essa pesquisa no campo de Filosofia do Direito. Ao professor Karlos Alves e Fábio Guedes um agradecimento imenso por me indicarem leituras no campo da Criminologia e do Direito Penal que me foram e são caros para pensar diversas questões fundamentais a essa pesquisa.

Agradeço aos meus colegas da Pós-graduação: Vitória Novais, Joalisson Toscano, dentre tantos outros, que nos grupos e ao longo desse processo me ajudaram e conversaram demais sobre as nossas pesquisas, nossos objetivos e outros temas. Agradeço de igual modo aos colegas da Faculdade de Direito que não os cito por receio de esquecer de alguns. Todos a seu modo foram fundamentais para ler e discutir também alguns pontos do Direito que trago para esta pesquisa.

Agradeço à Banca Avaliadora pela disposição, presteza e dedicação na leitura e avaliação deste trabalho. Obrigado!

Agradeço aos meus irmãos, Maicon, Matheus e Maxwell, que foram a parte leve das cervejas e conversas que fazem a vida ter algum sentido! Agradeço aos meus sobrinhos, Murilo e Vitória. E agradeço aos agregados, primos que conheci graças à esposa e que nos nossos encontros tiveram a paciência de me suportar diante da minha vaidade de quase Mestre. Obrigado Eloá, Júlia, Laís, Ana Laura, Ana Vitória, Cláudia, Sarinha, Miguel, Marco Aurélio (os dois, o pai e o filho), D. Helena, D. Marta, Deancarla, Marcelo, Yasmin, Victor Hugo, Maria Clara, Maria Eduarda e muitos outros.

E, por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer e dedicar esse trabalho à memória de Iury Lima, Kaio Pietro e Sara Cardoso. Infelizmente todos os três não estão mais aqui fisicamente para presenciar esse ciclo que ora se fecha, mas sei do companheirismo de todos vocês, das nossas conversas e planos regados a tanta cerveja, a risos e a choros também. Iury, sei do quanto conversávamos sobre a criação dos meninos, das nossas trajetórias e de tudo o que ainda estava por vir. Infelizmente você partiu e levou junto contigo um pouco de nós também. Mas deixou, em contrapartida, muito de você, de seu filho Kaio e de sua esposa Sara. Você nestes anos foi um grande exemplo de luta, de humildade e de pessoa. Este trabalho é dedicado a todos vocês três. Espero um dia poder reencontrá-los.

Introdução: Implicações práticas e teóricas sobre a loucura em face de uma sociedade disciplinar

Finalizar um trabalho com as enormes exigências que envolvem uma Dissertação de Mestrado não é uma tarefa fácil. Ainda mais quando os temas explorados por essa dissertação envolvem histórias particulares, reminiscências da memória que devem de alguma forma, ao seu final, fazer sentido para um público maior e também exigente. A introdução de um trabalho como este, agora nessas páginas iniciais, coroa o final de um longo, árduo e trabalhoso processo de pesquisa, sistematização, discussão teórica e escrita, fases essas que espero ter cumprido com esmero quando da leitura da última página dessa dissertação que ora está pronta, apta ao crivo do leitor.

Trata-se da narrativa das trajetórias de inúmeros sujeitos que estiveram internados no Sanatório Espírita de Uberlândia (MG). A pesquisa poderia versar apenas sobre o Sanatório em si: os dilemas por trás de sua construção, a formação da ideia de sua necessidade para o corpo social, sua construção arquitetônica, a constituição do seu corpo de funcionários, as diversas experiências individuais que foram efetivamente travadas ali, etc. O trabalho, apenas versando sobre o edifício e tudo que o envolve (mas circunscrito apenas a ele) já seria por si só um trabalho riquíssimo e nos permitiria desvendar alguns dos mistérios relacionados à loucura e ao tratamento que a sociedade dispensava aos sujeitos que eram considerados “loucos”.

No entanto, cremos que para falar da instituição asilar e do seu papel desempenhado na sociedade seria necessário fazer um voo mais longo, isto é, discutir as ideias por trás não apenas da construção de uma ideia de louco e do seu respectivo tratamento, mas também seria necessário pensar acerca do próprio conceito de loucura, as suas diversas modificações ao longo do tempo e de sociedades, como também o lugar do “louco” na sociedade moderna. Através desse voo panorâmico pela história e por diversas sociedades é que pensamos ser possível finalmente elencar algumas hipóteses acerca do mundo no qual vivemos hoje e, principalmente, da sociedade brasileira da segunda metade do século XX.

Neste sentido, abordando alguns aspectos acerca do tema da loucura imiscuída na Modernidade é que dissertamos sobre alguns pontos fulcrais sobre a subjetividade humana a partir deste período histórico. Assim, temas relevantes como a disciplina na sociedade moderna, na qual os corpos de homens e mulheres devem corresponder às necessidades do poder instituído a partir de uma ótica capitalista tomam novos contornos. Além dos aspectos relacionados à relação entre corpo e poder, também cremos que fosse necessário erigir discussões teóricas e práticas sobre a criação de novas instituições no período moderno que tentar aplicar não só no

corpo, mas também na subjetividade dos sujeitos dinâmicas específicas de poder, de sociabilidade, sexualidade, afetividade e outros temas caros à plena formação do humano.

Dentro deste aspecto mais geral que visa pensar a sociedade a partir destas duas perspectivas (uma mais institucional/estrutural e outra mais individual/subjetiva), é que pensamos acerca de temas que surgem para a Modernidade como pontos fundamentais: a questão do estigma, da segregação, da institucionalização dos corpos, das novas relações de poder, reconfiguração das sociabilidades e subjetividades, novos panoramas acerca da sexualidade e da loucura que, juntos, convergem para uma clara distinção entre o *normal* e o *patológico*.

Numa análise histórica que busca compreender os meandros por trás da trajetória da cidade de Uberlândia é que desenvolvemos uma profunda discussão que busca dar conta dos interesses por trás da construção da cidade. Elencando temas determinantes para a sociedade do período que vai do final do século XIX até a segunda metade do século XX é que dissertamos sobre os temas como o escravismo no Brasil, as relações raciais advindas deste processo, o patriarcado em Uberlândia, o seu processo de urbanização, os dilemas em torno da construção do ideário de “Cidade Jardim” que envolve Uberlândia até os dias atuais, as instituições criadas pela sociedade civil uberlandense, suas relações de poder, estigma, etc.

A partir deste prisma, que visa dar conta do contexto de criação de uma instituição vocacionada ao cuidado da loucura é que tentamos pensar Uberlândia dentro dessa lógica que chamamos de *Modernidade Punitivista*. Para isso, lançamos mão da análise de inúmeros documentos, como Jornais, Atas da Câmara Legislativa e das instituições patronais, Códigos de Postura, depoimentos, etc., que juntos dão conta da enormidade de contrastes sociais existentes dentro da sociedade uberlandense e do papel que determinadas instituições desempenharam no intuito de forjar corpos subservientes à lógica de poder constituída em Uberlândia no século XX.

Tudo isso, no entanto, não daria conta da enormidade de discussões que deveríamos enfrentar antes de discutir o Sanatório em si. Como sabemos, trata-se de uma instituição criada e gerida pela comunidade espírita de Uberlândia. Essa comunidade, a partir de suas visões de mundo que, ora beiram a religiosidade, ora visam pensar o mundo a partir de seus pressupostos potencialmente tidos como científicos, tratavam da loucura e dos sujeitos considerados por essa mesma sociedade como loucos. Neste ponto em específico, ao tratar da questão da loucura e do louco sob o viés do espiritismo achamos importante discutir as visões que o Espiritismo tinha de loucura, dos sujeitos considerados loucos e que, portanto, deveriam ser encerrados naquela instituição asilar.

A partir deste reconhecimento é que discutimos a formação do espiritismo, visualizando-o primeiro como prática que nasce no interior da sociedade moderna francesa tentando corresponder às vicissitudes daquela sociedade e tempo histórico e segundo como uma religião que chega ao Brasil também no século XIX, angaria fiéis e produz uma série de iniciativas assistenciais como a que veremos na cidade de Uberlândia. Além do contexto de sua criação, tentamos pensar a prática espírita surgida na França do século XIX e chegada ao Brasil com novos contornos, dentro de uma lógica de poder que se insere na sociedade uberlandense de forma bastante singular.

A prática espírita, portanto, ao chegar no Brasil ganha novos contornos e vai esbarrar em outras práticas que contrastam com a raça, classe, gênero, etc. e se manifestam (essas contradições e desigualdades) de forma bem clara no interior da instituição asilar. Pensando a religião, suas relações de poder no interior de um país extremamente desigual, as instituições que cria e dirige e a dinâmica interna da política e economia inaugurados em Uberlândia dentro da perspectiva racial e de gênero é que vimos se manifestar de modo claro certos preconceitos e visões de poder: a comunidade espírita em Uberlândia fez parte de uma dinâmica sócio-política que visava retirar do convívio social aqueles sujeitos considerados anormais e marginalizados, enclausurando-os em uma sociedade asilar sob os mais variados motivos.

Dentro da instituição asilar, é lícito pontuar nesta introdução que havia também a presença de psiquiatras. Deste modo foi necessário também a exploração de uma breve trajetória da psiquiatria no Brasil, na qual tentamos evidenciar alguns dilemas que envolvem essa prática. De modo preliminar devo novamente ressaltar que observamos ambas as práticas dentro dos pressupostos teóricos e metodológicos dos quatro autores já citados, por isso, não nos furtamos a um olhar que tende a pensar não apenas a psiquiatria, mas também o espiritismo, como saberes e práticas que visam a manifestar formas de poder completamente novas, que tem o saber como sua justificativa das mais variadas arbitrariedades e que visam se apresentar como simulacros das vontades de uma elite uberlandense historicamente, em nome da Cidade Jardim, tentou apagar do convívio urbano aqueles sujeitos considerados anormais.

E por fim, após ter demonstrado como esses diversos pontos se dão a nível teórico-metodológico, social, econômico e político, apresentamos ao leitor a trajetória de inúmeros sujeitos que estiveram internados no Sanatório Espírita de Uberlândia. Através dos prontuários de mais de 700 internos é que demonstramos as diversas formas de tratamentos dispensados aos pacientes, as formas de sociabilidade que estes sujeitos tinham no interior da instituição asilar, tocamos em temas como raça, gênero, classe, todos inseridos dentro deste contexto mais geral que tenta dar conta de um período histórico que forma a base da nossa sociedade atual. Veremos

as histórias de homens, mulheres e crianças pertencentes a variados segmentos sociais e que estiveram na instituição por diversos motivos. O aprisionamento destes corpos, sua eventual permanência na instituição, os estigmas que os envolvem, dentre outros temas deram o norte para pensarmos o cotidiano da instituição.

O leitor lidará com três capítulos que se iniciam de modo mais generalizante e finalizam com uma leitura extremamente individual. No primeiro capítulo nos dedicaremos a conhecer a cidade de Uberlândia dentro dessa vontade pela modernidade, seja a qual custo for. Nele tentamos fazer aparecer os sujeitos marginalizados ao longo de sua história oficial. No segundo capítulo lidamos com a história da Psiquiatria e do Espiritismo no Brasil, tentando estabelecer conexões e diferenças entre suas práticas e objetivos. E no terceiro capítulo analisamos os mais de 700 prontuários que contam a história de vida dos homens, mulheres e crianças que estiveram internados naquela instituição.

Ao final esperamos que o leitor possa sair mais humano dessas páginas, compreendendo a formação do que chamamos por modernidade e levando em consideração as diversas barbaridades produzidas por este desejo de ser moderno. Através das ruas da cidade de Uberlândia que eram e são ainda hoje palco das diversas desigualdades que constituem historicamente o nosso país, é que desejamos que o leitor flane por elas, reconhecendo edifícios, famílias e sujeitos que ou foram atores dessa barbárie que se chama o Sanatório Espírita ou foram suas vítimas. Desejamos que o leitor se divirta nas passagens felizes dos antigos carnavais de Uberlândia, mas que também se indigne com as bases que fundamentam essa cidade. Finalizar uma introdução, penso eu, é dar um dos últimos suspiros de uma viagem longa como é a da escrita. Espero que essa escrita possa ecoar pelo mundo, e fazer de nós homens, mulheres ou humanos com olhares mais humanizados.

Orfandade

“Meu Deus

me dá cinco anos.

Me dá um pé de fedegoso com formiga preta,

me dá um Natal e sua véspera,

o rressonar das pessoas no quartinho.

Me dá a negrinha Fia pra eu brincar,

me dá uma noite pra eu dormir com minha mãe.

Me dá minha mãe, alegria sã e medo remediável,

me dá a mão, me cura de ser grande,

ó meu Deus, meu pai,

meu pai”.

Adélia Prado, Bagagem.

Capítulo I: A urdidura do discurso em torno de uma Cidade-Jardim: O Sanatório Espírita em questão

A questão do progresso, como em todas as outras cidades do Brasil que experimentaram um profundo processo de urbanização ao longo do século XX, figura para Uberlândia como um dos pontos nevrálgicos de sua existência. “Uma cidade progressista, vocacionada ao crescimento ilimitado, figurando entre as grandes cidades do país é o destino de Uberlândia”¹, dizia um dos seus memorialistas mais festejados. O progresso, vinculado aqui como sinônimo de grandes construções, prédios altos forjados em concreto armado, asfalto e o rigor pela arquitetura mais moderna, encontra nesta cidade alguns dilemas para a sua plena efetivação.

Trata-se de uma cidade que recebe a sua emancipação no mesmo ano de Abolição da Escravidão. Na história oficial do município, ao contrário, que é construída em sua grande parte por memorialistas pertencentes às classes dirigentes da cidade, esse dado fundamental não aparece como preocupante, nem tampouco todos os dilemas sociais que afetaram Uberlândia ao longo de sua trajetória enquanto cidade. No retrato oficial da cidade podemos notar o reconhecimento de grandes nomes quase todos ligados ao meio rural agrícola que viam na cidade e sua gestão um espaço de manifestação de seus interesses de classe.

No entanto, na memória oficial do município, ao modo de uma vertente positivista, neste amplo caminho rumo ao oásis da cidade como um espaço paradisíaco, alguns homens, os seus líderes, estavam vocacionados a levar essa cidade rumo ao seu destino final. Estes nomes aparecem eternizados em suas praças, ruas, avenidas e edifícios, como que querendo lembrar a todo corpo social a sua dívida histórica para com esses homens que sentiram no corpo a sua missão de levar o povo de Uberlândia rumo ao status de cidade que ela alcança hoje no cenário nacional.

Se estes mecanismos de controle da história oficial tem um impacto inclusive nos destinos políticos da cidade até os dias atuais não há dúvida. No entanto, ao falar da memória coletiva que todos os cidadãos uberlandenses têm do município, dos grandes nomes que o compõem e que são inconscientemente perpetuados no imaginário coletivo, a sociedade uberlandense se esquece dos inúmeros processos de esquecimento que essa mesma história oficial, sua classe e seus agentes, foram capazes de promover quando lidaram com as inúmeras barbáries produzidas e geridas por suas mãos (em nome do progresso).

Quando trato da questão da memória não posso me esquivar de prestar reconhecimento a grandes autores que pensaram sobre os seus impactos no mundo material, inclusive em suas

¹ ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

relações de poder². De modo geral, todos eles convergem para a ideia de que a memória gestada no imaginário coletivo tem um impacto muito grande nas decisões de seu presente. À medida que controlo os fatos importantes sobre o passado poderei, a partir do presente, dirigir todo o corpo social mediante os caminhos mais propícios em comparação ao passado. É sob este prisma que pensamos não só a história, a memória e os caminhos traçados pela sociedade uberlandense. A história oficial contada pelo seus memorialistas (e posta à crítica por inúmeros historiadores profissionais), corroboram a ideia de que os outros nomes, os esquecidos, pagaram o alto preço pelo seu esquecimento em prol do que é hoje a cidade e tudo o que ela representa.

Do lado oposto da memória está o esquecimento. A tarefa do historiador é lançar luz sobre ele, isto é, os sujeitos esquecidos da história. Ao tratar sobre o processo de construção e manutenção do Sanatório Espírita de Uberlândia pensamos fazer justiça aos inúmeros sujeitos que ali estiveram e que hoje a sociedade uberlandense nem faz ideia da existência de uma instituição como aquela nos domínios do município. Para isso acreditamos que fosse necessário trabalhar sobre essa dualidade: a memória e o esquecimento. Começamos, na ampla esteira histórica do município pelo ponto ápice dessa trajetória rumo ao progresso: a chegada da Mogiana, a ferrovia, que lançou a cidade nos trilhos da modernidade e do crescimento. A partir deste dado inicial é que tentaremos paulatinamente demonstrar não apenas a imagem oficial do município, mas as trajetórias dos sujeitos marginalizados, os jogos pelo poder e formação de suas instituições que materializam os interesses de suas classes dirigentes.

1.1 – O Progresso gera consenso: a Estação da Mogiana como passaporte para o futuro

A grande figura que os memorialistas em consenso afirmam que foi de fundamental importância para a construção da Estação da Mogiana na cidade foi o Coronel da Guarda Nacional, José Teófilo Carneiro. O projeto inicial da empresa ferroviária era ligar o interior paulista ao sertão goiano. Como até então a última estação deste trajeto terminava em Campinas, cidade sede da Companhia, algumas cidades do Triângulo Mineiro foram pesquisadas acerca da implantação do novo traçado. É interessante observar que Uberabinha à época não estava dentro dos planos da empresa e nem tampouco no traçado proposto pela Companhia. O plano

² RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. *La Mémoire Collective* (2ª ed.) Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968. Ed. Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo, SP, 1978.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p. 224.

era ganhar o território goiano através das cidades de Sacramento, Nova Ponte, Estrela do Sul, Santa Maria, chegando à área divisora do Estado Goiano.

No entanto, através de intensas lutas políticas, influências, projetos e disputas locais pouco a pouco as elites uberabinhenses vão tratando de produzir uma necessidade intrínseca da construção da Mogiana no território do município. Acreditando que com a chegada da ferrovia na cidade os seus negócios iriam se desenvolver mais rapidamente e a cidade seria colocada dentro da rota de comércio nacional, sua classe dirigente trata de atuar nas brechas do Poder a fim de fazer se instalar na cidade o importante empreendimento. Tais práticas nos dão conta de dois aspectos fundamentais: o primeiro demonstra a até então insignificância de Uberabinha no contexto regional, ela sequer foi cogitada como espaço de passagem dos trilhos; o segundo diz respeito à capacidade de negociação, a presença, importância e influência que os homens de negócios uberabinhenses (uberlandenses) tinham já neste período ainda de constituição do município. Trata-se, a título do que salientamos em Freyre anteriormente, do papel audaz e empreendedor dos agora liberais, da astúcia e capacidade de negociação de uma sociedade de comerciantes, embora com laivos agrários e patriarcais.

Se a história para ser compreendida precisa de um certo distanciamento e observação do seu leito e progressivo desenvolvimento, cabe ressaltar aqui o importante trabalho de Valéria Maria Lopes quando a autora analisa o processo de criação, construção e desfazimento dos trilhos da Mogiana em Uberlândia. Em seu trabalho³, no qual faz uma profunda análise sobre os efeitos não somente econômicos da chegada da ferrovia na cidade, mas também subjetivos, do ponto de vista da memória, acerca das práticas políticas de sua elite dirigente e a sua efetiva presença na vida nacional, autora diz:

“Entretanto, os desdobramentos advindos desta história vieram nos indicar o germen do que veio a ser tradição na prática política local. A história nos mostra que essas elites, em todas as ocasiões, estiveram atentas aos grandes projetos de nível estadual ou nacional, que pudessem beneficiar o município. A prática de negociação com autoridades para que Uberlândia não ficasse excluída das vantagens deles advindas foi, e continua sendo, frequente; daí o discurso de ponto estratégico da região como fora de reforçar e sustentar as negociações”.⁴

A urdidura desse discurso que, salientamos, faz parte do imaginário coletivo de Uberlândia até hoje, o discurso em torno do qual Uberlândia está alocada em um ponto estratégico e especial do polo logístico nacional, é um dos conformadores e quase sempre ressaltados que

³ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. “Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços”. Uberlândia - EDUFU, 2010.

⁴ Idem. p. 34.

definem a singularidade do município. Se verdadeiro ou não, (e é importante repisar que este ponto específico se trata de uma criação de suas elites dirigentes), é preciso reconhecer que em 1895 a Companhia Mogiana decide por construir uma estação na cidade; e nos dias atuais uma de suas mais tradicionais famílias (Martins), é detentora de um dos maiores atacadistas da América Latina. O passado, neste sentido, pode até ter ficado sepultado naquilo que passou, entretanto, os seus efeitos no presente, principalmente do ponto de vista do que chamo aqui da “história da riqueza de Uberlândia”, ainda se fazem sentir claramente.

Outros efeitos que se fazem sentir visualmente no cenário urbano de Uberlândia e que foram ocasionados pela chegada da Mogiana são frutos da própria geografia e constituição do espaço urbano do município. Com a chegada da estação a sua classe dirigente vai logo tratando de sanear, projetar e organizar o espaço urbano com vistas à sua modernidade. Diversas intervenções vão sendo produzidas com o intuito de fazer do urbano o espaço da convivência, o lugar onde os homens de negócios poderiam se dar e fazer acontecer os seus projetos, um local de entretenimento, de lazer, ou seja, um lugar civilizado, completamente oposto ao mundo agrário que até então era definidor do pequeno arraial.

Retomando novamente Valéria Lopes, é necessário reconhecer que essas diversas intervenções constituem também modificações naquilo que é humano, isto é, em suas memórias, na forma de acesso aos espaços públicos, nas formas de fruição ou não dos corpos pelos espaços sociais, evidenciados na própria conformação de sua arquitetura, na própria disposição e liberdade (ou negação) dos espaços urbanos.

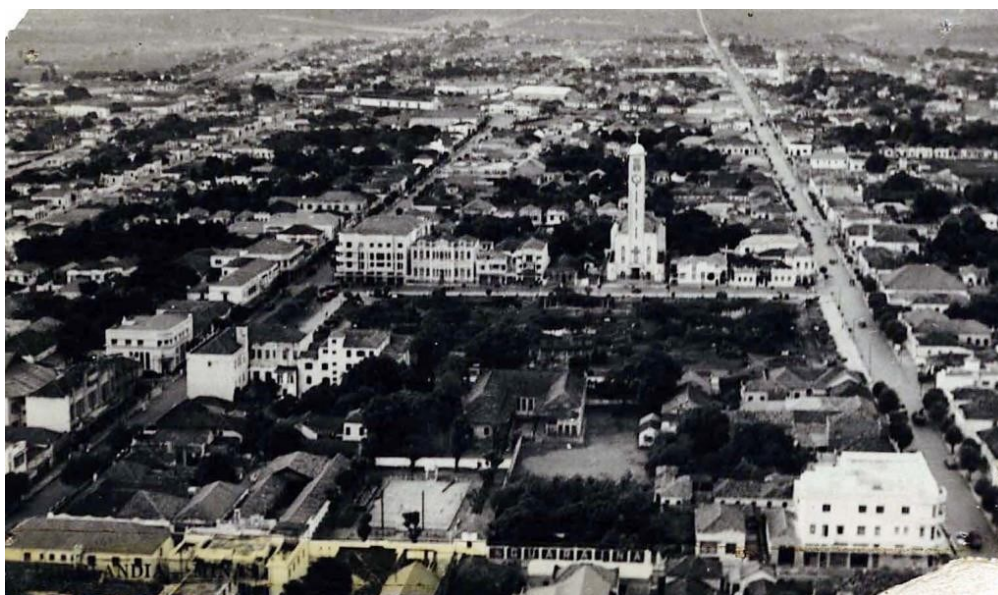
Será a partir de 1895 e adentrando no século XX em diante que Uberabinha passará por profundas modificações em seu solo urbano. Com a chegada da ferrovia da Mogiana, novos limites são impostos na paisagem do município. O que antes era apenas um pequeno povoado e os limites dele iam daquilo que era considerado o “Patrimônio” de Felisberto Carrejo⁵, agora será parametrizado e projetado para se chegar até a estação ferroviária. Neste sentido, a partir dessa construção poderemos observar se conformar na mentalidade da cidade a ideia bem clara de existência de uma “Cidade Velha” e de uma “Cidade Nova”. As duas em contraposição, ambas abrigando em si o que define o gosto pelo refinamento e o que significa atraso, a negação das características eminentemente agrárias em contraste com a afirmação da cidade do *neon*, do entretenimento. A paisagem urbana será profundamente marcada, modificada e vencida, mas

⁵ Área que, conforme salientado por Arantes, vai do atual Clube Cajubá até a praça Clarimundo Carneiro. Terras que foram adquiridas por Carrejo e que são inventariadas quando do pedido que Carrejo faz às autoridades eclesásticas a fim de construir em Uberlândia (São Pedro de Uberabinha) uma capela religiosa onde poderiam ser realizados batismos e matrimônios, o que marca a emancipação pelo menos oficial/religiosa do povoado.

não só. As subjetividades, as memórias e os efeitos deletérios dessas modificações no ser humano também serão profundamente transformados.

O que antes era marcado pela ideia que Sérgio Buarque salienta em *Raízes do Brasil* (a do colonizador que se deixa vencer pelas incongruências do terreno e apenas tira da terra toda riqueza que ela detém) será agora posto em intenso contraste com a cidade planejada. Um observador atento, quando coloca em comparação a arquitetura do bairro Fundinho por exemplo (o lugar onde se dava a vida social, política e econômica do município até os anos iniciais do século XX) com a arquitetura das novas avenidas a partir da praça Clarimundo Carneiro verá claramente a mudança da lógica de construção do espaço público. O primeiro, marcado pela topografia irregular do solo, pelas ruas estreitas e sem qualquer plano urbanístico, com Igreja e praça ao centro, marca a história de uma sociedade que vivia acampada próximo a ribeirões e lagos, sem qualquer tipo de providência sanitária que lhe desse lastro. O segundo, ou seja, a cidade nova, ganhará contornos retilíneos, será marcada pela opulência de seus grandes prédios e arranha-céus feitos de concreto armado. Suas ruas e avenidas serão largas e projetadas para o maior fluxo de pessoas e automóveis, com pontos de comércio e destinos bem definidos.

Na imagem abaixo, considerada em contraposição à primeira imagem que descreve como era o São Pedro de Uberabinha em seus anos iniciais nos territórios do bairro Fundinho, a questão da cidade planejada e de seus novos contornos aparece de forma bem clara.



(Imagem II: Foto aérea da cidade, da década de 1950, das avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto, Acervo João Quituba).

Do alto podemos ver no centro da imagem das atuais Avenidas Afonso Pena (à esquerda)

e Floriano Peixoto (à direita). No centro da imagem aparece a antiga Praça dos Bambus, depois renomeada Praça da República e finalmente Praça Tubal Vilela. Diante da praça a presença imponente da Catedral Santa Teresinha do Menino Jesus, ladeada por prédios da administração pública, comércios, casas de entretenimento, como o Uberlândia Club, o Cine Uberlândia, Vera Cruz etc.

Tito Teixeira⁶, anos mais tarde quando dedica uma coletânea a fim de dar conta da história de Uberlândia desde a chegada dos Bandeirantes, faz um esmiuçado inventário de todas as belezas da cidade, elencando desde casas comerciais até sindicatos de organização dos trabalhadores (quase sempre de profissionais liberais). A título de ilustração de como se dava a vida intensa do uberlandense das três primeiras décadas do século XX creio que seja salutar demonstrar alguns destes estabelecimentos que o autor elenca.

Tabela I: Clubes, espaços recreativos e meios de comunicação em Uberlândia no século XX

Diversões	Auditórios	Clubes Recreativos
Cine Uberlândia	Rádio Difusora Brasileira	Uberlândia Clube Recreativo
Cine Teatro N. S. de Fátima	Rádio Bela Vista	Cajubá Country Club
Cine Teatro Avenida	Rádio Cultura	Jóquei, Automóvel e Iate Clube
Cine Teatro Dom Bosco	Rádio Educadora	Praia Clube
Cine IT'	Rádio Educacional e Cultural	Clube Sírio Libanês
Cine Vera Cruz	Concha Acústica Pça. Tubal Vilela	Clube Monte Líbano
Cine Regente	Colégio N. S. das Lágrimas	Clube de Caça e Pesca Itororó
Cine Éden	Sociedade Médica	
Cine Paratodos		

(Fonte: Arquivo Cônego Pezzuti)

Chama a atenção a grande quantidade de espaços destinados à vida social, de entretenimento, de convívio, que a cidade agrega em torno de si apenas para ficarmos no aspecto mais festivo da vida social uberlandense. É válido salientar, e pretendemos mostrar isto mais adiante, que nem todos os cidadãos estavam aptos a desfrutarem destes espaços, mas quantidade e variedade de estabelecimentos nos dão uma mostra de quão movimentada era a vida uberlandense principalmente para aqueles detentores de maior poder aquisitivo. Se observarmos outros aspectos caros à vida social, como o campo educacional, o autor elenca a presença (antes de sua

⁶ TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**. Ed. Uberlândia Gráfica LTDA, Uberlândia, 1970. 1º volume; 1ª ed. p. 99.

federalização na década de 1960) da Faculdade de Direito, de Medicina, de Ciências Econômicas, de Engenharia, de Comércio. Elenca também a Escola Vocacional, Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, Instituto Brasil Central, Instituto Irmã Teresa Valsé Pantelini, Colégio São Judas Tadeu. Das associações de classe o autor elenca a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária, Associação Rural de Uberlândia, Associação dos Empregados em Indústria Metalúrgica, dos Cirurgiões Dentistas do Brasil Central, Associação Profissional dos Condutores de Veículos Rodoviários. Da atividade sindicato o autor traz o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Sindicatos dos Contabilistas Profissionais, dos Empregados em Estabelecimentos Comerciais, dos Empregados em Indústria de Construção Civil e Mobiliária, Sindicato do Comércio Varejista de Uberlândia.

Essa efervescência não só da vida social, mas também econômica, política e religiosa será uma das marcas da Uberlândia do início do século XX. Tudo isso proporcionado, em grande parte, pela posição que a cidade passou a ocupar do ponto de vista logístico, e por extensão, comercial, político etc., ocasionado pela presença da Estação da Mogiana na cidade. Para se ter uma noção da importância que as elites uberlandenses destinam a este fato, ela produz aprofundados estudos acerca de todos os atrativos que a municipalidade detinha até então, como todo o seu potencial hídrico, capacidade de geração e fornecimento de energia elétrica, a composição e características gerais de seu solo, topografia, dados relativos à população, etc. Sem falar que, nos períodos que antecederam e durante os efetivos trabalhos da Ferrovia a cidade passa por uma série de melhoramentos viários, sanitários e estéticos que deságua, de forma fria, numa série de arbitrariedades por parte do Poder Público sobre os sujeitos que ocupavam estes espaços antes vazios.

Sobre este aspecto do embelezamento estético a todo custo, aliado ao planejamento e ordenamento do espaço urbano, Valéria Lopes assim destaca:

“Assim, não somente as vias do trânsito foram delineadas, mas eram também parte integrante dos discursos a aparência das futuras construções que seriam erguidas nessas avenidas, como também o futuro das que ali existiam. [...] Tendo como base o concreto, asfalto, ferro e vidro, a cidade vai sendo inventada, sua imagem construída a partir de eles que delineiam a cadeia na qual é possível evidenciar os suportes de intervenção da técnica no espaço urbano, materializando os discursos e projetando o futuro.”⁷

⁷ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços**. Uberlândia - EDUFU, 2010. p. 91.

1.2 – “Não verás cidade alguma”: os miseráveis e a cidade moderna

Esse “pragmatismo” a todo custo, delinear­á todo o esforço político das classes dirigentes de Uberlândia. É este apreço pelo futuro a todo custo, pela modernidade que deve chegar, mesmo que custe difíceis e frívolas decisões que impactem na segregação de grupos e sujeitos, é essa utopia de uma cidade completamente organizada, a todo momento vigiada, limpa, ordeira, uma verdadeira “Cidade Jardim” que não deve se contrastar, em momento algum, com as máculas e sujidades, sejam elas materiais, morais ou até mesmo pessoais. Do ponto de vista material, a questão da limpeza se faz mister e para isso, conforme mostraremos mais adiante, tal classe dirigente por meio de suas instituições de caridade, produzem um intrincado projeto de inserir jovens economicamente vulneráveis na limpeza urbana, pagando salários baixos. Do ponto de vista moral, alguns sujeitos considerados “desvirtuados”, como as prostitutas, serão vítimas de um processo claro e intenso de limpeza dos seus corpos e de sua presença física nestes espaços públicos considerados “puros”, “limpos”, “imaculados”.

Um autor que aborda essa temática, Júlio César de Oliveira, dedica um livro para falar da vida boêmia de Uberlândia, como também disserta sobre os diversos projetos e práticas políticas que vão delineando os espaços de maior visibilidade social e, conseqüentemente, coibindo a presença dos sujeitos considerados pelas classes dirigentes como sendo indesejáveis. Em sua análise, abundam os depoimentos e memórias de sujeitos, em sua maioria negros, que viram a vida suburbana da cidade cada vez mais apartada das suas áreas mais valorizadas. Sujeitos que relembram e contam histórias de uma Uberlândia que, ao luar, era completamente vívida em seus sambas de roda, em produções carnavalescas, em seus forrós e bebedeiras.

“A noite social e familiar era caracterizada pela ida ao cinema, bares e restaurantes familiares e pela participação no *footing* realizado na Avenida Afonso Pena. Uma vez cumprido o papel social junto à família, o homem deixava a esposa em casa tomando conta do lar e dos filhos, caso os tivesse, e, munido de uma boa desculpa, deslocava-se rapidamente para o cassino ou para os bordéis. Ali, encontrava vários amigos em situação idêntica e tinha com eles, e com todos que ali frequentavam, uma cumplicidade. Afinal, todos eram ‘bons chefes de família’ e não tinha ‘nada’ de mais uma ‘esticadinha’ na noite, desde que se cumprissem às exigências sociais e matrimoniais.”⁸

Neste espaço que ia das atuais praças Clarimundo Carneiro até a Sérgio Pacheco, em áreas hoje consideradas centrais da cidade e que naquele tempo passava por intensa urbanização

⁸ OLIVEIRA, Júlio César de. **Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 51.

até à Estação Ferroviária, ficava o que o autor chama de “*geografia do prazer*”. Homens pertencentes à elite da cidade iam conviver com os bordéis, bares e demais atrativos noturnos que a cidade oferecia. Entretanto, à medida que estes espaços vão sendo ocupados pelos prédios residenciais, mais crescente se torna a necessidade de expropriar destes espaços cenas que não condiziam (ou pelo menos não deveriam condizer) com a imagem propalada de que a cidade era um lugar ordeiro, habitado por pessoas de costumes e moral ilibados.

Despontam, neste sentido, diversas denúncias nos jornais e nas páginas policiais de toda uma série de abusos visuais que essa sociedade ordeira jamais poderia compactuar. Cenas de namorados às escondidas em becos e vielas, outros tantos jovens enamorados em seus carros altas horas da noite, bêbados, noctívagos que serpenteavam pelas ruas fazendo alarde, acabando com o repouso da sociedade “trabalhadora”, perturbando o sono, a moral e os bons costumes. E com vias de coibir tais práticas e, na nossa visão, sanear o espaço urbano dessas impurezas morais, que a sua classe política através dos Códigos de Posturas vão lançando mão de uma série de práticas que visavam bem ordenar a presença e sociabilidade nos espaços públicos. Não só leis positivadas em seu ordenamento jurídico, mas também práticas arbitrárias de segregação e apagamento destes corpos nas áreas agora mais valorizadas. A este respeito um jornal publica:

“O senhor prefeito municipal deliberou fazer convergir para um ponto só a zona boêmia da cidade, sendo aproveitado então o trecho que circunda o Cassino Monte Carlo, na avenida Vasconcelos Costa e adjacências, onde, diga-se de passagem, já existem várias casas de tolerância mais ou menos agrupadas numa espécie de ‘zona’. Conforme conseguimos apurar, o Prefeito dará a todas as casas de tolerância que já existem na cidade (espalhadas entre as de família) o prazo máximo de doze meses para se estabelecerem no local já previamente destinado à zona boêmia da cidade. Louvável providência do Prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha visando a localizar (um ponto único) o meretrício de Uberlândia”.⁹

As elites locais tratam, neste sentido, de levar a cabo não somente práticas que visam tirar do olhar da sociedade a impureza, a falta de planejamento e de projetos urbanos, mas também todos aqueles sujeitos que não coadunam com um ideário de cidade que queria-se propalar, qual seja, a que de Uberlândia é a terra do progresso, onde abunda oferta de emprego e a sua gente é composta por pessoas trabalhadoras. Os indesejáveis, sob este ponto de vista, deverão estar à margem, em locais periféricos, distantes, amotinados e de pouca visibilidade. As agruras dessa sociedade que se queria progressista jamais poderiam ser expostas em praça pública, antes, deveriam ser saneadas, parametrizadas, estudadas e segregadas dos espaços de maior circulação

⁹ Idem. p. 94.

ou de maior valor imobiliário.

A contraposição entre uma cidade antiga (marcada pelos primeiros anos quando ela era ainda um povoado, isto é, com seus casarões, ruas íngremes e sem asfalto) e a cidade nova (agora projetada, retilínea, com topografia plana e cortada por edifícios) será evidente nos discursos, nas imagens e imaginários que se faz do urbano. Os projetos de urbanização singram este enorme descampado que havia entre as atuais praças Clarimundo Carneiro e Sérgio Pacheco. Neste espaço lacunar, onde se projeta e se fabrica o que é ser urbano e civilizado, temos hoje o atual centro da cidade de Uberlândia. No coração deste centro há a praça mais famosa da cidade e que guarda em sua própria história evidências do que tratamos aqui: a Praça Tubal Vilela.

Quem trata dos pormenores sobre a história da praça em questão, isto é, das diversas intervenções a que foi sofrendo ao longo dos anos, os variados nomes que ela recebeu, os projetos urbanísticos pelos quais passou e os elementos que a constitui é a autora Marileusa Reducino¹⁰. Retomando as questões que discutimos anteriormente acerca da memória e de como ela detém um caráter polissêmico, uma das funções da memória é também a de analisar o tempo, através dos lugares, estes que por sua vez evidenciam vivências, tipos de sociabilidade, conflitos e também rupturas. Observar a principal praça desta cidade e todos os eventos que a circundam, eventos estes não só de caráter temporal, mas também de poder, consubstanciados nas intervenções que vão sendo feitas nela ao longo dos anos, é também uma das formas de observarmos como as transformações em escala maior na cidade também afetaram a vida das pessoas.

A Praça Tubal Vilela fica localizada entre as ruas Olegário Maciel e Duque de Caxias. Ela é entremeada pelas duas principais avenidas centrais, quais sejam, a Avenida Afonso Pena e Floriano Peixoto. A praça foi construída dentro do imaginário moderno que se queria propalar em torno da cidade moderna. James John Mellor, cujo nome foi homenageado em nome de rua no Bairro Fundinho, foi o engenheiro da Mogiana responsável por desenhar a planta dessa “cidade nova”, cujo projeto continha a construção de um jardim, de um local dedicado inicialmente à partidas de futebol, lugar de convívio e, principalmente, de embelezamento estético da cidade. Ela é construída em 1898, no bojo das práticas de construção dessa cidade moderna. Nos anos que iniciam o século XX é denominada como Praça da República.

A praça será o palco das intensas transformações a que vai passando a cidade. Neste período inicial de sua construção, quando pensamos o município inserido dentro do cenário

¹⁰ REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **A Praça Tubal Vilela e seu entorno: efêmeras criações urbanas**. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade**, p. 181.

nacional e tudo o que o envolve, o título que se dá a ela, Praça da República, é significativo da importância e do intenso sentimento de nacionalismo no qual está imerso essa sociedade (ao menos a sua classe dirigente). Considerando se tratar de uma cidade eminentemente ainda rural, gerida e organizada por poucas mãos de sua elite dirigente (quase sempre as mesmas famílias, como mostraremos mais adiante), a denominação Praça da República pode ser considerada também como mais um elemento significativo do lugar que a cidade estava começando a ocupar, ou pelo menos o pretendia, dentro do cenário nacional. Nas discussões que provavelmente deve ter envolvido a sua Câmara Legislativa, ocupada tradicionalmente por liberais e conservadores, a escolha do nome ia de encontro ao sentimento republicano que envolvia este Brasil novo que adentrava o século XX, vendo-se reformulado principalmente do ponto de vista político.

Prova dessas disputas pela memória e do que é ser moderno, que para um olhar desatento parecem insignificantes, se dá no decênio de 1912-1922 quando da gestão do prefeito João Severiano Rodrigues da Cunha. É preciso salientar, do ponto de vista dessas denominações, que o título que se dá a uma praça de elevada importância, central na vida da cidade, é de fundamental preocupação, pois o nome a ser escolhido evidencia interesses, sentimentos e objetivos que essa classe dirigente quer passar da cidade para os seus e para os que veem de fora. O prefeito em questão, no intuito de embelezar o local, manda plantar centenas de gigantes bambus ao longo da área da praça. Neste período, por mais que o seu nome oficial tenha sido mantido por Praça da República, a sociedade passa rapidamente a chamá-la de Praça dos Bambus. Este dado me parece relevante do ponto de vista da construção social da memória. Quando pensamos que sua elite dirigente queria construir uma ideia do ser moderno utilizando-se da remodelação do seu espaço físico e para isso, através dos nomes dados a estes locais inculcar princípios e valores caros à ordem social que queriam imprimir, quando o prefeito em questão, oriundo de uma das mais tradicionais famílias da cidade, erra em seu projeto de modernização da praça e por isso todo o projeto que a envolve vai abaixo, rapidamente se faz necessária uma intervenção.

É com este intuito que o interventor municipal, Vasco Giffoni, sobre a crista do Estado Novo de Vargas, vai produzir todo um projeto de remodelação do espaço da praça, contratando para isso o técnico de Belo Horizonte, Júlio Steinmetz para reorganizar o espaço. Quando consultamos o site da Prefeitura em área que se dedica à praça, ao falar sobre este momento pode-se ler: “A proposta contemplava vários passeios internos, com uma fonte localizada em seu centro, nas extremidades de um lado alguns bustos e de outro um coreto”. A praça renovada receberá o nome de Praça Benedito Valadares, como uma homenagem ao interventor do Estado de Minas Gerais durante o Governo Vargas. Repisando o que dissemos, a escolha do título não

só de uma praça com essa, mas dos locais significantes para a sua classe dirigente, vai de encontro aos objetivos, interesses e mensagens que se quer passar para a sociedade a partir dessa escolha. Quando o Governo Vargas cai em 1945, ela retorna ao seu nome antigo, Praça da República. Em 1958, recebe o nome de Praça Tubal Vilela, em homenagem ao ex-prefeito da cidade¹¹.

Nessa mudança de nome também a praça e a sua área vão ser completamente modificadas. Muda-se os bancos, trajetos e caminhos pelos quais as pessoas percorriam, além de todo o projeto paisagístico. Neste ínterim, toda intervenção deve respeitar àquilo que se tinha de mais moderno:

“Nessa compreensão progressista a cidade de Uberlândia espelha a constante preocupação com o novo, geralmente denominado moderno, independentemente do período de sua construção. Este termo é utilizado de forma recorrente pelos jornais uberlandenses, ao longo de todo o século XX para caracterizar as recentes edificações que foram inauguradas no transcurso dos anos estudados. A cada nova edificação erguida no entorno da Praça Tubal Vilela o termo adquiria força nos discursos da cerimônia de inauguração por meio das classes interessadas em investimentos imobiliários, empresariais e políticos, para ratificar a necessidade de sua manutenção”.¹²

Sob o manto deste discurso da modernidade que agora a Praça começará a ser o exemplo mais bem acabado, todo o seu entorno sofre profundas modificações. Novamente neste ponto a velha contradição entre o novo e o velho se faz presente. Todos os imóveis que antes existiam no local, seja ele de famílias influentes, casarões, grandes ou não, passarão pelo crivo do que é moderno, bonito, sofisticado. É deste período, a partir da década de 1950, que todos os imóveis residenciais, ainda que bem conservados, quando seus donos se mantinham reticentes quanto à derrubada e construção nos novos moldes planejados, rapidamente eram execrados pelos jornais da época. Esses “pardieiros, envergonhando, novamente, as representatividades da cidade, pelo seu aspecto feio e descuidado” rapidamente dão lugar a novos edifícios públicos, hotéis e casas comerciais que estão em consonância com o discurso que se queria propalar sobre a cidade.

¹¹ Sobre a temática das disputas pelos espaços sociais que se consubstanciam em disputas pela memória, é importante ressaltar que atuais movimentos políticos lutam pela modificação do nome Tubal Vilela para Ismene Mendes. Segundo os que defendem essa modificação, Ismene Mendes foi mulher do prefeito em questão, assinada pelo menos e que teve, diante da relevância da personalidade do prefeito, o seu papel e o caso de seu assassinato apagado. Essas lutas pelo direito à memória, revisão destes dados do passado têm cada vez mais ganhado relevância não só a nível nacional, mas também internacional, haja vista os inúmeros casos de depredação, “tombamento” e destruição de estátuas e lugares que perpetuam passagens e personagens que tiveram papéis negativos ao longo da história.

¹² REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **A Praça Tubal Vilela e seu entorno: efêmeras criações urbanas...** op. cit.

O exemplo mais bem acabado deste período será a construção do atual Edifício Chams, um arranha-céu todo espelhado erguido no entorno da praça. A ideia inicial era a construção de um edifício residencial. Uma construtora vinda de Brasília, especializada na construção de empreendimentos como este, vê-se diante da falta de compradores de apartamentos para uso residencial e rapidamente o adapta para uso comercial. O prédio ficará conhecido como o Edifício das Lojas Americanas, pois a loja fica em sua área térrea. Demais empreendimentos vão sendo erguidos no entorno da praça, tais como a Caixa Econômica Federal, Edifício Minas Caixa, Hotel Presidente, Hotel Colombo, Lojas Riachuelo, Rei do Real, Intermáquinas, Rádio Instaladora, antigo Fórum, Escola Bueno Brandão etc., que juntos farão da praça um lugar de intensa sociabilidade, um lugar de profícuo comércio e onde a vida social e política se dava.

Se neste primeiro momento da fase modernizadora de Uberlândia a vida cultural, social e econômica estava concentrada na região central da cidade, mais precisamente em sua mais importante praça, será principalmente a partir da década de 1990 que essa concentração começará a perder força por conta da chegada do Center Shopping e junto com ele o grande varejista Carrefour. Além da presença do Center Shopping em área antes desvalorizada, a cidade passa a conviver com grandes centros populacionais, tais como os bairros Luizote, Santa Mônica, etc.

Outro dado ilustrador do valor que a elite local dá ao quesito modernidade, não importando, neste sentido, sob qual custo ela chegará, reside no movimento político que será empreendido quando da obsolescência da ferrovia da Mogiana em plena região central da cidade. Quando as fronteiras do município ultrapassam os limites que até então a linha férrea determinava e o seu centro agora passa a ser o que antes era periferia, rapidamente o que era moderno passa a ser considerado um “símbolo do atraso” e a cidade novamente, em nome do “moderno”, lançará para além de novos limites o que representa o arcaico. A boa política da urbanidade, que sempre fez parte do imaginário do uberlandense, qual seja, a cidade do asfalto, limpa e organizada, não se coadunava com um trem passando de tempos em tempos nas suas ruas projetadas e centrais. O trânsito, agora povoado pelo intenso tráfego dos automóveis da classe média, era recorrentemente cortado, pausado pela passagem do trem de ferro, barulhento, lento e que representava perigo para os passantes que iam ao centro ter um momento de tranquilidade, tratar de negócios e aproveitar da vida social. Neste sentido um jornal da época noticia:

“Não há, em Uberlândia, quem não esteja sempre de vistas voltadas para a Mogiana, maldizendo sua atitude de indiferentismo para conosco, em mantendo, até hoje, a despeito de tudo, um irregular serviço de transporte e um descuido absoluto na conservação do seu patrimônio nesta cidade. Mantendo um velho pardieiro denominado de ‘estação’, circundano de tapumes que aberram e primam pela falta de

higiene e conforto, destoando demais do nosso progresso, a poderosa companhia sempre fez ouvidos moucos às reclamações insistentes e justas que lhe faziam o povo e a imprensa da região”.¹³

Tal situação da agora não receptividade da cidade para com a Estação se agudizava quando se tinha notícia de que, além da linha férrea em si cortando a cidade, ao lado da estação, em plena região central, havia um pequeno grupo de moradores que faziam parte do quadro de empregados da empresa. Essas casas construídas pela empresa de modo a facilitar a vida de seus funcionários, ficavam onde hoje foi construída a atual praça Sérgio Pacheco. A elite política de então fará uma série de tratativas com a Mogiana no intuito de retirar para outro local esse centro de casas, como também a alocação em um lugar mais distante a referida estação, agora considerada um “pardieiro”.

Neste ponto em específico, chama-nos a atenção o longo processo pelo domínio do local antes cedido à Mogiana, que, a um só tempo revela a necessidade que a elite local tem de não só embelezar o espaço ocupado por operários, mas de também de construir neste local (agora valorizado) um grande centro empresarial, cívico e político, mudando para a região todo o seu centro administrativo. Para isso, quando observamos do ponto de vista social, não os interessava tanto o direito e acesso desses trabalhadores à sua moradia e o mínimo de qualidade de vida. Antes, seus grandes próceres políticos, nesta época evidenciados nas pessoas do prefeito Tubal Vilela e de seu opositor político, Renato de Freitas, tinham como clara e patente a necessidade de lançar para longe dali as dezenas de desabrigados.

Em sua análise sobre este processo, Valéria Lopes traz uma série de depoimentos que vão de encontro à questão salientada por nós acerca da questão da memória e dos impactos que essa acelerada corrida rumo à modernidade produziu nas subjetividades das pessoas envolvidas. Sob este prisma ela relata:

“Dona Maria Augusta, depois de se emocionar recordando do tempo em que morou dentro do espaço da Mogiana juntamente com outras famílias de funcionários da companhia, de lembrar-se dos ‘lotes de lenha’ onde brincava caçando passarinhos ou calangos, ou da mangas que ‘roubava’ no Savastano, dos quintais, festas, passeios, das relações de compadrio, da horta, das noites em que se reunia para ouvir o programa de rádio, do restaurante da D. Gasparina e sua tão famosa comida, afirma, ao lado de sua mãe D. Constância que aquele fora ‘um tempo bom porque nós... não tinha maldade era tudo família, nós era tudo irmão do outro. O que precisava agente fazia um pro outro. Nós... nós íamos numa festinha, ia. Todo mundo ia. Era bom demais”.¹⁴

¹³ MOGIANA fará mesmo uma nova estação? *O Estado de Goyaz*, Uberlândia, ano 6, n.290, 22 jun. 1938. apud. LOPES, 2010.

¹⁴ *idem*. p. 40.

Sociabilidades que vão sendo desfeitas, laços sociais que vão sendo substituídos cada vez mais pela artificialidade das relações e por um movimento de capitalização da vida em sociedade. À medida em que o solo passa a se valorizar mais, à medida que os olhos dessa elite local se voltam para o que antes era desvalorizado e quer fazer disso um campo de negócios, cada vez mais a população vai sendo preterida, apartada de aparatos mínimos de sobrevivência. “Esse complexo da estação era considerado um aleijão porque diferia da imagem idealizada para Uberlândia”¹⁵. A cidade que se queria não era a das prostitutas margeando os espaços de maior de circulação. Não era, essa cidade, a dos meninos que pediam em plena rua, praças e estações. Não era tampouco a dos aleijados, adoentados, leprosos. O negro, apartado desde o início da sua vida social, ficará restrito a seus guetos ou quando muito a desfilarem com seus sambas em dia de carnaval.

A este respeito, conforme nos informa Joachim Hirsch quando pensa a formação do Estado em suas bases materiais, “trata-se de entender as instituições e os processos políticos como expressão de relações de domínio e de exploração, bem como de conflitos e as lutas delas resultantes¹⁶”. Entender este processo de domínio, de exploração, de luta pelo que é o moderno, pelo plano de cidade que Uberlândia deveria se tornar é entender também um emaranhado de disputas, rupturas e resistências, as quais coexistem com as atitudes e projetos políticos dessas elites locais. Sob este ponto de vista, ainda continuando em seu substrato social, creio que seja necessário nos atentarmos para a presença (que evidencia resistência ao *status quo*) dos inúmeros sujeitos que sobrevivem a tudo isso, sobretudo a sua população negra.

Sob a análise que Júlio Cesar de Olivera faz sobre estes sujeitos que vivem nos subterrâneos da cidade fica claro o caráter subversivo destes homens e mulheres que entranham em plena noite em busca do prazer e da liberdade. Tal qual na célebre canção de Mário Lago, “existe perdida num canto qualquer da cidade uma rua sem sol e sem felicidade. Triste, de terra batida, de gente mais triste e batida, pelos socos da vida tão cruel de ganhar”. Havia em Uberlândia também uma Rua Sem Sol. Era nela que ficavam concentrados todos os bares, cassinos e bordéis de então. Eram locais frequentados por negros e brancos pobres oriundos dos bairros Patrimônio, Tubalina e Martins. Nessa área, agora delimitada pelo Poder Público como espaço da perdição, também o frequentam parcelas da burguesia uberlandense em busca do sexo fácil, neste caso, inclusive de crianças. A este respeito, em tom de denúncia um depoente afirma:

¹⁵ idem. p. 134

¹⁶ HIRSCH. Joachim. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado**. Tradução de Luciano Cavini Martonano. Rio de Janeiro; Revan, 2010. p. 20.

“De todas as casas a mais chic era a da Flauzina. A casa dela tinha cortinas, grandes eletrolas e na porta só tinha carro novo. O que tinha muito nas casas eram meninas de treze anos que trabalhavam a noite toda. A Maroca teve que fugir da cidade porque fazia aborto nas meninas e nas mulheres que para ela trabalhavam. Em um desses abortos, uma mulher morreu”.¹⁷

Neste mesmo sentido, em tom de denúncia, um jornal local à época expõe:

“Proxenêtas e exploradores de lenocínio traficantes de escravas brancas, incentivadores da prostituição, corruptores de menores, provocadores de abortos criminosos, eis alguns dos menores crimes de ‘Maroca’ e seu companheiro ‘Benedito’ ambos de côr preta, com funções no Bas-Fond do mas corrupto meretrício desta cidade. Um dia a justiça lhes caiu em cima, na pessoa do delegado Coimbra de Souza. Em seguida o delegado Washington Gomes de Faria, através de seus imediatos auxiliares voltou à carga, com um processo de aborto criminoso obrigado pelo casal e que causou a morte de duas infelizes decaídas, ambas menores de idade”.¹⁸

Pelos depoimentos coletados pelo referido pesquisador que se debruça sobre a vida noturna e boêmia da cidade havia, nestes círculos mais populares da sociedade pobre de Uberlândia uma intensa vida social, até mesmo, como ilustramos, do ponto de vista dos prazeres. Embora o poder público tenha feito um intrincado projeto de segregação e ao mesmo tempo de vigilância desses sujeitos e práticas, é importante reconhecer que elas ainda continuavam existindo e povoando as páginas dos jornais locais, seja em tom de comemoração (por um ou outro estabelecimento estar sendo inaugurado na cidade e dentro da zona delimitada para ele) seja em tom de denúncia (quando casos como estes relacionados acima, despontavam aos olhos da coletividade).

Chama-nos a atenção, pelos depoimentos e fatos narrados, que a burguesia uberlandense, isto é, os cidadãos pais de família que provavelmente tinha vez e voz na comunidade, eram presença constante e massiva nestes locais. Assim, não é de se duvidar que possivelmente os filhos abortados dessas “filhas de Eva”, eram filhos desses homens da alta sociedade e de boa família. Sob este prisma, conforme demonstraremos no próximo capítulo, inúmeras mulheres tiveram como fim o Sanatório Espírita da cidade levadas pelas mãos destes homens que queriam ver ser mantidas as suas reputações ilibadas.

É forçoso reconhecer, ainda sobre a questão do comércio sexual na cidade neste período,

¹⁷ OLIVEIRA, Júlio César de. “**Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960**”. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 101.

¹⁸ idem. p. 101.

que nem todos os comerciantes e donos de cassino eram pertencentes à classe pobre da sociedade. A sua maioria (e a análise do referido autor traz isso como evidente), era composta por gente de posse, que viam nesta atividade alta lucratividade e ganhos. Assim, chama-nos a atenção o caráter um tanto quanto explícito da denúncia que o jornal local faz quando narra os tristes acontecimentos dentro de um bordel e com isso se refere nominalmente a seus proprietários. Duas possibilidades deste ponto de vista nos saltam aos olhos. A primeira é de que nos parece que os dois proprietários do estabelecimento onde aconteceram os abortos e mortes das crianças gozavam de algum reconhecimento social ou, quando muito, de algum reconhecimento pelo menos por parte das forças policiais. Citá-los nominalmente e com isso provocar de alguma forma a ojeriza da sociedade que lê a notícia provocaria, certamente, o esvaziamento completo dos seus estabelecimentos, seja por total negação do seu público diante dos crimes cometidos, seja por receio de talvez serem vistos entrando em casa noturna de má fama. Pelo menos reconhecidos por parte das autoridades os dois sujeitos eram, pois na denúncia que jornal faz fica clara que já houve outras diligências a fim de “fazer cair-lhes a justiça”. O segundo ponto que nos chama a atenção é o fato de que o elemento racial aparece como um atributo relevante a ser ressaltado por quem produz a notícia. A necessidade de se repisar a cor preta dos dois proprietários do meretrício já parece vir acompanhada de uma vontade de marginalizar, punir e definir bem claramente os sujeitos que poderiam ou teriam maior aptidão para tocar os negócios do ramo. Em todos os sentidos, nos parece que definir tão claramente e em detalhes os sujeitos, o meretrício e as práticas infames produzidas ali só nos faz ter a noção de que a sociedade consumidora do jornal possivelmente já tinha conhecimento da existência da zona de meretrício, das suas práticas e possíveis crimes cometidos ali. Como também a sociedade, pelo tom de reprovação que vem carregada a notícia, já tinha conhecimento das práticas delituosas dos sujeitos em questão.

1.3 – “Por acaso eu não sou um cidadão?”: Elementos raciais da cidade e suas contradições

Apenas para continuar e aprofundar a discussão em torno das relações raciais em Uberlândia e, por extensão, falar sobre a questão do papel do negro nela, creio que seja necessário falarmos sobre os principais locais e personagens negras que existiam na cidade. Quando se fala da presença do negro no município a Igreja do Rosário e o seu congado despontam como os dois elementos definidores de sua identidade histórica. Hoje a Igreja, tombada como patrimônio histórico da cidade e o Congado também como patrimônio imaterial, nem parecem terem sido produtos de uma sociedade completamente racista. Quando nos voltamos para os registros

dos memorialistas que tratam do tema podemos observar a questão do preconceito racial aparecendo de forma lateral, apenas e tão somente como mais uma das contingências de uma “época de pouco esclarecimento”. A este respeito Antônio Pereira da Silva, depois de ovacionar o grande papel civilizador do Padre João da Cruz Dantas Barbosa, fala sobre a construção da Igreja:

“Preconceituosa, como todas as vilas da época, São Pedro de Uberabinha já tinha sua rua e seu Largo do Rosário apenas aguardando ocasião para construir a capela onde os negros tivessem um lugar para a sua piedade cristã, longe da igreja dos brancos. [...] O primeiro pensamento foi construí-la nas fraldas do Fundinho, vertente do córrego de São Pedro, portanto, mais longe, e se chegou a acumular material nas proximidades para erguê-la. Lá por 1891, Arlindo Teixeira, representando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, solicitou ao Bispo autorização para construir nova capela num terreno vago, onde seria anos mais tarde a praça Ruy Barbosa. A memória oral registra que Arlindo não se sentia muito prestigiado com aquela igreja de negros defronte à sua casa que era no largo”.¹⁹

Várias questões poderiam ser suscitadas a partir da leitura dessa passagem. Gostaria de elencar algumas. A primeira delas diz respeito à suavização que o autor tenta fazer à questão do preconceito racial. Quando utiliza o termo “como todas as vilas da época”, ele faz querer parecer que o município era apenas mais um que tinha o elemento racial como um ponto definidor das decisões a serem tomadas do ponto de vista das construções e desenvolvimento do município. Querer construir uma igreja específica e, presencialmente longe da dos brancos, apenas para os negros é dado revelador de que como que a cidade lidava com um dilema que nos parece ser fundamental para a sociedade brasileira em geral no período pós-abolição. Sob este prisma creio que seja necessário fazer uma ressalva: Uberlândia é elevada à condição de município e se emancipa definitivamente meses após a abolição do trabalho escravo.

Como todas as cidades, aliás, como todo o Brasil se fundou sobre o trabalho do homem negro e após a abolição a sua liberdade era um tema preocupante para as elites de então, é necessário reconhecer que Uberlândia não fugia à regra do cenário nacional. Deste ponto de vista, quando observamos que a primeira igreja destinada apenas aos homens e mulheres negros foi construída somente após três anos da abolição, a questão da segregação desta parcela da população é fundamental para pensarmos sobre como a sociedade uberlandense se constitui. O negro, não só do ponto de vista da manifestação de sua fé (e aqui é forçoso reconhecer, manifestação apenas e tão somente da fé/piedade cristã), mas também da sua inserção no mercado

¹⁹ SILVA, Antônio Pereira da. **Antônio Pereira da Silva conta As Histórias de Uberlândia**. vol 1. ED. Paulo Antônio, s/a. Uberlândia (MG). p. 87-88.

de trabalho livre com direitos iguais aos do homem branco, fora completamente apartada e impossibilitada de se efetivar. A sociedade uberlandense de então é uma sociedade que aparta, que faz distância da presença destes inúmeros sujeitos negros em contato com a sua fé e hibridismos possíveis

Posto isso, outro elemento a ser extraído da passagem citada é o quão fácil parece ter sido a destruição de uma igreja já erigida apenas para satisfazer os caprichos preconceituosos de um homem branco. A própria construção da primeira igreja, quando o autor diz que já havia “acumulado material nas proximidades para erguê-la” já deixa subentendido que essa construção só foi possível através da doação destes materiais pela coletividade de então. Provavelmente pessoas de posses, com os objetivos já expostos pelo memorialista que narra essa passagem. Outro ponto relevante a ser destacado é a relativa facilidade com que estes sujeitos de posse, tal qual Arlindo Teixeira, entram na Irmandade do Rosário (até presidindo-a, como neste caso) e tomam decisões que vão totalmente contra aos anseios da comunidade negra de então. O papel dos sujeitos negros, neste caso, parece ter sido o de extrema passividade, uma vez que a construção de uma igreja específica para eles primeiro surge como uma necessidade de apartá-los do convívio cristão com os homens brancos, e segundo porque os próprios gastos com a sua construção parecem ter sido um ato de “benevolência” destes homens de posse para com os sujeitos que necessitavam fluir da “piedade cristã”.

Novamente a questão da rentabilidade da terra em contradição com a presença dos grupos indesejáveis entram em foco. Quando o memorialista, ainda sobre este processo de definição do melhor lugar para a implantação da Igreja do Rosário, rememora outros motivos para ela não ser erigida na atual para Dr. Duarte ele assim explana:

“Por outro lado, o povoado se desenvolvia subindo a barranca para tomar o planalto onde se assenta, hoje, o centro da cidade. A Praça Dr. Duarte já se transformava num centro comercial e aquela igreja bem ali no miolo, além de reduzir espaços fazia da praça um reduto da ‘negrada’, principalmente nos seus dias festivos. E a cidade tinha em grande apreço os seus valiosos preconceitos.”²⁰

A sua elite local manipula então, de acordo com os seus “valiosos preconceitos” e os projetos mais rentáveis para as suas respectivas áreas de atuação de mercado, o melhor lugar que não atrapalhasse a vida social da “boa comunidade” uberlandense, e que ao mesmo tempo não estivesse aos olhos dessa sociedade os sujeitos negros e “seus festejos”. O bispado, elite

²⁰ Idem. p. 88.

política, comerciantes etc., discutem entre si o melhor lugar e começam então a angariar donativos a fim de fazer essa benevolência cristã: “a obra ficou em torno de dez contos de réis”, teve todo o projeto feito a título de filantropia por Thomaz Havane, direção das obras por Luiz da Rocha e Silva, doação dos bancos por Cícero Macedo e Manoel Naves e a doação da imagem por Oscar Miranda. Os registros dos memorialistas não dão espaço ao trabalho e à presença negra na própria construção do espaço que seria, anos depois, o maior símbolo de sua resistência, importância e presença para a vida cultural, religiosa, social de Uberlândia.

Exemplificativo da resistência negra em Uberlândia é o seu processo de entrada na vida cultural da cidade. É preciso, antes de adentrarmos neste assunto, reforçar que a parcela negra da cidade ficava restrita a alguns guetos específicos. Após descer as íngremes ruas do bairro Fundinho em direção ao ribeirão onde hoje fica situada a avenida Rondon Pacheco, do outro lado das suas margens, onde hoje situa-se o bairro Patrimônio, viviam os negros da sociedade uberlandense. Conforme diz Antônio de Pádua Bosi em artigo²¹, um dos motivos de o bairro receber este nome, Patrimônio, foi porque constou como patrimônio necessário a Felisberto Carrijo pedir autorização às autoridades episcopais da época para construir a primeira igreja matriz de São Pedro de Uberabinha e com isso ganhar autonomia administrativa. Na primeira metade do século XX a região se tornará o endereço de um frigorífico da família Naves de Ávila, fazendo com que os cidadãos negros de então, ao anexarem-se na região, atuassem como uma parcela de reserva de mão de obra barata no entorno da fábrica.

O Bairro Patrimônio então, se consolidará como o grande reduto da população negra, que ora fixa-se no bairro para trabalhar na produção de charque da família Naves de Ávila e ora migra para a região central da cidade em busca de trabalho ou até mesmo para desfrutar das missas e datas festivas na sua Igreja do Rosário construída em 1928. Falo da resistência e da entrada da comunidade negra na vida cultural de Uberlândia porque estes homens e mulheres não ficaram restritos somente à Congada e procissões religiosas. Pouco a pouco, a partir do momento em que elite uberlandense, ao modo de outras localidades do país como São Paulo e Rio de Janeiro, começam a praticar o Carnaval de rua, pouco a pouco também os “Tenentes Negros” vão adentrando, forçadamente, nestas práticas culturais até então burguesas. “A elite é que dava a nota alegre e de brilho com seus cordões fantasiados”. Um movimento restrito apenas aos clubes da elite inicialmente, depois, em períodos esparsos, tomando conta das ruas em

²¹ BOSI, Antônio de Pádua. **História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922**. Revista Tempo e Ciência, 2º semestre de 2005. Unioste.

desfiles que duravam dias. “Os grandes foliões eram os políticos, os empresários, os profissionais liberais, suas esposas e filhos”²².

Será particularmente a partir do contato do homem negro com o branco nestes espaços sociais que o Carnaval de Uberlândia da época vai sofrer o que um memorialista chama de processo de “proletarização”. Tao processo ocorre, é preciso reconhecer, não de maneira suavizada e harmônica, mas a partir da dura contraposição de presenças, visões e partilhas do espaço urbano.

“A invasão proletária do distinto e elegante carnaval da avenida Afonso Pena começou em 1935 quando a ‘Sociedade Carnavalesca Negra’, com sede numa das esquinas da avenida, formou um rancho e saiu cantando e tocando diversos instrumentos. [...] A saída desses ranchos promoveu uma certa democratização no footing carnavalesco. O ‘vai-vem’ do Carnaval era rigorosamente preconceituoso: os brancos passeavam de um lado (atualmente seria do lado do Bradesco, da Drogasil etc) e no meio da rua, restando para os negros apenas a calçada do outro lado. Esse preconceito veio até finais da década de 50”.²³

Este contato, marcado por resistências e negociações entre os sujeitos sociais, é que permitiu, em Uberlândia, um certo aparecimento da cultura negra em seus registros oficiais. Quando temos contato com os registros memorialísticos dos seus principais produtores, por exemplo, a questão da presença negra sempre aparece. Seja através de um viés freyriano de abrandamento das relações sociais, seja num viés de ovação das atitudes filantrópicas de sua elite abastada. Mas a realidade, consubstanciada em registros e inúmeros trabalhos sobre o tema, dão conta de uma sociedade extremamente racista, que teve em seu seio abundantes casos de preconceitos claros, contra até mesmo negros que gozavam de algum reconhecimento a nível nacional. Quando imaginámos, neste caso, os tristes exemplos de apartheid em África e nos Estados Unidos, jamais imaginamos que em pleno século XX também na sociedade uberlandense havia uma clara segregação racial. Os negros não desfrutavam dos mesmos locais que os homens brancos. Estavam restritos a tão somente sua vida suburbana, de sujeição e espoliação da sua mão de obra.

Novamente a respeito da vida negra e do lugar destes sujeitos na vida cultural uberlandense, Júlio Cesar de Oliveira faz uma profunda análise da vida cotidiana do bairro Patrimônio. Para isso, através de depoimentos, demonstra a trajetória destes líderes do Carnaval negro de Uberlândia. Dentre eles o mais famoso, Lotinho, foi presença marcante na vida carnavalesca da

²² idem. 92.

²³ SILVA, Antônio Pereira da. **Antônio Pereira da Silva conta As Histórias de Uberlândia**. vol 1. ED. Paulo Antônio, s/a. Uberlândia (MG). p. 94.

cidade, tendo sido o criador da mais tradicional Escola de Samba do município, a Tabajaras. Recontando as suas memórias sobre o tema da noite e da vida suburbana de Uberlândia, Lotinho nos oferece o perfeito cenário de uma cidade em vias de ser feita e com imensas contradições. Do ponto de vista do acesso da população negra às diversões, a cidade “ainda pouco oferecia aos seus habitantes mais pobres, a não ser o bom e velho circo, os bailes ou brincadeiras nos fundos de quintais, o bordel e a cachaça”.²⁴

O ápice da vida boêmia da cidade se dá com a inauguração de um baile denominado “Caba-Roupa”. Ele ficava situado na zona delimitada pela Prefeitura, como demonstramos anteriormente, como zona do meretrício. Seus frequentadores era a população negra de Uberlândia, que via no local um espaço de festa, confraternização e contatos. Shows, bailes, sambas, tudo ocorria no “Caba-Roupa”, que mereceu este título justamente porque todos os seus frequentadores saíam de lá com as roupas aos trapos, sujas pela lama e poeira provocadas pela dançaria. Acerca do baile e do seu significado na vida da população negra de Uberlândia César no diz:

“Nas proximidades da Rua Sem Sol, na atual Rua Melo Viana, número 736, foi seguido por Anísio (tio de Lotinho), no início dos anos 1950, o Clube José do Patrocínio, conhecido popularmente como Caba-Roupa. Esse dancing de negros ocupava um lugar de destaque na geografia do prazer e da cidade e também nas vivências noturnas dos boêmios, empregadas domésticas, pajens, salgadores, pedreiros, serventes e outros. [...] Esse clube, localizado próximo à Rua Sem Sol e distante da ‘luminosidade’ existente no centro da cidade, teve as suas noites animadas por Moacir Franco, Orquestra Marajoara, Jamelão, Severino Araújo, que passaram pelo seu palco dando uma canja, e pelos próprios frequentadores que cantavam constantemente o seu hino de guerra.”²⁵

Rapidamente o tal dancing ganha notoriedade municipal, sendo frequentado até mesmo pelo prefeito de então, Tubal Vilela, e por diversos outros sujeitos pertencentes à burguesia uberlandense. A figura de Lotinho, salientada aqui, é interessante de ser observada. É ele quem aparece cotidianamente na vida cultural e suburbana de Uberlândia, sendo reconhecido não somente pela parcela massiva da população negra da cidade, mas também pela sua parcela mais elitizada. Através de seus depoimentos nota-se a experiência de um homem que ajudou a inserir, de fato, a cultura e arte negras na vida oficial da cidade. Foi pelas suas mãos e através das suas ações que o Carnaval de rua de Uberlândia tal como até há pouco tempo conhecíamos, foi

²⁴ OLIVEIRA, Júlio César de. “**Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960.** Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 102.

²⁵ idem. 109.

possível. Sua atuação nas brechas, nos bastidores e, literalmente nos palcos, faz atestar muito claramente o lento e gradual aparecimento do negro na memória e na história de Uberlândia. A criação da Escola Tabajaras, que passou a desfilar sozinha a partir de 1954, sustentando a existência do carnaval do município (e através dela foi possível a criação de outras escolas de sambas de outros bairros, a exemplo da Unidos do Chatão, Acadêmicos do Samba, Unidos da Garotos do Samba - Mestre Bolo) foi o que possibilitou que hoje tivéssemos como patrimônio histórico imaterial da cidade a Congada, exemplo mais bem acabado da resistência negra de Uberlândia.

A atuação de Lotinho aparece registrada nos escritos de memorialistas e, pelas suas memórias, é possível pinçarmos estratégias não só por parte dele como grande líder da população negra de Uberlândia, mas também de suas elites políticas, quando entram em contato com Lotinho, por exemplo, para a criação do Carnaval da cidade, dentro diversos outros eventos que Lotinho e sua família já estavam especializados em realizar. Aos poucos, a elite política de Uberlândia começa a travar contato com estes sujeitos líderes do samba, dos quais Lotinho era o maior. As composições de Lotinho não giravam somente em torno do romantismo e festejos. A pedido de candidatos como Homero Santos, Lotinho compunha *jingles* de campanha e os misturavam no repertório. Esses políticos conhecidos da cidade financiavam o show, esperavam a população se avolumar para começar os discursos e propagandas em comícios.

Aliando todo o contexto da construção da Igreja do Rosário, do papel exercido pela população negra de Uberlândia, dos mecanismos de segregação dessa parcela, etc, e aliados à figura de Lotinho e demais representantes da comunidade negra da cidade pelos idos de 1950 pode-se observar que tais atitudes de autorizações tácitas por parte da elite política de Uberlândia, não se tratavam de pura e simples benevolência e vontade democrática, pelo contrário, tratava-se da necessidade que essas elites tinham de conquistar e de angariar os votos destes cidadãos negros que historicamente foram reprimidos. A conquista destes votos não vinha pela entrega efetiva de melhorias na vida prática dos negros uberlandenses, mas era conquistada através das festas, sempre financiadas e geridas com o fim específico de expor os candidatos a esta parcela numerosa, que com certeza tinha o poder de definir, no sistema democrático, os rumos do município.

É interessante observar como que aos poucos, através dessa autorização pontual (porque continuavam não havendo possibilidades de acesso dos negros aos espaços de poder), de realização do Carnaval nada mais era do que a prática milenar do “Pão e Circo”. O pão, é necessário salientar, ainda era instrumento de grandiosa barganha, principalmente no contexto do trabalho

livre, com imensa população estrangeira italiana chegando pela ferrovia, e que assolava os negros à condições de subalternidade. Mais que subalternidade, à exclusão completa a seus bairros operários e tabocas. O circo, ainda que remonte a momentos de extrema felicidade aparecidos nos depoimentos de seus frequentadores, ainda assim obedecia a duras e claras regras de segregação. Basta lembrarmos que estes bailes, tais como o Caba-Roupa, ainda continuavam restritos à zona boêmia da cidade, a qual os jornais dedicavam imensas críticas e denúncias, mas, em período de carnaval e eleitoral, os grandes políticos da cidade, como Renato de Freitas, Tubal Vilela, Homero Santos, iam acabar com seus ternos suntuosos nas noites de comício, quando necessário. Portanto, é preciso observar este movimento de aparecimento da população negra (e seus líderes) na história oficial de Uberlândia como um ponto crítico, porque, mesmo que acriticamente estes sujeitos participassem dos mecanismos produzidos pela sua elite política, eles eram aliados desta elite, no momento em que faziam a “ponte” entre os políticos que viviam lhes reprimindo, mas que em momentos do voto, tomavam feições populares.

Exposto isso, ficam claras as táticas utilizadas pela imprensa, pelo poder público e pelos candidatos na conquista pelo voto dessa parcela social. Sai no Jornal Correio de Uberlândia uma análise elogiosa à atuação de Lotinho:

“Estou gostando muito do novo ritmo africanizado que Lotinho arranhou para a sua ‘Escola de Samba Tabajara’. Era isso que faltava à campeã o carnaval de 56 e forte disputante à renovação do título este ano. Lotinho vai indo espetacularmente. Domingo estará em ação o Clube José do Patrocínio (Caba-Roupa) desta cidade com mais um grande baile oferecido a seus associados. Funcionará animando as danças, a orquestra da própria entidade. Agradeço o convite que me fez para comparecer, o ‘maestro Lotinho’.”²⁶

Se havia a possibilidade ou não de as elites uberlandenses utilizar-se de um movimento crescente entre a população negra de Uberlândia com o intuito de conquistar os votos desta parcela da população que tinha grande peso, não podemos afirmar com toda certeza. Mas fato é que a figura de Lotinho passa a ser recorrentemente condecorada nas páginas de jornais, principalmente naquilo que tange à sua atuação frente ao Carnaval da cidade. Os políticos o procuravam, neste sentido, não apenas para animar seus comícios convidando e agregando o maior número de pessoas possível, mas Lotinho era também convidado para participar de bailes e eventos em locais eminentemente frequentados por pessoas brancas, num período de segregação racial latente no município. O próprio Lotinho, a este respeito, conta uma recordação que teve quando da visita de Elza Soares à cidade. Ela foi contratada para fazer um show no Cajubá

²⁶ idem. pg. 151.

Country Club, um dos mais elitizados da cidade, e, ao terminar o show e ir dançar com um seu namorado à época, foi duramente repreendida pela organização do evento. Em linhas gerais, ao que consta no depoimento de Lotinho, os organizadores chegaram para a cantora e disseram que ela foi contratada apenas para cantar, que negros não deviam se misturar com os demais convivas.

Esse fato é ilustrativo da tamanha influência que Lotinho passou a ter sobre a vida cultural de Uberlândia. Acompanhar nos bastidores e ao mesmo tempo com riquezas de detalhes todas essas passagens por Uberlândia (não só na vida que Júlio César chama de “boêmia e suburbana, mas também nas noites da alta elite, as animando), demonstra que de fato foram feitas algumas concessões a Lotinho principalmente pelo grupo político encabeçado pelo ex-prefeito da cidade, Tubal Vilela. A nossa hipótese ganha corpo quando lidamos com o fato de que, na eleição municipal de 1960, após Lotinho não apoiar o então rival de Tubal Vilela, Renato de Freitas, como candidato à Prefeitura, ele é duramente hostilizado pelo grupo político do postulante ao cargo, sofrendo enormes perseguições na própria dinâmica de produção do carnaval da cidade naquele ano. Sobe tal querela Lotinho recorda:

“O meu desentendimento com o Renato de Freitas foi causado porque não o apoiei nas eleições. Ele disse que ia suspender a Tabajara e que a Escola não ganharia mais nenhum carnaval em Uberlândia, e tem mais: ele deixou as Escolas de Samba na mão, enfraquecendo o carnaval de Uberlândia, foi só isso”.²⁷

Pode-se aduzir, a partir dessa passagem, que o carnaval da cidade e a autorização por parte do Executivo para desfilar determinadas escolas, servia como instrumento de barganha política. Aquele presidente de escola, que provavelmente tinha conhecimento, poder, carisma, capacidade de definir votos em prol deste ou daquele candidato, tinha que estar de acordo ou pelo menos ser favorável a determinados candidatos, a fim de fazer acontecer o desfile de sua escola. Se Renato de Freitas, enquanto prefeito na época e candidato à eleição, utiliza-se dessa barganha para angariar apoios, provavelmente tratava-se de prática comum da qual Lotinho certamente tinha um peso enorme.

2.5 – O campo político da cidade e seu aparelhamento pelas forças econômicas: suas práticas sociais e instituições

Acerca da vida cultural de Uberlândia, flanando sobre a importância que teve a Congada

²⁷ idem. p. 153.

na resistência negra da cidade, como também todo o processo de construção de seu maior templo, entremeado por concessões com objetivos claros, além da existência da festa carnavalesca, a atuação de seus principais atores, neste caso Lotinho, falar sobre este ponto específico da presença negra em Uberlândia nos dá a dimensão de como, do lado oposto da festa, isto é, na vida cotidiana da parcela da maioria da população, como que a pobreza, a miséria e as desigualdades configuravam-se como base para as relações sociais no município. Como fizemos mostrar, a cidade de Uberlândia alicerça-se, do ponto de vista econômico, sobre um pilar fundamental: a especulação imobiliária. Não é à toa que os dois grandes líderes políticos da década de 1950 em diante, Tubal Vilela e Renato de Freitas, eram grandes empresários do ramo imobiliário e representam ainda hoje, as suas empresas, as maiores do ramo na cidade. Será em nome da terra, neste sentido, que todas as políticas públicas, seja para melhoramento, seja para mera segregação social, girará em torno. As elites uberlandenses, neste sentido, souberam aliar-se em prol de um projeto comum, qual seja, a de tornar a cidade rentável para os seus respectivos negócios e para isso foi necessário aparelhar toda a estrutura pública para que este projeto comum fosse colocado em prática.

Quando pensamos nesta capacidade de coesão que as elites uberlandenses tiveram no sentido de criar um projeto comum que fosse rentável para todos, fica claro para nós que é difícil divisar a instância política das demais. Na cidade, os atores econômicos atuam ativamente na vida política e vice-versa. Os atores políticos, em sua maioria, também atuam ativamente no campo empresarial. Daí porque as instituições que visam organizar a atividade empresarial, a exemplo da ACIUB, no caso, foram grandes incubadoras das lideranças políticas locais. Através de suas entidades de classe é que a sua elite, em comum acordo, foram organizando-se politicamente, não importando, neste caso, quem fosse o líder do Executivo, desde que ele fosse submisso a este projeto. Conforme defende Antônio de Pádua Bosi essa configuração econômico-política data desde os primórdios do município. Quando voltamos à produção de sua memória oficial podemos observar a eleição destes grandes homens como norteadores do processo de desenvolvimento, o que não nos fica claro, numa primeira análise, é o quão concentrado estava o Poder Político nas mãos de poucas famílias, e, por extensão, também o poder econômico. Quando observamos a sucessão política na cidade e as devidas profissões de seus líderes ficam bastante claros quais os rumos que se queria dar à cidade desde os seus anos iniciais.

Tabela II: Titulares do Poder Executivo e suas respectivas profissões

Período	Agente Executivo	Ocupação
1891-1892	Antônio Alves dos Santos	Fazendeiro

1892-1895	Augusto César Ferreira e Souza	Advogado/Jornalista
1895-1897	João Moreira Ribeiro	Fazendeiro
1898-1900	Severiano Rodrigues da Cunha	Fazendeiro
1901-1903	José Teixeira de Santana	Farmacêutico
1904-1907	Severiano Rodrigues da Cunha	Fazendeiro
1908-1911	Alexandre Marquez	Fazendeiro
1912-1922	João Severiano Rodrigues da Cunha	Farmacêutico
1923-1926	Eduardo Marquez	Fazendeiro
1927-1930	Otávio Rodrigues da Cunha	Fazendeiro
1931-1932	Lucio Libanio	Interventor
1933	Claudemiro Alves Pereira	
1934-1936	Vasco Gifoni	Advogado-Interventor
1936	Luiz Lisbôa	Interventor
1937-1942	Vasco Gifoni (reintegrado no cargo)	Avogado-Interventor
1943-1945	J.A Vasconcelos Costa	Interventor
1946	J. Paulo Vasconcelos/Euclides G. de Freitas	Interventores
1947	Benjamim Magalhães de Oliveira/ Luiz da Rocha e Silva/Cleanto Vieira Gonçalves	Interventores
1948-1950	José Fonseca e Silva	Fazendeiro
1951-1954	Tubal Vilela	Empresário Construção Civil
1955-1958	Afrânio Rodrigues Cunha	Comerciante
1959-1962	Geraldo Mota Batista Ladeira	Empresário Comunicação
1963-1966	Raul Pereira de Rezende	Fazendeiro
1967-1968	Renato de Freitas Costa	Engenheiro

(Fonte: Tito Teixeira. Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central)

Pelo que se observa, a atividade agrícola era uma constante num país ainda eminentemente fundado nas bases agrárias. A vida social de Uberlândia, como dissemos, era condicionada à vida rural, sendo poucas as pessoas de posse que viviam na área urbana. No entanto, para fins comerciais e financeiros o desenvolvimento da cidade configurava também um crescente desenvolvimento para as relações comerciais destes senhores proprietários de fazendas. À medida que a cidade se desenvolvia, ganhava importância e ia sendo inserida na rota de distribuição de mercadorias, mais lucrativas e rentáveis tornavam-se as propriedades destes senhores. Deste ponto de vista, há que se observar que todo imaginário moderno, principalmente o de que Uberlândia estaria localizada no perfeito entreposto logístico, são dados criados com o fim específico de fazer convergir para a região toda uma série de benfeitorias que seriam viáveis (e necessárias) para essa elite se desenvolver economicamente.

Quem faz o balanço das sucessões políticas em Uberlândia, enumerando os seus diversos atores, evidenciando passagens de suas vidas e produzindo uma rápida biografia daqueles

que considera mais importantes é o memorialista Tito Teixeira. Através de sua coletânea de livros dedicados a narrar a atuação dos “pioneiros e imigrantes do Brasil Central” ele faz uma belíssima corografia principalmente do município, produzindo um material de extremo valor a quem se dedica ao assunto. Segundo Antônio Bosi, tomando a construção da memória oficial pelas mãos de memorialistas claramente subservientes às vontades das elites locais em suas mais objetivas intenções, pensando, em nosso caso, o seu lugar ocupado por Tito Teixeira na produção da memória oficial da cidade com o objetivo claro de ovacionar os grandes nomes, é necessário pensar os diversos objetivos que ele tem ao produzir o livro. Um deles, a meu ver, ele conseguiu cumprir: foi o de tornar os diversos sujeitos que narra em verdadeiros mitos e heróis. Acerca deste ponto específico Bosi, ao analisar a produção da memória oficial em Uberlândia e seus impactos sobre a historiografia sobre o tema assinala:

“O argumento principal do livro é bastante simples. Uma fração de classe específica agiu a partir do poder público municipal desde pelo menos 1912 e alterou a face de Uberabinha, transformando a rústica e pequena vila numa cidade próspera e rica. Esta imagem foi suficientemente forte para tornar-se a principal explicação sobre a história da cidade e, à medida que sofreu poucos questionamentos, terminou por se converter em mito. Mito sobre a origem da cidade, onde ‘o presente é explicado pelo passado, isto é, o fato da cidade ter surgido em certo local, em certa época, em certas condições, com certos valores explica a metrópole contemporânea’”.²⁸

Conforme salientado anteriormente, a memória oficial da cidade, quando constrói sobre o município todo um ideário de modernidade e com isso elege a atuação de alguns poucos homens frente à condução deste futuro prodigioso, ela acaba por esconder os diversos interesses que estes poucos homens têm no sentido de fazer-se valer do progresso da cidade para também progredirem economicamente. A título de ilustração de como a concentração do poder político estava restrita nas mãos de poucas pessoas, chama-nos a atenção os mais de vinte anos que a família Rodrigues da Cunha esteve à frente do Poder Executivo.

O único ocupante do cargo até 1912 que não vivia da atividade agrícola foi Augusto César. No entanto, quando observamos sua atividade política e biografia podemos observar que ele era filho dessa elite política agrícola e, por concessão, exerce importante papel no sentido de demandar, junto às esferas estadual e federal, que Uberlândia fosse elevada à condição de cidade. Augusto César neste sentido, como primeiro filho das letras jurídicas que alça voo para

²⁸ BOSI, Antônio de Pádua. **História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922**. Revista Tempo e Ciência, 2º semestre de 2005. Unioste. p.19.

lém dos limites locais, o faz com a missão de conquistar para a cidade a sua verdadeira emancipação, que tem significado fundamental para a elite da qual fazia parte. Ele fica para a história da municipalidade como grande homem que organizou a vida política local, sendo o primeiro a presidir e dar início aos trabalhos de sua câmara legislativa.

Conforme salientamos através de Gilberto Freyre, o século XX marcará a hegemonia destes homens liberais, filhos dos senhores de terra que vão às capitais de Estado adquirem conhecimento para depois retornar à sua cidade de origem, como forma de melhor empregar, nas suas funções, da melhor forma o conhecimento adquirido.

Em Uberlândia acontece coisa parecida, cada vez mais os conhecimentos do século XX vão sendo apreendidos por sua classe dirigente, no entanto a sua base agrária ainda se mantém. Prova dessa “instrumentalização do conhecimento” em prol do desenvolvimento do capitalismo local pode ser observada na própria formação dos seus prefeitos ao longo do tempo. Não se trata apenas do senhor proprietário de terras que fica confinado em suas propriedades vivendo de arrendamentos e da produção agrícola. Trata-se de advogados, de jovens que terão contato com as letras e com outras formas de organização social. A ferrovia da Mogiana, neste sentido, os possibilitava ir a São Paulo, baldear para o Rio de Janeiro, conhecerem a nova capital de Minas Gerais e empregarem, com isso, políticas, visões e projetos apreendidos de fora. Os engenheiros prefeitos/empresários da cidade são frutos de país que se moderniza principalmente a partir da Era JK, onde há a predominância do concreto armado em suas construções. A cidade, neste sentido, soube ir empregando esses variados conhecimentos em seu projeto maior de desenvolvimento local, de modo a propiciar crescimento para essa classe dirigente coesa.

Chama-nos a atenção, quando observamos a profissão dessas lideranças, a figura de dois farmacêuticos. Observando do ponto de vista histórico e aliando essa informação com os dados de políticas públicas produzidas na cidade nos períodos de suas respectivas gestões, podemos observar que a cidade receberá uma atenção especial com relação ao tema dos cuidados sanitários. Nos primeiros anos do século XX, a cidade ainda sendo embrionária, era quase inexistente um projeto robusto de saneamento básico, quiçá de distribuição efetiva de água potável. Segundo relatos não havia qualquer serviço de coleta de lixo, a população não tinha sequer o mínimo treinamento de cuidados básicos de limpeza pública, segundo um jornal da época:

“O Estado sanitário da nossa cidade deixa muito a desejar. Desprovida de esgoto, em remoção de regidades, ella está em optimas condições para o aparecimento e propagações de epidemias. A maioria da população, imprevidente, lança aos quintais e pátios resíduos de cosinha, o lixo, as águas de lavagens que entram logo em fermentação, em putrefação, despendendo gazes pouco agradáveis e constituindo, por seu

estado úmido e quente, um ambiente propício à propeação das moscas e mosquitos. Inda mais: os urubus, atraídos pelo mau cheiro, investam a cidade, pousando sobre os telhados, sujando-os. Seria de bastante conveniência que a Camara destinasse uma carroça para remoção do lixo, e obrigasse os proprietários a depositá-lo em vasilhame apropriado dondo seria retirado para o veículo collector”.²⁹

Novamente em uma prática que se tornava comum em Uberlândia a imprensa era quem fazia expor os males da cidade, captando as demandas da população e expondo-as em forma de denúncias ao grande público. Pressionados pela vontade popular, rapidamente é possível observar o seu legislativo, quase sempre em consonância com a classe empresarial, discutindo estratégias para solucionar os problemas. O legislativo, assim, será um importante local onde essas demandas ecoam, e seus parlamentares quase sempre serão os mesmos que presidem as entidades patronais. Os resultados produzidos pelo legislativo, neste ponto específico, devem ser pensados numa relação dialógica com os escritos jornalísticos, uma vez que este era o grande pautador da vida coletiva num período em que a sociedade se comunicava exclusivamente pelas letras dos jornais. Sob esta perspectiva os Códigos de Posturas da cidade nos ajudam a clarear os sentidos práticos que os seus legisladores queriam dar à vida em comunidade em Uberlândia, principalmente do ponto de vista sanitário. O Código de Posturas Municipal de 1912 é sintomático neste sentido, em seus artigos podemos observar:

“Sempre que a higiene o reclamar, mediante edital, os proprietários são obrigados a caiar ou pintar decentemente os seus prédios, não só o exterior, como interiormente, assim como aliar as portas, janellas, forros, etc. Dentro do perímetro da cidade e povoações do município não é permitido conservar terrenos incultos, maltratados e servindo para depósito de lixo;³⁰

As varreduras, lixo do interior dos prédios e outros detrictos, depois de estabelecido o serviço de transporte, serão conservados em vasilhas especiaes e entregues às carroças de limpeza pública;³¹

Os propietários ou inquilinos que acumularem lixo, ou conservassem águas estagnadas ou imundícies que possam prejudicar a hygiene, no interior de suas habitações ou dependências, serão multados”.³²

Conforme salienta Claus Roxin³³, a lei, as normas, os códigos de posturas, quando positivadas por meio dos regulamentos jurídicos têm por objetivo produzir, através da coerção, as

²⁹ **A Tribuna**. Uberabinha: 14/09/1919, anno I, n. 2, p.03, apud CASTRO, Dorian Erich de. **Entre o saber médico popular e a alopatia: astúcias e resistências - Uberabinha - 1900/1930**. Monografia de Conclusão de Curso, Uberlândia, 2000. Universidade Federal de Uberlândia.

³⁰ **Posturas Municipais 1912**, cap II Da Hygiene das Habitações, Art 351.

³¹ Idem, art. 352.

³² Idem, art. 353.

³³ ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função social do Direito Penal**. org. e trad. André Luis Callegari; Nereu José Giacomolli - 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. p. 12-13

ações pretendidas e produzidas através das necessidades sociais. Sob o seu ponto de vista compreendemos que um corpo normativo, do qual o Código de Posturas é apenas mais uma espécie, é produto dessas relações sociais, políticas, morais, econômicas que visam produzir nos sujeitos determinadas condutas que sejam, (retomando Michel Foucault) condizentes com os objetivos da classe que as produz, quase sempre a classe dominante. Na esteira, portanto, dessa modernidade tão propalada e desejada pelas elites locais, tais condutas pretendidas pelo Código de Posturas vão de encontro a uma sociedade que se queria mais limpa, organizada, gerida através de autoridades específicas para isso. Autoridades que vão monitorar, utilizar-se das mais diversas coerções para fazer valer a efetividade da lei.

O Código de Posturas será a um só tempo o condutor das boas práticas geridas e produzidas sobre o saber médico-científico, e ao mesmo tempo trará em suas regulamentações um caráter proibitivo de velhas práticas que antes eram consideradas sábias porque populares, mas que agora perdem espaço pelo poder da cientificidade. Este é um dado da modernidade, conforme salientamos no primeiro capítulo. Ainda sobre essa questão, certas práticas serão proibidas e outras tantas criadas, só que com o crivo, autorização, regulamentação da boa prática baseada na ciência. O saber popular perde espaço para o saber científico. As mãos do curandeiro dão espaço para a destreza e pompa da tecnologia médica. Os terreiros de benção, as ervas, o homeopático, dão lugar aos hospitais, às santas casas, aos sábios dos bancos universitários. A Era dos doutores, da ciência, das vacinas receberá contornos curiosos no Brasil, num país que herdou diversas práticas indígenas, africanas. O Governo Vargas foi o grande catalizador dessas mudanças. Curiosamente os dois prefeitos farmacêuticos dessa época em Uberlândia são contemporâneos não só do governo varguista, mas também dos ideólogos de suas práticas sanitárias. Falando a este respeito a partir do contraste existente entre o saber popular e a hegemonia do saber médico, Dorian Erich de Castro informa:

“No plano da política de saúde, podemos identificar este processo de centralização com a criação em 1930, do Ministério da Educação e Saúde, composto de dois departamentos nacionais, um de Educação e outro de Saúde, que passou a ser chamado, a partir de 1934, Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico Social. Como fruto da política nacional do governo Vargas, foi construído em Uberlândia, por iniciativa do governo estadual, o Hospital Regional que visava o atendimento médico a pessoas pobres e carentes, rompendo assim, com as práticas médico-assistencialistas que vigoravam anteriormente a esta política”.³⁴

³⁴ CASTRO, Dorian Erich de. **Entre o saber médico popular e a alopatia: astúcias e resistências - Uberlândia - 1900/1930**. Monografia de Conclusão de Curso, Uberlândia, 2000. Universidade Federal de Uberlândia. p.29

Instituições estas que passarão a ser considerados como “braços do Estado” em prol da aplicação de regras práticas e comuns convencionadas por essa elite científica como boas práticas. “A ciência médica teve a missão de introjetar novos costumes à população”.³⁵ Certas proibições, agora enquistadas no saber científico admoestarão a população a determinados comportamentos que, conforme pretendemos demonstrar ao final deste trabalho, convergem para a produção de corpos dóceis. Quando pensamos tais questões do ponto de vista do capitalismo nascente em Uberlândia aduzimos que “a doença significava trabalhadores fracos, não produtivos, sendo necessário dotá-los de condições básicas de saúde”. Para isso, portanto, era “necessário introjetar preceitos higiênicos, uma vez que a condição de pobreza era concebida como um local plausível de disseminação de doenças, o que consistia em um problema social”.³⁶

Tal problema se agudiza quando pensamos a qual parcela da população estavam destinadas essas diversas práticas profiláticas. O foco principal desse corpo legislativo recaía sobre a sua massa trabalhadora que, conforme nos ensina Thompson, deveria ser uma classe subsergente, que não tivesse o mínimo possível de contestação ao *status quo*. Retomando Antônio Bosi quando fala das contradições sociais existentes na cidade e da visão destinada à massa trabalhadora negra, tais questões tornam-se ainda mais problemáticas. Segundo Bosi:

“De modo bem geral, a visão sobre os trabalhadores (e não só os negros) era, na verdade, bem negativa. Os jornais dão conta, desde pelo menos 1907, de inúmeras situações em que os trabalhadores são sempre acusados de um comportamento lascivo, displicente, ocioso e pouco ‘respeitável’, em relação à família uberabinhense. Contra tal realidade o Estado era chamado a intervir. A prisão dita correcional era comum na cidade e, sempre que possível, ganhava registro no jornal *A Tribuna*, por meio da coluna ‘Pela Polícia’”.³⁷

Denúncias tais como a que trouxemos anteriormente relativa aos casos de abortos e morte de duas crianças que possivelmente morreram em decorrência de procedimentos clandestinos. Assim, pode-se observar que para essas “práticas correcionais” determinados sujeitos já eram o foco de quem as criavam. Em sua maioria mulheres, negros, pobres, imigrantes que viviam nas franjas da sociedade uberlandense na época que nos propomos analisar neste trabalho. Conforme demonstraremos no terceiro capítulo os rostos, a raça, a classe e o gênero desses sujeitos destinados às instâncias correcionais seguiam um padrão, o qual paulatinamente são esboçados, criados e produzidos pela imprensa no imaginário social e o corpo legislativo, por

³⁵ Idem. p. 37

³⁶ Idem. 40.

³⁷ BOSI, Antônio de Pádua. **Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha-MG (1888-1915)**. Revista de História Regional 9(1): 105-135, Verão 2004. p. 109-110.

meio de seus códigos e normas, tratam de corporificar em instituições públicas criadas com o fim específico de segregar do espaço urbano e produzir corpos dóceis obedientes ao capital local.

Em Uberlândia, adentrando novamente na questão da especulação da terra tendo as instâncias públicas como seu catalizador, tais segregações e definição de sociabilidades é bastante visível na própria geografia da cidade. Há lugares só de pretos, lugares só de leprosos, lugares específicos para gente da vida, lugares de operários, lugares de comércio, lugares residenciais.

“É neste contexto que se pode abordar o ‘Patrimônio’ também como um espaço onde os pretos podiam estabelecer suas próprias sociabilidades, já que provavelmente o ‘espaço dos brancos’ para eles era somente ‘espaço’ para o trabalho. A formação de um bairro só de trabalhadores negros, reconhecido assim por volta de 1894 (ou, de acordo com a visão de Sebastião Messias, *‘mais de 90% eram pretos’*), pode ter sido uma estratégia de sobrevivência na sua nova condição de livres, experimentada em Uberabinha. É preciso, pois, pensar a questão da segregação dos trabalhadores negros em Uberabinha, menos como conceito e mais como uma parte importante do processo histórico de definição das relações sociais naquele momento”.³⁸

Retomo novamente a questão da raça neste ponto específico em que trato das instituições públicas organizadas pela sociedade civil uberlandense porque é em torno delas que grande parte de seus objetivos seculares (quais sejam, o de segregar do espaço urbano aqueles considerados indesejáveis e anormais), vão sendo colocados em prática. Conforme pretendemos mostrar quando traçarmos um perfil geral dos sujeitos que foram alocados no Sanatório Espírita da cidade, veremos que em toda essa produção legislativa e institucional, um tipo muito específico de sujeitos era o foco dessas elites locais. Quando observamos na letra de suas leis, principalmente no Código de Posturas da cidade do ano de 1950, as práticas que se queria reprimir, fica bastante evidente quais sujeitos eram o foco principal do seu corpo normativo.

“É terminantemente proibido, em vias públicas dessa cidade:
Promover batuques, congados e outros divertimentos congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares³⁹;
Nenhum indivíduo pode pedir esmolas sem apresentar o cartão de identidade fornecido gratuitamente, pela Prefeitura ou a autoridade policial, nos que forem inscritos em livro próprio da municipalidade ou da delegacia de polícia⁴⁰;
Conduzir para a cidade, vilas ou povoações do município doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas, salvo com as necessárias

³⁸ idem. p. 117.

³⁹ Código de Posturas Municipal: 14/03/1950. Art 74. inc. XI.

⁴⁰ idem. art. 78.

precauções de higiene e para fins de tratamento”.⁴¹

As práticas já conhecidas e praticadas pela população negra ao menos do início da década de 1920, conforme podemos ver, consta na lista de eventos proibidos expressamente pelo Código de Posturas. De modo, a nosso ver, a organizar e gerir a ocorrência de eventos de tal natureza, parece o legislativo ter previsto, em lei, que tais práticas só poderiam ocorrer com o prévio conhecimento e autorização dos poderes policial e político da cidade. No entanto, na esfera privada, os bailes, geralmente produzidos pela elite burguesa da cidade, não sofriam qualquer tipo de restrição. Certamente, a este ponto, pela Igreja do Rosário em 1950 já estar dentro de área relativamente valorizada da cidade e na sua região central, não seria de bom tom se a população de fiéis (em sua maioria negros) dispusessem do espaço público quando o bem entendessem, livremente. Portanto, a regulação deste artigo em específico visa gerir, através de coerção, os corpos negros e suas práticas, seja em sua forma negativa quando expressamente o proíbe, seja em sua forma positiva, quando essa população, a fim de praticar a sua cultura, deve passar pela prévia autorização das forças policiais e administrativas.

A questão da mendicância é outro ponto que parece preocupar a administração pública da cidade, principalmente a partir da década de 1950, quando é construído o terminal rodoviário e a cidade já goza de relativo reconhecimento regional. Aportavam por aqui centenas de despossuídos que iam pedir nas vias públicas da cidade. Rapidamente, conforme pretendemos mostrar no terceiro capítulo, as elites locais lançam mão de um intrincado projeto de assistência social que se constituía como se fosse uma rede de instituições vocacionadas a dar uma primeira assistência, captar aqueles mais aptos ao trabalho e mandar para a cidade mais próxima (quase sempre Araguari) os cidadãos que eram tidos como indesejados. A prática comum de fazer convergir para a administração pública todos estes sujeitos e demandas faziam com que naquela esfera administrativa se pudesse parametrizar, organizar e criar instituições próprias que dessem conta da imensa demanda que havia na cidade. Essa demanda, reiteramos, estava completamente de acordo com o ideário clássico de que devia se fazer por aqui uma “cidade jardim” que fosse livre de moléstias e misérias, sem sujeitos pedindo pelas calçadas e causando feiura na paisagem urbana. Cito a este respeito dois registros de jornais, que parecem preocupados com a questão da mendicância.

“Vêm atraídos ora pela possibilidade de cura, ora pela esperança de boas colheitas de esmolos. Se conseguem intimação, é mais um comensal a devorar receitas hospitalar, se não conseguem, é mais uma

⁴¹ idem. art. 47. inc. VI

espécime de qualquer enfermidade repelente a mostrar nas vias públicas as suas chagas implorando as migalhas dos transeuntes;⁴² E são mais de trezentos os mendigos que aqui vivem. E os uberlandenses talvez não saibam que o Dispensário lhes vinha prestando outro serviço inestimável, que não somente o de lhes evitar as portas os pedintes cobertos de chagas, mas o de encaminhar imediatamente para os leprosários, os doentes do mal de Ransen que aportavam a Uberlândia constantemente. Só na gestão do presidente Afrânio foram encaminhados vinte e cinco destes doentes, que aqui vinham esmolar”.⁴³

No caso uberlandense, porém, ao enfrentar estes problemas que toda cidade em vias de desenvolvimento certamente enfrenta, a sua elite que se quer burguesa produz um robusto sistema de assistência social organizados e geridos por instituições filantrópicas, que terão incentivos e patrocínios da classe empresarial e da prefeitura ao mesmo tempo. Instituições como Albergue Ramatis, Dispensário dos Pobres, ICASU, Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade detentor do Sanatório Espírita de Uberlândia, além de uma série de outras iniciativas geridas pela sociedade civil tornam-se verdadeiros braços da forças políticas e econômicas da cidade com o intuito de, dentre outras coisas, “evitar as portas os pedintes cobertos de chagas”. Nas imagens abaixo podemos ver algumas dessas iniciativas.



(IMAGEM III: Divulgação Espírita Cristã, s/d).

⁴² **O problema da assistência:** O repórter; UDI: 15/05/59.

⁴³ **Despossuídos: O dispensário dos Pobres.** A Tribuna; UDI: 01/05/1944 Ano XIII.



(IMAGEM IV: Dispensário dos Pobres, s/d).



(IMAGEM V: Dispensário dos pobres s/d).

As imagens listadas acima, quando compreendidas na esteira de tudo o que expomos aqui e principalmente do ponto fulcral de que, em contraste com a ideia de cidade progressista e sem máculas das desigualdades, a presença da pobreza e da miséria em Uberlândia foi questão de polícia, gerido pelas instâncias penais do município. E assim, podemos observar que por aqui houve a produção destes espaços institucionais destinados a alocar e esconder da visão

social, estes sujeitos considerados anormais e indesejados. Sujeitos pobres e negros em sua maioria, sem pão e sem o mínimo de oportunidades de mudança de sua deplorável situação. Espalham-se, neste sentido, principalmente a partir da década de 1930 diversas instituições e iniciativas que capilarizam esse poder estatal, que são os seus braços ideológicos, seja do ponto de vista da segregação pura e simples, seja do ponto de vista da formulação de uma rede educacional voltada à produção destes corpos dóceis. A memória oficial da cidade, ao apartar de seus registros estes sujeitos na verdade produzem uma política do esquecimento. Esta memória oficial, ao ovacionar apenas e tão somente as ações destes grandes homens que fizeram de Uberlândia o que ela é hoje, esquecem estes inúmeros sujeitos que pagaram caro para que este discurso se fizesse efetivo.

Quando nos debruçamos sobre a memória oficial que trata deste tema da desigualdade e dos espaços de repressão em Uberlândia há um silêncio sepulcral. Durante a produção deste trabalho, quando ávido eu perguntava aos mais antigos sobre a existência do Sanatório em questão, poucas pessoas sabiam ou tinham informações sobre. Há um silêncio sobre esses desmandos, muito embora algumas instituições produzidas neste período ainda sobrevivam. Uma delas, a ICASU, foi analisada por Maria Clara Tomaz Machado. Ao pensar sobre a conjuntura social uberlandense e os interesses por sua criação, Machado aponta a atuação clara da classe empresarial na constituição da “Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia”. Para ela, a ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia) foi a grande produtora dessa instituição:

“Contrariando a própria memória construída pela ICASU e pela sociedade uberlandense a respeito de sua criação, na qual o Bispo D. Almir Marques aparece como o promotor desta iniciativa, apontamos a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia como a autora, como idealizadora deste projeto político. Pressionada pelos problemas sociais, que se agravavam desde 1960 em Uberlândia, e que, conseqüentemente, resultaram, entre outras coisas, em reincidentes espetáculos de pobreza, a classe empresarial, preocupada em manter a imagem da ordem e progresso construídos ao longo do tempo, assume a elaboração de um plano de ação mais efetivo no combate à mendicância de rua”.⁴⁴

A ICASU passará a cumprir o papel de por meio do discurso da Assistência Social, assegurar a efetividade deste discurso da Uberlândia progressista. Suas ações se baseavam em

⁴⁴ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: Assistência Social Institucionalizada - Uberlândia: 1965 a 1980**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1990.

empregar a mão de obra de menores de idade, recolher os salários da classe empresarial e repassá-los aos responsáveis pelos menos em valores muito abaixo do salário-mínimo. Por trás dessa prática travestida de filantropia a sociedade uberlandense acreditava que ela estava retirando da criminalidade estes inúmeros menores que faziam parte do quadro da instituição. Lastreada neste apoio social da cidade, a Instituição também recolhia donativos mensais. Seus colaboradores, normalmente donas de casa, tinham nos portões de suas casas uma placa que as identificavam como doadoras da importante iniciativa cristã. Os trabalhos destes jovens não respeitavam os preceitos básicos das leis trabalhistas produzidas anos antes de criação pelo Governo Vargas. Pelos depoimentos dos jovens, o trabalho era árduo, variando entre empacotar sacolinhas de mercado para a sociedade burguesa local, até trabalhar no calçamento e manutenção da limpeza urbana.

Do ponto de vista da mendicância a ICASU dispunha de uma van que tinha por função recolher os mendigos dos locais públicos, catalogá-los e enviá-los para a sua cidade natal ou para a cidade mais próxima. Para as famílias de baixa renda, que eram visitadas mensalmente pelas assistentes sociais a fim de comprovar a situação de miséria, a Instituição os catalogava, tentava os inserir no mercado de trabalho e lhes destinava cestas básicas, de modo a evitar que as mulheres, geralmente mães solteiras, migrassem para a área central no intuito de pedir esmolas. Pelos depoimentos colhidos por Machado a presença da van e dos funcionários da ICASU era marcante nas áreas mais pobres. Quando estes sujeitos despossuídos ultrapassavam a área limite de seus bairros para a área central e fossem pegos em flagrante pedindo em vias públicas, a van da ICASU e seus funcionários exerciam poder de polícia, admoestando e levando de volta, com advertências, estes sujeitos para as áreas mais afastadas da cidade.

A ICASU, conforme assinala Machado, é criação clara da classe empresarial uberlandense. A sua preocupação recaía principalmente na questão da mendicância que, conforme denunciavam os jornais, deviam constar como algo insuportável para a classe burguesa local, ciosa de um discurso da “cidade jardim”. Segundo a autora mostra, os mesmos presidentes da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia revessavam na presidência da ICASU. A Prefeitura celebrava convênios com a Instituição, o que gerava imensos lucros para todos, menos para os menores:

“Na reunião com o Sr. Prefeito onde se tratou do assunto referente ao convênio COMBEM/Prefeitura/Icasu com relação aos menores que trabalham nas ruas, sendo motivo principal um aumento, elevando de Cr\$ 200.000 para Cr\$300.000 que foi aceito pelo Sr. Prefeito. [...] Sugeriu o Prefeito que se formasse na Icasu uma equipe para a colocação de pedras portuguesas aproveitando os meninos e que, devido a mão

de obra ser relativamente barata poderá trazer benefícios para a Icasu. O Sr. Prefeito se comprometeu ainda a mandar um projeto para a Câmara Municipal, para que os meninos fiquem por tempo indeterminado, enquanto for conveniente às partes e que, por ser de serviço público, 10% seria revertido à Icasu e 30% a outras entidades assistenciais passando então, 30% da arrecadação dos parquímetros para aquisição de passagens a pessoas que necessitam quando em passagem por nossa cidade.”⁴⁵

Os resultados práticos e econômicos da ICASU foram de extrema lucratividade para todos os atores envolvidos, com exceção de sua parte mais frágil: os jovens que “potencialmente” estavam sendo beneficiados por essas ações. À medida em que essas classes veem na atividade assistencial uma profícua ferramenta de lucratividade e organização do espaço urbano, mais as esferas pública e privada passam a patrocinar iniciativas que vão neste sentido. Em Ofício destinado à Câmara Municipal pela Associação Comercial e Industrial de Uberlândia se discute:

“Saudações Cordiais do nosso estimado amigo e colega da Diretoria snr. Primo Crosara, recebemos uma cópia do memorial enviado a essa Camara, solicitando a aprovação de uma *Taxa de Assistência Social*, destinada ao amparo das instituições sociais da cidade. Considerando o assunto em nossa reunião de hoje, resolveu-se por unanimidade levar ao vosso conhecimento que esta Associação ampara com toda simpatia a petição feita a essa Camara e teria muita satisfação em que o pedido fosse devidamente acolhido”.⁴⁶

Diante da demora por parte do legislativo em apreciar o pedido da classe empresarial, novamente é enviado ao ofício ao presidente da Casa, no qual a entidade, por unanimidade, reforça o seu caráter urgente e magnânimo da iniciativa.

“Como até agora nada foi resolvido a respeito, tomo a liberdade de voltar à presença dos ilustres membros dessa Câmara. [...] Essa taxa já existe, com denominação diferente. Poder-se-ia dar-lhe um nome próprio, proceder a sua arrecadação e distribuição aos Institutos de Caridade. Mas, se não for possível, então a Prefeitura poderia criar uma Subvenção de Assistência Social e fazer a distribuição equitativa com as respectivas entidades daqui. [...] Em vista do exposto e dada a alta finalidade do assunto, espero que os ilustres membros dessa Câmara, com verdadeiro desprendimento e patriotismo, estudem e solucionem satisfatoriamente esse magno problema, dando assim o pão de cada dia, remédio e agasalho aos nossos pobres”.⁴⁷

Pelo tom de urgência dá para se imaginar a importância destinada ao projeto de lei e a

⁴⁵ ICASU, Uberlândia. **Ata da reunião ordinária da Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia**, realizada em 13/02/1976.

⁴⁶ Processo nº. 65. 18/x/1948. Comissão de Comércio e Finanças. Ofício nº. 7944JR.

⁴⁷ CROSARA, Primo. **Ofício à Camara Municipal de Uberlândia -MG** s/n. Uberlândia, 22 de novembro de 1949.

extrema necessidade que a classe empresarial reputa a essa iniciativa. Por tudo o que expomos não dá para se acreditar que o que movia estes inúmeros empresários fosse apenas e tão somente um desejo cristão de ajudar o próximo. São variadas as instituições que aparecem como subvencionadas através do recolhimento dessa taxa especial. Ao analisá-los elenquei apenas aquelas instituições que se dedicam ao tema da assistência social mais detidamente do ponto de vista de nossa análise. Logo após a aprovação da Câmara se tem o início das cobranças do imposto municipal a toda a classe empresarial da cidade. Esse recolhimento subvencionou várias Instituições de caridade à época. Abaixo, elencamos algumas:

Tabela III: Subvenções públicas às instituições assistenciais

Subvenções⁴⁸	
Santa Casa de Misericórdia	Cr\$ 73.000,00
Dispensário São Vicente de Paulo	Cr\$ 60.000,00
Sanatório Espirita de Uberlândia	Cr\$ 30.000,00
Instituto de Pequenas Missionárias de Maria Imaculada	Cr\$ 5.000,00
Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros e Defesa contra a Lepra	Cr\$ 3.000,00
Patronato de Menores	Cr\$ 30.000,00
Instituto dos Cegos do Brasil Central	Cr\$ 2.000,00
Preventório Triângulo Mineiro	Cr\$ 10.000,00

(Fonte: Atas da Câmara Municipal de Uberlândia)

De todas as instituições aqui elencadas podemos extrair, pensando a partir dos Códigos de Postura, dos discursos acerca da cidade e de tudo o que falamos até aqui, qual era a parcela da sociedade sobre a qual essas classes queriam fazer valer o seu projeto de poder. Hospitais, que de alguma forma dessem assistência médica aqueles menos favorecidos. Os dispensários, locais de acomodação daqueles que não tinham moradia e por isso assustavam a sociedade ordeira pedindo suas esmolas. Os leprosos, rapidamente exportados para as cidades vizinhas ou para áreas distantes da população geral. Os menores órfãos, sem qualquer tipo de assistência, prontos para receber a educação cristã, do trabalho e resignação, tão caros à cidade. Por fim o Sanatório Espirita de Uberlândia, a casa daqueles considerados loucos e alienados, sem voz, sem história, destinados ao espaço fechado de grades que os separassem dos cidadãos normais. O Sanatório que receberá, ao longo de seus 40 anos de existência, mais de mil internos. Seus rostos, trajetórias, sonhos e passados estão impressos em seus prontuários. Suas falas não aparecem, mas estão subscritas, inseridas, mudas através do olhar que os analisa. Vítimas, excesso,

⁴⁸ Projeto de Lei nº 168 concede subvenções. 1951.

escória, mas também pessoas. Como dizia o poeta: “devemos seguir até o enjoo? Podemos, sem armas, revoltarmo-nos?”.

Capítulo II: Espiritismo e a Psiquiatria: saberes e poderes distintos?

2.1 - Breves considerações acerca da cidade, o espiritismo em questão

A cidade, além de um espaço onde convivem (harmonicamente ou eivados de conflitos) os sujeitos, também é o espaço onde se dá a produção material da vida. Em síntese um tanto quanto menos filosófica poderíamos dizer que o espaço urbano é, em suma, o espaço onde os interesses dos diversos sujeitos que o compõem se dão, seja de maneira harmônica, seja de maneira conflituosa, dotada de manifestação de poderes e resistências. Transitar pela cidade, usufruir do que ela dispõe, utilizar-se dos espaços públicos, portanto, torna-se deste ponto de vista mais que uma mera disposição democrática dos corpos pela *urbe*, todos estes atos (ou a proibição deles) constitui a identidade de um espaço, com suas lutas, conflitos, poderes e resistências.

Creemos ter podido demonstrar nos capítulos anteriores as diversas interpretações possíveis que se fizeram sobre a cidade. Na esteira de um discurso civilizador os europeus da Idade Moderna pensaram se tratar, o espaço público, do ambiente onde a racionalidade pudesse ocupar um papel central. Daí a organização acentuada de suas construções, dotadas de cálculos engenhosos e produzidos por profissionais especializados na área. A disciplina com que o espaço público é “produzido” deixa-se entrever pela disposição de suas ruas e avenidas, construções que denotam intenções sobre o melhor uso dos espaços destinados a determinados fins. A cidade cosmopolita, surgida principalmente a partir do século XIX na esteira do desenvolvimento industrial, será o espaço onde se dispõe sujeitos das mais variadas classes e lugares. Por isso talvez advenha daí a *setorização* dos espaços públicos, ou seja, a cidade construída para fins específicos, para sujeitos específicos.

Na continuidade daquilo que afirmamos nos capítulos anteriores também pensamos ter demonstrado como que a ideia de *progresso* mesclada a um desejo de *ordem* se faz salutar na construção das cidades brasileiras principalmente a partir dos fins do século XIX. A cidade estudada, apontada como um objeto a ser manipulado materialmente será o foco central de cientistas dos mais variados campos: criminologistas, psicólogos, médicos sanitaristas, engenheiros, arquitetos. Através dos dispositivos que visam “organizar” o espaço público, tais como um Código de Posturas por exemplo, havia certos interesses, ideologias e práticas levadas a termo com o sentido (e este é o nosso enfoque) de privar certos corpos e sujeitos do convívio social.

Gostaria, antes de adentrarmos mais detidamente na análise dos sujeitos que foram encarcerados no Sanatório Espírita de Uberlândia, de fazer breves considerações sobre como que

o discurso da higiene aparece como um dado justificador da criação de espaços destinados à segregação dos corpos como Sanatório em questão parece ter sido. Em estudo destinado a compreender a vida suburbana do Rio de Janeiro no período do Brasil Imperial, Sidney Chalhoub demonstra como que a ciência é utilizada como uma instância de Poder capaz de produzir práticas e instituições que correspondem a interesses das classes dominantes. Ao analisar o processo de demolição de diversos *cortiços* espalhados pelo Rio de Janeiro da época o autor deslinda uma questão que nos é cara: em todo este processo de organização do espaço urbano sob os auspícios de civilizá-lo os autores destes projetos terão em vista alguns sujeitos específicos. Os pobres, quase sempre ligados à ideia de ociosidade devem ser combatidos em sua essência pois “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade”.⁴⁹

Pensada esta questão à luz dos discursos moralizantes voltados à uma *ética do trabalho* das sociedades disciplinares vistas em Michel Foucault e E. P. Thompson, percebemos sobre quais classes e sujeitos recairão o peso de toda uma visão de cidade, de sociedade, de civilização e de cidadania. Neste sentido,

“As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, que temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores”.⁵⁰

Tais questões aparecem mais candentes quando pensamos que em Uberlândia essa noção de “limpeza dos sujeitos” foi colorida com um sentido *higienista* em seu significado mais

⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. “**Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**”. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 22.

⁵⁰ Idem. p. 29.

puro. Não se tratava simplesmente de, através da assistência social produzir uma vontade assídua pelo trabalho e assim criar totalmente uma ética moral da disciplina. Isso em parte acontecia, mas quando pensamos na própria presença destes corpos nos espaços públicos é preciso evidenciar que foram produzidas políticas (leis, instituições, códigos etc.) que promoviam de fato uma limpeza do espaço público destes sujeitos que eram considerados a impureza que sujavam a cidade, seja em seu aspecto físico ou em seu aspecto moral.

A título de ilustração, para ficarmos apenas no aspecto da pobreza, é visível a preocupação do Jornal a Tribuna de 1944 quando trata da “proliferação” dos pobres pelo espaço urbano uberlandense. Em tom de denúncia o jornal assim nos diz:

“Foi há pouco organizado nesta cidade, um dispensário destinado aos pobres de Uberlândia. Como é do domínio público, sua finalidade é exclusivamente dar subsistência aos mendigos, auxiliá-los na sua vida precária, dar-lhes conforto material e assistência social, procurando afastá-los da cidade afim de impedir a romaria delles no centro urbano e evitar, portanto, não só uma impressão desagradável ao educado povo desta terra como afastar também o perigo de certas moléstias contagiosas. Sciente da criação do dispensário o povo de Uberlândia sentiu-se satisfeito com essa realização. A prova disso é que elle tem concorrido monetariamente para prover as despesas do dispensário, auxiliando com entusiasmo a sua manutenção. Todos sem distinção de classe, credo político ou religioso tem offertado àquela instituição”.

51

Conforme salientamos, tratava-se de uma política de extirpar do convívio social essa “impureza” representada pelos pobres, agora tidos como sujeitos contagiosos e perigosos. Quando demonstramos a dinâmica de atuação da ICASU tal questão fica patente ao descobrirmos que era praxe alguns de seus servidores postarem-se na rodoviária da cidade catalogando aqueles sujeitos sem perspectivas que chegavam ao município. Catalogados, a uns dava-se o prazo para arrumarem emprego enquanto eram mantidos nos albergues (e no próprio Sanatório Espírita conforme mostraremos), e a outros, geralmente mais inaptos, doentes e inválidos, eram rapidamente despachados para a próxima parada nas cidades vizinhas.

Tratava-se, neste sentido, de uma enorme rede de instituições que tinham o fulcro específico de, ora gerar mão de obra barata para a então nascente economia regional, ora segregar do convívio urbano aqueles que não ofereciam nada ao desenvolvimento do “educado povo da

⁵¹ A TRIBUNA. “Cícero de Carvalho Mello. Dispensário dos Pobres”. Udi 18/08/1944. Ano XXII nº 1491.

terra”. Tais instituições que orbitavam em volta das entidades de classe de Uberlândia, a saber, ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia) e o Sindicato Rural da cidade, ofereciam a seus dirigentes um ótimo discurso colorido de boa gestão: em prol da manutenção da ordem e da educação do povo uberlandense era melhor que se extraísse de seu território aqueles indesejáveis e integrassem aqueles que poderiam oferecer algo a este grande caminho do desenvolvimento e progresso.

Ainda ancorados em Thompson é preciso reconhecer o lugar de destaque que a educação dos pobres em Uberlândia vai ocupar. Enquanto os pais desta “pobreza inflamante” ou eram exilados ou inseridos no mercado de trabalho, os seus filhos deveriam ser ensinados desde cedo o caminho mais probo e correto que devia ser seguido. Na longa lista de instituições subvencionadas tanto pela Prefeitura Municipal quanto por essas entidades de classe já citadas, observa-se um grande número de instituições voltadas à educação das crianças pobres em Uberlândia. Das que pudemos listar das Subvenções Oficiais aprovadas pelo Legislativo Municipal notamos: Escola Centro Espírita Izaias, Escola Tenda Coração de Jesus, Patronato de Menores “Rio das Pedras”, Patronato de Menores “Buriti”, União Cristã Alan Kardec e Creche Auta de Souza, ICASU, Lar Alfredo Júlio, Obras Sociais do Centro Espírita Paulo Apostolo, além de dedicarem vultosas quantias à Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE).

Feito este breve preâmbulo cremos ter demonstrado o quanto as classes dirigentes de Uberlândia, municiadas por este discurso civilizador que vigorava no país nos anos iniciais do século XX e utilizando-se de todas as ferramentas possíveis para levar a termo tal projeto, vai tratando de delinear a visão que se queria de cidade. Através do binômio *saber/poder* logo foi se tratando de criar uma atmosfera de cuidado na mentalidade do povo “laborioso” e na prática lançando-se mão de uma robusta institucionalização da pobreza que favorecia a consolidação do capitalismo regional até então nascente. Lilia Moritz Shwarcz, quando pensa na questão da cientificidade brasileira como coroação de políticas racistas que conformam a estrutura desigual do país nos ensina:

“Nas grandes cidades a entrada deste ideário cientificista difuso se faz sentir a partir da adoção de grandes programas de higienização e saneamento. Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. Reação desmesurada, mas reveladora da violência com que se aplicavam esses projetos de higienização foi a Revolta da Vacina”.⁵²

⁵² SHWARCZ, Lilia Moritz. **“O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-**

É interessante observar, e é neste ponto que pretendemos finalizar essas breves considerações, que em Uberlândia este processo eugênico experimenta uma particularidade: ao projeto de higienização do espaço urbano foram integrando-se sujeitos, comunidades e instituições não exclusivamente políticas, mas também e principalmente do campo religioso. Deste ponto de vista, adentrando mais especificamente em um dos pontos centrais deste trabalho, chama-nos a atenção a enorme inserção que a Comunidade Espírita terá em todo este processo. Quando pensamos que no século XX grande parte da população brasileira professava fé católica e era irreduzível a outras práticas religiosas, torna-se interessante observar como que os sujeitos espíritas souberam se inserir nas discussões políticas da época, tendo iniciativas de produzirem diversas instituições (conforme mostramos) voltadas não só a divulgação do Espiritismo como também à aplicação de suas doutrinas e dogmas.

A trajetória de diversos sujeitos notáveis no campo da “caridade”, sacerdócio e devoção aos pobres deu à Comunidade Espírita uberlandense um papel de destaque principalmente no que Maria Clara Machado chamou de a “institucionalização da assistência social⁵³”. Imiscuída ao projeto de cidade tal como se fez em Uberlândia o discurso espírita servirá de base a um dos mais robustos projetos de segregação destes sujeitos a que temos discutido desde o início deste trabalho. Diante disso, cremos ser necessário fazermos um breve esboço histórico acerca do Espiritismo no Brasil, pensando em suas principais doutrinas, filosofias e personagens.

2.2 - Espiritismo: doutrina, ciência ou religião? Algumas diferenciações necessárias

Antes de nos adentrarmos mais detidamente na História do Espiritismo no Brasil creio que seja necessário nos voltarmos um pouco para o surgimento do Espiritismo a nível global a fim de fazermos uma fundamental diferenciação muito cara ao nosso trabalho. Essa diferenciação entre o Espiritismo até então nascente em território europeu e a prática espírita no Brasil são bastante evidentes, o que nos permite pensar aquele espiritismo europeu em bases mais científicas sem a preocupação universalizante de se tornar religião e, no Brasil por sua vez, a

1930”. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵³ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: Assistência Social Institucionalizada - Uberlândia: 1965 a 1980**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1990.

então prática espiritual ganhará novos contornos (religiosos) completamente distintos daqueles planejados pelos seus principais fundadores no século XIX.

O renome do espiritismo ganhará uma leve, mas calorosa recepção pela sociedade francesa mais proficuamente a partir da atuação de Hippolyte Leon Denizard Rivail nos anos iniciais do século XIX. Recém saído de anos turbulentos e frios como foram os anos finais da Idade Média, período marcado pelo grande Poder da Igreja Católica nas decisões de Estado e também nas proposições científicas, o mundo da época de Rivail vivia o que chamamos em história de o *Século das Luzes*, período eminentemente marcado pelo avanço das ciências em todas as áreas da vida e, por conseguinte, da “elucidação” das mentes dos homens acerca de assuntos nunca antes pensados ou encarados sob um viés mais “racional”.

Trata-se de período de intensas revoluções, das quais a Revolução Científica será apenas mais uma das muitas. Desta Revolução do saber, que significará novas formas de economia de poder e de relação entre os homens diversas ciências vão sendo criadas neste intuito racionalizador do mundo: a sociologia, a biologia, a física, a psicologia, psiquiatria etc. Apenas para ficarmos no nível mais sociológico que é o foco deste trabalho, pinçamos em Durkheim e Auguste Comte a vontade dos sociólogos de pensar a sociedade tal como um corpo humano, dotado de órgãos com funções específicas que deveriam sempre trabalhar em harmonia pelo bem comum, sob pena de recair no que ambos chamaram de *anomia social*. Auguste Comte inaugurará o que chamamos de *positivismo* em História, isto é, a ideia de que a humanidade sempre caminha para a fim, não necessariamente pior que seus antepassados, mas obrigatoriamente melhor, mais evoluído e sempre tendendo a acumular melhoras evolutivas⁵⁴.

Nestes anos inaugurados pelo Século das Luzes espraia-se pelo mundo, com diferentes significados, uma vontade de explicação científica para todos os setores da vida humana. Assim como a Sociologia de então, recentemente surgida procurava na biologia com Charles Darwin uma explicação lógica sobre as sociedades, o que redundou na Teoria Positivista, também outros setores da vida humana (como o destino da vida após a morte) inquietava os “cientistas” de então. A nosso ver, é lúcido acrescentar, este movimento intelectual científico organizado pelos europeus de então significava também uma nova configuração de Poder. Será através da ideia positivista trazida pela sociologia de então, mesclada com outros aparatos científicos de outras disciplinas que os europeus vão criar a ideologia de que os povos não europeus, leia-se, africanos, indígenas, asiáticos (ou apenas selvagens) deveriam ser “civilizados” por aqueles que estavam num estágio evolutivo mais avançado.

⁵⁴ COMTE, Auguste. “**Discurso sobre o Espírito Positivo: Ordem e Progresso**”. Ed. Edipro. São Paulo, 1ª ed. 2016.

E será na esteira destes acontecimentos históricos e sob estas intenções que Denizard Rivail procurará explicar as inquietações que os homens e mulheres de sua época enfrentavam quando lidavam com os mistérios da morte. Rivail era astrólogo, físico, matemático e professor na França, dedicando-se anos a fio à explicação do cosmos e o funcionamento da vida na terra. O grande salto na sua carreira enquanto professor e também pedagogo (aliás, até então ele se dedicava exclusivamente a produzir livros sobre pedagogia) virá quando ele toma conhecimento de uma atração muito curiosa que começava a ganhar a atenção dos franceses: o evento das mesas girantes, que consistia no ato dos vivos se comunicarem com seres do além através de sons e movimentos emitidos em seções públicas nas noites francesas.

Curioso com tais acontecimentos, mas municiado já pelo desejo de vê-los em bases científicas e racionais, Rivail passa a dedicar totalmente de seu tempo a explicar tais fenômenos:

“Compreendi antes de tudo a gravidade da exploração que ia emprender; percebi, naqueles fenômenos, a chave do problema tão obscuro e tão controvertido do passado e do futuro da humanidade, a solução que eu procurara em toda a minha vida. [...] Era, em suma, toda uma revolução nas ideias e nas crenças; fazia-se mister, portanto, andar com a maior circunspeção e não levemente; ser positivista e não idealista, para não me deixar iludir”.⁵⁵

A partir de então Denizard Rivail passa a dedicar-se exclusivamente à ciência que agora ele passará a chamar de *espiritismo*. Adota um novo nome, Allan Kardec, e passa a se autointitular *O codificador*. É necessário ressaltar neste ponto que Kardec nunca exerceu o papel do que a Doutrina espírita chama de *médium*, ele era um assíduo frequentador dessas seções, entrevistava os seres que “incorporava” através destes médiuns (que são considerados os transmissores das mensagens do outro mundo) e os compilava em livros com temas e mensagens distintas, ora versando sobre a prática do espiritismo em si, ora admoestando aqueles seguidores destas práticas ao entendimento de uma vida moral e ética segundo as bases do então nascente espiritismo. É preciso reconhecer aqui que não havia a pretensão de essa nova prática cair no gosto das classes mais populares. Neste ambiente de extrema cisão entre classes, corroborada sobretudo pelo nível de erudição dos seus sujeitos no interior de um mundo “racional”, o Espiritismo alcançava quase que exclusivamente as classes mais abastadas e sujeitos ilustres como Victor Hugo, autor de *Os Miseráveis*.

A respeito das intenções práticas da sua nova “ciência” Kardec assim escreveu:

⁵⁵ MAIOR, Marcel Souto. “**Kardec: a biografia**”. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 53.

“Apliquei a esta nova ciência, como tinha feito até então, o método da experimentação; nunca elaborei teorias preconcebidas: eu observava atentamente, comparava, deduzia as consequências; dos efeitos eu procurava ir às causas por dedução, por encadeamento lógico dos fatos, só admitindo como válida uma explicação quando ela pudesse resolver todas as dificuldades da questão”.⁵⁶

Dados dessa “cientificidade” empregada por Allan Kardec se deixam entrever na forma de organização dos Grupos Espíritas que ele inaugurou na França: era uma parcela muito pequena da sociedade francesa de então, que se organizava em grupos para discutir, através de suas visões de mundo, leituras, filosofias e claro, das conversas tidas através da comunicação com os médiuns, dos dilemas enfrentados pela sociedade de então, os caminhos morais a serem enfrentados pelos adeptos, enfim, mais uma comunidade de leitura que compartilhavam dos mesmos valores e visões do que propriamente uma religião. Reconhecendo que a ainda havia resquícios do Poder Inquisitorial da Igreja Católica na época e a sua influência ainda era gigantesca na sociedade ocidental, na própria literatura espírita que se dedicou a produzir um perfil de Kardec jamais se notou qualquer tipo de afronta por parte dele e da comunidade espírita francesa, nem tampouco um desejo de produzir uma religião. O conceito de Religião para Kardec e seu grupo aliás, tratava-se de algo antigo, carente de um olhar mais “científico”. Sua teoria se baseava basicamente em três pilares: “a existência de Deus, da alma, a possibilidade da comunicação com os espíritos e a reencarnação”.⁵⁷

Neste sentido a teoria espírita de Kardec visava servir de instrumento a mais para aprofundar questões católicas, mas agora sob o manto da racionalidade. A recepção dos pressupostos espíritas por parte da Igreja Católica não foi muito boa, uma vez que via na comunicação com os espíritos algo de diabólico que devia ser combatido por ela. “Quanto a ti, Rivail, a tua missão aí está: és o obreiro que reconstrói o que foi demolido”⁵⁸, diz a literatura espírita sobre uma revelação dos espíritos acerca da missão de Allan Kardec na terra. Corretamente ou não, fato é que ele passou a dedicar-se única e exclusivamente pela causa, compilando todos os ideais espíritas em cerca de 23 livros, agregando em torno de si uma classe erudita francesa por meio de Grupos organizados, com publicações periódicas sobre a nova filosofia moral então nascente. Allan Kardec falece em 1869 e deixa uma vasta literatura sobre o assunto, que será recepcionada

⁵⁶ ARAIA, Eduardo. “**Espiritismo: Doutrina de fé e ciência**”. 1ª ed. – São Paulo, 1996. ED. Ática. p. 40.

⁵⁷ SILVA, Fábio Luiz da. “**Espiritismo: história e poder (1938-1949)**”. – Londrina: Eduel, 2005. p. 18.

⁵⁸ MAIOR, Marcel Souto. “**Kardec: a biografia**”. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 67.

em diversos países, dentre eles o Brasil.

2.3 - O Espiritismo e o Brasil: mais que uma doutrina, uma religião

O espiritismo chega ao Brasil, nos mesmos moldes da França, para apenas uma elite intelectual e letrada. No Período Imperial, mais precisamente nos idos de 1860, enquanto a Inglaterra influenciava a economia brasileira, a França influenciava em sua cultura. E foi através da cultura francesa, pelas mãos do diretor do Colégio Francês do Rio de Janeiro, Casimir Lieutaud, que começaram a ser divulgadas as experiências do espiritismo francês encabeçado por Kardec no país. Sintoma de que era apenas um grupo muito seleto de pessoas que tiveram contato inicial com a doutrina kardecista encontra-se na própria produção do primeiro livro publicado sobre a questão. *Les temps sont arrivés*, impresso em francês no país tropical provocou interesse nos mais iniciados, que já lidavam, é necessário pontuar, com diversas práticas espirituais advindas da população negra do país.

Em estudo sobre as religiões no Brasil sob uma perspectiva histórica, mas sem deixar de prestar homenagens acríicas às práticas espíritas no Brasil, Eduardo Araia dá-nos o sentido da popularidade preocupante para alguns dos cultos africanos produzidos no país na época do Império. Dotado de sincretismos, as práticas religiosas dos negros afro-brasileiros apareciam como um engodo a serem proibidas por lei sob o manto do charlatanismo e curandeirismo. Assim, para alguns sujeitos mais letrados, a nosso ver, o espiritismo então nascente no país surge inicialmente como elemento de distinção social. O espiritismo Kardecista, neste sentido, para um país que lidava de maneira conflituosa com as religiões de matrizes africanas, torna-se sinônimo de alto espiritismo, ou seja, dotado de práticas e experiências mais desenvolvidas, benévolas e puras.

“É necessário lembrar também que, no Brasil, a comunicação com os espíritos não representava exatamente uma novidade. Os cultos trazidos da África pelos escravos já faziam esse intercâmbio e, sincretizados com o catolicismo dominante, eram procurados por pessoas dos mais variados estratos sociais em busca de auxílio para seus problemas cotidianos. Mas sofriam ainda um preconceito que os associava com frequência a feitiçarias e charlatanismo e, por isso, sua prática estava mais circunscrita à população de origem negra”.⁵⁹

Neste sentido, creio que os primeiros laivos de identidade muito específicos do espiritismo à brasileira se encontra neste dado inicial: a prática espiritual dos negros, por mais que

⁵⁹ ARAIA, Eduardo. “Espiritismo: Doutrina de fé e ciência”. 1ª ed. – São Paulo, 1996. ED. Ática. p. 40.

enfrentasse obstáculos, preconceitos e proibições legislativas (como o é até hoje), já se fazia presente na mentalidade do país. O espiritismo então inédito não o foi de todo, sendo apenas uma nova releitura mais purificada de certas comunicações que já se faziam práticas. Em segundo sentido, reconhecer que num país eminentemente racista seria um tanto quando estranha a frequência de “homens de ciências” em casebres de pais de santos, o espiritismo kardecista terá uma recepção muito especial quando pensada sob estes prismas.

Exemplo claro de como a relação entre o espiritismo kardecista e raça no Brasil encontra contornos distintos que devem ser observados, estão na própria mente e boca do seu *codificador* que, a respeito da raça negra e o seu lugar no concerto das raças, não deixa de esconder uma cisão racial clara de sua época. Perguntado sobre a questão racial e do interesse dos negros na França pelo espiritismo, Kardec responderia: “como espíritos são inquestionavelmente uma raça inferior, isto é, primitiva, são verdadeiras crianças às quais muito pouco se pode ensinar”.⁶⁰

Continuando com o caráter restritivo que a prática espírita experimenta no Brasil, podemos notar que a sua disseminação se deu quase que exclusivamente por meio de livros, sejam as traduções e edições brasileiras dos livros de Kardec produzidos na França, seja por meio de revistas, livros e editoras criados no intuito específico de propagar tais práticas. Considerando que cerca de 85% da população na época era analfabeta⁶¹, a produção deste conhecimento espírita era gerada para apenas uma parcela muito ínfima da população brasileira. Assim, os primeiros praticantes reconhecidos do Brasil eram pessoas com extremo poder no Império, tendo contato, conforme ilustra Araia, até mesmo com a Princesa Isabel, que na época pediu ao escritor Joaquim Manuel de Macedo, autor do livro *A Moreninha* e espírita contumaz, que lhe descobrisse quem era o seu protetor espiritual.

Novamente, sem reconhecer a participação massiva da elite brasileira dos cultos espíritas não poderemos ter a real dimensão do quão rápida e aceita foram as práticas da doutrina neste país. Enquanto os homens e mulheres negras, com práticas milenares e similares enfrentavam o preconceito e proibição diários, estes sujeitos kardecistas, inseridos no interior das instâncias de Poder no Brasil souberam criar células, centros de encontros voltados à discussão, propagação e defesa das práticas espíritas. O grande salto nesta propagação (letrada, é válido ressaltar) foi dado com a criação da Revista Espírita. Nela, diversos atores da prática espírita dissertam sobre os dilemas, ensinamentos e práticas da “fé espírita”, tecendo comentários até mesmo acerca dos problemas sociais do país.

Apenas para ficarmos na questão racial no Brasil saltou-nos aos olhos, quando tivemos

⁶⁰ KARDEC, Allan. “**Revista espírita**”. Ano II, maio, 1859, v 5. São Paulo: Edicel, 1967.

⁶¹ PRIORE, Mary del. “**História das crianças no Brasil**”. São Paulo: Contexto, 2010.

contato com o acervo da Revista Espírita (ainda em publicação no país) a preocupação que eles destinavam à raça num país extremamente miscigenado. Na seção de seu “Jornal de Estudos Psicológicos” da mesma revista a questão dos negros e o espiritismo é assim discutida:

“A raça negra é perfectível? Segundo algumas pessoas, esta questão é julgada e resolvida negativamente. Se assim é, e se esta raça é votada por Deus a uma certa inferioridade, segue-se que é inútil nos preocuparmos com ela e que devemos nos limitar a fazer do negro uma espécie de animal doméstico, preparado para a cultura do açúcar e do algodão”.⁶²

Desenvolvendo o que chama de *Frenologia espírita*, o autor do artigo acaba por deslindar questões então muito em voga sobre a questão do negro e do seu lugar num país eminentemente racista. Mais que a Teoria Positivista ressaltada anteriormente, o artigo acaba por recair num dos temas centrais do Estado Novo de Vargas sobre o qual este trabalho estuda os seus efeitos, a saber, o tema da eugenia, do necessário desaparecimento da raça negra do país. Um estudo frenológico, neste sentido, que se debruça sobre a composição do crânio e da psicologia negra em específico, redundará, no caso do Sanatório, fulcro específico deste trabalho, numa série de arbitrariedades como a que veremos nas próximas páginas. Ante o exposto, o artigo assim se conclui:

“Assim, as raças são perfectíveis pelo corpo, pelo cruzamento com raças mais aperfeiçoadas, que trazem novos elementos, aí enxertando, por assim dizer, os germes de novos órgãos. Esse cruzamento se faz pelas migrações, as guerras e as conquistas. Sob este ponto de vista, há raças, como há famílias, que se abastardam, se não misturarem sangue diversos. Então, não se pode dizer que haja raça primitiva pura, porquanto, sem cruzamento, essa raça será sempre a mesma, pois o seu estado de inferioridade se prende à sua natureza; degenerará, em vez de progredir, o que resultará no seu desaparecimento, ao cabo de certo tempo”.⁶³

É interessante observar, analisando tais passagens, a proximidade que essa *frenologia* tem com as teorias positivistas que influenciaram sobretudo o Código Penal brasileiro do final do século XIX. A criminologia da época, sobretudo em Cesare Lombroso e Nina Rodrigues tentava traçar um perfil do que seria o criminoso nato. Através dos aspectos físicos como cor

⁶² Revista Espírita: Jornal de Estudos Psicológicos. “**Frenologia Espiritualista e Espírita**”. Ano V; abril, 1962. v. 4. p. 141.

⁶³ Idem.

da pele, formato do nariz, composição do cabelo, formato da cabeça etc., esses teóricos afirmavam a maior tendência de certos grupos de sujeitos cometerem crimes. A população negra ficou relegada a este estigma. “A mancha negra”⁶⁴, mais efetivamente a partir do Estado Novo se configurará por ser um dos grandes dilemas para as elites brasileiras, que a viam como um elemento a ser extirpado da constituição racial do país por meio de um processo eugenista.

Essa breve explanação é importante para a nossa análise porque nos permite pensar as religiões e o Espiritismo aqui em específico, para além do seu sentido místico ou propriamente religioso, mas também como um campo social capaz de produzir ideologias e atuar no mundo real numa configuração muito clara de Poder. O Espiritismo surge, para nós, como um campo em diálogo com o seu tempo, com os pensamentos e práticas do seu momento histórico. Como dissemos, apenas para ficarmos no elemento mais específico da raça, não resta dúvidas quanto às posições que a classe espírita naquele momento teve de tomar, sempre nas franjas do poder político e econômico.

Chico Xavier, o mais famoso médium do espiritismo kardecista brasileiro, quando tratava dos assuntos políticos e sociais do país deixava clara a sua visão:

“Nesta época de confusão e amargura, quando, com as mais justas razões, se tem, por toda parte, a triste organiazação do homem econômico da filosofia marxista, que vem destruir todo o patrimônio de tradições dos que lutaram e sofreram no pretério da humanidade, as medidas de repressão e de segurança devem ser tomadas a bem das coletividades e das instituições, a fim de que uma onda inconsciente de destruição e morticínio não elimine o altar das esperanças da pátria. Que o capitalismo, visando a própria tranquilidade coletiva, seja chamado pelas administrações ao debate, a incentivar com seus largos recursos a campanha do livro, do saneamento e do trabalho, em favor da concórdia universal”.⁶⁵

E no interior da classe letrada espírita é que surgiu a ideia de criar uma associação que fizesse o papel de, a um só tempo, popularizar as ideias espíritas pelo Brasil, ser um aglutinador de suas lideranças e de ser o porta-voz das decisões, pensamentos e rumos que a comunidade espírita tomaria desde o ano de 1884. A FEB (Federação Espírita Brasileira) nasce no intuito

⁶⁴ NASCIMENTO, Abdias. **“O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”**. 3. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2016.

⁶⁵ XAVIER, Francisco Cândido. **“Brasil coração do mundo pátria do evangelho”**. Rio de Janeiro: FEB, 1998. p. 236.

dessa popularização do espiritismo. Em seus assentos estavam presentes, ao que consta na literatura espírita⁶⁶, aqueles cidadãos de maior proeminência na sociedade. Eram médicos, professores, políticos, escritores, advogados que, juntamente com as suas profissões, dedicaram a sua vida na sistematização do espiritismo e forjando as bases de atuação da religião então nascente no país.

O grande responsável pelo projeto que deu reconhecimento à FEB foi o médico Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti. Filho de latifundiários do Ceará, foi político pelo Partido Liberal, alcançando o cargo de deputado geral entre 1881 a 1885. Além de político esteve a frente de grandes projetos voltados ao transporte e indústria brasileiros, criando a Companhia de Estrada de Ferro Macaé a Campos e foi um dos responsáveis pelos projetos de urbanização do Rio de Janeiro⁶⁷. Sob a presidência de Bezerra de Menezes a FEB foi que se notou uma grande divisão entre os espíritas.

Sobre a cisão existente acerca dos rumos que a FEB e o espiritismo brasileiro por extensão deveriam tomar estavam dois grupos distintos. O primeiro grupo, o dos *científicos* acreditavam que o melhor caminho a ser tomado era a da manutenção de um espiritismo fiel aos preceitos que Kardec havia esboçado na França: um espiritismo de bases científicas, que aliasse o apego pelo racionalismo então vigente e a elevação moral dos seus adeptos. Por sua vez o segundo grupo, os *místicos*, acreditavam que o Espiritismo poderia sim seguir os preceitos kardecistas, mas ao mesmo tempo reconhecer o caráter religioso de suas práticas, inserindo-a dentro de um contexto maior que era a de um país com grande apego ao sobrenatural, com influências indígenas e negra. Para os místicos, a grande vitrine de exposição dos fundamentos espíritas poderia ser a prática da caridade, imiscuída com a propagação fundamental do Evangelho. Venceu o segundo grupo.

“A vitória dos místicos na FEB servia como um símbolo da razão máxima do sucesso do espiritismo no Brasil: a prática da caridade, substanciada na assistência física, espiritual e, com frequência, material aos desvalidos, isso num país até hoje extremamente carente de serviços básicos para seus habitantes. Outro motivo para esse êxito foi (e continua sendo) a incrível disseminação das ideias de Kardec pelos mais variados cantos do nosso território, concretizando-se em agrupa-

⁶⁶ SANTOS, José Luiz dos. “**Espiritismo: uma religião brasileira**”. – São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção polêmica).

⁶⁷ ARAIA, Eduardo. “**Espiritismo: Doutrina de fé e ciência**”. 1ª ed. – São Paulo, 1996. ED. Ática. p. 108.

mentos que não esperavam para arregaçar as mangas a favor do próximo”.⁶⁸

A vertente mística (também chamada na literatura espírita de *rustanista*) segue firme na direção da FEB até os dias atuais. Após a atuação de Bezerra de Menezes à sua frente ganha destaque outro líder espírita de renome, este que consideramos o mais próximo da realidade uberlandense e do nosso tema em questão. Eurípedes Barsanulfo ganha notoriedade já em Sacramento, cidade próxima à Uberaba (o berço de atuação de Chico Xavier), e cedo se insere nas discussões políticas da cidade. na franja do progresso econômico já discutido neste trabalho que alcança a região do Triângulo Mineiro, Barsanulfo foi professor, médico, farmacêutico, dedicou escritos à filosofia, história, sociologia etc.

O ponto interessante a ser observado na biografia de Barsanulfo é que, num dos momentos iniciais de sua mediunidade, ele lida muito profundamente com a questão da loucura, mais especificamente no famoso Hospício de Juqueri. Como médium, ele passou a lidar com a questão da loucura, tratando dos sujeitos que, segundo sua visão e dos fundamentos do espiritismo kardecista, era sinônimo de “obsessão por espíritos de má influência”. Quando analisamos os prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia, como veremos, a maioria vem assinado pelo médium sob orientação de Eurípedes Barsanulfo. O diagnóstico: obsessão. O tratamento: enclausuramento para tratamento espiritual. Os sujeitos: claramente negros pertencentes às práticas religiosas africanas.

O espiritismo então encontrará na região do Triângulo Mineiro um solo muito fértil para a propagação de seus ideais. Um povo eminentemente rural, com práticas e simbologias católicas, indígenas e africanas que logo resultaram em raízes que o Brasil inteiro conheceu. Chico Xavier é o maior deles, em Uberaba, e não nos interessa tanto nos demorarmos em sua biografia por ser por demais já conhecida. Mas apenas como um parêntese para dar uma ilustração de como o espiritismo no Brasil ganha ares de religiosidade com os místicos, a figura de Chico Xavier, na própria produção da FEB, se assemelha em muito com as práticas religiosas católicas, no sentido da construção de sua imagem como próxima a de um santo.

E na continuidade do pensamento acerca do qual a religião no Brasil se envolve claramente com a política, há que se observar que em Uberaba, quando pensamos que até recentemente, para o Triângulo Mineiro e adjacências, ela era o centro religioso da Igreja Católica, rapidamente, com a hegemonia da figura de Chico Xavier, a cidade passou a ser conhecida como o celeiro do espiritismo nacional. Hoje Uberaba dedica um museu ao líder religioso e

⁶⁸ Idem. p. 111.

orgulha-se de ter sido o local no qual o médium passou longos anos de sua vida, dedicando projetos assistenciais à população que perduram até hoje. Essa é uma particularidade quando pensamos nos jogos de poder nos quais a religião está inserida, sobretudo num país eminentemente católico.

Pinçando do Triângulo Mineiro a cidade de Uberlândia, não espanta a prática já então recorrente dos espíritas no Brasil, e, a nível municipal, suas práticas coronelistas. Através dos *Jornais filosóficos* escritos por Barsanulfo e difundidos pela FEB um dos coronéis mais notáveis da cidade, Antônio Alexandre Vilela, tem contato com as ideias espíritas e começa a dedicar-se para a sua propagação. Encafifado com a morte de sua mulher, o Coronel passa a dedicar leituras dos livros kardecistas, a frequentar curandeiros locais e arregimentar diversas pessoas praticantes a se organizarem em prol da construção de um Centro Espírita. Uma dessas famílias, para dar uma dimensão já abordada aqui acerca do elitismo espírita, foi a família Schwindt, que chega à cidade de Uberlândia para ocupar o cargo de Chefia da Estação da Mogiana. A *Pensão Schwindt* foi a primeira casa espírita que se teve notícia na história de Uberlândia⁶⁹.

Após anos de instauração do espiritismo em Uberlândia através de reuniões semanais na casa da família Schwindt, diversas pessoas de renome foram se inserindo na prática religiosa e discutindo a viabilidade de construção de um Grupo que dessem a seus participantes as possibilidades de agirem conforme preconizava os ideias místicos patrocinados pela FEB, ou seja, um lugar onde, além das reuniões e cursos oferecidos para o desenvolvimento de médiuns, também se erigisse um local de frequência dos mais desvalidos, para a “prática da caridade e propagação do Evangelho”.

Quem narra através de depoimentos, documentos juntados e amplo conhecimento de adepta ao espiritismo uberlandense é Izabel Vitusso que, numa narrativa recheada de elogios e nostalgia pelos grandes nomes que ela reputa importantes para essa construção, conta, num tom elogioso, as diversas práticas assistenciais, caritativas e da própria religiosidade espírita na cidade. A respeito da construção do Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade (detentor do Sanatório Espírita em questão) a autora diz:

“A construção foi iniciada ainda no fim de 1917. Com a eficiente colaboração dos seus irmãos, José Julio da Silva, Alfredo José da Silva, João José da Silva e empenhando seus esforços e boa vontade, levantaram o primeiro pavilhão de 6 X 10 metros, que somente em 1920

⁶⁹ VITUSSO, Izabel Regina. **“Terra fértil, semente lançada: A história do Espiritismo em Uberlândia”**. Uberlândia, MG, 2000. Grafica Brasil.

recebeu a cobertura, as portas, as janelas e soalho. Mesmo assim, os trabalhos foram instalados no prédio. Um pouco antes, em 1919, foi eleito para presidente do Centro, o Dr. Inácio Pinheiro Paes Leme que muito ajudou com seus vastos conhecimentos técnicos e espirituais”.⁷⁰

Assim como acontecia em diversas cidades do país, os espíritas iam se organizando através de grupos e fomentando, nas cidades onde essa organização ia se dando, diversas ações voltadas à caridade social. Principalmente após a edição do Código Penal de 1942, que penalizava as ações de cunho espirituais através dos crimes de charlatanismo e curandeirismo, cada vez mais os espíritas brasileiros buscavam se distanciar das práticas já conhecida dos cultos afro-brasileiros ressaltando os métodos científicos de suas práticas e alocando aquele espiritismo na classificação de “baixo espiritismo”. Vale ressaltar também que os grupos espíritas então nascentes no Brasil enfrentaram duplo preconceito: primeiro o da medicina que via em seus tratamentos alopáticos um curandeirismo vazio de ciência; e segundo pela Igreja Católica, que via com preocupação o crescente número de adeptos à doutrina até então um tanto curiosa.

Como exposto o lugar social dos adeptos espíritas em sua maioria também favoreceu a manutenção da religião. Próximos ao Poder político de suas respectivas localidades e tendo grande influência em suas regiões (basta notar que rapidamente, às expensas de suas propriedades foram levantados fundos para a construção de um Centro Espírita na cidade de Uberlândia), os seus seguidores não foram vítimas de maiores perseguições como ainda o são aqueles de adeptos de religiões de matrizes africanas. Outro dado que nos salta a vista quando observamos o sucesso que foi a instauração de grupos espíritas em Uberlândia é o quão eficaz foi a comunicação entre os espíritas nas variadas cidades do Triângulo Mineiro. No livro de Izabel Vitusso percebe-se o quão grande era a fama de Eurípedes Barsanulfo já nessas paragens. Por vezes a autora, através de depoimentos colhidos, demonstra que os espíritas de Uberlândia iam tomar conselhos de Eurípedes Barsanulfo. Conselhos que versavam não somente sobre questões mediúnicas ou da prática religiosa, mas das dificuldades inerentes ao pleno estabelecimento de suas ações políticas, sociais, econômicas.

Dado relevante é este porque nos permite pensar as estratégias de, não apenas sobrevivência religiosa, mas também de táticas de práticas a serem implantadas. Resultado prático dessa organização a que foram capazes os espíritas do triângulo mineiro se dão na própria construção de seus projetos assistenciais. Apenas para ficar no exemplo do tratamento dispensado à

⁷⁰ VITUSSO, Izabel Regina. “**Terra fértil, semente lançada: A história do Espiritismo em Uberlândia**”. Uberlândia, MG, 2000. Gráfica Brasil. p. 49.

loucura podemos notar que se trata de construção idêntica o Sanatório Espírita de Uberaba (MG) com o de Uberlândia. Conforme mostraremos adiante, são dois edifícios com a mesma planta arquitetônica, a mesma fachada, as mesmas intenções. Debruçando-nos sobre esse fato é que podemos conjecturar a hipótese de que, atinente à questão do tratamento da loucura, tratava-se de um projeto que era posto em prática em diversas cidades, oficialmente em cadeia, gerido pelos pressupostos “filosóficos” produzidos nas discussões que se travava na sua instituição maior, a FEB (Federação Espírita Brasileira).

O desenvolvimento da comunidade espírita uberlandense acompanha, *pari passú*, o desenvolvimento da cidade de Uberlândia e regional. Na própria leitura do único livro que se dedica em minúcias à narrativa dessa trajetória pode-se notar que, quanto mais cresce a cidade e junto com ela as possibilidades de comunicação com outras cidades próximas, maiores são os números de adeptos que vão se aglutinando ao Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade, seja por motivos de mero pertencimento a uma “classe bastante ciosa de suas práticas religiosas, econômicas e sociais”, seja pela procura de novas explicações aos fenômenos espirituais que constituíam algo novo a quem não conhecia o espiritismo kardecista de então. Na esteira do desenvolvimento da cidade em que crescem também as desigualdades, também são lançados projetos assistenciais geridos e organizados pelo Centro Espírita em questão. O Lar Alfredo Júlio surge neste diapasão do crescimento urbano e orientação da comunidade espírita de catequizar pela caridade. A Escola gratuita São Vicente de Paulo é criada no intuito de educar, pela caridade, os filhos dos pobres que não tinham acesso aos bancos escolares antes devotados somente aos mais abastados. O Grupo Samaritanas é criado pelas mulheres espíritas para distribuir alimentos nas ruas da cidade que começava a ver a questão da miséria aparecendo em público.

““Onde hoje é a avenida Rondon Pacheco, no Bairro Tibery, era conhecido como *Brejo do Sapo*, lugar com casas bem humildes, onde em grupo íamos dar assistência nas casas’, lembra Deolinda Rosa, antiga frequentadora do C.E Fé, Esperança e Caridade. ‘Chegávamos e os meninos estavam esperando pelo pão. Enquanto as irmãs Leusa e Neide evangelizavam as crianças, nós dávamos assistência nas casas’, recorda-se Bittencourt. ‘Dentre outros companheiros, também José Gonzaga de Freitas passou a participar do trabalho, que chegava a assistir cerca de 30 famílias na pequena vila, onde permaneceu por muitos anos’”.⁷¹

⁷¹ Idem. p. 74.

Três dados importantes podem ser extraídos dos depoimentos citados. O primeiro dele diz respeito à aplicação prática da caridade pelos mais diversos rincões do país. Conforme expusemos quando falamos dos debates entre os místicos e científicos diante da condução da FEB, ao vencer o pensamento dos místicos vimos o quão certo deu a promoção da caridade espírita em um país assolado pela miséria advinda de uma questão de cor, e, no caso específico de Uberlândia, também ocasionada pela chegada massiva de imigrantes. O segundo aspecto a ser extraído reside no fato de que, juntamente com a caridade a uma massa miserável da população, os preceitos espíritas estavam sendo repassados através da Evangelização. Por mais que guardassem aproximações muito claras com os dogmas católicos certos aspectos da moralidade, da resignação terrena para a vida após a morte até mesmo acerca da “perfectibilidade de raças” eram empregados na catequização que se fazia à população mais pobre. E por fim o terceiro aspecto reside na questão social da cidade de Uberlândia. Conforme nos dedicamos a analisar as páginas da urbanização da cidade, nessas falas dá para se compreender o quão desassistidas eram os grupos sociais que chegavam à cidade por meio da ferrovia, rodoviária, e até mesmo dos trabalhadores urbanos antes escravizados ou filhos de escravizados.

Dados dessa imigração principalmente europeia à cidade de Uberlândia se dá com o caso de Fernando Moraes, criador do Sanatório Espírita de Uberlândia. Austríaco, chega primeiro em Ribeirão Preto e tem contato com Bezerra de Menezes. Através da Mogiana aporta em Uberlândia com o intuito claro de fixar aqui um hospital devotado apenas às causas mentais. Homem de posses, primeiro Moraes funda o *Penates Allan Kardec*, doando-o depois ao Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade em 1932. Sobre tal iniciativa a sua neta assim se referiu ao avô:

“Vovô veio para Uberlândia, se instalou no quarteirão próximo à Estação Mogiana, na atual Avenida João Pessoa, 35 – onde abriu a Pensão Moraes. Em terreno adquirido na Rua Tenente Virmondes, quase esquina com a atual Getúlio Vargas, construiu o *Penates Allan Kardec*, fundado em 1932. Posteriormente, vovô transferiu-o para o C.E Fé, Esperança e Caridade, doando inclusive o valor do prédio, para o que fez uma compra simbólica’, conta Inésia Amância Martinelli, neta de Fernando Moraes”.⁷²

Além de Fernando Moraes que foi quem doou o imóvel ao Centro Espírita, também contribuíram para a realização do projeto Alcindo Guanabara, João Dorneles e Henckmar Borges. A atuação de Alcindo Guanabara, em especial, merece atenção. Espírita aguerrido e natural

⁷² idem. p. 82.

de Tupaciguara foi ele quem, enquanto tesoureiro informal do Centro Espírita, levantou arrecadações junto à sociedade civil e demais cidadãos da cidade, através de uma presença massiva nos jornais locais, justificando a extrema urgência da criação de um espaço próprio dos “alienados mentais”.

Nas diversas atuações de Alcindo Guanabara quando da criação do ambiente propício à construção do Sanatório pode-se entrever como que a Comunidade Espírita de então, apesar das disputas existentes com a Igreja Católica, da recente reformulação do Código Penal de 1940 (que previa pena para prática de curandeirismo e charlatanismo), entre outras, essa Comunidade dispôs, em curto espaço de tempo, de lançar grandes projetos assistenciais à população da cidade. Mais que isso, apesar de todas essas disputas travadas no ambiente político e econômico da cidade, ainda assim tais projetos alcançavam apoio não só da população uberlandense como também de seus atores políticos. A hipótese mais crível para essa constatação reside primeiro no fato do alto poder econômico de seus novos adeptos; uma outra hipótese está no fato de que essas iniciativas espíritas voltadas ao assistencialismo conversavam com as necessidades políticas da cidade de gestão do espaço urbano nos moldes do que preconizava o ideário de uma “cidade jardim”.

O político bastante aclamado pela literatura espírita de Uberlândia no contexto da construção do Sanatório foi o vereador Henckmar Borges. Ao que compreendemos da narrativa ora exposta sobre o desenvolvimento do espiritismo em Uberlândia, Henckmar foi respeitado pelos espíritas por fazer defesas enfáticas da comunidade espírita da cidade, tornando-se uma espécie de porta-voz do Centro Espírita em questão. Vítusso se refere a ele como “homem com boa memória, com domínio de oratória e exímio defensor de Judas Iscariotes nas sextas-feiras santas”⁷³. Fato é que Henckmar, além de espírita, também vereador, sabia fazer a leitura política de seu momento e aliou, juntamente com a sua esposa Dona Filhinha, as necessidades sociais da cidade que ele via de perto e a crescente necessidade da Comunidade Espírita de se legitimarem como religião respeitável e distinta das demais similares em suas práticas, através da caridade e cuidado aos pobres.

Após a sua morte, a esposa do vereador continuou, ao que consta no livro de Vítusso, com as obras assistenciais voltadas exclusivamente à questão da pobreza, tais como o Dispensário dos Pobres (retratado nas imagens ao fim do segundo capítulo) e do Centro Espírita Paulo Estevão, que distribui donativos até hoje em Uberlândia. Acerca dessa legitimação do espiritismo uberlandense através do lugar social dos seus adeptos e de suas iniciativas assistenciais

⁷³ idem. p. 85.

concernentes com a política local, Raphael Ribeiro, que produziu trabalho sobre o Sanatório em questão, escreve que:

“As pressões e intimidações aos fiés espíritas não impediram o funcionamento do sanatório, o que nos leva a crer o poder que detinham os kardecistas deste período, político e dos empresários locais, mesmo que não participassem do mesmo credo religioso. O conflito em questão pareceu girar, de maneira mais intensa, por disputas religiosas sem, contudo, ter forças para impedir a intenção dos espíritas, embora a maioria da população fosse católica. Talvez por isso, facções políticas foram arregimentadas para mobilizar forças que impedisse a inauguração do sanatório. A cultura religiosa brasileira bem menos rígida do que em outros países e a escassez de projetos sociais por parte do Estado propiciaram um largo campo de atuação de entidades assistencialistas, como foi o caso do espiritismo”.⁷⁴

O Sanatório é inaugurado em 1942 com capacidade para 110 leitos. A construção do edifício foi permitida através de recursos próprios do Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade e com os donativos da população e classe empresarial uberlandense. Em seus dias de funcionamento foram abrigados mais de 800 pacientes de religiões, raça, classe e localidades distintas. A fim de funcionarem com o mais alto grau de cientificidade nos seus métodos de tratamento dos pacientes a partir do édito do Código Penal de 1940, foi abrigado também um psiquiatra, que coordenava, juntamente com os tratamentos aconselhados pelos médiuns, os diagnósticos e tratamentos preconizados pela psiquiatria de então. Cumpre-nos ressaltar que Espiritismo e saber médico no Brasil foram protagonistas de grandes disputas, no entanto, no cotidiano do Sanatório de Uberlândia esses dois saberes (poderes) andavam juntos.

2.4 - História da Psiquiatria no Brasil:

O surgimento da Psiquiatria no Brasil tenta corresponder, como já parece se tornar um ponto comum ao longo deste trabalho, aos anseios cientificistas que marcaram o mundo principalmente a partir do século XVIII. Na perspectiva médica a possibilidade de entender a psique humana, os seus impulsos, sentimentos e paixões através de um viés científico ia de encontro

⁷⁴ RIBEIRO, Raphael Alberto. “**Almas enclausuradas: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia**”. 2006. Orientador: Maria Clara Tomaz Machado. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.

ao que a ciência já preconizava nas diversas áreas do saber, como a biologia, psicologia, sociologia, história etc.

No caso do Brasil em específico esta vontade pelo saber científico se imiscui com diversas outras variantes, que também faziam parte das preocupações dos intelectuais da época. Temas como a questão da raça, do nascimento da República com vieses democrático liberais da virada do século XIX para o XX, como também o tema da abolição da escravidão e do consequente ingresso do negro à sociedade urbanizada, faziam parte das preocupações levantadas pelos intelectuais das mais variadas áreas, das quais a Psiquiatria não estava excluída.

Como um todo, aqueles adeptos à construção do saber psiquiátrico no Brasil se organizaram através de grupos, associações, ligas voltadas à solidificação do saber psiquiátrico, com premissas e práticas comuns a todos, a fim de fortalecer tal prática médica. Destas, segundo Jurandir Freire Costa⁷⁵, a mais importante foi a *Liga Brasileira de Higiene Mental* que, nascida em 1923, forneceu bases teóricas e práticas à atividade psiquiátrica no Brasil. Cumpre-nos ressaltar que, como toda e qualquer atividade profissional e científica, a *Liga* estava imersa em seu tempo histórico, não estando salva de potenciais práticas, pensamentos e mecanismos surgidos e praticados em sua época de atuação. Neste sentido, ao analisarmos o contexto de formação e implementação da Psiquiatria no Brasil cabe-nos compreender, *pari passú*, o contexto histórico e social a que estas atividades estavam situadas, o que não nos foge da possibilidade de entendê-las como ideologia.

Conforme pensamos o surgimento de certas práticas como a Psiquiatria dentro de um contexto ideológico nos detemos sobre as intenções, objetivos e influências que os seus operadores tiveram na sua própria formulação. Primariamente, acerca da Psiquiatria brasileira é necessário reconhecer que ela se baseou, simultaneamente, em dois aspectos da subjetividade humana, produzindo igualmente dois efeitos: constataativo e prescritivo. A partir das anamneses, ou seja, avaliações que são produzidas sobre o sujeito analisado, têm-se, nas bases psiquiátricas, a constatação da doença de que padece o indivíduo. Através dessa constatação, erigida por uma série de saberes e outras experiências produzidas sobre a constatação primária, pode-se chegar ao segundo efeito, o prescritivo. Através da prescrição é que o psiquiatra vai produzir no sujeito todo o peso da saber de uma ciência e do seu próprio olhar enquanto *profissional*. “Em matéria de subjetividade, sempre é descrito da perspectiva do que gostaríamos de vir a ser”.⁷⁶

Para a efetiva constatação e posterior prescrição que, juntas, têm o objetivo de “curar”

⁷⁵ FREIRE. Jurandir Costa. “**História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**”. – 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

⁷⁶ Idem. p. 8.

o enfermo, há um referencial bem claro daquilo que significa ser *normal* e *anormal* dentro de uma sociedade. Por isso, não se pode pensar a Psiquiatria desassociada da sociedade na qual ela está inserida. O seu contexto social, isto é, todo um arcabouço religioso, cultural, social, racial, econômico e político deve ser levado em consideração quando da avaliação dos sujeitos que são considerados “doentes psicicamente”. Assim, creio que fomos felizes ao longo deste trabalho em demonstrar de modo preliminar toda gama social que confirmava estas ou aquelas intenções da Psiquiatria. Sem um olhar pormenorizado da sociedade, a Psiquiatria e os seus operadores ficariam sem um pano de fundo que nos é caro nesta tentativa de compreensão.

Tendo como ponto de partida a constatação de que o fato humano é uma construção histórica é que pensamos as atuações da Psiquiatria no Brasil. A psiquiatria chega oficialmente no Brasil através da preocupação sanitária que as elites brasileiras tiveram quando da formação do Brasil moderno no século XIX. Através do relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro produzido em 1830, é que se chegou à triste constatação do pleno abandono que os considerados doentes mentais provavam naquela capital. Através da denúncia acerca da ausência de tratamento dispensado a estes doentes e na esteira da modernização da cidade do Rio de Janeiro, começou-se a preocupar com a devida alocação por parte das autoridades públicas, de um local específico para os doentes mentais, organizado e gerido por entidades médicas de modo a estudar os reais sintomas e fatos causadores de tais moléstias.

A criação destes espaços específicos e a devida preocupação atinente aos cuidados que deveriam ser empregados à figura dos “loucos” obedeceu apenas à preocupação de uma ala de médicos pertencentes à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Tais médicos, como Xavier Sigaud, foram influenciados pelas teorias de Esquirol e Pinel, que acreditavam que tais sujeitos deveriam, para o seu tratamento, serem retirados do convívio social e alocados em espaços específicos para o tratamento. No Brasil, essa lógica pela organização e segregação dos loucos do espaço social esbarrava em questões políticas, no contexto Imperial, a manutenção do poder político.

“Como foi visto na França, a criação dos hospícios foi o resultado de um processo político de reformulação da figura do louco – e do indigente, transformado em cidadão – por meio da criação de instituições democráticas e liberais que, se terminam por inscrever o louco num espaço de internamento, passaram a fazê-lo a partir da produção do seu estatuto de enfermo que necessitava de cuidados médicos. No Brasil, por outro lado, a criação do hospício foi o resultado de acordos realizados entre as elites como forma de reforçar o poder imperial que

se encontrava enfraquecido após a conturbada fase da Regência. Esta diferença entre as experiências francesa e brasileira de constituição do hospício como um espaço privilegiado de reclusão e tratamento da loucura também é ressaltada por outros autores. A trajetória que culminou no decreto de 1841 (que instituía a criação dos hospícios) foi uma sucessão de sugestões aceitas, bem encaminhadas e sancionadas pela instância máxima do governo imperial⁷⁷.

Com base no trecho acima, embora em período inicial e distante do foco de nossa pesquisa, é possível atestar que a criação de espaços públicos voltados especificamente para a alocação de doentes mentais, obedece a objetivos não meramente assistenciais e de preocupação nobre com a recuperação psíquica destes sujeitos, mas obedece a preocupações estritamente políticas que convergem para a conformação de poder. E é na esteira destes objetivos que toda a Psiquiatria brasileira será produzida, até cerca do final do século XX. Dentro do binômio que inicialmente discutíamos, *constatação e prescrição*, a psiquiatria brasileira se baseará em um terceiro, qual seja, o fundamento da *prevenção*.

Neste sentido, tirar do convívio urbano aqueles considerados anormais pela lógica social correspondia a uma intenção preventiva, de afastamento dos sujeitos indesejáveis do olhar e convívio daqueles considerados normais. “No Brasil, a constituição do hospício estava ligada apenas ao processo de controle social das populações urbanas marginais⁷⁸”, não tendo sido resultado de um amplo debate político que tivesse como objetivo validar o estabelecimento de instituições democrático-burguesas. Este sentido preventivo alcança pontos preocupantes quando pensamos nos pressupostos práticos e teóricos caros à psiquiatria de então.

Por meio das influências sofridas primeiramente pela psiquiatria francesa e depois pela alemã, os psiquiatras brasileiros acreditavam que os malefícios da subjetividade dos doentes mentais se deviam à “hereditariedade, as influências religiosas, a civilização, as influências políticas, os costumes e a educação, as influências do clima, do solo e da higiene, a idade, o sexo e o estado civil⁷⁹”. Outrossim, a ideia de prevenção não se circunscrevia à esfera da vida privada daqueles sujeitos considerados anormais, ela extrapolava para a dimensão da própria constituição social da população brasileira, naquele momento, cumpre observar, majoritariamente negra, mestiça.

⁷⁷ JABERT, Alexander. “**De médicos e médiuns: Medicina, espiritismo e loucura no Brasil da primeira metade do século XX**”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2008. Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde. p. 50.

⁷⁸ idem. p. 53.

⁷⁹ idem. p. 28.

Através, portanto, da compreensão da psiquiatria como correspondente às ideologias de seus operadores, ao assumir o status de ciência e, neste sentido, tencionar ter aplicabilidade prática na vida social do país, a Psiquiatria a uma só vez promoveu em suas práticas a sua visão sobre raça, sobre a religiosidade, sobre as visões políticas, sobre os costumes, educação, higiene e sexualidade daqueles que estiveram sob os seus poderes. Novamente, através da constatação de que não se é possível compreendê-la sem ter como pano de fundo as contradições sociais e históricas de seu momento, é que temas como raça, religião, política, sexo etc., devem ser analisadas simultaneamente à sua aplicação.

Sob este prisma, é possível se falar que dentro deste status de cientificidade os intelectuais da psiquiatria de então foram dotados de escolhas práticas, escolhas tais que denotam as suas ideologias e visão de mundo. Segundo Jurandir Freire, que se dedica sobre a matéria, a psiquiatria brasileira se fundamentou sobretudo sobre o princípio da prevenção, que recairia sobre os controles dos corpos numa lógica não só organicista, mas de própria sanitização do espaço urbano. À medida em que o foco dos psiquiatras recai na prevenção das doenças mentais, estamos diante não de práticas científicas dotadas de métodos e fins específicos, mas de escolhas culturais que recaem necessariamente sobre sujeitos pré-determinados.

“O objetivo *prevenção* imposto à Psiquiatria prescinde da cientificidade ou não-cientificidade das teorias que o informam. Ele não é necessariamente dedutível de nenhuma teoria psiquiátrica. Sua relação com a teoria psiquiátrica não é uma relação do tipo constituição, mas do tipo justaposição. O objetivo *prevenção* pode ser colocado exteriormente a qualquer teoria. Esta noção impõe-se à consciência do psiquiatra, não por uma necessidade científica, mas por uma necessidade subjetiva, de origem cultural”⁸⁰.

O psiquiatra que olha, o psiquiatra que vê e analisa com os seus próprios olhos o paciente que lhe chega, observando os seus trejeitos, mesmices, manias e olhares, não analisa o sujeito que se posta a sua frente com um olhar puramente científico e desapaixonado de suas visões enquanto psiquiatra. O psiquiatra homem, que padece e é fruto de sua época corresponde às visões, utopias e preconceitos de sua época. Ele julga do alto de sua classe e analisa a partir do seu status econômico, lança considerações acerca dos cabelos, unhas e mãos do seu paciente, através de sua experiência de raça; enclausura ou liberta uma mulher, pretensamente “histérica”,

⁸⁰ FREIRE, Jurandir Costa. “**História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**”. – 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 21.

a partir da sua compreensão de gênero. O psiquiatra, assim como afirma Michel Foucault, através de seu saber evidencia poder sobre o corpo posto à avaliação diante de si.

E é notório que a época que marca a fundação da Liga de Higiene Mental é um período marcado por intensos debates acerca da raça, de classe, de gênero e do papel que os cientistas deveriam ter diante dessa amálgama de variantes. A Liga de Higiene Mental é criada na década de 1930, na esteira do Golpe do Estado Novo e junto com ele toda uma gama de objetivos eugenistas importados da Alemanha nazista de Hitler. A *eugenia*, prática que consiste na sanitização de sujeitos do espaço social, importada da Alemanha encontrará abrigo em um país que lidava de maneira conflitante com os ex-escravos ingressando no mundo urbano, com o lugar da mulher negra (sem qualquer projeto de futuro numa sociedade desigual) tendo de prostituir-se e entrando para as estatísticas da sífilis, enfim, todo um ideário de modernidade que é imposto de maneira predatória que a ajuda dos mais variados campos da ciência, dos quais a psiquiatria não está excluída.

“A prevenção eugênica apareceu-lhes como o instrumento mais rápido e eficaz para sanear a situação. Desde então, a coerência científica pouco importava. Qualquer teoria poderia justificar a prevenção, pois os psiquiatras encarregavam-se de fazer coincidir a realidade com a representação científica que queriam que ela tivesse. Assim, o alcoolismo tornou-se a causa de pobreza e decadência moral, porque era mais encontrado nas camadas pobres da sociedade. A sífilis tornou-se atributo do patrimônio genético dos negros, por ser mais generalizada entre eles. A miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social, porque a população brasileira era miscigenada”⁸¹.

“O factor preponderante é a natureza: mil anos de disciplina não modificariam o caracter do negro”, escreveria um dos eugenistas da época. Era necessária a imposição da disciplina e a psiquiatria, por meio de seu poder coercitivo, incumbiu-se dessa missão. A década de 1930 marca o início desse olhar para o indivíduo contrastante com a norma social. Esse indivíduo infelizmente, (é o que demonstraremos em pormenores) tinha rosto, classe e gênero específicos.

A Liga Brasileira de Higiene Mental conversará diretamente com as teorias que estavam sendo produzidas na sociedade alemã nazista. Naquele país, acreditava-se na existência de uma raça pura, a ariana, que se sobreporia às demais. Aliás, o elemento raça figurará como ponto

⁸¹ Idem. p. 22.

central da vida social no Brasil desta época. A biologia, nascida no século anterior com a contribuição de Charles Darwin forneceu para os homens de então uma nova explicação sobre a teoria da vida na terra. Essa explicação mais racional, condizente com o seu tempo, acreditava na ideia de que todos os seres vivos descendiam de um ancestral comum, só que, por meio de diversas adaptações, aqueles considerados mais fortes tinham a propensão de sobreviverem aos tempos e subjugar os outros seres vivos. Na perspectiva biológica de Darwin os seres humanos tiveram essa capacidade de adaptação, conquistando totalmente o mundo.

À medida em que outros campos de saber incluem essa visão biológica de Darwin às suas análises, por ideologia, começam a confabular a hipótese de que, até mesmo dentro da raça humana haveria sub-raças, das quais umas eram mais superiores que outras, demandando, a estas em estágio evolutivo mais avançado, subjugar as demais consideradas por eles inferiores. A sociologia positivista de Auguste Comte nasce na esteira deste pensamento. A psicologia de Freud, da qual o homem é fruto do seu meio; a História positivista; Filosofia e diversas outras disciplinas são influenciadas por essa visão.

O termo *raça* surgirá, então, como sinônimo de divisão, de classificação mais ou menos moral, que a um só tempo serve de segregação e de sujeição daqueles que estão, segundo a visão evolutiva biologizante, no lugar mais inferior do estágio evolutivo. A ideia higienista perpetrado pela psiquiatria dos anos 1930 configurará uma nova tecnologia de Poder, que recai sobre raças específicas, ainda mais duramente no interior de um contexto preventivo dentro de um sistema patriarcal e escravocrata como é o brasileiro. Acerca de raça e de suas implicações práticas nas configurações de poder, Achille Mbembe, referência no tema, assim disserta:

“Para sua reprodução, o princípio de raça depende de um conjunto de práticas cujo alvo imediato, direto, é o corpo do outro e cujo campo de aplicação é a vida em sua generalidade. Se, no início, essas práticas eram prosaicas, disparatadas, mais ou menos sistemáticas, foram subsequentemente erigidas em costumes e tomaram corpo nas instituições, leis e técnicas, e seus vestígios podem ser historicamente retracados e seus efeitos descritos. Por princípio de raça se deve entender, aliás, uma forma espectral da divisão e da diferença humana, suscetível de ser mobilizada para fins de estigmatização, de exclusão e de segregação, por meio das quais se busca isolar, eliminar e até mesmo destruir fisicamente determinado grupo humano⁸²”.

⁸² MBEMBE, Achille. “**Crítica da Razão Negra**”. Tradução: Sebastião Nascimento - N-1 edições; 2ª ed. São Paulo, 2018. p. 106.

Segundo Mbembe, o termo “raça” parece sobreviver ao longo dos tempos e estar presente em todas as cisões sociais e políticas que se teve ao longo da história. Desde a noção de cidadania na antiga sociedade romana (que previa uma série de direitos somente àqueles que estavam no cerco de Roma), passando pelas grandes navegações (nas quais o homem negro advindo de África foi quem deu suporte e sabedoria dos mares ao homem branco europeu) até chegar à nova lógica colonial da escravidão moderna, os usos da raça sempre estiveram imiscuídos em uma visão muito clara de poder. A sujeição negra, neste sentido, é um dado da Modernidade, e pouco se sabe sobre a história destes povos, principalmente no Brasil pois a luta pela memória e seu conseqüente desfazimento também é um dado do momento histórico que narramos aqui.

A prática eugenista, neste sentido, é a versão moderna dessa forma de “segregação”, isolamento e eliminação física do outro. “A tarefa dos higienistas era a de converter os sujeitos à nova ordem urbana”⁸³. Dentro do contexto dessa urbanização em um país recentemente saído de suas bases escravocratas, uma grande parcela negra e mestiça no Brasil, nessa visão eugenista, não deveria desfrutar dos mesmos direitos que os cidadãos brancos. Junte-se a isso a política Varguista de imigração, que convidava e distribuía terras aos imigrantes brancos vindos de outros continentes, mais a desigualdade no país crescia e o ideal eugênico, fincado no branqueamento (arianização) do país, consolidava as suas bases.

O maior teórico da eugenia aqui no Brasil foi sem dúvida Nina Rodrigues. Maranhense, foi médico, escritor, psiquiatra. Ele acreditava numa noção positiva de história, na qual o progresso era um fato irredutível e mais propício a determinadas raças, progresso esse que seria impedido pela constituição mestiça que se tinha no Brasil. Progresso que para o autor era sinônimo de civilização, a qual apenas a raça branca experimentara e que, se se misturasse com o elemento negro rapidamente havia uma mácula que impediria o progresso do país. Nas palavras do autor:

“Os extraordinários progressos da civilização europeia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazeres e delongas para uma aquisição muito lenta e remota de sua emancipação social. Em todos os tempos não passou de utopias de filantropos, ou de planos ambiciosos de poderio sectário, a ideia de transformar-se uma parte de nações às quais a necessidade de progredir mais do

⁸³ COSTA. Jurandir Freire. “**Ordem Médica e norma familiar**”. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1ª ed., 1979. p. 35-36.

que as imitações monomaniacas do liberalismo impõe a necessidade de igualdade civil e política. [...] A geral desapareção do índio em toda a América, a lenta e gradual sujeição dos povos negros à administração inteligente e exploradora dos povos brancos, tem sido a resposta prática a essas divagações sentimentais”⁸⁴.

Juntamente com Nina Rodrigues havia também outros intelectuais nos mais variados campos de saber como na literatura com Euclides da Cunha, Silvio Romero, Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu, Aluísio Azevedo etc. Os interesses desses intelectuais higienistas eram conflitantes com a nova ordem democrático-liberal nascida mais fortemente a partir do século XX. Em suas origens de classe e de poder estes autores primeiro não lidavam bem com a ideia de liberdade democrática dos ex-escravos e nem tampouco com a ideia de inserção destes povos à nova sociedade urbana.

Com a urbanização do país e a crescente importância do Brasil no cenário internacional, no período após a década de 1940, outra geração de intelectuais da qual Gilberto Freyre faz parte, se debruçará sobre as relações raciais no país a fim de criar uma nova identidade nacional. Para o exterior Gilberto Freyre, através de sua genialidade analítica e lirismo apaixonante, desenhou a ideia inédita de que no Brasil vivíamos em uma *democracia racial*, na qual negros e brancos viviam harmonicamente, muito diferente dos conflitos raciais históricos vivenciados pela sociedade estadunidense. O ideário de democracia racial figurou como fetiche não só para a comunidade internacional, mas também para os próprios brasileiros que passaram a acreditar nela. Esse processo de creditação em que no Brasil não haveria cisões raciais aparece na sociologia de Florestan Fernandes na ácida constatação que fez quando disse que “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”.

Só recentemente, na década de 1980 que o movimento negro se unificou em prol da discussão dessas trágicas falácias produzidas no Brasil. Como afirmamos, autores como Lélia González, Clovis Moura, Abdias Nascimento, Conceição Evaristo, dentre outros colocou em cheque tal postulação teórica a fim de demonstrar as mais variadas técnicas e tecnologias de poder utilizados pelas elites brasileiras que convergiam (e convergem) para a espoliação do povo negro no Brasil. Trata-se de uma luta histórica, que perpassa as dimensões da autoaceitação, da afetividade entre o próprio povo negro, da noção de pertencimento e acesso aos espaços de Poder, da inclusão efetiva dessa camada da população historicamente excluída.

Parece redundância reaver, neste capítulo, temas raciais e de classe a todo momento.

⁸⁴ CORRÊA. Mariza. “As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil”. 3ª ed. rev. amp. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 50.

Como dissemos, sem pontuarmos essa conexão com a psiquiatria brasileira cairemos no vazio. Sem a perfeita e necessária constatação do momento histórico no qual ela estava inserida e os seus autores não poderíamos compreender plenamente a criação dos espaços asilares, os principais autores e pressupostos da psiquiatria no país e nem tampouco em qual contexto os psiquiatras que passaram pelo Sanatório Espírita de Uberlândia trabalhavam.

É na esteira do processo de desenvolvimento industrial do Brasil e do seu consequente processo de urbanização que a psiquiatria ganha força e se impõe como alternativa para as elites nacionais colocarem em prática as suas ideologias raciais, econômicas e políticas. O Hospício, neste sentido, será o lugar de segregação e espaço produzido com o fito específico, em nome da “cura mental”, de tirar de vista aqueles considerados anormais dentro de um padrão de normalidade. Em Uberlândia, como mostramos, essa normalidade era forjada em nome de um capitalismo regional então nascente, travestido de uma pretensa construção da Cidade Jardim.

Casos emblemáticos da imposição manicomial despontam pelo país, principalmente na segunda metade do século XX. Hospícios como Juquery, no interior de São Paulo e de Barbacena em Minas Gerais, demonstram a face mais dantesca daquilo que Daniela Arbex chamou de *O Holocausto brasileiro*. Não quisemos, nesta breve história da psiquiatria que ora finalizamos, abordar nos pormenores a trajetória destes hospícios em específico. De modo comparativo, à medida em que expormos a história do Sanatório de Uberlândia, algumas de suas práticas, sujeitos e diferenças, aparecerão ao longo do texto. Da mesma forma como outros autores importantes da psiquiatria brasileira, a questão da reforma manicomial etc.

Capítulo III: “Sejam bem-vindos”: um exercício de reconhecimento dos quartos, celas e pátios.

Construir um espaço dedicado ao cuidado dos “loucos” já estava nas preocupações das elites uberlandenses de há muito. O cuidado com a saúde na cidade no início da década de 1940, assim como em grande parte das cidades brasileiras, estava nas mãos de Santas Casas geridas por entidades filantrópicas. Na esteira do que ocorria em todo o país, um amplo processo de desenvolvimento industrial e urbanização crescente, era na cidade que as imensas diferenças sociais se davam e surgiam os mais diferentes sujeitos. Pessoas com moléstias infecto contagiosas, pobres que mendigavam pelas ruas da cidade que já angariava fama de “progressista”, comerciantes que desembarcavam na cidade a negócios, trabalhadores que aportavam ao município em busca de uma vida melhor.

Confesso que iniciar este capítulo que trata especificamente da rotina do Sanatório e dos reais motivos por trás de sua construção me causa um certo receio, temor, curiosidade mesclada à uma busca pessoal. No início da década de 1980 minha avó esteve internada neste Sanatório. Por incrível que pareça, cresci, na minha mentalidade de historiador, ouvindo as histórias de minha mãe que contava das diversas vezes que tentou visitá-la no Sanatório nos meses em que lá ficou internada. O prédio do Sanatório Espírita, ainda de pé na área central da cidade, de alguma forma faz parte do meu imaginário de infância: todas as vezes que passávamos lá, eu e minha mãe, ela me contava da infância dela, da sua inocência cortada pelas imagens que presenciou, pela distância imposta entre ela e sua mãe.

As escolhas do historiador são muito pessoais, escondem o que no fundo ele busca agarrar no montante obscuro de quinquilharias que o passado reserva. Busco responder, e exponho ao leitor, algo do meu passado nestas páginas, algo do passado de minha mãe, das visitas que ela não pôde fazer. Esta pesquisa no fundo representa um presente. Quero fincar, na espontaneidade das memórias de minha mãe, o final de um ciclo incompleto, mostrar a ela (e a todos vocês) como se davam os relacionamentos das inúmeras pessoas que passaram por aquele prédio. Neste sentido, dentro do número de prontuários que em verdade representam histórias de pessoas, busquei avidamente pelo prontuário de minha avó, pela foto dela, a imagem da mulher que nunca conheci. Tentei antever, em seu prontuário que talvez estivesse no meio de muitos, a descrição que alguém poderia ter feito dela: se estava triste com alguma coisa qualquer, se vestia roupas adequadas às normas da sua época, como estaria a sua tez, os seus olhos, a sua fala.

Passei anos acreditando que dessas folhas já empoeiradas eu, mesmo que indiretamente,

fosse ter conhecimento de minha avó, o seu temperamento, os seus anseios, as possíveis lutas que ela deve ter travado por lá. Por mais estranho que isso seja, queria ouvir a voz dela mesmo que de forma indireta, entrecortada pelo olhar de um clínico, um psiquiatra, um médium. Por escolha narrativa creio ser prudente não expor os resultados desta experiência pessoal neste momento, fiquemos com um olhar mais objetivo, amplo sobre a construção do Sanatório, o espaço que abrigou centenas de pessoas, inclusive minha avó.

O Sanatório é inaugurado em 1942 com ampla divulgação pela cidade, ovações pela imprensa das pessoas envolvidas no seu projeto de construção. Entre essas pessoas José Gonzaga de Freitas, que foi quem levou a termo o processo de construção, tendo angariado doações junto à sociedade uberlandense para erigir tal edifício. Na data de sua inauguração o *Correio de Uberlândia* assim comemorou:

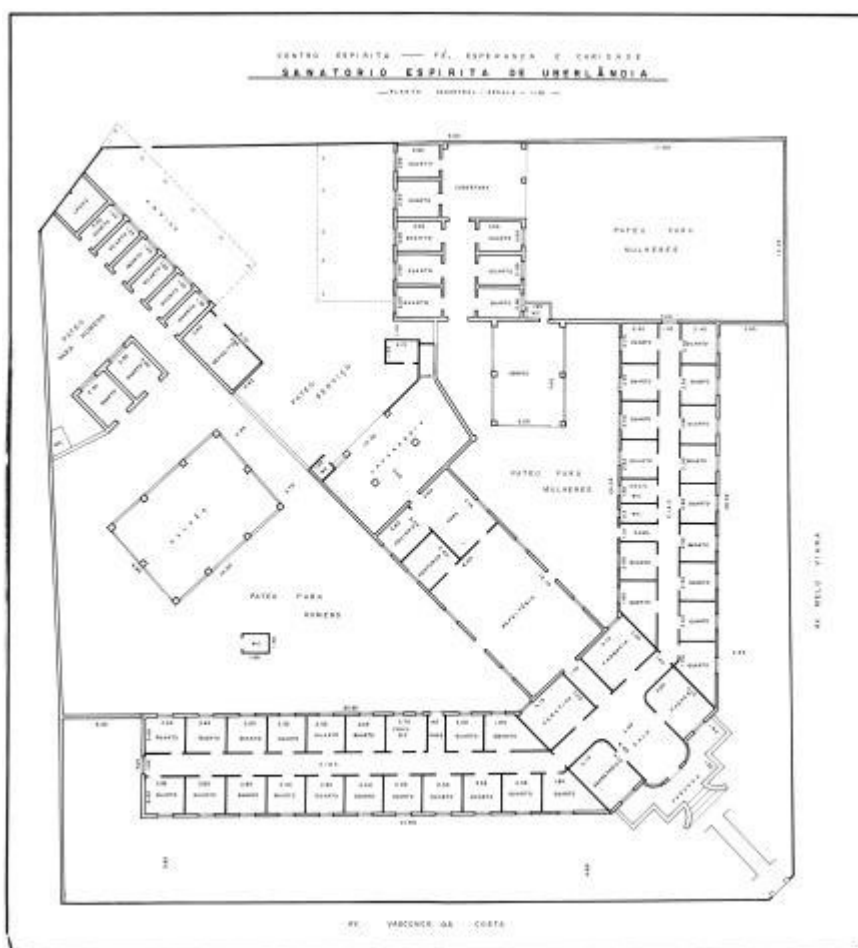
“Conforme já é do domínio público, inaugurou-se no dia 29 do mês de Abril próximo findo, o Asilo de Dementes Allan Kardec instituição essa, construída pelo espírito altamente dinâmico e caritativo do povo desta grandiosa Uberlândia e, patrocinada pela Associação Espírita. As finalidades desta benemérita instituição, pelo seu cunho verdadeiramente altruístico e humanitário não podiam mesmo deixar de merecer o apoio incondicional de todas as pessoas de bom senso – dar um abrigo àqueles que atravessando por esse orbe repleto de amarguras, ficaram privados de expressarem a sua vontade – a perca das faculdades mentais”⁸⁵.

O projeto arquitetônico do Sanatório foi desenvolvido por João Jorge Cury, renomado arquiteto da cidade e responsável, também, pelo projeto do famoso bairro Roosevelt, que, aos moldes da capital francesa, tenta replicar a ideia de urbana e de bairro planejado. No bairro projetado por ele, nota-se a sua influência francesa, ao seu centro fica instalada a famosa Praça Paris e ao redor dela, em círculos, todas as outras ruas que a rodeia, das quais a Avenida Cesário Crosara figura como a mais importante. Na planta do Sanatório, dá para se notar toda a sua genialidade, mesclada com ares de modernidade que estava completamente de acordo com os anseios da população da época.

A planta do Sanatório obedece a tons modernos, remetendo aos moldes de um avião, tal qual Brasília, construída anos depois. Divida em alas, cada “asa” deste plano piloto remetia à

⁸⁵ Correio de Uberlândia: “**Sob a mais viva satisfação, inaugurou-se domingo em nossa cidade o Asilo de Dementes**”. p. 1. 1 abr. 1942 apud RIBEIRO. Raphael Aberto. **Almas enclausuradas: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932-1970)**”. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 57.

dois pavilhões destinados a ambos os sexos. No centro de ambas as asas, com visão privilegiada, estava inserida a administração do Sanatório. De acordo com o projeto havia a capacidade de abrigar até cem pessoas em ambas as alas.



(Imagem VI: Planta do Sanatório – Arquivo Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade)

O edifício fica localizado no cruzamento entre duas ruas importantes e centrais da cidade. A Avenida Vasconcelos Costa, que abriga hoje intenso comércio e vários hospitais e clínicas; e a Rua Melo Viana, que abriga a Secretaria Estadual de Saúde e um dos hospitais centrais da rede pública municipal de saúde, a UAI Martins (Unidade de Atendimento Integrado). Hoje, pode-se observar a centralidade do edifício, mas nem sempre foi assim. A Vila Martins, conforme mostramos no segundo capítulo, era marcada, além do comércio intenso de cerealistas, casas de máquinas e manutenção de automóveis, também era marcada pela vida boêmia da cidade. Nos alerta pensar também, acerca de sua localização, que a região era tão importante para o comércio local que a principal entidade de classe da cidade, a ACIUB, encontra-se a duas quadras de distância do Sanatório, seguida pela CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas).

Cumpre-nos alertar ainda, acerca do posicionamento geográfico do Sanatório, que ele se encontrava numa das portas de entrada da cidade. Se pensarmos que no período histórico de

que estamos falando a cidade era interligada à região principalmente pela BR 365 (que liga a cidade à Monte Alegre de Minas, Tupaciguara, Ituiutaba e o Estado de Goiás), era por ali que também aportavam inúmeras pessoas, comerciantes, que chegavam à cidade. Prova disso encontra-se registrada ainda hoje na geografia da cidade. A Rodoviária de Uberlândia, construída na década de 1960, encontra-se a menos de 2 quilômetros do Sanatório, mais precisamente oito quadras. Outro dado relevante é que a duas quadras do Sanatório, praticamente ao lado da CDL, fica o edifício que antes serviam de internato para as jovens meninas uberlandenses.

Tal conhecimento mais geral da área geográfica dá-nos uma dimensão de dois fatores importantes. Primeiro: quando da doação do espaço para a construção do Sanatório não se buscou alocá-lo a uma região completamente distante, inóspita e vazia da cidade: a principal praça do município, que na época abrigava o Poder Público municipal, fica a poucas quadras de distância. Segundo: o sanatório era composto por muros baixos, que facilmente proporcionaria a visualização por parte de quem passava por fora, do interior do edifício. Esses dados, o da localização não tão excluída da cidade e a possibilidade de visualização vai de encontro ao que Goffman dizia a respeito da *visibilidade* na construção do estigma:

“A questão da visibilidade, então, deve ser diferenciada de alguns outros pontos: a ‘possibilidade de conhecimento’ de um atributo, sua ‘intrusibilidade’ e seu ‘foco de percepção’. Isso ainda deixa de lado a afirmativa tácita de que, de alguma forma, o público em geral está comprometido com aquilo que ele observa. [...] Um médico que encontra na rua um homem que apresenta manchas de um vermelho apagado na córnea e dentes angulosos e irregulares está encontrando alguém que exhibe claramente dois signos de mal de Hutchinson, outros observadores, não verão nada de mal no indivíduo”.⁸⁶

A segregação dos sujeitos indesejados, na visão de Goffman, passa pela fixação na pessoa de um estigma. O estigma da loucura, neste caso, já era fixado e lastreado por símbolos sociais, partilhados por todos. A própria internação do sujeito no edifício em questão já formava essa mentalidade coletiva acerca da condição e identidade dos sujeitos ali internados. Numa visão mais generalista Zigmunt Bauman⁸⁷ fala dos “espaços vazios” que se encontram nos espaços urbanos, os quais padecem de preconceções acerca não só do espaço, mas das pessoas

⁸⁶ GOFFMAN, Erving. “**Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**”. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1993. Ed. Guanabara, p.46.

⁸⁷ BAUMAN, Zygmunt. “**Modernidade Líquida**”. Tradução: Plínio Dentzien. Ed. Zahar – São Paulo, 2010. Cap.3: Tempo e Espaço.

que vivem nele e que são compartilhados no imaginário social.

Neste sentido, a localização do Sanatório naquela região, por mais que fosse um descampado à época e, na medida em que a cidade cresce ao longo dos 50 anos de sua existência, vai se tornando central, denota o sentimento compartilhado pela sociedade da época que girava em torno de que ali era um espaço destinado apenas aos loucos, os “dementes” das mais variadas moléstias, indigentes em sua maioria. A segregação, sob este prisma, não se circunscreve apenas aos aspectos físico, material, corpóreo destes sujeitos excluídos.

Retornando à planta do Sanatório. Pode-se notar que no ponto exato do cruzamento entre as duas ruas (Av. Vasconcelos Costa e R. Melo Viana) havia o hall de entrada do edifício. Quem entrasse nele, pelas escadas, rapidamente lidaria com duas salas iniciais: a sala da diretoria e a sala da secretaria. A Diretoria do Sanatório era ocupada basicamente por pessoas ligadas ao Centro Espírita “Fé, Esperança e Caridade”. Dois proeminentes diretores do Sanatório foram Gladstone Rodrigues e João Dorneles Santos Junior. A título de curiosidade, Gladstone Rodrigues foi pai do até então secretário de saúde do município, que esteve no cargo por cerca de 16 anos, nas quatro gestões da atual administração municipal.

Percorrendo o edifício, ainda no hall de entrada, pode-se notar a sala da secretaria do Sanatório, onde eram recepcionados familiares dos doentes ali internados, possíveis visitantes da sociedade civil e outros tantos cidadãos e familiares que contribuía monetariamente para a manutenção daquela instituição. Após vencer este primeiro espaço de cerca de 14 m², chegava-se a mais duas salas importantes: a sala de curativos e a farmácia. Daqui, dá para se ter uma noção mais clara do corpo de funcionários que organizavam tal edifício. Havia o médico e radiologista Moyses de Freitas (que, conforme veremos, era o responsável pelos diagnósticos e recepção dos sujeitos que chegavam ali). Marcolina era enfermeira inicialmente voluntária e depois contratada pela administração. Havia mais dois enfermeiros, Rosalvo e Bitencourt, contratados também pelo Centro Espírita. Os cozinheiros e outros ajudantes trabalhavam em caráter voluntário⁸⁸.

Nestes anos iniciais quem dirigia todas as funções institucionais do Sanatório e determinava as políticas de tratamento de seus internos era exclusivamente o Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade. Até a década de 1960, quando se produz legislação especial obrigando a presença de psiquiatra nestas instituições asilares, a doutrina espírita é quem reinava sozinha quanto ao tratamento que deveria ser dispensado aos sujeitos que ali estavam internados. A

⁸⁸ A relação de funcionários foi retirada de depoentes que falaram sobre o Sanatório – filhas de ex-diretores; psiquiatras que deram expediente na instituição; e dos relatórios produzidos pela administração quando do recebimento de subvenções municipais.

partir de 1960, através da atuação do então deputado estadual Homero Santos, é que foi inserido na instituição a figura do psiquiatra na pessoa de Lázaro Sallum. Abaixo, a imagem contendo alguns dos funcionários no dia de sua inauguração.



(IMAGEM V: Funcionários posam para foto na inauguração do Sanatório, 1942. Arquivo Centro Fé, Esperança e Caridade).



(IMAGEM VI: Funcionários posam para foto diante da fachada do Sanatório. Arquivo Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade, 1942).

Conforme dissemos sobre a visibilidade do interior do Sanatório, pode-se observar, como era modelo na época, os muros baixos do edifício, as janelas dispostas para ambas as ruas e um certo ar de proximidade com quem passava pelo lado de fora. Apesar dos muros baixos pode-se notar também que as paredes de ambos os pavilhões eram totalmente fechadas, o que confirma o caráter asilar que se tinha na época, o da segregação dos sujeitos que ali estavam num espaço específico e fechado para o restante da sociedade.

Sobre os funcionários salta-nos aos olhos o cuidado estético com as vestimentas. As roupas brancas, por mais que se tratasse de um dia de festa pois era inauguração, demonstram de alguma forma o apego e respeito pela ciência que, uma vez se tratando de médicos, enfermeiros e cuidadores, a vestimenta condiz com seus usos médicos. Trabalhadores contratados ou não, observa-se também a grande quantidade de funcionárias mulheres. Os homens, de compleição física forte, parecem preparados para o encontro com os sujeitos que ali seriam internados.

Acerca da força masculina na lida com os pacientes mais nervosos e do trabalho voluntário cumpre-nos expor o depoimento de uma das filhas do diretor do Sanatório, ela chegou a morar, com seus pais e outras duas irmãs, nas instalações do prédio:

“A história foi o seguinte: naquela época, o meu marido trabalhava com o pai dele na farmácia, na *Farmácia Oriente*. Então, quando lá tinha saído o enfermeiro, lá do sanatório, aí o seu Joaquim trabalhava lá no sanatório, ele dava assistência lá, aí ele falou: vou trazer o Bittencourt pra cá e ele toma conta. Então a gente morava de casa alugada e tudo aí Seu José Gonzaga falou: olha, então tem a casa aí, eles mudam pra cá e fica mais fácil. E nós mudamos pra lá. [...] Às vezes, quando precisava de mim, quando ele ia lá e, às vezes, de noite, quando precisava dele ir lá no pátio, no quarto das mulheres, aí ele me chamava, aí eu ia junto com ele. Então era assim, eu era voluntária. Quando precisava lá, a dona Nega precisava da gente pra ajudar, ela me gritava, a gente ia”⁸⁹.

O trabalho voluntário não correspondia exclusivamente aos propósitos idealistas e religiosos propalados pela Comunidade Espírita de então, no caso específico do presente depoimento este trabalho correspondia mais à uma necessidade prática que os seus funcionários enfrentavam no cotidiano da instituição. Vale reconhecer também que neste período inicial e durante quase toda a existência do Sanatório coube à Comunidade Espírita prover os suprimentos para manutenção do prédio. As doações basicamente vinham de populares que moravam na região, de subvenções municipais já descritas no segundo capítulo e das próprias doações de familiares de internos.

Acerca dos subterfúgios que vão sendo utilizados pela administração espírita do prédio,

⁸⁹ MARTINS. Celina Ferreira. Depoimentos. Uberlândia, 2002.

tais como o convite de moradia e aluguéis de espaços dentro dos domínios do Sanatório demonstram o sentido bastante colaborativo que se tinha para a manutenção daquela iniciativa. A exemplo de sanatórios como o de Barbacena, por exemplo, tais casos não teriam ocorrido, primeiro pela dimensão dos edifícios naquela cidade e segundo pela gestão do espaço levada a termo exclusivamente por psiquiatras. Uma hipótese para essa prática que culminou na presença da depoente no cotidiano da instituição recai sobre o fato de que a manutenção do espaço demandava criatividade econômica dos seus gestores, a fim de manter a prática assistencialista quase sem apoio do Estado.

Nos depoimentos que tratam sobre a manutenção do espaço e da iniciativa espírita observa-se as grandes dificuldades enfrentadas por seus dirigentes. Nicilídia, filha de um dos diretores do Sanatório e posteriormente dirigente do Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade assim descreve essas dificuldades:

“E nessa época um dos seus psiquiatras era tio Moysés de Freitas. E era sustentado porque o papai andava nas ruas pedindo, nas casas, nunca foi sustentado pelo poder público, nunca ganhamos nada. Foi a população uberlandense que sempre sustentou. Nunca faltou a carne, a verdura, os ovos, nunca faltou, remédios. Papai comprava remédios na Cidade, em São Paulo. Depois quando foi fechado pelo poder público, né, porque não podia ficar mais”⁹⁰.

Apesar das agruras, após a inauguração no início da década de 1940 o Sanatório teve vida longa, recebendo centenas de pessoas. Continuando os passos por dentro do edifício ainda no hall de entrada que marca a presença de quatro salas distintas (diretoria, secretaria, curativos e farmácia), podemos notar que estamos no centro do edifício, onde ficava literalmente toda os espaços de gestão daquela instituição. Na farmácia provavelmente encontraríamos inúmeros insumos utilizados para exames de sangue, fluidos de “passiflora”, “canela preta corupista”, edolsina, cardiosit, “fluido de abacateiro”, “fluido de pariparoba”, sulfato de esparteina etc.

Inúmeros medicamentos utilizados e descritos nos prontuários de cada interno, uns com mais detalhes, outros com quase nada que se possa observar. Nota-se que os prontuários mais detalhados quase sempre são de internos que têm acompanhamento da família, ou daqueles que a família pagava por sua estadia. Remédios presentes nessa farmácia que iam desde tratamentos com ervas a fim de se tratar inflamações menos severas, e outros remédios demandados pela própria família e com sugestão de aplicação de pessoas especializadas, como era o caso do médico Moyses de Freitas.

⁹⁰ NICILÍDIA. Depoimentos. Uberlândia, s/d.

Se seguirmos reto por uma passagem de 1.40 m que divisa a farmácia da sala de curativos daríamos direto para o refeitório, que fica na região central do edifício. Ao centro deste refeitório, se identifica portas de ambos os lados que dão para os pátios feminino e masculino. Em cada pátio um galpão que, conforme depoimento já exposto, poderiam ter sofrido alterações para a construção de casas para os funcionários e suas famílias, talvez vindas de fora ou passando por necessidades maiores. No refeitório, que provavelmente era compartilhado por todos de ambos os sexos, conforme também o depoimento, servia-se carne, verduras e frutas, angariadas de doações da sociedade uberlandense.

Ao fim do refeitório, seguindo, uma sala mais ampla que servia de copa de onde certamente saíam os pratos destinados aos internos. Contígua à copa uma pequena dispensa, cozinha, um depósito e uma rouparia. Diante de todas as salas, em escala maior, a lavanderia do Sanatório que certamente deveria ser de grande uso para uma população de internos que pretensamente poderia não ter cuidados maiores com a higiene e limpeza pessoal. Segue-se à lavanderia e num canto dela uma porta que dá para uma área de serviço, onde certamente apenas o pessoal autorizado deveria ingressar. Nesta ampla área de serviço mais dois depósitos, um sanitário masculino e outro feminino e, surpresa: seis celas com dimensões de 1.40m X 3,00m.

A que se devia essas celas? Quais eram os sujeitos que estavam destinados a irem para aquele canto, sem distinção clara de sexos que adentravam nelas? Por que, depois de um longo trajeto, após vencer inúmeras salas, pátios e depósitos, em área central e naquilo que seria a “cauda do avião”, em espaço tão escondido, por que ali havia celas? Tal informação contrasta com o tom relativamente idílico que se teria sobre o Sanatório.

Um espaço prisional como este era destinado a sujeitos específicos. Um depoimento acerca disso nos dá uma certa dimensão disso:

“Eu tô pensando no pavilhão das mulheres, devia ter mais ou menos 100. Não ficava dois doentes em cada quarto, né mãe. Um em cada quarto, cada enfermo tinha um quarto. Não ficavam dois. Então era uma média de uns 60, 50. devia ser uns trinta quartos pra mulheres e uns trinta pros homens, mas tinha aquelas casinhas do fundo, o isolado. Tinha o isolado, o isolado devia caber o quê? Uns dez de cada lado. Umas oitenta, porque 60, seria 30 num pavilhão, 30 no outro pavilhão e os isolados tinha das mulheres e tinha dos homens. Os isolados era onde ficava os doentes que chegavam muito loucos, muito rebeldes, então eles ficavam lá porque nos quartos não podia ter nem cama, porque a cama era de alvenaria [...] Era uma cama bem mais firme,

porque punha madeira lá, quebrava tudo”⁹¹.

Os sujeitos mais revoltados e violentos iam para este espaço aos fundos do edifício. Normalmente com grande capacidade de reconhecimento de sua nova condição e sendo recepcionados num espaço que lhes privavam a liberdade, eles quebravam camas, rasgavam os colchões, gritavam e esbravejavam no interior de suas celas. Segundo depoimento acima citado a situação era tão difícil que num dado momento da existência do Sanatório a administração achou por bem criar um modelo de cama feito de lonas de caminhão. Por serem mais resistentes, os internos poderiam arranhá-las, morder, sem que com isso ocasionasse em maiores prejuízos ao Sanatório. Estes sujeitos, se saíam das celas e quando saíam, tinham pátios específicos de convivência.

No espaço mais distante destes pátios privativos aos pacientes mais violentos havia uma colchoaria, um depósito de camas e colchões para sempre serem repostos em casos de qualquer inutilidade deles, causada seja por casos de violência, seja por casos de necessidades fisiológicas. Pensar que este espaço mais escondido que ao mesmo tempo deveria ser também o mais fétido e repulsivo, abrigava uma grande quantidade de pessoas, provavelmente não aqueles que pertenciam às famílias que doavam para o Sanatório e pagavam pela sua estadia no edifício. Provavelmente era ali que ficavam os indigentes, os que padeciam de moléstias infecciosas, os que não aparecem nos prontuários e quando aparecem, carecem de maiores informações que não apenas o seu nome, a data de entrada e de saída quando mortos.

Retornando ao centro da administração do edifício, lá em sua entrada, estamos diante das duas “asas”, diante de dois grandes corredores que se abrem, à esquerda e à direita, desnudando uma quantidade imensa de quartos, cerca de cem deles. Para todos os quartos, uns maiores e outros menores, apenas quatro pequenos banheiros e ao final do corredor, diante de quartos específicos, uma espécie de sala de estar. Neste primeiro reconhecimento do local que convidamos o leitor a nos acompanhar, eventualmente pausando para expor alguns funcionários, suas relações de trabalho, seus instrumentos de trabalho etc., já chegamos a uma certeza evidente: havia tipos de recepção e tratamento específicos para cada paciente que ali era internado. A disposição dos quartos (e das celas!) demonstram isso. Feito este preâmbulo pela geografia do espaço, creio que seja necessário refletir em algumas considerações gerais sobre os perfis de nossos internos, a fim de, em caráter analítico, lançar luz sobre padrões e dissidências presentes no interior dessa instituição.

⁹¹ MARTINS. Celina Ferreira. Depoimentos. Uberlândia, 2002

3.1 – Dados, padrões e sujeitos: o que esperar de uma visão analítica sobre a instituição?

Pensamos inicialmente na cidade de Uberlândia dentro de uma lógica de solidificação de um capitalismo regional, fincado em suas relações agrárias e logísticas. Ao produzir um olhar também inicial sobre o Sanatório Espírita analisamos, a partir de sua localização geográfica no interior da cidade, a dinâmica sociopolítica em torno de sua construção e manutenção. No momento, pensando essas relações sociais que se davam a nível regional e como tais se apresentam no interior da instituição é que pensamos iniciar este tópico com o objetivo de expor as mais variadas procedências dos sujeitos que foram internados ali.

A partir dessa atividade creio que seja salutar a demonstração, a um só tempo, da importância que a cidade já ocupava no imaginário das pessoas que viviam em cidades próximas a Uberlândia e como que esses dados aparecem inscritos nos prontuários com os quais lidaremos. O recorte temporal de nossa pesquisa compreende as décadas de 1940 a 1960. O leitor mais atento poderá colocar-se diante da seguinte dúvida: se a instituição funcionou de 1940 até 1990 por que não produzir uma análise de um tempo mais recente? Minha vontade enquanto pesquisador era produzir o trabalho com um recorte temporal mais próximo ao final da década de 1980, o que inseriria a pesquisa dentro de temas como a Reforma Antimanicomial, Globalização, hegemonia do neoliberalismo global, o que nos permitiria pensar até mesmo Uberlândia num contexto mais próximo, atualizado.

Contudo, no exame da documentação, sistematizamos, ano a ano, todas as informações oferecidas pelos prontuários e nela confirmamos o fato de que é até a década de 1960 que temos documentação disponível, completa quanto às informações e dados. O restante que foge a este período normalmente aparece sem data, com informações confusas e incompletas, o que não nos permitiria uma análise robusta e crível. Sanada essa dúvida de cunho temporal, acreditamos ser possível expor os métodos práticos de nossa pesquisa. Analisaremos cerca de 725 prontuários compreendendo, como dissemos, esses 20 anos iniciais da instituição. Cruzando os dados que demonstraremos nestes tópicos é que escolhemos por determinadas abordagens que o leitor verá ao longo dessas páginas.

O Sanatório Espírita de Uberlândia ao longo de sua existência abrigou quase mil pessoas em suas dependências. Delas, grande parte não foram só pessoas nascidas e criadas em solo uberlandense. Até mesmo pela importância que a cidade já ocupava em nível regional, observamos que Uberlândia, neste período, já provava uma intensa circulação de pessoas dos mais variados lugares do país e até do mundo. Conforme os números abaixo indicam o processo de integração de Uberlândia a outras regiões do país se deu mais intensivamente entre os Estados com os quais Minas Gerais faz fronteira e o caso de Uberlândia, em específico, em lugar de

destaque já naquele período. Quando analisamos a procedência dos internos esses dados ficam mais evidentes.

Tabela IV: Principais Estados de Procedência dos Internos

Procedência por Estados	Quantidade
Minas Gerais	410
São Paulo	84
Goiás	175
Bahia	30
Outros	26

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia).

No caso de Minas Gerais grande parcela dos internos eram provenientes de cidades próximas a Uberlândia, como Araguari (37), Tupaciguara (25), Monte Alegre de Minas (29), Ituiutaba (40), Uberaba (19), Patrocínio (20), etc. Os internos naturais de Uberlândia (87) normalmente aparecem como também residentes em zonas rurais, cerca de 30% dos que aparecem como naturais de Uberlândia residem de fato em sua área urbana.

Os provenientes do Estado de Goiás normalmente vêm de cidades mais próximas como Itumbiara, Catalão, Rio Verde, Ipameri e Corumbá. Do Estado de São Paulo as principais cidades que aparecem nos prontuários são Franca, Campinas e Iguarapava. Dos provenientes do Estado da Bahia em todos os seus prontuários só está inscrita a informação quanto ao Estado, a cidade raramente aparece. Ao todo, dois internos vieram de outros países, um da Alemanha e outro da Espanha.

Dos dados relacionados ao gênero dos internos tivemos os seguintes números:

Tabela V: Quantitativo dos internos por gênero

Gênero	Quantidade
Homens	306
Mulheres	419

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Quando recaímos mais especificamente em dados relacionados à raça dos internos temos os seguintes números:

Tabela VI: Divisão racial dos internos

Cor	Quantidade
Branca	435
Preto	248
Pardos	21
Sem Informação	21

(Fonte: Prontuários Sanatório Espírita de Uberlândia)

É necessário salientar que existem grandes variações quanto ao preenchimento dos dados relacionados à raça dos internos. Conforme nos ensina Lilia Schwarcz, a questão do colorismo no Brasil corresponde a fatores subjetivos de quem insere os dados oficiais e analisa de fato a cor dos sujeitos. Surgindo para nós até mesmo como um dado sociológico brasileiro, quando se analisa o preenchimento dos dados relacionados à cor preta as variações vão desde “moreno”, passando por “mulata”, indo a “negro” ou simplesmente “preto”. Tentei uniformizar essas variações inscrevendo nos dados acima apenas a cor “preta”, tal qual hoje se aplica nas pesquisas levadas a termo pelo IBGE por exemplo.

Há autores, sobretudo do movimento negro brasileiro atual como Silvio de Almeida (nota), que defende a ideia de que tudo aquilo que não é branco é, por exclusão, negro. Analisando sob essa ótica poderíamos incluir os pardos também ao rol de pretos, critério que optei por não utilizar a fim de não recair em dualidade de raças, suprimindo aquilo que ainda hoje é considerado válido por institutos de pesquisa quando se debruçam sobre o tema da raça. Suprimi, portanto, as variações em torno da raça negra por achar que grande parte das outras designações a esta parcela da população corresponde a nomenclaturas racistas, retrógradas e atrasadas.

Quando pensamos, sob este mesmo recorte, o tema do gênero também procurei por dados que me balizassem afirmar as possíveis variações de gênero existentes no Sanatório. No entanto, por mais que muitos prontuários versem sobre sexualidade, gênero e temas afins de forma clara e evidente, não há bases contundentes expostas nos prontuários que me permitam afirmar a existência de outros gêneros no interior da instituição. O binarismo, neste sentido, em razão da época, obscuridade nas informações específicas de tal dado ou até mesmo por se tratar de uma preocupação recente de nossa sociedade, aparece nos dados citados acima por conta da máxima clareza que procuramos dar às informações colhidas ao longo da pesquisa.

Nos dados relacionados ao estado civil dos internos temos:

Tabela VII: Estado civil dos Internos

Estado Civil	Quantidade
Casados	301
Solteiros	281
Viúvos	69
Sem Informação	74

(Fonte: Prontuários internos Sanatório Espírita de Uberlândia).

A título explicativo, também notamos variações presentes nas informações atinentes ao estado civil dos pacientes. Normalmente nos prontuários aparecem duas informações que tendem a substituir o estado “casada”: *amancebada* e *amasiada*. Curiosamente, por mais que seja numa parcela ínfima de prontuários (cerca de 10), essas duas nomenclaturas aparecem apenas nos prontuários das internas femininas. Nos prontuários dos homens normalmente se vem inscrito apenas casados ou solteiros. Novamente, a título de uniformizar tais dados consideramos necessário aloca-los como casados. Por se tratar, como dissemos, de um número relativamente pequeno de prontuários com esse esse tipo de estado civil, optamos por suprimi-los. Caso fosse alto o número destes prontuários criaríamos uma definição específica, por se tratar de um dado importante do ponto de vista sociológico e histórico daquela sociedade naquele período.

Debruçando-nos sobre a faixa etária dos pacientes, optamos por separá-los em faixas de 10 anos, a fim de ter um recorte etário mais pormenorizado.

Tabela VIII: Faixa etária dos Internos

Faixa Etária dos internos	Quantidade
Até 10 anos	3
Até 20 anos	127
Até 30 anos	170
Até 40 anos	114
Até 50 anos	75
Até 60 anos	23
Até 70 anos	7
Até 80 anos	3
Sem Informação	200

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Conforme podemos observar na planta arquitetônica do Sanatório, nos depoimentos colhidos, entrevistas ou reportagens nos jornais, não havia uma distinção de tratamento entre crianças e adultos. Nas próximas páginas o leitor acompanhará, por mais que se trata de casos relativamente pequenos relacionados às crianças, as trajetórias de meninos e meninas que foram internados na instituição. O maior número de internos recai na faixa dos 20 aos 50 anos de idade, que eram as pessoas que detinham maior atividade profissional, conjugal e da vida civil, aparecendo nos prontuários com maior frequência. Tal frequência, no entanto, não nos alenta diante dos inúmeros casos de abandono, agressão e descaso com aquelas pessoas de idades mais avançadas.

O tempo de permanência na instituição foi outra variante catalogada em nossa lida com os prontuários, a fim de captar o mais detalhadamente possível essas permanências dividimos tais períodos por meses e anos.

Tabela IX: Tempo de permanência dos internos na instituição

Tempo de permanência	Quantidade
Até 6 meses	293
Até 1 ano	374
De 1 a 3 anos	36
De 3 a 5 anos	5
Nunca chegou a sair	2
Sem informação	15

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia).

Em todos os dados colhidos pertinentes à vida dos internos na instituição asilar podemos notar padrões e exceções, repetições que aparecem e são tidas como corriqueiras em todos esses anos de sua existência, e exceções que, cruzadas, nos fornecem bases de compreensão não só do funcionamento do Sanatório como também o de seu lugar na sociedade. Os excessos, vislumbrados aqui como aqueles que nunca saíram da instituição e daqueles que ficaram internados nela por um longo período são ricas fontes de análise neste sentido.

Ainda em continuidade ao processo de admissão, internação e saída desses pacientes, também colhemos dados referentes ao progresso dos internos, se foram curados ou não. Por se tratar de avaliações normalmente subjetivas, vistas pelo olhar dos funcionários (normalmente espíritas), que tendiam a obedecer a critérios sociais e financeiros, não se pode arguir fidedignamente pela cura ou melhora considerável dos pacientes. O conceito de cura, de melhora ou

de piora estava sujeito ao crivo de funcionários que tinham princípios e práticas distintas do que consideraríamos hoje, do ponto de vista psiquiátrico, como boa evolução do quadro clínico. Contudo, por mais que se trate de conceitos subjetivos avaliados com muitas condicionantes pelos funcionários, tais dados nos dão uma dimensão da mensuração que os diretores, funcionários e a própria sociedade tinham da importância daquela instituição para o corpo social. Os números, neste sentido, indicam direções, caminhos possíveis, metas traçadas que, analisadas com outros dados já expostos acima, nos permite conjecturar algumas hipóteses acerca do desenvolvimento e manutenção do Sanatório. De modo geral os prontuários aparecem com os quadros clínicos avaliados entre: melhorados, curados, inalterado, retirados, falecidos, fugitivos, transferidos e aqueles que constam sem informação quanto à saída.

Tabela X: Taxa de cura do Sanatório Espírita

Motivo da saída	Quantidade
Melhorados	38
Curados	372
Inalterado	1
Retirados	32
Falecidos	9
Fuga	1
Transferidos	16
Sem informação	256

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia).

Diante dos dados apresentados podemos notar que em todos eles, desde os que tratam da faixa etária até aqueles que indicam o índice de cura dos pacientes, todos eles apresentam padrões. Vemos que, se observarmos do ponto de vista da eficiência da instituição com relação à cura dos pacientes que adentravam nela chegamos à conclusão de que tal iniciativa cumpriu sua missão. Contudo, se nos detivermos com mais profundidade sobre o conceito de cura, que passa por uma discussão necessária sobre os preceitos espíritas e seus postulados práticos, certamente notaremos que não foi bem assim, que a instituição teve algum viés prisional e correccional em suas atuações.

Outrossim, quando detemos nossos olhares para as exceções, isto é, para os números que parecem marginais àquele padrão, experimentaremos as dissidências, os sujeitos normalmente mais velhos, que ficaram um longo tempo aprisionados sem qualquer grau de evolução

em seu quadro clínico ou sem qualquer tipo de critério que justificasse tal privação de liberdade. O nosso olhar a partir da lida com esses dados recairá sempre nestas dissidências, nestes “pontos fora da curva”, no *não-padrão*. Cremos que através daquilo que se chama minoria nos dados poderemos explorar uma gama infinita de possibilidades de vivências e também de violências, perpetradas por um sistema que extrapola os meandros do Sanatório em si.

Dito isso é lícito observar, em caráter preliminar, que as próximas páginas, a partir da exposição geral dos dados que ora se encerra, decairão sobre sujeitos específicos que, a nosso ver, de alguma forma dá conta do todo. Nossas escolhas por pinçar alguns sujeitos específicos não vai no sentido de suprimir a variedade imensa de fatos e sujeitos que estiveram ali. Antes, visa organizar no máximo que pôde ou que esteve a seu alcance, os padrões e exceções que conviveram entre aquelas paredes, grades, quartos e celas. Iniciaremos pela ala feminina, tentando traçar um perfil comum entre as internas. A partir dessa escolha que tenta flunar pelos corredores do Sanatório é que iremos tocando em alguns pontos importantes que surgiram na análise documental.

Mais adiante iremos abordar a presença das crianças na instituição. Como eram tratadas, porque chegaram naquela instituição, o tratamento que lhes era dispensado, as questões privadas que envolviam os seus ingressos no Sanatório, dentre outras questões. E ao final, na ala masculina, discutiremos, a partir dos dados que foram levantados, sobre os sujeitos que ali estiveram. Novamente evidenciando padrões e rupturas. Padrões e rupturas que perpassam pelas relações sociais exteriores ao espaço asilar, pela própria dinâmica de funcionamento dessa instituição e pela história privada dos inúmeros sujeitos que estiveram ali.

3.2 – Ala feminina: “histéricas, loucas, depressivas”:

Presos, neste longo corredor que nos leva aos inúmeros quartos da ala feminina, continuamos a nossa jornada em reconhecimento dos muitos que passaram por aqui. Um corredor de 1.40m, cortado por dois banheiros e uma passagem que dá para um amplo pátio, no canto, um jardim. Mas antes de entrar propriamente em seus quartos provavelmente deve-se ter iniciado o longo do processo de acepção desses corpos, a análise minuciosa dos dentes, dos cabelos, da tez, do ânimo, do cheiro.

“A identidade deteriorada”, usando uma expressão de Goffman, se inicia nesse processo: quando essas mulheres chegam no espaço asilar, com seus colares, talvez vestidos, brincos,

enfim, reminiscências que contam a sua história, conformam a sua identidade, rapidamente devem ser contabilizados, enumerados, retirados do seu corpo em prol da sua própria segurança. O uniforme, vestido no lugar das roupas, além de igualar a todas retira de cada uma aquilo que se tem de mais valioso: a sua identidade. O mundo interior é completamente suprimido pelo exterior, a imagem imposta ao eu converge para essa deterioração. Fazer falar essas vozes e este longo do processo de mutilação do *eu* é tarefa difícil, está imiscuida em palavras, pré-concebidas por meio de códigos médicos presentes nos prontuários. Tal como Maria Clementina Pereira Cunha, é preciso ver o Sanatório como a um “espelho do mundo”⁹²:

“Fazer emergir o seu arquivo – o que equivale a evidenciar as relações concretas que a situação asilar cria dentro de si e em relação ao mundo exterior. No hospício, a fala do saber enuncia-se de uma outra maneira, operacionalizada nos casos individuais e traduzida em experiências singulares e cotidianas. Neste contexto, a dimensão do poder da qual está imbuído o saber alienista revela-se com maior clareza: não mais a fala generalizante da ciência, mas sua aplicação a situações específicas, seus desdobramentos e implicações, seus desígnios e contradições”⁹³.

Gostaria de iniciar esse processo começando pelo que chamo do “reconhecimento da imagem do eu”. Através do olhar médico, que provavelmente se posta diante da paciente, dá para se ter uma noção indireta de tamanhas minudências que são auferidas e inscritas nos documentos, os quais nos permite hoje esboçar os perfis, ter uma ideia de seus rostos.

No primeiro ano de existência do Sanatório, 1942, foram internados poucos pacientes, os documentos dão conta de que foram 17 ao todo. Neste primeiro ano, cumpre observar uma quantidade imensa de anônimos, quase a metade daqueles que aparece grafados com nomes, raça etc. Na urdidura do documento algumas informações importantes, para o diagnóstico dos pacientes eram levantados os seguintes dados:

⁹² CUNHA. Maria Clementina Pereira. “O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo”. Ed. Paz e Terra; 2ª ed. Rio de Janeiro: 1986.

⁹³ idem. p. 16.

Tabela XI: Dados que compõem os prontuários)

Ano do Livro	Idade	Filiação	Motivo de saída	Tipo da doença
Nº ficha do pac	Cor	Procedência	Exame Físico	Tratamento
Nome	Naturalidade	Entrada/Saída	Exame Mental	Diagnóstico
Estado Civil	Religião	Prognóstico	Histórico da Doença	Outras informações

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

O cruzamento dessas informações nos permite pensar as diversas dimensões não apenas objetivamente do sujeito em si, mas das possíveis relações sociais que deve ter travado ao longo da vida, as relações políticas que estão acima dele, quando pensamos na informação específica da sua cidade de procedência podemos conjecturar acerca das relações políticas existentes em sua época, etc. Contudo, agora nos atentemos à imagem construída acerca dessas mulheres.

3.2.1 : “A imagem deteriorada”: o que se diz desses corpos:

Na própria construção das informações físicas das pacientes, pode-se observar um imenso caldo cultural que vai culminar nas políticas de tratamento desses corpos, isto é, de acordo com a descrição minuciosa do formato do nariz, da composição dos cabelos, da cor da pele, é que se vai definir qual o tratamento a ser dispensado a esta ou àquela mulher. Neste sentido, o cruzamento de informações entre a cor da pele, a descrição física da pessoa e o tratamento destinado a ela é de suma importância para a nossa análise. Em 1942, no ano inicial dos trabalhos do Sanatório, tem-se a primeira mulher. Sua descrição física assim se segue:

“Nariz: pequeno e simétrico; Ouvido: pavilhões auriculares pequenos e bem implantados; audição normal: garganta: boca regular com dentes em bom estado de conservação. Personalidade: Psicopática”.⁹⁴

O tom lacônico do prontuário se pode observar em quase todas as informações expostas na tabela acima. Não se tem qualquer informação que não a sua compleição física e o motivo por que entrou ali, o espaço destinado ao nome aparece vazio, apenas com a informação de que se trata de uma mulher. No motivo da doença denota-se que esteve ali pelas mãos do marido que, diante da recusa desta mulher em se relacionar com ele, sentiu que ela estivesse “doida”.

⁹⁴ Ficha: sem informação; Código 3. Ano: 1942.

“Achando que lhe tinham feito feitiço, deixando de se alimentar, de dormir. Começou a sentir que estava muito doente e, portanto, com grande necessidade de fazer um bom tratamento. Nesta mesma ocasião tomou uma grande antipatia do seu esposo, não podendo...”⁹⁵.

Duas informações necessárias, ressalvas aliás, se podem extrair desse prontuário inicial. Durante o nosso reconhecimento serão vários os prontuários sem qualquer tipo de informação, que serviram apenas para dar conta de que ali havia uma paciente. Essa ausência de informação, creio seja necessário denunciá-la preliminarmente, esconde na verdade uma presença gritante e confirma de alguma forma a tese já aventada de desigualdades nos tratamentos dispensados àqueles que provavelmente não tinham família a quem essas informações eram necessárias e que chegaram naquele local como indigentes.

A maioria dessas mulheres chegam pelas mãos de um homem, quase sempre de seus maridos ou de seus pais. Quando ocorre tal fato, a voz destas mulheres acaba sendo suprimida, uma vez que é o marido quem conta por elas o motivo da sua internação. Dessa forma, sempre se deixa antever a seguinte frase nestes prontuários: “Quem a trouxe aqui diz que padece de tal mal”. Ato contínuo à entrega de suas esposas ou filhas para a instituição, por mais que haja o nome e sobrenome da paciente na ficha de internação, não se vislumbra o nome do pai ou marido, que as deixou para serem internadas. Acredito, para essa atitude, em duas hipóteses: a primeira de que estes homens, a fim de manter incólume o nome da família de qualquer estigma de doença mental, prefere suprimir tal informação; a segunda de que estes próprios pais ou maridos, quase sempre vindo de cidades e estados vizinhos, apenas passaram pela cidade para deixarem morrer na instituição tais mulheres, não lhes interessando deixar maiores informações a fim de evitar contatos futuros.

Continuando na compreensão acerca das imagens, percebe-se a recepção de uma mulher, idosa de 66 anos, negra, que é internada em 1942. Na sua descrição física o funcionário que produziu a sua ficha deixa entrever qual a sua noção de raça e os caracteres próprios da raça negra, acerca da imagem da paciente ele escreve: “nariz chato, peculiar à raça; boca regular e dentes em péssimo estado de conservação”⁹⁶. Dentro do que expusemos sobre a religiosidade brasileira e a construção do espiritismo kardecista dentro dos moldes europeus como sendo um espiritismo branco e superior, nota-se que a paciente ora em questão, pela própria procedência

⁹⁵ idem.

⁹⁶ Ficha: 022. Código: 07. Ano 1942.

da raça e dos motivos que a levaram ali, certamente era praticante das religiões de matrizes africanas. Conforme salientamos, ela não conta ao funcionário o mal que padece, quem fala por ela é um sujeito oculto, como o prognóstico assim demonstra:

“Quem nos contou sua história afirma que conhece a paciente há uns 22 anos, e nos informa que tanto ela como seu marido já eram loucos. Depois que seu marido faleceu, passou a morar na casa da informante. Daí em diante ela apresenta acessos de loucura todos os anos, com a inauguração do Sanatório Espírita de Uberaba, ela foi internada anualmente até 1941 e, mudando-se para Uberlândia, foi internada aqui pela primeira vez. Estes acessos de loucura duram de 2 a 4 meses, caracterizando-se por: não dormir, não se alimentar, rasgar suas vestes e fazer tira de roupas de cama, arrancar plantas, agredir qualquer pessoa e se a deixar vai para a rua e caminhará a toda a vida. Fala muito e sempre nos que morreram, canta, dança, dá gargalhadas e nunca a viram chora. Estes acessos de loucura além de serem anuais, de durarem de 3 a 4 meses, apresentam ainda a particularidade interessante de se iniciarem sempre no mês de Abril”⁹⁷.

O diagnóstico feito a essa paciente atesta que ela sofre de possessão demoníaca. A título preambular, na maioria dos casos em que se trata de homens e mulheres negras, nota-se certa tendência a imaginá-los como praticantes das religiões de matriz africana. O tratamento dispensado a estes sujeitos normalmente vai desde o encarceramento até a pregação do “verdadeiro evangelho” acreditado pelos espíritas kardecistas de então. Conforme demonstramos, o conceito de *baixo espiritismo* criado pelos espíritas kardecistas intencionalmente tendiam a aliar os seus praticantes à imagem de algo demoníaco, que privava aqueles que professavam tal fé, de sua plena e efetiva capacidade mental. A continuidade dos acessos que a levou até o Sanatório parece ser algo a que as pessoas ao seu redor estavam acostumadas, pois ocorriam anualmente de forma notória no mês de abril.

Outro dado relevante, apesar de o sujeito que a entrega para a internação ser um sujeito oculto, reside nos longos anos de conhecimento que tinha da paciente, 22 anos. Parece que a pessoa que a entrega se incumbiu da missão de cuidar da paciente, principalmente após a morte de seu marido. Nos casos em que se trata de filhos ou parentes próximos que deixam as pacientes normalmente vêm inscritos alguns dados do informante, para os casos de melhora, cura ou morte. No caso em específico parece que o sujeito que a deixou na instituição a deixou no intuito de livrar-se de um incômodo, um encargo que incomodava principalmente após chegar

⁹⁷ Idem.

à cidade de Uberlândia.

Algumas hipóteses podem ser levantadas: será que o sujeito que a deixa trata-se de um patrão que a empregou durante mais de vinte anos e agora, diante dos acessos e da ausência do marido e de quaisquer outros familiares, a deixou ali para os tratamentos do Sanatório? Será que se trata de apenas um vizinho, um amigo da família ou até mesmo um parente distante que, diante do já acostumado ato de presenciar seus acessos anuais, procurou pela ajuda do Sanatório a fim de salvá-la de prejuízos físicos e morais maiores? São inúmeras possibilidades que, diante da ausência de informações que nos permitam corroborar fatos, deixam-nos diante de perguntas. A ausência destas informações, para o nosso reconhecimento (é preciso que se diga em caráter preliminar) abre diante de nós um leque de possibilidades.

A entrada da paciente ora em questão e a descrição completa do seu histórico deixa-nos entrever um dado social relevante. Ela já tinha outras passagens pelo Sanatório também Espírita da cidade de Uberaba. É necessário salientar que neste período, conforme demonstramos em capítulo que trata da cidade de Uberlândia e seu desenvolvimento regional, que a Comunidade Espírita local produziu diversas atividades assistenciais que funcionavam em rede. Talvez pela intensa circulação de pessoas, atestada nas inúmeras cidades presentes nos prontuários, aqueles que padeciam de quaisquer moléstias e precisassem dos serviços assistenciais espíritas já dispunham de algumas bases em cidades exatas para tal. Alguns prontuários demonstram que muitos foram internados na cidade de Uberlândia através da indicação de médiuns, amigos ou dos próprios kardecistas que conheciam da rede assistencial.

Conforme defendemos, a existência desses inúmeros Sanatórios que despontam Brasil afora iniciados pela Comunidade Espírita aloca a cidade em condição que não é inédita. A premissa é verdadeira. O ineditismo no caso de Uberlândia é que tais iniciativas assistenciais foram utilizadas em prol da manutenção de uma sociedade ordeira e progressista ao menos no campo exterior e social. Na esfera privada, nas relações familiares e de trabalho, essa sociedade dispunha de pouca moralidade, o exemplo citado acima demonstra tal fato. Uma mulher idosa, após 22 anos de conhecimento, fora deixada numa instituição asilar para com sorte sair com vida.

“No momento do exame perfeita orientação de espaço, tempo e lugar. Quando entrava em período de calma, taciturna, obedecia normalmente às ordens e aos pedidos, procedendo quasi como uma pessoa normal”, assim vêm descrevendo o seu exame mental. O prontuário não nos fornece o período em que ficou internada na instituição, apenas indica que saiu curada, provavelmente num dos momentos de calma já esperados e apontados quando do relatório inicial.

Procurou demonstrar, inicialmente, não somente a imagem da paciente, tentando traçar

um perfil mais geral das diversas pessoas que passaram por estes quartos. Tento analisar, comparativamente, como que a imagem descrita define também formas distintas de tratamento, diagnóstico e prescrição médica. Através da imagem esboçada, mesmo que distorcida pelo olhar de quem vê, nos permite conjecturar, para além dos prontuários, efeitos, contradições, lutas e resistências que se travam no campo social, exterior a essas mulheres e ao mesmo tempo sugerindo um peso gigantesco no julgamento que se é feito desde a sua entrada até a sua saída da instituição. Julgamento minucioso do psiquiatra, dos médiuns e dos funcionários da instituição, que percebe nas minúsculas falhas, nos trejeitos, no modo de vestir, de falar, de se alimentar, de relacionar-se por fim, se tal ou qual mulher é mais digna da validação de sua cura. Mais que a avaliação pura e somente do desenvolvimento da sua doença, também deve-se levar em consideração se essa mulher que sai do Sanatório encontrará abrigo ou se será apenas mais um indigente a andar perdido pelas ruas da cidade, sujeitos a degradarem a si próprios, à fama da iniciativa dos espíritas e até mesmo da cidade.

M.L.J, de 24 anos, não tem necessariamente uma imagem elaborada. Na própria indicação dos dados colhidos quando de sua recepção percebe-se a sua boa procedência. Neste sentido, nas conjecturas que fazemos acerca das pessoas internadas nestes quartos, a construção da imagem também perpassa pelo lugar social, de classe, de gênero e de raça. A paciente ora em questão veio da cidade de Tupaciguara, é branca, no momento não tem filhos e ao que tudo indica foi deixada ali pelo marido. No seu exame mental um detalhe que destoa da imagem das demais mulheres de sua ala: ela tem “perfeita orientação de espaço, tempo. A não ser alguns choros no início do internamento, nada em sua atitude mostrava perturbação mental. Raciocínio, memória, percepção e ideação perfeitos”.

Como, neste caso, aceitar a internação dessa paciente? Sob o olhar perscrutador do funcionário que a recebe todas as suas faculdades mentais estavam perfeitas, o seu prognóstico quando da sua entrada aparece inscrito como sendo bom. Mesmo diante deste fato, talvez por escrutínio do marido que a acompanhasse, ela foi internada no Sanatório. Nas próprias palavras da paciente, que não se deixa dizer pelo marido ou quem a deixou ali, aparece descrito:

“A paciente conta que ha 5 meses começou a sentir de um momento para o outro uma friagem nas pernas e uma ‘bola’ na garganta que a impedia de falar e de ingerir mesmo água. Duas semanas depois melhorou e assim permaneceu até 5 dias atrás passou a sentir esfriamento na boca, língua e pernas encolhidas e rijas dizendo, não poder andar. Entretanto, 10 minutos após seu internamento passou a andar normalmente. No Sanatório observou-se, ao exame, estado de

gestação”⁹⁸.

O tipo da doença aparece como *psicose gravídica*. Três dados relevantes eu gostaria de elencar até aqui. Das três fichas que elencamos neste primeiro ano com o objetivo de fazermos um reconhecimento inicial, tivemos três perfis básicos que nos permitem vislumbrar a sociedade na qual essas três mulheres estavam inseridas e os lugares sociais dos quais elas advêm, daí a importância de traçarmos uma imagem geral. No primeiro caso elencado até aqui, por mais que notássemos um tom lacônico de seu prontuário podemos observar que a mulher que será internada pede e reconhece que talvez alguém lhe tenha feito um trabalho de “magia negra”. Esse dado, quando pensado do ponto de vista social, nos permite pensar nas relações religiosas no Brasil da década de 1940 e do lugar de salvador espiritual que, naquele momento, o Sanatório poderia ter para a paciente.

No segundo caso, a meu ver, é explicitado um tratamento um tanto quanto excludente dispensado a alguém com uma idade já avançada. As relações de trabalho doméstico podem ser levantadas a partir deste caso, como também as relações raciais que se tem no Brasil principalmente quando se trata de pessoas que professam crença em religiões específicas. E ambas, é preciso que se diga, são internadas no Sanatório e passam a ocupar os inúmeros quartos (ou celas) da instituição. No caso dessa terceira paciente, em estágio provável já avançado de gravidez, também acontece de maneira idêntica, mas com algumas distinções.

O seu prontuário tem todas as informações completas e no mínimo detalhe. Não se percebe qualquer alteração psíquica na paciente, tanto que quem a qualifica atesta que tem “raciocínio, percepção e ideação perfeitos”. A sua vontade contrariada deixa-se entrever nos momentos de “choro no início do internamento”. Se ela não sofria de perturbações mentais evidentes, estava no seu pleno gozo das faculdades mentais e os efeitos que sentia eram claramente físicos, o que justificava o seu marido deixá-la internada em uma instituição claramente destinada aos “dementes”?

O tratamento dispensado à paciente foi o uso de um medicamento chamado Hepanemim ou Hepamed. Normalmente ele é utilizado no auxílio à má digestão, no bom funcionamento do fígado e no desconforto gástrico⁹⁹, o, composto por várias vitaminas, é indicado principalmente para gestantes com inúmeros desconfortos. Ele substituiria o boldo, erva comumente utilizada no Brasil a fim de aliviar desconfortos intestinais. O casal, ao que demonstra o seu prontuário,

⁹⁸ Ficha: 033; Código: 09. Ano: 1942.

⁹⁹ CIMED. “**Hepamed, a novidade para o tratamento de má digestão e problemas no fígado**”. Grupo CIMED. Disponível em: <https://www.angeloni.com.br/files/images/1/2D/BE/3283821.pdf> Último acesso em: 10/01/2023.

se deslocou da cidade vizinha não para procurar ajuda em um hospital diante dos efeitos físicos sentidos pela mulher. Procurou, antes, uma instituição que se sabia para “dementes”, instituição essa na qual M.L.J ficou internada não se sabe por quanto tempo, mas que se sabia grávida.

Pinçar esses três casos denota uma certa intenção deste que escreve no sentido de descrever um quadro geral que não é de modo algum uniforme: havia mulheres de variados tipos e lugares sociais, geográficos, religiosos, econômicos, internadas na instituição sob diversas justificativas. Vencer todas elas nestas páginas seriam tarefa impossível, mas, a título de reconhecimento, cremos demonstrar a variedade de sujeitos e as suas imagens, os seus perfis, tendo de lidar (harmônica ou conflituosamente), nestes mesmos corredores, banheiros e pátios.

Colocadas todas elas neste mesmo espaço, paramos diante da seguinte questão: como se davam as suas relações no interior do Sanatório, na lida nestes corredores? Das três mulheres até aqui elencadas percebe-se apenas um olhar introspectivo do funcionário que as vê, tentando compreender o motivo de sua doença ou permanência na instituição. Ao que parece, havia laços de afetividade entre elas, laços que se percebe no prontuário de M.F.J, casada, branca, de 36 anos, que esteve internada no Sanatório neste ano inicial de 1942. O seu exame mental assim a descreve:

“Perfeita orientação de lugar, espaço e tempo. Memória perfeita assim como raciocineo dentro de suas possibilidades de meio, educação, etc. Às vezes, alegre, amável, passeia aos abraços com as companheiras; outras vezes, raivosa, fala muito alto, tão alto e tanto que seu apelido no Sanatório é ‘Maria Grita-deira’. Dorme regularmente e come muito bem”¹⁰⁰.

Laços de afetividade eram possíveis entre elas. Claro, é sempre necessário fazer a ressalva de que algumas poderiam dispor do convívio com as demais, provavelmente as menos agressivas que viviam nos quartos, as demais ficavam restritas às celas que ficavam ao fundo do edifício. Contudo, aqui podemos notar que havia laços criados entre as internas, que se chamavam de companheiras e cuidavam inclusive esteticamente umas das outras. Acerca dessa paciente em questão, “ela foi internada sem nenhum dado informativo a seu respeito”, e o tipo de sua doença aparece como inscrito como *psicose autotóxica*, provavelmente algum vício que a família e ele só conseguiram extirpar através do isolamento. Em seu prontuário não existe a data de saída, apenas a informação de que foi curada.

Sentimento contrário de não pertença e exclusão do convívio afetivo com as demais parece ter experimentado a paciente I.V de 29 anos, casada, de cor preta proveniente de Rio

¹⁰⁰ Ficha: 010; Código: 011; Ano: 1942.

Verde (GO). A sua descrição física: “facies: regular; cabelos carapinhados; fisionomia franca e alegre; nariz: chato, peculiar à raça”. Provavelmente (daí a importância de flanarmos pela planta arquitetônica do Sanatório), ela ficava numa das celas próximas à área de serviço. Embora agressiva, deixada pela família que possivelmente têm filhos e marido, quando na prisão diminui-se o acesso de raiva, é colocada para trabalhar no interior do Sanatório.

“À princípio era atacada de fúria que a levava a agredir não só as companheiras como os enfermeiros, necessitando ser fechada em seu quarto. Passa noites a cantar. Atualmente dorme e come muito bem. Refere-se sobre pessoas de sua família como marido e filhos com precisão. Às vezes, entretanto, a rir diz que é solteira e suas atitudes e ruídos revelam uma natureza sensual e licenciosa. É muito trabalhadeira e auxilia muito na limpeza do Sanatório”¹⁰¹.

Se, ao inverso da paciente que citamos anteriormente, haviam pacientes lúcidas, completamente dispostas a criarem laços de amizade e de fato criavam, haviam outras que, mesmo lúcidas, diante das agruras a que padecera até chegar na instituição e das que passara dentro da instituição, não conseguia estabelecer os mesmos laços. Cogito que essa era uma das pacientes que ficava em uma das muitas celas primeiro pela proximidade do lugar em que ficava instalada e das atividades que exercia dentro do Sanatório. Segundo, conforme nos indica o seu prontuário, pela quantidade de medicação que lhe foi prescrita e ingerida durante a internação.

Consta em seu tratamento os seguintes remédios: “sedopiol F. (1 injeção diariamente – 2 caixas); sulfo-io-bi (20 injeções – a cada 2 dias); Opoginol; Radiobi (18 injeções – a cada 3 dias)”. Nota-se, pela quantidade de medicamentos, que se tratava de uma paciente agressiva, porém com lapsos de memória e calma. Pela quantidade de medicamentos, quase todos voltados à sedação, sugere-se que, nos momentos em que não estava sedada, portanto, fechada em sua cela, ela trabalhava na limpeza da instituição. O que nos obriga a retornar na questão já discutida acerca das dificuldades para a manutenção da iniciativa: além dos funcionários contratados e “voluntários”, familiares de funcionários que trabalhavam ali, havia a prática de inserir (ao que sugere, pacientes medicados) os internos à uma rotina de trabalho sem remuneração.

A situação fica um tanto mais preocupante ao notarmos que o histórico da paciente pode datar não apenas de sua inserção na instituição em análise. Dentro da rede assistencial dos espíritos que evidenciamos aqui, ela parecia ser já conhecida pelos seus administradores, sendo

¹⁰¹ Ficha: 06; Código: 013; Ano 1942.

admitida na instituição já com o prévio conhecimento da sua situação e da situação de sua família. Em seu histórico está descrito:

“Infância sadia. Já teve duas gestações a termo. No dia 9 de fevereiro deste ano começou a dizer que uma sua cunhada estava falando mal dela apesar de serem muito amigas. Chorava muito e, se era convidada para se alimentar dizia que o alimento estava envenenado e assim foi piorando até que precisou ser amarrada, pois saía para a rua correndo, rasgava as vestes e agredia qualquer pessoa que procurasse prendê-la. Ficando assim em casa durante 5 dias, resolveram interná-la no Penatis Alan Kardek, saindo de lá 1 mês depois, sendo transferida para aqui. Possui 2 irmãos que já ficaram perturbados, mas se curaram, um em Uberaba e...”¹⁰².

Dentro do sistema asilar a construção de um histórico não só da doença, mas também da vida da paciente é de suma importância, é através dele que se justifica determinados tratamentos. Ao que parece, na esfera privada, nossa interna tinha querelas com a cunhada, tanto que passou a confabular manias de perseguição. A falta de alimentação seguida de casos de violência fizera com que o marido, provavelmente sopesando a manutenção de suas relações familiares, achasse por bem deixar a esposa numa instituição para “dementes”. O que justifica, neste sentido, o seu constante aprisionamento é o histórico de sua família, “dois irmãos que já ficaram perturbados” e que já dispuseram dos serviços assistenciais da iniciativa espírita, “da rede que se constituiu” entre as cidades e vizinhas e, em Uberlândia, o Penate Allan Kardec, neste caso, representou a porta de entrada.

Finalizamos este tópico inicial de apresentação dos múltiplos perfis presentes na ala feminina pinçando alguns poucos casos do seu ano inicial para falar que, ainda em 1942 a instituição não dispunha de psiquiatra e nem havia a presença nos prontuários dos receituários espíritas produzidos por médiuns. Ou seja, neste ano inicial a instituição funcionava, quando muito, apenas com um clínico geral que, conforme vimos, receitava alguns remédios e aceitava todo e qualquer perfil que se dispusesse ou fosse levado à força para ser internado na instituição. Quero com isso mostrar, apenas para falar das possíveis “imagens deterioradas” dessas pacientes, que havia uma gama infinitesimal de personalidades, histórias e possibilidades.

O contato entre esses inúmeros sujeitos, conforme vimos, poderia se dar de forma afetiva e consensual ou poderia se dar de forma totalmente conflituosa, excludente, em caráter prisional. Uma primeira certeza podemos tirar dessa primeira aproximação: não se tratava de

¹⁰² Idem.

um sistema asilar com o objetivo único de aprisionar corpos, por vezes ele para algumas famílias era sinônimo de “despejo de pessoas” que, por inúmeros motivos pessoais e privados, eram colocados ali. Dentro da própria geografia do espaço, neste sentido, dá para se notar uma diferenciação de tratamentos, umas ficavam em celas, outra ficavam em quartos. Observamos que, nos casos em que citamos, o sanatório, além dessa face possível de ser uma instituição prisional, também colocava alguns dos seus internos para trabalhar, mesmo que violentos e sedados. O que justifica essa diferenciação de tratamentos? Creio que seja necessário levantar alguns dados gerais e denunciar algumas tendências.

3.2.2 – “Mulheres nasceram para ser mães!”:

Esboçada uma imagem inicial da possibilidade infinita de perfis que foram inseridos neste espaço asilar, creio que seja necessário abordá-los em temas gerais caros ao gênero feminino, temas e pautas que já configuram como lutas de movimentos sociais e ainda hoje permanecem como fatos e dados da opressão masculina no interior de uma sociedade patriarcal. Para essa análise, diferentemente do que foi realizado neste primeiro tópico (uma síntese pura, sem maiores citações teóricas), acredito que seja necessário fazer algumas exposições e pontuá-las com o que se discute no nível das Ciências Humanas quando discutem relações de gênero e de opressão feminina.

Com isso, não pretendo levar nossa análise a um campo teórico e meramente discutir dados e possibilidades gerais. Pretendo, a partir dos casos surgidos em cada prontuário, analisar como que os pensadores das relações de gênero discutiram tais casos. Iniro essa discussão, e por isso já afirmei em outros momentos que o trabalho do historiador depende de escolhas, dentro de uma perspectiva de um feminismo plural, mais que isso, latino-americano, mais que isso, negro e brasileiro, decolonial.

Q.R.J, 24 anos, branca, casada, natural de Morrinhos-GO, ficou internada no Sanatório por aproximadamente 1 mês. Jovem, em seu prontuário consta a filiação de ambos os pais, que provavelmente a devem ter trazido ao Sanatório a fim de que se avaliasse a sua triste condição psíquica. O que conforma uma normal condição psíquica? Naturalmente sempre recaímos na velha dualidade entre o anormal e o normal. O normal ou padrão, é aquilo compartilhado por todos, aceito e pactuado por uma grande parcela da sociedade. O anormal, repugnante, que deve ser denunciado, são aqueles itens desviantes daquilo que a sociedade convencionou chamar de normal. O que marca a anormalidade, portanto, é o seu caráter desviante, não se inserir em um padrão. No caso feminino esses dados se tornam mais relevantes. A história de nossa paciente

é a seguinte:

“Há 10 dias, na casa de sua mãe, vendo o padrasto ralar com seu filho, começou a chorar e assim ficou o dia todo. Nos dias seguintes passou a falar desordenadamente, a cantar e a dizer pornografias. Adquiriu ainda o hábito de morder e de rasgar toda a sua roupa. Não gosta do marido, a quem tinha muita estima, tendo agora excitação sexual diante de outros homens. Sempre teve muita saúde. Surtos catameniais mais ou menos regulares, alguns abundantes, outros escassos. Antigamente vinha os mesmos com perturbações nervosas e cefaleia. Teve 1 filho sadio, aborto. Pai falecido de quebra-dura, com mais de 40 anos. Mãe viva, sadia, tendo cerca de 35 anos. Oito irmãos, vivos, com saúde. Não se sabe de algum caso de moléstia nervosa ou mental na família”¹⁰³.

Ao contrário do que acontecera em casos já citados, nos quais o histórico da paciente com familiares que já tiveram problemas psíquicos é um dado importante, essa paciente parece ter tido uma vida sadia e completa. No entanto, ao que parece, o que justificou a sua entrada na instituição reside mais no fato de condicionantes morais e sociais, ou seja, a da mulher submissa, que deve aceitar com resignação os desmandos de outros sobre si e seus filhos. À medida que essa paciente teve uma noção clara de sua realidade e passou a adotar um caráter desviante, foram sendo produzidas justificativas que dessem azo à sua internação no Sanatório.

Parece que a paciente detinha uma relação de subordinação não apenas aos pais, mas também ao marido. Residente na casa dos pais, ou melhor, o pai já havia falecido e quem morava com a sua mãe era o padrasto, ela tinha pouca voz em assuntos familiares, sobretudo na criação de seu filho. Ao que parece, mesmo casada, morava na casa da mãe e padrasto e este, após brigar com o filho da paciente, provocou na paciente um estado de raiva, de contestação à triste realidade em que vivia. O silenciamento das vozes femininas, neste caso, parece ser duplo, uma vez que nem a paciente e nem sua mãe parecem ter tido a capacidade de contestar a necessidade de internação. A mãe da paciente a teve ainda jovem, com cerca de 11 anos, uma vez que a paciente tem 24 e o prontuário sugere ter a mãe, apenas 35.

A que tipo de sujeição estavam dispostas essas duas mulheres? O marido do primeiro casamento já falecera, a mãe da paciente, ainda jovem, talvez por necessidade de sustento, se relaciona com um segundo homem e, ato contínuo, abriga em seu lar uma filha já com um filho. O que nos salta aos olhos é que, após o padrasto, que não tinha relações consanguíneas com

¹⁰³ Ficha: 048; Código: 19; Ano: 1943.

família, brigar com o filho da paciente, ela passa a adotar atitudes de retaliação, de afronta mesma ao homem que talvez achasse poder de tudo. O homem, neste sentido, parece ter dado a última palavra, não aceitando às suas expensas duas mulheres sobre as quais ele não pudesse exercer seus plenos poderes.

O que atesta, ao ver do funcionário que a recepciona, a sua insanidade mental, são os atos que a paciente começa a ter e que não condizem com um padrão feminino. “Falar desordenadamente, cantar, dizer pornografias”, foi o suficiente para atestar que não dispunha em sua plenitude das faculdades mentais. Outro dado que confirma essa sujeição histórica de gênero e é motivo de sua internação, reside no fato de “não gostar do marido, tendo agora excitação sexual diante de outros homens”. A que moral essa mulher essa estava sujeita? Qual o papel moralizante que o Sanatório, neste sentido, deveria ter para a sua perfeita *normalização*?

Casos parecidos de sujeição feminina transcendem ao tempo. Contudo, a existência de um espaço asilar para dar conta das não sujeições femininas merecem destaque porque dizem mais claramente sobre a sociedade em que estamos inseridos. Quando lidei com este prontuário notei uma semelhança com um caso histórico de uma mulher chamada Pierina. Ela viveu também no Brasil do século XX, filhos de imigrantes italianos que, chegados ao país, constituíram família e viveram as mais diversas privações. Pierina, uma mulher que se casa ainda jovem, após ter seu primeiro filho no seio de uma família perfeita tem consciência das inúmeras violências morais a que estaria sujeita. Num ato de desespero, mas de plena consciência, mata seu filho, se entrega e é internada em um sanatório no sul do país. Quem relata a sua história é Yonissa Marmitt Wadi, que fala sobre as inúmeras pressões a que a mulher estava sujeita apenas pela sua condição de gênero:

“Anunciada a gravidez, começavam imediatamente – ou talvez reiniciassem apenas – as especulações já tantas vezes feitas durante os encontros familiares no almoço, no jantar, nos filós ou nas prosas masculinas e femininas depois da missa de domingo: qual seria, ou melhor, qual deveria ser o sexo do primeiro filho de Giacomo e Pierina. Seria um ‘*maschio*’ (macho) para dar sequência ao nome da família e estar ao lado do pai no trabalho na lavoura, na administração da propriedade e dos negócios? Ou seria uma menina, para ajudar a mãe no lar e na criação das demais crianças que ainda viriam?”¹⁰⁴.

¹⁰⁴ WADI; Yonissa Marmitt. “A História de Pierina: subjetividade, crime e loucura” – Uberlândia: EDUFU, 2009. p.118.

Pelas pressões a que estava submetida, Pierina, com idade aproximada a de nossa paciente, vivendo sob as mesmas condições, às expensas de seus pais e marido, achou por bem matar seu filho afogado na pia de casa. O desfecho da história da paciente que ora narramos não foi trágico para a criança, felizmente, mas o que há de tragédia e similaridade em ambos os casos confirmam uma condição clássica que existe no Brasil e se repete nos casos femininos: tentando fugir da opressão a que estão submetidas, algumas mulheres reagem com violência.

Como tantas outras mulheres, Pierina e Q.R.J, nossa paciente, adotou um caráter agressivo como resposta à sua triste condição de vida. O papel do Sanatório no caso de nossa paciente, foi o de interná-la e recorrer a um tratamento já comumente utilizado por pela psiquiatria da época. No seu tratamento está inscrito que a paciente usou: “gynocalcimi; Convulsoterapia pelo Cardizol; 1º choque em 19/01/1943; 2º choque em 24/01/1943; 3º choque em 31/01/1943”¹⁰⁵. Por mais que a administração do Sanatório jamais dissesse que adotara procedimentos científicos, apenas religiosos para curar seus pacientes de “obsessões”, neste caso observa-se a comum prática da psiquiatria de então de aplicar eletrochoques com o objetivo de “acalmar” as pacientes mais agressivas.

O tipo de doença atestado pelos funcionários (que não assinam o prontuário como no caso de outros) foi o de esquizofrenia, provocada por manias de perseguição que tinha a paciente. Ainda em seu relatório contém a informação de que na aplicação do segundo eletrochoque a paciente ficou calma e sem alucinações. Internada do dia 01/01/1943 a 10/02/1943, mais de um mês, a paciente aparece no prontuário como “curada” com prognóstico “bom”. Informa ainda que ela foi internada por “João Braz da Silva, quando residia na Fazenda do Senadão em Morrinhos-GO”¹⁰⁶.

Pelo prazo em que a paciente ficou internada e pelo tratamento rígido (para se dizer o mínimo) que foi dispensado à interna, nota-se que não havia indícios suficientes para atestar a plena insanidade mental da mulher. Residente na zona rural, provavelmente tendo relações sociais com um restrito grupo de pessoas, senão familiares, o seu marido a traz para a cidade, distante do seu local de origem, ao que parece para dar um “castigo” em sua esposa diante do comportamento desviante. Nota-se a sua plena sanidade mental primeiro pelo seu histórico e segundo pelo seu comportamento no interior da instituição, que era a de agressividade em razão da sua condição de “louca” que não era.

O marido deixa o seu contato e dos seus sogros, parece acompanhar a evolução do comportamento de sua esposa. Diante do tratamento por eletrochoque que, neste caso em específico,

¹⁰⁵ Ficha: 048; Código: 19; Ano: 1943.

¹⁰⁶ Idem.

parece ter sido aplicado no sentido de “acalmar a paciente” e alocá-la em um comportamento desejável, logo a mulher corresponde as expectativas e, dentro de 40 dias, é entregue ao marido para voltar à sua vida normal enquanto mulher submissa às vontades do círculo familiar a que estava inserida.

Afirmo que a utilização do eletrochoque teve um objetivo moralizante no caso dessa paciente porque, ao analisar outro prontuário de uma paciente na mesma condição, com atitudes parecidas, em período idêntico e também mãe de recém-nascido, o tratamento dispensado a ela foi completamente distinto. Trata-se de L.R.G, de 22 anos, de cor “morena”, natural de Uberlândia (MG) e casada. Após ter dado luz a um filho, cerca de 30 dias, começou a adotar comportamento irritadiço, evitando manter contato principalmente com a cunhada. O seu histórico assim está descrito:

“A doença teve seu início 30 dias após um parto a termo e normal. Durante estes primeiros dias os de sua família nada observaram de anormal com relação ao seu juízo. Daí em diante começou a se irritar por pouca coisa, tornando-se inimiga de sua cunhada com a qual mantinha estreitas relações de amizade. Enfim, dentro de 10 dias chegou a odiar o próprio pai, a agredir or que lhe cercavam, falando cousas sem nexos, em parentes já falecidos, sendo por isso internada quando inteirava justamente 40 dias de puerpério”¹⁰⁷.

Ao analisar os dois casos em conjunto, que são praticamente iguais em relação temporal (enquanto a paciente anterior começou sua internação no dia 01/01/1943 essa em questão inicia seu tratamento em 17/08/1942 e finda em 15/01/1943), provavelmente as duas estiveram muito próximas de quarto, na mesma instituição e com motivos muito parecidos: comportamentos inesperados socialmente após o seu processo de gravidez. Retomo novamente o sentido de silenciamento das vozes femininas porque, tanto neste caso como no anterior, parece ter havido pouca autonomia dessas mulheres e capacidade de intervenção aos rumos que a vida de ambas tomaria dali em diante.

Novamente, quem a deixa no Sanatório insere todas as informações pertinentes aos seus familiares e aos contatos que deveriam ser chamados em caso de talvez melhora. A paciente ora em questão tinha as mesmas atitudes de negação para com aquelas pessoas mais próximas de si e adotava também comportamento agressivo. Contudo, ao invés dos eletrochoques aplicados na paciente anterior, a administração do Sanatório (porque ainda neste prontuário não há psi-

¹⁰⁷ Ficha: 032; Código: 18; Ano: 1943.

quiatra, médico ou médium que conste a ter atendido), prefere lhe prescrever alguns suplementos vitamínicos e outros de teor mais pesado. Em seu tratamento estão inscritas as seguintes medicações: “uso de sulfato de estriçnina; arsenal; glicerofosfato de sódio; potássio e magremio; ferro animiacal; vith de kola; anemiz (1 injeção semanal intramuscular – 2 caixas) leide de magari filips; profinou B oleoso (2 injeções semanais).

Podemos notar, num e no outro caso que dentro da instituição a prática do eletrochoque em sujeitos específicos não correspondia plenamente a fins terapêuticos ou medicinais, diante da agressividade, do histórico do paciente, da necessidade de se acelerar o processo de sujeição do corpo feminino, da região da qual ele provém ou até mesmo de pedidos dos familiares que que talvez as deixassem ali para se dar uma “lição”, o uso do eletrochoque correspondia a um tratamento moral.

Em estudo que busca compreender a prática das chamadas *psicocirurgias* no Hospício de Juquery, Eliza Teixeira de Toledo busca compreender as diferentes abordagens clínicas que se aplicava aos pacientes de acordo com o seu gênero. Além de haver tratamentos claramente desiguais entre mulheres e homens, havia também uma subdivisão entre aquelas mulheres consideradas pela medicina de então como sendo mais “sexualizadas” e outras mais pudicas. Acerca dessa diferença de aplicação de determinados tratamentos entre gênero a autora conclui que:

“Segundo os resultados da pesquisa, o uso da psicocirurgia foi direcionado especialmente para os pacientes do sexo masculino diagnosticados com esquizofrenia que apresentariam como sintoma alta periculosidade por consequência de seus delírios e alucinações. A análise das fontes revelou também que certas condutas sexuais ‘inadequadas’, como a prática masturbatória e a falta de interesse por mulheres estavam entre os sintomas presentes em pacientes que foram selecionados para a psicocirurgia. Em relação às mulheres, a operação foi principalmente praticada naquelas consideradas ‘públicas’ ou ‘hiperssexualizadas’, que mantinham relações sexuais com vários homens e que, com essa conduta ‘não experimentavam nenhuma vergonha’”.¹⁰⁸

Conforme se pode depreender do trecho acima citado, havia na atuação dos médicos do Hospício de Juquery (SP) certas diferenças de tratamento que serviam e se modificavam de acordo com o gênero do paciente. Apenas para expor uma diferença clara entre o tratamento

¹⁰⁸ TOLEDO, Eliza Teixeira de. “A circulação e aplicação da psicocirurgia no Hospital Psiquiátrico do Juquery, São Paulo: Uma questão de gênero (1936-1956)”. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Tese de doutorado. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2019. p. 203.

entre homens e mulheres é que pincei este trecho que evidencia, através dos tratamentos, objetivos muito desiguais. Enquanto aqueles homens que não tinham tanto ímpeto sexual para com as mulheres eram obrigados a se submeterem à práticas médicas para lhes ativar a virilidade, naquelas mulheres mais “licenciosas” o objetivo era totalmente o contrário.

Ainda dentro da perspectiva de gênero no caso específico das mulheres se buscava punir aquelas que tinham maiores ímpetos sexuais, a fim de manter um certo padrão e regras de moralidade caros, no caso específico de nossa paciente, à uma população rural, pois ela advinha de uma fazenda do interior do Goiás e por lá tinha atos libertinos com outros homens que não o marido. Ainda a respeito ao tratamento moral destinado aos corpos femininos a autora assim disserta:

“Entre os comportamentos que apareceram como impróprios para as mulheres estavam relatos acerca da desobediência ao cumprimento de tarefas domésticas, como referentes ao cuidado com os filhos e com a casa. Outros elementos clínicos considerados ‘ruins’ para as pacientes do sexo feminino estavam ligados a condutas tidas como excessivamente sexuais e/ou amorais, como o uso de linguagem inapropriada e a masturbação. No caso do sexo masculino, a homossexualidade novamente surge como parte constitutiva de alguns dos diagnósticos”¹⁰⁹.

Ante o exposto, acredito que são nestes pontos em torno do tratamento da loucura como sinônimo de tratamento moral que reside o fato de tão diferentes tratamentos entre duas mulheres em casos similares de estado puerperal. Enquanto uma obedecia às ordens dos funcionários e não tinha histórico de maiores licenciosidades, outra acabou rompendo os limites morais impostos a ela, como “tendo excitação sexual diante de outros homens”. O curto período em que ficou no Sanatório mesclado a um tratamento tão ríspido como a aplicação de eletrochoques evidenciam esse tratamento moral da loucura.

Normalmente no caso das mulheres, tanto nos anos iniciais da instituição (nos quais não aparecem nos prontuários a assinatura de nenhuma autoridade do Sanatório), até os seus dias finais que já contava com a presença de psiquiatra, normalmente as mulheres obtinham o diagnóstico de esquizofrenia e depressão. Dentro dos mais variados casos e históricos familiares e da doença, essas mulheres tendiam a uma uniformidade de diagnósticos, que eram diferenciados em seu tratamento quando levadas em consideração outras variantes como a raça, classe, lugar de onde era proveniente e principalmente do acompanhamento da família da paciente, que poderia pagar pelo tratamento ou não.

¹⁰⁹ Idem. p. 204.

Acerca das exigências que se tinha sobre as pessoas de gênero feminino, tais como o cuidado com a casa e dos afazeres domésticos, a questão de as mulheres, mesmo que cumprindo todos os deveres sociais impostos a elas, detém como uma falta grave a ausência de filhos. O caso de F.S., de 39 anos, casada, natural de Morrinhos-GO, de cor preta, chama-nos a atenção pelo nível de obediência e resignação que tinha dentro do seu lar e quão importante era a informação da ausência de filhos quando da descrição do seu histórico:

“Infância sadia seu marido que é o informante, diz ter convivido com ela durante 12 anos, tempo no qual foi perfeitamente sadia; apenas não teve filho. Vida no lar perfeita. A paciente tinha alucinações: nas coisas e pessoas, mas seu marido achava que era bobagem pois ela nada via. Há 8 anos mais ou menos, estando a paciente fazendo almoço, sem qualquer motivo, pegou as panelas no terreiro e correu pela estrada entreando logo no mato. Seu marido imediatamente seguiu-lhe o encalço e a trouxe já com a mania de perseguição. Dáí em diante nunca mais teve melhoras, sempre alucinada, logorreica e agitada”¹¹⁰.

Embora a paciente respeitasse todos os critérios sociais que a convencionavam chamar de uma boa mulher do lar correspondente ao que se queria do padrão feminino, a falta do filho aparece em seu prognóstico como uma falha no mínimo a ser ressaltada. Pensando novamente no cruzamento necessário entre outros dados como o racial, muito nos alerta o fato de a duração da sua internação ter perdurado por mais de um ano, não havendo melhoras em seu prognóstico e nem tampouco indicação de sua saída da instituição. A falta de informação acerca de seu desenvolvimento durante o tratamento também é uma questão relevante.

Em comparação às outras mulheres em sua mesma situação, deixadas ali pelos seus companheiros nota-se certa expectativa não só de melhoras, mas de um futuro após a passagem pela instituição. No caso da paciente em questão observa-se que ela foi deixada ali e que não houve qualquer alteração em seu prontuário, o que nos carece de informações claras se realmente saiu da instituição, se se manteve no local ajudando nos trabalhos domésticos ou se houve piora em seu quadro clínico. Na nossa visão, é necessário atentar-se para o fato da ausência de filhos que, para uma mulher de 39 anos, preta, deixada pelo marido e jamais revista, no mínimo aparece como um fato ilustrativo dos diversos abandonos e desigualdades de gênero correspondentes aos julgamentos morais produzidos pela sociedade.

Novamente, cruzando com outro dado relevante, como é o caso da religião, nota-se, que

¹¹⁰ Ficha: 039; Código: 39; Ano:1943.

para uma mulher preta com os mesmos sintomas de agressividade e pouco apatia para os contatos sociais, mesmo não sendo mãe e correspondendo às expectativas de gênero nos trabalhos domésticos, a paciente em questão não foi diagnosticada com um surto de esquizofrenia ou mania depressiva, foi diagnosticada como tantas outras de sua raça, “obsessão” por espíritos malignos, sem qualquer tipo de análise nem que fosse do médium espírita, pessoa mais versada sobre assunto naquela instituição. Portanto, podemos afirmar que tanto o diagnóstico como a forma de tratamento e a duração dele na mentalidade dos funcionários do Sanatório Espírita correspondia a critérios subjetivos, atinentes aos apelos de quem as deixava ali.

3.2.3 : Obsessão, histeria e psicopatia: o “padrão feminino”

Certos padrões aparecem evidentes ao longo da lida com os documentos. Quando analisamos a figura das mulheres em geral, considerando as de estado civil solteiras e casadas, um dado que aparece com extrema frequência são os diagnósticos de histeria, obsessão e psicopatia relacionados a este gênero. Padrões de comportamento que quase sempre levam à agressividade, pouca apatia ao convívio social, falta de disposição alimentar e para com a vida comum no dia a dia do Sanatório. Creio que a formação desses padrões que ora ou outra se evidenciam mais presentes em certas raças, classes e faixas etárias, correspondem a uma necessidade dos dirigentes da instituição asilar que vai no sentido de criar “louco comum”, desejado, a fim de que aplique um tratamento homogêneo, sem maiores individualizações.

“Mas evidentemente, o hospício não abriga apenas esta categoria: a presença do louco ‘comum’ – o delirante, o agressivo, o acometido de problemas orgânicos evidenciados em sua postura corporal, etc. – reforça e, de uma certa maneira, legitima a internação dos primeiros, equiparados todos no interior da vida asilar. De resto, a própria rotina do hospício encarrega-se de torná-los crescentemente parecidos, até que não haja qualquer diferença fundamental nos rostos e corpos aniquilados”.¹¹¹

É difícil a tarefa de procurar avaliar o desenvolvimento que quase sempre recai no regresso dessas pacientes. Trazendo na memória a imagem da planta dessa instituição, tentando imaginar os caminhos pelos quais muitas delas fizeram até terminaram enclausuradas em quarto

¹¹¹ CUNHA. Maria Clementina Pereira. “O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo”. Ed. Paz e Terra; 2ª ed. Rio de Janeiro: 1986.

é uma tarefa que não demanda não só capacidade imaginativa do leitor ou de quem busca descrevê-las, é também uma tarefa pela busca das diferenças, das minudências que se deixa entrever em linhas, dados, resquícios de uma prisão.

O que nos chama a atenção é o poder que os homens e a sociedade como um todo exercem sobre essas mulheres. Bastaria apenas uma só palavra, um só diagnóstico para que toda a sua existência fosse suprimida entorno daquelas grades, sob os auspícios de alguns homens que, mediante o uso de seus poderes sociais, políticos, econômicos, familiares, atestavam sobre elas. Para ficar em apenas uma esfera do poder, o religioso, chama-nos a atenção que a partir de 1947 começam a constar nos prontuários os diagnósticos feitos por um médium acerca do quadro clínico das pacientes.

A fim de iniciarmos nossa análise por faixa etária expomos o caso de L.A de 15 anos de idade. Curioso que, nesses prontuários que carregam a avaliação do médium o item religião é importante a ser destacado. Nossa interna é católica, branca proveniente do “Estado de Minas Gerais”. Em seus dados consta a filiação de mãe e pai. Fruto da disputa interna na instituição pelo controle do Sanatório, vemos que também consta no prontuário o parecer do médico que, conforme veremos, aparece suprimido pelas vontades do médium, que é quem tinha o efetivo poder no momento por se tratar de uma instituição espírita. No diagnóstico da paciente assim consta:

“Parecer do médico Moyses de Freitas: A Srt. L.A é uma psicótica e não sofre de moléstia-contagiosa. Uberlândia, 11 de Outubro de 1947.
– Mensagem psicografada: Esta irmã é uma médium que obsedou-se. O seu estado requer cuidados. Convém internar-se. Paz em Deus. Eurípedes Barsanulfo”¹¹².

Insistimos pensar as práticas que se engendram nesta instituição como discurso porque eles aparecem muito claros na urdidura dos prontuários e se desmancham diante de qualquer postulação mais crítica. Analisando o parecer do médico parece que a sua única preocupação, ao analisar a paciente, é apenas atestar se ela padece de alguma doença infectocontagiosa ou não. Num ambiente abarrotado de pessoas (somente no ano de 1947 foram recebidas 47 novas internas), a preocupação deveria recair sobre os possíveis males que poderiam atacar a todas que estavam ali apenas pela proliferação de doenças respiratórias, venéreas e congêneres.

Este controle apenas das doenças “físicas” estava destinado e limitado ao saber médico-científico. No plano espiritual, ou melhor, moral, cabia tão somente à autoridade do médium

¹¹² Ficha: 246. Código: 205. Ano: 1947.

atestar a capacidade das pacientes. O que poderia levar os pais dessa criança a interná-la sob a justificativa de se tratar de uma obsessão por espíritos? A agressividade repentina? A apatia com relação aos pais e aos familiares? Algum comportamento indesejado e comum à idade da paciente? Ou sérios danos de natureza moral?

São questões que aparecem evidentes a qualquer análise inicial ao lidar com o prontuário em questão. Por mais que se considere que na primeira metade do século XX eram comuns a cenas de matrimônios e gravidez nesta faixa etária, o que se esperava que uma criança de apenas 15 trouxesse para as dependências do Sanatório em termos de doenças sexuais, respiratórias etc., que tentam ser diagnosticadas pelo médico?

O perfil de L.A na instituição é mais ou menos comum quando pensamos em âmbitos gerais. Quando fazemos um recorte da raça de mulheres brancas, que saíram curadas e tiveram um diagnóstico de psicopatia pelo médico e obsessão pelo médium chegamos aos seguintes números.

Tabela XII: Pacientes mulheres com diagnóstico de “obsessão”

Gênero	Feminino
Raça	Branca
Estado civil	Independente
Tempo de permanência	Independente
Diagnóstico médico psicopático; Diagnóstico mediúnico obsessivo	Total: 166 mulheres

(Tabela XII: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Tratava-se de muitas mulheres diagnosticadas por um padrão de respostas preenchidas por essas duas autoridades. Indiferentes ao sofrimento que essas mulheres estavam passando ambos apenas correspondiam aos interesses de seus discursos, seja médico ou religioso. Outro caso que nos chama bastante atenção é o de M.G.A de 25 anos, casada, de religião espírita e com filiação confirmada. Em seu histórico da doença consta que “após um aborto, sentiu-se fraca e com ideias confusas, irritadiça, logorreica e indiferente aos deveres domésticos. Como não melhorasse resolveram interná-la”. Um discurso, no qual o mero sentimento de apatia ao mundo diante de um fato triste para uma mulher de 25 anos que, na época, já era considerada de idade avançada por não conseguir ser mãe, passa a fazer parte das estatísticas da instituição. Convém lembrar que, diante do discurso espírita universalista, oriundo de toda e qualquer religião que se quer fazer crível em seus pressupostos através de demonstrações fáticas, a nossa

paciente é espírita, que já dominava talvez e tinha consciência dos pressupostos da sua religião. Ao contrário da paciente exposta anteriormente que era católica, não se poderia vislumbrar uma internação com o objetivo de ensiná-la os preceitos do “verdadeiro Evangelho”. No entanto, nossa paciente ficou internada na instituição pelo período de 4 meses. Em seu diagnóstico o parecer padrão agora de outro médico.

“Parecer do médico Euclides G. Freitas: Atesto que Da. M.G.A., com 25 anos de idade, branca, brasileira, casada, não sofre de doença infecto-contagiosa. Uberlândia, 7 de Novembro de 1945. Diagnóstico psicografado: M.G.A., 25 anos, Rua 10 de Novembro, é uma médium atuada, trata-se de degenação obsessiva a ser tratada”¹¹³.

Na visão do médium tratava-se de utilizar-se da instituição para realizar ensinamentos, mesmo que forçados, de sua doutrina, de sua religião. Na visão do médico, sem maiores entraves ao que parece, tratava-se apenas de atestar as condições físicas (e profiláticas) que justificassem a internação. Católica ou espírita ambas as mulheres foram enclausuradas sem qualquer tipo de individualização dos seus casos, apenas por meros objetivos que nos parecem escusos, tais como para as outras 166 mulheres.

Atesto que a preocupação de ambos correspondia a interesses diversos que não o da cura simplesmente quando busco pinçar, fora do padrão filtrado e que demonstramos acima no quadro, ao analisar aquelas mulheres fora do padrão. É o caso de E.L.B, de 17 anos, “morena”, de religião católica e que foi levada pelos pais. Assusta-nos o diagnóstico do médium e do médico.

“Parecer do médico Euclides de Freitas: Atesto, que examinando a Srt. E.L.B, de 17 anos de idade, morena, solteira, a pedido da Diretoria do Sanatório Espírita de Uberlândia para verificação da enfermidade, constatei que os órgãos sexuais apresentam formas normais. Mensagem psicografada: Distúrbios com reflexos nervosos. É médium e convém que se eduque convenientemente para não continuar como preza de maus espíritos. Convém permanecer internada por certo tempo. Paz em Deus. Euripedes Barsanulfo”¹¹⁴.

Na atividade médica Euclides de Freitas parece buscar, apenas nos órgãos sexuais da paciente, a pedido da instituição, vestígios que corroborassem quando não uma gravidez ao menos indícios de doenças venéreas. O prontuário em questão é sintomático porque a nenhuma

¹¹³ Ficha: 172. Código: 180. Ano: 1946.

¹¹⁴ Ficha: 31. Código: 187. Ano: 1947.

das mulheres brancas que foram examinadas pelo médico lhes foi dispensado este tipo de tratamento, com a riqueza de detalhes que o ora citado acima traduz. Os procedimentos mais ou menos detalhados eram destinados à pacientes de perfis específicos, através de julgamentos que se fazia com base em olhares preconceituosos da época.

Novamente, neste conjunto de prontuários padronizados que atestam em verdade mais os objetivos de quem os fabrica do que de fato as moléstias sofridas por essas mulheres, o diagnóstico mediúnico atesta a contradições existentes entre o olhar espírita e o corpo dos sujeitos que estavam ali para serem examinados. Novamente uma jovem de 17 anos, talvez sem qualquer iniciação na literatura espírita, forçadamente é internada a fim de que se eduque para tornar-se médium que, na visão espírita ela já era, apenas não tinha consciência disso. O Sanatório, é lícito perguntar, funcionou enquanto ferramenta evangelizadora? É o que os documentos sugerem ao observar tantas mulheres que, sob o crivo mediúnico, eram consideradas praticamente ou que deveriam praticarem doutrina que nem se sabia dos preceitos, talvez até mesmo para se verem livres da clausura.

É necessário reafirmar, diante de nossas constatações, que este trabalho não visa fazer um recorte de cunho religioso e pregar, através da pesquisa, críticas às práticas espíritas. Antes, buscamos evidenciar, através dos discursos, como que certos padrões de tratamentos, por mais abjetos que fossem, se diferenciam de sujeito para sujeito, através de postulados que extrapolam a uma visão religiosa. São dados de violências morais, sexuais, psíquicas, perpetradas por autoridades que se quiseram fazer, ao olhar social de beneméritas através de suas ações filantrópicas.

Além disso, sem querer tirar de foco a atuação dos familiares, é necessário reconhecer que essas mulheres só estiveram ali a partir dos pedidos (talvez desesperados de alguém que não era versado sobre assuntos de saúde ou espirituais) dos familiares. Essas mulheres, principalmente as mais jovens, eram levadas em sua grande maioria pelos pais, sob pedidos de ajuda da instituição que provavelmente já gozava de fama pelas redondezas. É necessário também, neste sentido, reconhecer as atuações exteriores à instituição em si. Novamente, num retorno ao que nos ensina Maria Clementina quando de sua lida em um dos mais emblemáticos Hospícios do Brasil, Juquery, ela assim nos alerta quanto às atuações das famílias frente ao internamento.

“Nas razões que transparecem para a decisão do internamento já não estão o falso pudor ou o moralismo católico das famílias de longos sobrenomes, nem a preocupação com a gestão do patrimônio ou a preservação dos bens familiares, mas contingências de ordem prática e

imediate que indicam a impossibilidade objetiva de manter aquele convívio simultâneo às duras rotinas de vida e trabalho na cidade”¹¹⁵.

Sob este prisma, quando nos distanciamos um pouco e nos encaminhamos para um olhar mais geral e externo à instituição, observamos que estes pais, maridos e companheiros dessas mulheres, estavam lidando com um crescente processo de urbanização. O contato desses homens e mulheres com a cidade, é lícito observar, geralmente acontecia de modo conflituoso. Os conflitos existentes na cidade que via de regra soçobrava sobre os corpos femininos, quais sejam, a vida mais licenciosa, os contatos múltiplos que se travavam, os namoros e, conseqüentemente, a possibilidade de infecção de novas doenças ou a possibilidade de gravidez, recaía sobre os laços de afetividade e até mesmo de poder parental sobre essas famílias.

Neste sentido, mais que um dado relevante acerca da esfera privada que é o que ao fim e ao cabo justificava a internação dessas diversas mulheres, é válido ressaltar que o ambiente nos quais elas começavam a se inserir propiciava esses “tratamentos” que consideramos aqui, como sendo preventivos. Vejo que era com base na prevenção à gravidez, às doenças sexualmente transmissíveis, prevenção ao início de uma falta de controle sobre esses corpos por parte dos pais e dos maridos que essas mulheres eram alocadas naquele espaço.

“Essa irmã é uma médium que obsedou-se. O seu estado requer cuidados. Convém internar-se. Paz em Deus. Euripedes Barsanulfo”¹¹⁶, diz o médium acerca de uma mulher que já chegou grávida ao Sanatório. Em seu prontuário não constam tratamentos mais específicos destinados às gestantes no período de 2 meses em que ficou internada. Essas mensagens “automáticas”, por assim dizer, em verdade evidenciam inúmeras trajetórias de mulheres que, diante de processos históricos dos quais elas fizeram parte, tornaram-se seres enclausurados mediante diagnósticos rasos que levavam em conta tão somente o seu gênero, a sua condição de mulher que deveriam ser postas fora do convívio social em nome de uma pretensa prevenção aos malefícios dos quais elas estavam propensas a sofrerem ou a serem as causadoras de males.

¹¹⁵ CUNHA. Maria Clementina Pereira. “**O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**”. Ed. Paz e Terra; 2ª ed. Rio de Janeiro: 1986. p. 120.

¹¹⁶ Ficha: 246. Código: 205. Ano: 1947.

3.2.4 : Permanências na clausura: dados temporais retratos de poder

Um dos dados relevantes que observamos no contato com a documentação foi a gritante diferença entre o tempo de permanência de alguns internos em comparação a outros, mesmo que pertencentes a um mesmo padrão de doença, tratamento e diagnóstico. Notamos haver algumas diferenças de tratamento quando cruzamos alguns dados relevantes como: raça, estado civil, proveniência geográfica, faixa etária e religião. Como fizemos notar no item acima, a partir de 1947 começam a ser anexados aos prontuários as psicografias produzidas pelos médiuns. Nelas, pode-se ver quais os olhares e percepções religiosas que o *homem* médium destinava para determinados sujeitos. Como salientamos, a nosso ver, por mais que a prática doutrinária em si não seja passível de crítica num Estado democrático de Direito e laico, cremos que a doutrina espírita, aliada a um projeto de cidade e correspondendo aos seus pressupostos criados desde os seus anos iniciais na França (em caráter elitista e extremamente racista), exerceu sobre alguns sujeitos um peso de violência maior que a outros.

A título de ilustração, na imagem abaixo demonstramos a composição dessas psicografias, normalmente assinadas pelo espírito de Eurípedes Barsanulfo, homem que nasceu e cresceu na cidade de Sacramento e tem ainda hoje importância gigantesca no meio espírita.

Adelita Maria de Jesus. Pedi
 Alta em 19-4-1951 - Uberlândia

Sim, pode retirar-se
 para continuar o trata-
 mento no Centro Espírita
 Fé, Esperança e Carida-
 de por 3 meses -

Faz-me Deus
 Genésio de Sousa -
 multipha

(IMAGEM IX: Psicografia a uma interna: Acervo Sanatório Espírita de Uberlândia, 1951).

Nos registros, nos depoimentos e entrevistas de jornais a direção da instituição se vangloria de dispensar ao tratamento dos internos a qualificação de um médico e, por ser uma instituição espírita, dos ensinamentos doutrinários adquiridos por meio da revelação mediúnica. Esses dados estão corretos e aparecem de alguma forma nos prontuários. No entanto, conforme mostramos de modo preliminar no tópico acima, quem tinha poder de mando acerca do funcionamento da instituição e sobre os internos era a ala espírita que inclusive mantinha o edifício.

Ainda assim, nos tópicos anteriores cremos ter podido mostrar, a prática médica psiquiátrica tinha a sua vez e era aplicada sobre os internos. Abundam, neste sentido, prontuários que demonstram a aplicação recorrente de eletrochoques fora uma gama infinitesimal de prontuários nos quais estão dispostos a grande quantidade de medicação que era prescrita e aplicada nos internos. Se se trata, pensando em uma hipótese, de ciclos temporais nos quais essa disputa (médica e mediúnica) ora pendia para um lado ora para o outro, nós não sabemos. O que sabemos é que, sendo médica ou puramente religiosa, as práticas perpetradas no interior do Sanatório recaía recorrentemente sobre aqueles sujeitos mais fracos socialmente, me refiro a negros,

mulheres e crianças.

Recorrendo aos prontuários observo um em específico que trata do tratamento de uma paciente com aplicação de 12 seções de eletrochoques. Quando pensamos nessa relação conturbada entre o poder científico e o religioso notamos que nos prontuários onde estão prescritos a aplicação de eletrochoques pelo médico neles estão ausentes as recomendações do médium. Já nos prontuários em que estão inscritas as determinações do médium, apenas consta do médico a seguinte mensagem: “atesto que a paciente é psicótica e não sofre de moléstia infectocontagiosa”.

É o caso de O.C.J, de 45 anos, branca, natural de Uberlândia e católica. Em seu prontuário consta a sua filiação assim como todos os outros dados. Mas o prontuário é silente quando trata do tratamento que lhe foi dispensado. No campo que trata do assunto somente vem inscrito: “Eletrochoques: 12 aplicações; injeções tônicas para o ovário”¹¹⁷. Em contrapartida, nas raras ocasiões em que médico e médium se manifestam nos prontuários podemos notar uma certa complacência, negociação mesma de diagnósticos e tratamentos.

No caso de W.M, de 19 anos, branca, espírita, solteiro, natural de Tupaciguara (MG) e com filiação inscrita, esse diálogo entre médium e médico se dá no mesmo prontuário. Trata-se de uma paciente esquizofrênica que necessitou da aplicação de 5 eletrochoques. Em seu prontuário vem descrito:

“Parecer médico: atesto que W.M. é um psicótico e não sofre de moléstia infecto-contagiosa. Uberlândia, 4 de agosto de 1951. Moyses de Freitas; Psicografia: sim, trata-se de obsessão e convém que se interne para tratamento. Paz em Deus. Eurípedes Barsanulfo. Resultado Laboratório: Osvaldo: material: líquido céfalo-raqueano; pesquisa: reação de Wassermann; indicação. Dr. José Bonifácio Ribeiro: reação de Wassermann. Fortemente positiva (até diluição 0,05)”¹¹⁸.

Faço questão de reproduzir na íntegra todas as informações contidas no prontuário a fim de esclarecer que este paciente em específico seja o que talvez tenha tido o tratamento mais completo. Nele foram colhidos exame de sangue, urina, observou-se toda a sua compleição física para fins neurológicos, enfim, parece ter havido nela um completo diagnóstico e procura genuína pela causa da doença. No entanto, por mais que o desfecho do prontuário fosse o mesmo (um diagnóstico de obsessão e psicopatia), dá para notar uma certa preocupação com essa paciente em específico.

¹¹⁷ Ficha: 420. Código: 420. Ano: 1951.

¹¹⁸ Ficha: 422. Código: 422. Ano: 1941.

Quando vamos às informações adicionais do prontuário nota-se que a família da paciente em questão era abastada e de sobrenome reconhecido, tendo constado em sua ficha vultosas quantias em dinheiro doadas a título de manutenção do espaço. Cremos que para esses pacientes que digamos, tinha “entrada vip”, o procedimento era completamente diferenciado que o dos demais. A paciente em questão ficou menos de um mês internada.

Por outro lado, quando pinço o prontuário próximo, provavelmente do quarto ao lado, lido com uma paciente que teve incontáveis aplicações de eletrochoques. Em seu prontuário constam mais de 20. Em seu diagnóstico a mesma doença: esquizofrenia. A paciente em questão ficou internada por mais de 2 anos. Trata-se de M.A.V, de 44 anos, branca, católica, natural de Ipameri (GO), constando filiação e como motivo de saída a cura. Em seu diagnóstico notamos o parecer médico e mediúnico:

“Parecer médico: atesto que a Da. M.A.V., com 44 anos de idade, é uma psicótica e não sofre de moléstia infecto-contagiosa. Uberlândia, 3 de novembro de 1945. Moysés de Freitas; psicografia: Sim, continuar internada para cura da obsessão. Eurípedes Barsanulfo: 3/11/1949; psicografia: Permanecer internado por mais 15 dias. Paz em Deus. Eurípedes Barsanulfo. **Outras informações:** Declaro que eu autorizo transferência de minha mãe para Barbacena. Uberlândia, 18 de maio de 1950. O.V.”¹¹⁹.

O leitor mais atento perceberá que cometi um erro. Conforme vem inscrito em seu prontuário a paciente teria ficado internada de 1949 a 1951. No entanto, o ano de 1949 é considerado a data de início da internação porque foi neste ano que o médium e o médico tiveram a iniciativa de atendê-la, tornando-a oficialmente uma paciente. No entanto, quando se percebe nas entrelinhas as anotações do médico se percebe que na verdade a nossa paciente estava internada desde 1945.

A quantidade de eletrochoques e o tempo de permanência dessa interna sob os poderes da instituição denotam o completo abandono ao qual ela estava destinada. Seis anos foram o suficiente para talvez a diretoria do Sanatório notar que a presença daquela mulher no local era incômoda e que seria necessário retirá-la dali. Pelo saber mediúnico o leitor chegaria à conclusão de que ele saiu de fato da instituição “curada” depois de longas seções de desobsessão e passes mediúnicos. Contudo, ao notar a tecitura dos discursos dos dois saberes da instituição nota-se que o fim da paciente foi completamente outro, adverso.

Em outras informações notamos a autorização da filha concordando em enviá-la para o

¹¹⁹ Ficha: 423. Código: 423. Ano: 1951.

Sanatório de maior reputação na época, o Hospício de Barbacena, que fez a cidade mineira já na época ficar reconhecida como sendo “a cidade dos loucos”, para onde se ia sem qualquer perspectiva de volta. O triste fim de nossa paciente, ante o exposto, demonstra uma permanência que extrapola a própria permanência no interior daquela instituição. O Sanatório para essa paciente em específico representou a porta de entrada de uma prisão da qual jamais ela iria sair.

Saindo dos casos individuais para lançar um olhar mais geral para o retrato do tempo de permanência dessas mulheres na instituição temos um quadro completamente desigual, principalmente quando inserimos o filtro raça na análise.

Tabela XIII: Tempo médio de internação do público feminino

Mulheres (raça)	Tempo de internação (média)
Mulheres brancas (248)	4 meses
Mulheres pretas (163)	9 meses
Sem informação (8)	-- --

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Pode-se justificar a diferença de tempo de permanência entre as mulheres brancas e pretas pelo número menor destas. Fiz o cálculo mediano levando-se em consideração o número de mulheres e a soma de todos os anos que todas elas ficaram internadas, dividindo o número total de ambos. Pode-se notar, tanto em grau mais individualizado quando em grau geral, que o tratamento dispensado às mulheres pretas era em grau muito pior, sendo notável o alto índice de aprisionamento desses corpos em nível de comparação.

Quando pensamos estes números em outro recorte mais apurado, isto é, da participação dessas mulheres na vida civil, constituindo família e aparecendo como casadas este número cai drasticamente.

Tabela XIV: Tempo de permanência na instituição do público feminino dividido por raça e estado civil

Mulheres (raça)	Tempo de permanência (média)
Mulheres brancas casadas (131)	6 meses
Mulheres pretas casadas (66)	1 ano e 4 meses

(Tabela XIV: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Não queremos fazer do matrimônio um ethos de vida necessário e obrigatório a todas as

mulheres, a fim de através dele evidenciar desigualdades de classe. Queremos, inicialmente, chamar atenção para o fato de que o matrimônio para a realidade dessas mulheres ocupava dois papéis, sendo um positivo e outro negativo. O negativo recaía no fato de que quase sempre eram os maridos aqueles que as enclausuravam à força naquela instituição baseados nos mais variados motivos, sendo alguns deles a incapacidade de gravidez ou inaptidão para os afazeres domésticos. Já o dado positivo para aquelas mulheres casadas recaía no fato de que o matrimônio pressupunha uma vida de retidão e sem maiores lascívia, atos que eram veementemente condenados pelo saber espírita e psiquiátrico (conforme mostramos).

De outro ponto de vista, o sociológico, temos que o matrimônio, principalmente neste período histórico era suma relevância para a manutenção da família, para o gozo dos plenos direitos civis e por uma questão de distinção social. No interior do Sanatório o matrimônio significava um tempo de permanência menor, uma vez que as mulheres, quando arredias e diante de sua situação, poderia barganhar com os maridos para terem sua retirada da instituição. No caso das mulheres pretas nem esse miserável “privilégio” elas tiveram. Esses dados recaem em discussões necessárias e urgentes levadas a termo pelo Movimento Negro mundial da contemporaneidade. Temas que passam pela questão da afetividade, do abandono da mulher preta e pelo difícil acesso que elas tiveram e enfrentam ainda hoje de gozarem dos plenos direitos civis, afetivos, amorosos.

3.2.5 : Vida conjugal, esfera privada e clausura:

Como vimos, grande parte das mulheres que estiveram internadas naquela instituição eram casadas, formando quase que um padrão. Por mais que tivessem constituído família (o que, como dissemos, tinha grande importância nas estratégias de resistência no interior da instituição), grande parte delas ou eram levadas pelos pais para a instituição ou eram internadas a mando dos maridos. Numa sociedade patriarcal e falocêntrica é óbvio observar que os sintomas do machismo não recaíam exclusivamente sobre as mulheres, os homens também sentiam os seus efeitos deletérios. No entanto, quando na lida com os documentos pouco se ouve as vozes dessas mulheres em relação a si mesmas, mais se ouve e se notam as ações dos maridos principalmente com relação à clausura.

Este tópico em específico visa discutir as relações privadas, os motivos que normalmente levaram essas mulheres à instituição com base nas mais variadas justificativas: a falta de cuidado com o lar, a apatia com relação ao marido, a “licenciosidade” em relação a outros homens, a libertinagem, o alcoolismo, etc. À medida que vamos expondo alguns padrões, no entanto, vamos notando também algumas diferenças para públicos específicos. Diferenças tais

que procuraremos abordar nas páginas seguintes.

Posto isso, é preciso destacar, em caráter preliminar, que a nossa pesquisa se insere num contexto histórico no qual a sociedade experimentava grande avanço social com relação às mulheres e, diante disso, as reações conservadoras de parcelas da sociedade convergiam para criação de instrumentos de controles desses corpos, seja através da manipulação do imaginário, seja através da falta de promoção de igualdade entre gêneros.

“Se as novas maneiras de se comportar tinham se tornado corriqueiras em menos de duas décadas, a ousadia, no entanto, cobrava seu preço: que a senhora soubesse conservar um ‘ar modesto e uma atitude séria, que a todos impunha o devido respeito’. E mais: que a mulher sensata, principalmente se fosse casada, evitasse ‘sair à rua com um homem que não seja o seu pai, o seu irmão ou o seu marido’. Caso contrário, iria expor-se à maledicência, comprometendo não só a sua honra como a do marido [...] Não faltaram vozes nesse começo de século para entoar publicamente um brado feminino de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam e, sobretudo, angustiado com a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas”¹²⁰.

Na época diante da qual a nossa pesquisa se insere as mulheres tinham pouca voz sobre todo e qualquer assunto que não envolvesse a vida familiar. A velha frase “mulher, recatada e do lar”, por mais que ainda ecoe em nosso presente, naquele momento histórico era ainda mais evidente. Dados do poder masculino fincado em uma sociedade patriarcal se deixa notar pela pouca participação que as mulheres enfrentam hoje ainda na vida pública, pela minúscula participação nas atividades políticas e pelas desigualdades históricas a nível salarial e de participação igualitária nas carreiras profissionais quando se comparada a um homem.

No interior da sociedade uberlandense de então esses dados se tornam ainda mais evidentes e demonstradores de uma violência histórica. Diante da urdidura do discurso da “Cidade Jardim”, também deveriam ser ordeiras as famílias que compunham essa “comunidade perfeita”. Conforme fizemos mostrar, as instituições que promoviam libertinagens e o emulamento da perfeita constituição da família tradicional estavam em Uberlândia às margens da sociedade, tanto do ponto de vista geográfico quando do ponto de vista moral. Daí a higienização da cidade levada a termo pelo Prefeito Tubal Vilela. O sentido de urbanização orquestrado pelas elites

¹²⁰ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “**Recônditos do mundo feminino**”. in. “**História da vida privada no Brasil**”. coord. NOVAIS, Fernando. org. SECENKO, Nicolau. – São Paulo: Companhia das letras, 1998 – vol. 3. p.369-370.

uberlandenses a partir da segunda metade do século XX visava a um só tempo ofuscar da imagem da Cidade Jardim essas impurezas morais como açodar todos os maus exemplos que nela viriam a aparecer.

Recai o peso da lei, personificados através dos Códigos de Posturas e dos códigos morais (a nível subjetivo) não somente sobre os desalentados, desvalidos e imigrantes que por aqui aportavam. Na esfera privada, qualquer margem que fosse ultrapassada desse ponto de vista moral deveria ser duramente reprimida, sob pena de macular a imagem perfeita de uma sociedade que se queria ordeira. As violências na esfera privada, por mais que demande uma outra pesquisa com o levantamento de dados mais apurados, era gritante e se deixava perceber através destas instituições como a qual nos debruçamos por meio dessa pesquisa.

Os sujeitos que se utilizavam dos serviços da instituição queriam abafar máculas. Diante de qualquer interrogação, quase sempre corretas e reais, que essas mulheres faziam à figura de seus maridos e que ameaçassem macular a sua imagem diante da sociedade, era duramente reprimidas através da ameaça da clausura eterna. Conforme cremos ter mostrado em prontuário específico o caso de uma mulher que provavelmente morre transferida para Barbacena (MG), é notório observar que essas *Casas de Loucos* já se faziam presentes no imaginário social, tornando-se quase um lugar comum a ameaça de internar uma pessoa nesses locais quando se saía dos comportamentos esperados pela sociedade.

Diante dos inúmeros prontuários com os quais tivemos acesso, assusta-nos a quantidade de casos nos quais a mulher só foi internada porque tornou-se antipática com relação ao marido. É o caso de F.R, de 31 anos, preta, católica, natural de Santana de Patos (MG). Em seu histórico da doença consta que:

“Foi sadia até 15 de março deste ano. Ao acordar, à noite, tornou-se subitamente logorreica, agitação psicomotora, rasgando vestes, gritando, dizendo impropérios, etc. Tornou-se antipática com o marido. Come bem, mas dorme mal. Atualmente está mais calma – Mensagem psicografada: Uberlândia, 27/05/1946. Orientação para internar F.R, 31 anos, Rua. Olegário Maciel, --, Sim, pode internar”¹²¹.

Em seu prontuário consta que ficou internada pelo período de 3 meses. Muito nos assusta a súbita mudança de comportamento e o quão rapidamente essa mulher foi internada na instituição. Ao que consta, com 31 anos ainda não teve filhos, provavelmente era ligada aos assuntos domésticos. A vagueza de informações quanto ao seu quadro clínico e a falta de clareza

¹²¹ Ficha: 194. Código: 156. Ano: 1946.

pelos motivos que a levaram até ali e que justificaram a sua permanência no Sanatório é um dado sintomático e revelador dessas violências. Há um sentido de descartabilidade dessas mulheres: se elas servem bem ao lar e cumpre com os seus deveres femininos encontra total amparo, caso contrário, o homem tinha total liberdade de descartá-las na instituição, mesmo que por períodos curtos.

Essa descartabilidade da vida feminina fica evidente a cada prontuário que temos contato pois em cada um deles aparecem as assinaturas dos maridos, ora dando autorização expressa para procederem com qualquer tipo de tratamento, ora autorizando a transferência para outros Sanatórios, ora deixando quantias em dinheiro para a manutenção de suas esposas no asilo. Tais atitudes parecem ir de encontro ao que expôs as autoras do artigo já referido: “Entre nós, a mulher só exerce sobre o homem o prestígio do seu sexo. Quando o homem não está mais sob os sortilégios exercido pelos encantos da mulher, esta deixa de ocupar lhe o espírito, de interessá-lo”¹²².

O recorte sociológico guarda algo de trágico. Quando pensamos nessas relações de gênero quase sempre tendemos a pensar somente nas desigualdades prementes que ainda assolam o público feminino em nossa sociedade contemporânea. No entanto, despontam alguns casos, como o da paciente M.L.A, de 20 anos, que sequer foi melhor compreendido apesar do seu final trágico. Trata-se de uma mulher jovem, sem motivo aparente de doenças pré-existentes, de moléstias pelas quais padecia antes de adentrar na instituição. Aliás, pelo próprio diagnóstico “automático” produzido pelo médico de plantão, não se observa moléstias de nenhum caráter. O seu diagnóstico assim aparece:

“Parecer do médico Moysés de Freitas: Atesto que M.L. é uma psicótica e não sofre de moléstia infecto-contagiosa. Uberlândia, 29 de agosto de 1946. Parecer do Médico Darcy de Andrade Furtado: Declaramos que M.L.A., branca, brasileira, casada, com 20 anos de idade, necessita de um tratamento nessa clínica hospitalar e especializada. Ituiutaba, 27 de agosto de 1946. Mensagem psicografa: Sim, trata-se de um caso de obsessão e convém que se interne. Paz em Deus. Eurípedes Barsanulfo”¹²³.

A paciente, mesmo que jovem, aparentemente não sofria de doenças graves ou, se sofresse, deveria minimamente constar de seu prontuário médico, levando-se em consideração que essas mulheres eram examinadas antes de dar entrada na instituição. No entanto, levada

¹²² MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “**Recônditos do mundo feminino**”. in. “**História da vida privada no Brasil**”. coord. NOVAIS, Fernando. org. SECENKO, Nicolau. – São Paulo: Companhia das letras, 1998 – vol. 3. p. 370

¹²³ Ficha: 32. Código: 159. Ano: 1946.

pelo seu pai, não consta que sofria de algo grave que a levou à morte em menos de um mês de internação. É importante pontuar que, na maioria dos casos em que há o falecimento de algum paciente, tem-se a assinatura dos familiares para a retirada do corpo. No caso dessa jovem em específico nem isso consta.

Pelo caráter silente do prontuário com relação à uma morte ocorrida dentro da instituição, pode-se depreender duas coisas: ou mortes eram comuns naquele momento no interior do Sanatório e não se tinha um protocolo específico para estes casos; ou, no caso da paciente, já se era esperada a sua morte, dado que se torna irrelevante para quem formulava tais prontuários, atestar a causa da morte e em que condições essa mulher se encontrava quando da ocorrência do fato. Optando por uma melhor hipótese ou não, fato é que essas mulheres, em sua maioria, não tinham qualquer tipo de autonomia quanto à sua condição ou de voz em relação ao mundo externo ao Sanatório a fim de figurar como pessoa.

Esse dado generalizante, aliás, é um dos pontos fulcrais de manutenção da instituição asilar. À medida que há a individualização dos pacientes, maior se torna a compaixão por eles com relação ao quadro de funcionários. Neste sentido, conforme demonstra a literatura psiquiátrica da época (que cremos ter exposto), era necessário retirar do humano qualquer viés humano que dele sobreviesse. A padronização dos comportamentos, a padronização da aparência e dos corpos revelam esse sentido de distanciamento que se traduz neste prontuário em específico. Retomando Maria Clementina é necessário observar que:

“Se o hospício surge como instância de disciplinarização, será forçoso concluir que, enquanto estratégia de poder recoberta pelo discurso médico, ele estava voltado sobretudo para estes loucos invisíveis, degenerados em diversos graus, que constituem, na opinião dos alienistas, os casos mais ‘difíceis’. Mas, evidentemente, o hospício não abriga apenas esta categoria: a presença do louco comum – o delirante, o agressivo, o acometido de problemas orgânicos evidenciados em sua postura corporal, etc. – reforça e, de uma certa maneira, legitima a internação dos primeiros, equiparados todos no interior da vida asilar. De resto, a própria rotina do hospício encarrega-se de torná-los crescentemente parecidos, até que não haja qualquer diferença fundamental nos rostos e corpos aniquilados”¹²⁴.

A aniquilação dos corpos aparece como um dado evidente quando se trata dessas mulheres. No caso específico citado acima, principalmente quando colocado em comparação com

¹²⁴ CUNHA. Maria Clementina Pereira. “O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo”. Ed. Paz e Terra; 2ª ed. Rio de Janeiro: 1986. p. 112.

aqueles casos nos quais as famílias são abastadas e promovem o patrocínio da instituição, é notável nos prontuários um tratamento mais especializado destinado a essas mulheres. A falta de informação daquele prontuário, a nosso ver, revela descaso tanto por parte da instituição em si, quanto por parte da família que sequer reclama pelo corpo.

Outrossim, há casos em que as famílias parecem fazer de tudo para dar um bom acompanhamento a essas mulheres, tendo no Sanatório a última porta de saída, o local talvez de descarte para casos em que a família não consegue mais lidar ou manter no interior da esfera privada sem maiores danos. É caso da paciente M.D, de 39 anos, branca, natural de Perdiz (MG), casada, que em seu prontuário vem descrita a filiação, e que parece ter passado a sofrer de problemas mentais sobretudo a partir da gestação.

“Aos 16 anos, sofreu perturbações mentais durante 4 meses. Excluídos estes 4 meses, foi sempre sadia. Sua moléstia atual teve início há quatro anos, 3 dias após um parto; anoiteceu boa, durante a noite, diz a paciente, sonhou com a criança e amanheceu desorientada; em casa submeteu-se a vários tratamentos durante 1 ano; os 2 anos após aquele, esteve internada no Instituto Raul Soares, já indo de lá sem acusar melhora alguma. passou em casa novamente um ano, e o estado da paciente continua inalterado”¹²⁵.

Pelo que podemos notar, a paciente em questão parece ter sido bem assistida pela família. Seu histórico, acompanhado pelos pais, se desenvolve mais agudamente a partir da gravidez que, pelo que o prontuário indica, não se sabe se a criança veio a falecer ou se teve um normal desenvolvimento. Essa dúvida surge porque, como diz a própria voz da mulher que conta a sua situação, ela chega a sonhar com a criança e a partir daí não consegue mais ter pensamentos e comportamentos normais.

Essa própria tristeza diante do mundo, apatia que no caso dessa mulher seria totalmente justificada, é confundida com loucura, com insanidade mental que, conforme ela parece por si mesma reconhecer, deveria ser tratada naquela instituição, através de meios espirituais. Ela ficou internada apenas no Sanatório por um período de dois anos. Além desse período, conforme exposto em seu prontuário, ela já tinha passagem pelo Instituto Raul Soares, destinados também aos cuidados da *loucura*. Não bastasse o tratamento no interior dessas instituições, sua família também lhe despendeu como pôde, um certo tratamento doméstico.

Observando num aspecto mais geral acerca dos prontuários com os quais tivemos con-

¹²⁵ Ficha: 116. Código: 179. Ano: 1946.

tato, elencamos alguns dos sintomas mais recorrentes dentro do recorte de estado civil das mulheres casadas.

Tabela XVI: Principais causas de internação do público feminino

Mulheres casadas (motivos recorrentes de internação)	
Obsessão	Psicopatia
Irritação após o parto	Antipatia com relação ao marido
Ausência diante dos afazeres domésticos	Esquizofrenia
Alcoolismo	Tendência para mediunidade

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Trata-se de um retrato da vida privada na qual essas mulheres ocuparam um papel de subalternidade sendo vítimas de inúmeras violências. O quadro acima busca contemplar, dentro da gama infinita de motivos que levaram essas mulheres àquela instituição, aqueles motivos que mais se repetem. O primeiro, obsessão, é o que mais aparece por conta dos inúmeros prontuários produzidos pelo médium que tendia a sempre diagnosticar quaisquer sujeitos com o quadro obsessivo por espíritos malignos, levianos, libertinos.

O segundo que mais aparece, psicopatia, sugere também uma repetição automática do médico que tendia a sempre diagnosticar as pacientes como psicóticas a fim de apenas justificar a internação delas no hospício. Em seguida, inúmeras foram as mulheres com idade inicial de 30 anos que, após o parto, tornaram-se irritadiças, agressivas e que foram enclausuradas por conta dessas alegações geralmente utilizadas pelos pais e maridos. A antipatia com relação ao marido também é recorrente, nestes prontuários geralmente o tempo de internação é curto, sugerindo que os maridos se utilizassem da internação para talvez amedrontar suas esposas diante do comportamento afrontoso.

O alcoolismo, quase sempre ligados à esfera racial, acometia mais as mulheres pretas, normalmente por ocasião de algum evento traumático ou momento de dificuldades enfrentadas por essas mulheres em específico. E por fim aparecem diagnósticos nos quais o médium sugere a internação para que essas mulheres desenvolvam capacidade mediúnica nata. Vale ressaltar que mesmo após a alta dada pelo médium é prescrito a essas mulheres que continuem participando das sessões mediúnicas oferecidas pelo Centro Espírita administrador da instituição asilar.

3.2.6 : Mulheres solteiras e pressões sociais.

Se por um lado as estratégias de sobrevivência das mulheres casadas, bem ou mal residia na figura dos seus companheiros, pensar a figura das mulheres solteiras e quais são os elementos padrões (e as exceções também), que confirmam a sua internação no sanatório é uma tarefa importante. Sob o peso de uma civilização que tende a alijá-las completamente de suas intimidade e autonomia, essas mulheres tinham naquela instituição asilar um elemento de vigilância, punição e correção moral.

São diversas as teorias que discutem a relação do poder, suas tecnologias e suas manifestações no corpo e na psique humana. No caso feminino, não é possível pensar que todo esse caldo cultural e civilizatório criou para elas uma delimitação muito clara entre o que é o normal ser mulher, ou seja, o padrão, o desejável, daquilo que é anormal, imoral, indesejável e abjeto. Essa dualidade entre normal e patológico, a nosso ver, recai de forma grave sobre o corpo e as atuações do feminino no mundo. Elas devem corresponder a um padrão, andar milimetricamente dentro das exigências que o corpo social produz para ela.

O que há de medonho nessas constatações e se percebe no dia a dia (e inclusive nessa pesquisa) é o fato de que a sociedade cria instituições por meio das quais ela imprime no corpo feminino os seus desejos, a sua moral, a sua vontade de civilizar-se. Gostaria de retomar a questão em torno da dualidade entre *o normal e o patológico* porque é através dessa discussão que Georges Canguilhem vai discutir toda a sua teoria em prol da delimitação destes dois campos. Acerca da possibilidade de “cura”, isto é, sujeição dos corpos a um padrão de *normalidade* o autor assim disserta:

“Para agir é preciso ao menos localizar. Como agir sobre um terremoto ou um furacão? É, sem dúvida, à necessidade terapêutica que se deve atribuir a iniciativa de qualquer teoria ontológica da doença. Ver em qualquer doente um homem aumentado ou diminuído em algo já é, em parte, tranquilizar-se. O que o homem perdeu pode ser restituído, o que nele entrou, pode sair. Mesmo se a doença é sortilégio, encantamento, possessão demoníaca, pode-se ter a esperança de vencê-la. A doença entra e sai do homem como por uma porta¹²⁶”.

Mais que um desejo, uma obsessão por parte do corpo médico, “a ciência” médica incumbira-se de uma missão quase que civilizatória: extirpar do corpo do homem e, portanto, da

¹²⁶ CANGUILHEM. Georges. “**O normal e o patológico**”. Trad. Maria Thereza Regid de Carvalho Barracas; revisão técnica Manoel Barros da Motta. – 6ª ed. rev. – Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2009. p.11

sociedade, todos os malefícios que a prejudica. Adiante, conforme mostramos ancorados nos pressupostos filosóficos de Michel Foucault, esse saber não surge desamparado de ideologias. E, na ideologia de que estamos tratando aqui há a clara constatação de que se queria a domesticação de corpos femininos que fossem subservientes à lógica do novo capital regional que Uberlândia liderava. O conceito de *Cidade Jardim*, neste sentido, extrapola os limites da urbe e recai sobre os corpos de maneira inconteste.

A vontade de uma ideologia se assemelha ao poder delirante do psiquiatra e, no caso específico do Sanatório Espírita de Uberlândia, nas vontades evangelistas e moralizantes do médium que dirigia aquela instituição. Vejam bem, é necessário ressaltar que não estamos falando tão somente de suplícios e maiores violências sobre o corpo feminino. Na lida com os documentos, na forma de clausura desses corpos estamos evidenciando uma nova tecnologia muito ligada a um viés religioso, de *correição de corpos*. Acerca das tecnologias de vigilância e punição Michel Foucault dizia que:

“De modo geral, as práticas punitivas se tornaram públicas. Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. Dir-se-á: a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição de domicílio, a deportação – que parte tão importante tiveram nos sistemas penais modernos – são penas físicas: com exceção da multa, se referem diretamente ao corpo. Mas a relação castigo-corpo não é idêntica ao que era nos suplícios. O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário: qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis para a economia dos direitos suspensos”¹²⁷.

A simples existência desses prontuários que em verdade foram pessoas que passaram por aqueles quartos, por aquela instituição, na prática revela novas tecnologias de poder a que Foucault chamou de “economia do castigo”. Ao lidar com essas inúmeras mulheres, das mais variadas cores, proveniências, credos religiosos e talvez padecendo de variados males, estamos lidando com o fato de que todas elas, em maior ou menor grau, experimentaram no próprio corpo a dimensão coesa de um poder psiquiátrico e religioso que tendiam a imprimir nelas as

¹²⁷FOUCAULT, Michel. “**Vigiar e punir: nascimento da prisão**”. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 16

suas vontades, visões, ideologias.

Retrato, para demonstrar a aplicabilidade fáticas dessas disposições teóricas, o caso de J.F.I. de 20 anos, preta, solteira, natural de Prata (MG). O seu “nariz é achatado, peculiar à raça¹²⁸”, conforme inscreve um dos funcionários da instituição. Ao que parece, essa paciente, diferentemente dos inúmeros casos em que se busca traçar no histórico de vida e familiar alguma moléstia que justifique o tratamento, essa paciente sempre levou a vida normal e a sua internação surgiu no horizonte a partir do momento que começou a ficar agressiva, “com falta de paciência”. Dos prontuários aos quais tivemos acesso poucos são os que carregam tantas informações completas. Em seu exame mental dá para se observar um sentido de normalidade nos sintomas que apresenta:

“Marcha e coordenação motora normais. Sensibilidade tátil e dolorosa normais. Romberg. Reflexos cutâneos, tendinosos e pupilares normais. Trazida ao exame por uma enfermeira permaneceu em um mutismo voluntário. Crises de choro imotivado. Outras vezes logorreica, agitação psicomotora. Orientação auto-alo-crono-psiúica. Afetividade íntegra”.

Apesar da idade, não parece constar em seu prontuário qualquer preocupação, seja por parte do corpo clínico, seja por parte dos próprios familiares, com as agruras normais que qualquer mulher da idade dessa paciente enfrentaria, inclusive o temperamento difícil atestado no prontuário. Essa relação um tanto quanto conturbada existente entre os familiares dessas pacientes solteiras e as próprias pacientes, em momento da vida que elas enfrentavam pressões enormes de cunho social, revela um padrão de internação e tratamento quando nos debruçamos sobre essa faixa etária, estado civil e motivo da internação.

A paciente em questão ficou internada na instituição por dois meses. Em sua filiação consta os nomes dos pais e ao final do prontuário o nome da pessoa que a deixou ali para ser internada. Pelo sobrenome do pai dá para se notar que se trata de um irmão da paciente ou tio paterno, que parece ter vindo à cidade com o intuito de resolver os problemas da jovem. Conjecturando, se não vieram à cidade com esse intuito, ao menos dá para se pensar na possibilidade de que ela talvez estivesse sob os cuidados desse familiar que a interna e ao longo das informações do prontuário parece acompanhar a evolução clínica da jovem.

Como rito comum, quem produz o prontuário médico tenta traçar algum motivo da doença, procurando no histórico da família alguma moléstia hereditária que desse causa à presença daquela jovem no Sanatório. No item *histórico da doença* está inscrito que:

¹²⁸ Ficha: 38. Código: 38. Ano: 1943.

“Mãe teve 15 gestações a termo. Infância sadia. Dos 15, 3 são falecidos. Infância sadia e assim permaneceu até 2 anos atrás quando começou com falta de paciência, alguns dias muito alegre outros dias triste, alucinações auditivas e visuais. Canta e chora, gosta de fugir, agitação psico-motora. Já esteve em tratamento no Capão da Onça onde ficou uns 3 meses e em Uberaba onde também ficou mais um 3 meses”.¹²⁹

Pelo histórico da paciente, parece que os motivos mais contundentes que a levaram até essas instituições asilares foram sentimentos comuns a qualquer pessoa. “Falta de paciência”, alternância entre alegria e tristeza, agitação etc. não parecem ser sintomas claros e graves de pessoas que padecem de males psíquicos, inclusive em comparação a outros prontuários já expostos neste trabalho. De maneira pontual em seu histórico consta que sofre de alucinações visuais e auditivas, sintomas esses que não aparecem como preocupação a quem tece o seu prognóstico.

Pelos inúmeros casos que já tratamos neste trabalho em específico e da gama infinita de produções sobre o assunto nota-se que é sintoma comum os choros dos pacientes, principalmente em se tratando da consciência de sua nova condição de interno. No caso da jovem em questão, esses choros justificáveis são marcados por tentativas de fuga da instituição asilar, o que denota certa consciência da interna com relação à sua condição e das possíveis atitudes que ela poderia tentar a partir dali. Conforme quisemos demonstrar, parece que a paciente e quem a interna veio a Uberlândia com o intuito claro de deixá-la internada. As suas várias internações, uma inicialmente em Prata (MG), outra na cidade de Uberaba (MG) e por fim essa última que estamos analisando denota um sentido de itinerância dessa paciente, que parece estar sob os cuidados de algum familiar, irmão ou tio.

A pensar que no início da década de 1940 o transporte no Brasil não era democrático, é lícito pensar que talvez esse familiar de nome S.F.I, estivesse incumbido da missão de cuidar da jovem e, diante das agruras de um trabalhador itinerante pelas regiões do Triângulo Mineiro, via nessas instituições um espaço onde podia deixar a jovem sem ter que arcar com os custos ou a responsabilidade da criação. Cogito essa possibilidade porque dentro desses dois meses, como raramente acontecia, a paciente foi retirada da instituição pelo mesmo homem, indo talvez a outra cidade e sobrevivendo com o mesmo *modus operandi*. Na data de sua saída não consta qual o grau de evolução do seu tratamento, ou seja, não consta se saiu curada, melhorada ou

¹²⁹ Idem.

pior, talvez porque nunca estivesse ruim.

Além de todas essas informações que o prontuário em específico nos traz há uma outra que atesta a nossa hipótese de que haviam tratamentos diferenciados entre as pacientes em consideração à sua raça ou classe social. O tratamento da paciente em questão, mulher, preta e jovem, é marcado por uma quantidade imensa de remédios e seu tratamento parece ter sido prescrito no intuito de acalmá-la ou pelo menos colocá-la dentro dos padrões de normalidade exigidos pelo Sanatório em questão. Em seu tratamento está:

“Uso de Convulsoterapia pelo cardiozol: 1º choque em 24/02/1943; 2º choque em 02/03/1943; 3º choque em 05/03/1943; 4º choque em 09/03/1943. Logo após o 2º choque a fase de agitação psicomotora cessou e no 4º, a paciente já havia voltado à normalidade”¹³⁰.

Que normalidade era a sugerida e buscada pelos profissionais da instituição e que culminou nessa quantidade de eletrochoques em uma paciente que aparentemente não padecia de problemas mentais? Seu estado de nervosismo aparenta um grau de normalidade e de sanidade mental, uma vez que dentre das inúmeras fugas que tentou, provavelmente era tida como paciente difícil, logo devendo ser enclausurada nas celas aos fundos do edifício e recebendo um tratamento que não condiz com as atitudes apresentadas pela interna no interior da instituição. A nosso ver esse prontuário em questão demonstra uma relação familiar na qual o seu parente exercia extremos poderes sobre a jovem. Este familiar em questão parece perambular pelas cidades próximas à sua terra natal talvez em busca de condições melhores de vida e vê na instituição asilar um abrigo para a paciente em questão que, em estado de normalidade, porta-se com atitudes de resistência ao poder instituído e por isso é reprimida com o tratamento mais grave da psiquiatria de então, que eram os eletrochoques.

Esse jogo entre a punição e o estado desejado por parte do poder asilar imprime no corpo do paciente os objetivos claros da instituição e, lançando um olhar externo, os objetivos claros das pessoas que inseriam essas pacientes naquela instituição. Assusta-nos observar que no caso das mulheres solteiras, normalmente jovens, o Sanatório Espírita de Uberlândia teve um significado bastante particular, o da correção moral, o da sujeição de seus corpos dentro dos parâmetros exigidos ao seu gênero, à sua idade, à sua classe. Reporto, neste sentido, a um prontuário diametralmente contrário ao exposto acima, em seus campos de informação quase todos constam vazios. O prontuário oferece-nos a informação de que se trata de M.G.M, 35 anos, preta,

¹³⁰ Idem.

natural de Toribaté (MG). De religião católica consta que é solteira e filha de mãe solo.

Ao contrário, como dissemos, do prontuário exposto anteriormente, as informações acerca dessa paciente dizem respeito somente ao seu diagnóstico, dividido entre as impressões do médico que dá um parecer clínico e o parecer do médium, que oferece um parecer religioso.

“Parecer do médico Fausto G. de Freitas: Atesto que M. G. M., solteira, não sofre de moléstia infecto-contagiosa, é tão somente uma psicopata. Uberlândia, 22 de março de 1946. Mensagem Psicografada: É um caso de obsessão por espíritos endurecidos, o que não quer dizer que sejam maus; a misericórdia de Deus é grande, capaz de tudo em benefício () Eurípedes Barsanulfo”¹³¹.

Em seu histórico não há a busca já comum por alguma moléstia que justificasse a sua permanência na instituição. A busca por um histórico detalhado da família, da doença em si, dos sentimentos apresentados pela paciente, neste prontuário específico, parece ter sido uma preocupação lateral. Filha reconhecida apenas pela mãe, não há registro de que tenha sido deixada por algum familiar, homem principalmente. Pelo tom lacônico da sua situação, que não expõe a voz da paciente sobre si própria ou de seu familiar que falaria por ela, a paciente é internada na instituição quase como uma indigente, sem maiores informações para qualificá-la.

Apesar do sentido raso de informações acerca da paciente o que nos causa espanto é o período de permanência dela na instituição, 2 anos. Nestes dois anos não foram coletadas informações a seu respeito e nem constam aplicações de quaisquer medicamentos necessários aos cuidados com uma paciente que potencialmente sofria de moléstias psíquicas. Novamente, embora comparativamente com o prontuário anterior as duas pacientes só guardassem de semelhança a raça e a classe social, trata-se de dois motivos de permanência e tratamento dispensado completamente distintos, mas ambos, no entanto, convergindo para o aspecto da correção moral através da coerção física, do aprisionamento.

A falta de dados quando se trata de pacientes solteiras, aliás, é uma constante. Dentro dos prontuários que analisamos percebemos que a partir de 1950 a maioria das pacientes mulheres que constam como solteiras e foram internadas na instituição, em quase todos os campos consta *sem informação*. Na maioria dos casos esses campos vazios dizem respeito ao motivo de saída, tempo de permanência, histórico da doença, diagnóstico, prognóstico, índice de cura ou de melhora. Essa falta de informação denota, a nosso ver, certo automatismo por parte da instituição que, diante desse perfil de paciente, não procurava documentar de quais moléstias

¹³¹Ficha: 17. Código: 176. Ano: 1946.

essas pacientes sofriam. Em bases analíticas, quando filtramos aquelas pacientes solteiras que constam com esses dados supracitados como “sem informação” temos o seguinte: de 1945 em diante são 85 pacientes que seus prontuários trazem inscritos apenas o seu nome, dados gerais de naturalidade e filiação.

3.2.7 : Faces do abandono: viúvas, idosas e o eterno aprisionamento

Com o intuito de finalizar por essas páginas o nosso reconhecimento da ala feminina chego aos prontuários daquelas mulheres que ficaram por mais tempo enclausuradas ou que nunca chegaram a sair. Considero essa majoração temporal aquelas pacientes que ultrapassaram os 2 anos de permanência na instituição e aquelas que constam como falecidas. Filtrando por esses dois aspectos chegamos ao número total de 63 mulheres. Diante da impossibilidade de tratar de todas elas escolhemos alguns perfis que nos saltaram mais aos olhos, seja pelo fato da barbárie do aprisionamento, seja pelo fato do abandono a que estiveram sujeitas.

Início a exposição destas mulheres expostas ao abandono por L.J, de 50 anos, branca, natural de Uberlândia, solteira e com filiação ignorada. Seus dados não se deixam entrever pelas poucas informações colhidas, ela parece ser uma indigente que viveu parte de sua vida nas instituições “filantrópicas” nas quais pôde entrar. Na primeira leitura de seu prontuário duas informações desoladoras despontam inicialmente: trata-se de uma paciente com um prognóstico *mau*, sendo transferida para o Instituto Raul Soares e sofrendo de esquizofrenia. Em seu histórico, faces do abandono:

“A paciente (foi) veio transferida do Penatis Alan kardeck sem nenhum dado informativo da causa determinante de sua internação, sendo-me assim totalmente desconhecida a sua vida pregressa. Apresenta-se a observação em atitude obstinada, carrancuda e desorientação auto-alo-psíquica. Comprometimento da afetividade e associação de ideias. É, entretanto, a lavadeira do Sanatório, desempenhando-se dessa missão otimamente”¹³².

Se não há dados quanto à sua vida pregressa ao menos algumas informações preliminares se deixam vislumbrar quando impressas no prontuário da paciente. Ela veio do Penate Allan Kardeck que, como mostramos, fazia parte das iniciativas do grupo espírita diretor do Sanatório, ficou internada na instituição que analisamos pelo período de 03/04/1942 a 14/07/1945. Sua idade, pensada à luz de sua época, já era considerada avançada. Não se vislumbra informações quanto a possíveis filhos que tenha deixado ou parte de algum familiar ou conhecido. É válido ressaltar também que o Instituto Raul Soares fazia parte das instituições que estavam sobre a

¹³² Ficha: 02; Código: 125. Ano: 1945.

direção da comunidade espírita.

Quando nos debruçamos sobre um prontuário desse e tomamos conhecimento ainda que pouco da história de vida dessa paciente notamos relações de trabalho existentes dentro da instituição. Diante disso é salutar perguntar: será que ela trabalhava e continuou trabalhando anos a fio nestas instituições nas quais esteve internada? A que tipo de condições essa mulher estava sujeita? Será que se relacionava harmonicamente com as outras internas e com o corpo de funcionários do Sanatório?

Percebe-se por essas linhas um pouco de seu comportamento: “é carrancuda, obstinada, tem comprometimento de afetividade e da associação de ideias”. Jamais nos seria possível conjecturar acerca de sua solidão, da sua resignação mesma e do processo de aceitação que teve que se sujeitar para compreender a sua condição não só de interna, mas também de trabalhadora. Talvez, aliás, o trabalho tenha surgido como um elemento de fuga à triste condição a qual estava sujeita. Quando pensamos para além dela, em comparação a outras pacientes e pensamos a situação asilar como um todo, retornamos ao que expôs Maria Clementina sobre o Hospício de Juquery. Quando fala das diferenças entre as internas a autora nos dá uma dimensão da categorização dos “loucos” no interior de uma instituição como essa:

“A diferenciação social no interior do hospício é, aliás, um dado que salta aos olhos. Ela começa pela aparência física de cada categoria: para os loucos comuns, a roupa grosseira e padronizada da instituição, e as cabeças raspadas por medida higiênica; os pensionistas vestem-se com as roupas enviadas pela família, conseguem manter os cabelos e alguma altivez – alguns chegam mesmo a manter criados particulares dentro do hospício”.¹³³

Permito-me inserir dentro dessa categorização mais uma classe de “loucos”: aqueles que, a despeito do abandono, ficaram na instituição trabalhando, talvez por sustento, talvez por única alternativa de sobrevivência. Essa hierarquia social dentro da instituição se revela mais claramente quando lidamos com esses casos de abandono. Outro prontuário que torna-se difícil analisar pela falta de informação mas que é importante do ponto de vista do tempo de permanência trata-se do caso de L.M.C.¹³⁴, de 18 anos, branca, solteira, que ficou na instituição de 1955 a 1958. De todas as informações colhidas acerca da paciente além destes já expostos, apenas o tipo de doença que se tratava de esquizofrenia.

¹³³ CUNHA. Maria Clementina Pereira. “**O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**”. Ed. Paz e Terra; 2ª ed. Rio de Janeiro: 1986. p. 120.

¹³⁴ Ficha --; Código: 508. Ano: 1952.

Quando lidamos com viúvas em específico, a mesma falta de informação. No prontuário de A.C.J. de 49 anos, branca, de Uberlândia, católica e constando filiação, há somente informações atinentes ao tipo de doença, novamente esquizofrenia e o tratamento com 08 aplicações de eletrochoques. Não há maiores dados quanto a quem a internou na instituição, seu histórico nem em qual período saiu e como saiu da instituição.

Aquelas mais afoitas que passaram longos anos na instituição, tentaram e com sucesso conseguiram fugir do Sanatório. É o caso de M.P.C, viúva, de 65 anos, natural do Estado da Bahia, preta, com filiação dos pais, consta que veio morar em Uberlândia e, sozinha, foi internada na instituição não se sabe por quê. É preciso atentar, neste sentido, para o fato de que uma das possibilidades de entrada na instituição era a apedido das autoridades uberlandenses, que poderiam pedir a internação quando a pessoa desembarcasse na cidade através da Rodoviária ou através de seus assistentes sociais que, através dos parâmetros construídos pela ideologia da cidade ordeira, submetia os atendidos ao seu crivo, podendo “sugerir” a internação. Parece ter sido o caso dessa paciente, que não teve filhos e nem familiares para reclamar de seu sumiço. A sua fuga, aliás, não parece ter resultado em grandes problemas para a instituição.

Em seu parecer médico consta a seguinte mensagem:

“Parecer do médico Moysés de Freitas: Atesto que a Sra. Da. Maria com 65 anos de idade, viúva, parda, é uma psicótica e não sofre de moléstia infecto-contagiosa. Uberlândia, 10 de dezembro de 1947. Mensagem psicografada: Obsessão agravada pelo estado (...) convém internar-se por certo tempo. Paz em Deus. Euripedes Barsanulfo”¹³⁵.

Conforme demonstramos ser padrão em toda confecção dos prontuários em que estão presentes os pareceres do médico e do médium, este caso não foge à regra. Elenco-o como importante pelo dado da fuga dessa mulher que não foi reclamada por ninguém, sequer pelos funcionários. A incerteza quanto ao tempo em que permaneceria internada é uma informação que se deixa entrever quando do parecer do médium: “convém internar-se por certo tempo”. Tal prática, conforme salientamos, embora padrão não correspondesse com o mínimo de previsibilidade quanto ao quadro de melhora ou cura das pacientes, ocasionando a nosso ver, atos de fuga como este.

Os casos expostos acima parecem confirmar um dado recorrente quando se trata de *fuga*, *morte* ou *permanência sem data final* naquela instituição. No quadro abaixo, quando fazemos

¹³⁵ Ficha: 260. Código: 216. Ano: 1947.

o cruzamento das informações atinentes ao gênero, tempo de permanência e motivo da saída temos o seguinte.

Tabela XVII: Principais motivos de saída do público feminino

Mulheres (quantidade)	Tempo de permanência	Motivos de Saída
Número total de mulheres idosas e viúvas: 42	2 anos ou mais	Morte Fuga Nunca chegaram a sair

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia).

O período em que mais surgem esses casos vai dos anos de 1948 a 1958, tendo em todos os anos uma média de 2 mortes. Em todos estes prontuários não há qualquer informação quanto à família, à vida pregressa, à causa da doença ou da internação e nem qualquer dado referente a que condições se davam os sepultamentos daquelas internas que chegavam a morrer no interior do edifício. Quando o Sanatório fecha as portas em 1992, alguns pacientes que já estavam há tempos internados (geralmente trabalhando nos afazeres diários da instituição) e que constam como que nunca chegaram a sair, são transferidos para o Hospital Psiquiátrico da Universidade Federal de Uberlândia.

Portanto, ao finalizar a passagem pelos corredores e quartos da ala feminina podemos reconhecer uma quantidade infinita de perfis com motivos, histórias e tratamentos completamente distintos uns dos outros. Também nessa gama infinita de mulheres, notamos inúmeros perfis iguais, padrões mas, mesmo os que ainda guardam semelhanças, aparecem também as diferenças. Foram essas diferenças, as particularidades enfim, as desigualdades existentes entre um prontuário e outro, entre uma história e outra, que tentamos expor, discutir, analisar, comparar e, principalmente, trazer à luz através dessas páginas. Continuamos o nosso reconhecimento pelo edifício. No escuro dessa instituição, em quartos que não se sabem as alas a que pertenciam, observaremos agora os casos das crianças, chegadas à instituição também, como nos casos que ora se encerram, por inúmeros motivos, todos eles nesta instituição asilar.

3.3 – Ala infantil: dados que não aparecem

Na lida com os prontuários, municiados de algumas informações preliminares sobre o edifício que agora procuramos desvendar, a informação referente à presença de crianças naquele enclausuramento jamais me passou pela mente. Normalmente se imagina que uma instituição asilar, dentro da dinâmica específica como foi a do Sanatório Espírita de Uberlândia por estar

inserido nesta cidade a possibilidade de abrigo de crianças era bastante remota porque, como mostramos, havia instituições próprias para o abrigo dessa faixa etária no município.

Além da existência dessas instituições próprias para as crianças desalentadas, pobres, que sofriam das mais variadas moléstias, nos assustou observar essa presença em específico primeiro por não haver nada informativo na planta arquitetônica dessa instituição que sugerisse a possibilidade, segundo por entender que, numa cidade ciosa pelo seu futuro dentro da lógica do capital, seriam mais viáveis outras instituições correcionais, educativas que atendessem o objetivo de se criar corpos e mentes dóceis à ideologia dominante.

Aliás, ao compreender neste momento, mesmo que em caráter ainda não conclusivo, a dinâmica de funcionamento desta instituição, muitas certezas e dúvidas antes inabaláveis se mostraram para nós como possibilidades críveis, que no mínimo fizeram abalar alguns consensos que tínhamos antes de lidar diretamente com os documentos primários em si. Pensávamos, é justo reconhecer, que a instituição asilar ocupasse um papel exclusivamente correcional, dotado de práticas e métodos específicos que forjavam nos corpos uma economia de subserviência misturada à passividade em seus mais diferentes níveis: domésticos, políticos, econômicos, de gênero, de raça.

Essa primeira certeza em parte foi corroborada pelos documentos. No entanto, o caráter exclusivo da correção, conforme cremos ter demonstrado até aqui, não foi meramente cumprido. Ao detalharmos a lida diária de uma mulher e seu irmão que possivelmente perambulavam pelas cidades próximas em busca de sustento, vimos que para uma parte significativa dos internos e sua família a instituição significava um instrumento de alento e sobrevivência para as agruras enfrentadas no interior de uma sociedade desigual.

Em estágio adiantado, na própria catalogação dos prontuários a que tivemos acesso pensávamos que a maioria da população asilar fosse composta por homens e mulheres negros, dado o número significativo de estudos, escritos, artigos e demais documentos espíritas que versavam sobre a capacidade evolutiva dessa população e o papel que o Espiritismo Kardecista deveria ocupar diante de práticas consideradas por eles como *baixo espiritismo*, normalmente praticada por estes homens e mulheres negros. Em parte, pouco nos alentou a certeza incontestável de que essa população negra fosse um número menor dos pacientes que estiveram na instituição.

Em contrapartida, diante de novas possibilidades que os próprios prontuários iam nos sugerindo fomos obrigados a aprofundar a análise, a pensar sob outros prismas para se chegar a alguns pontos fulcrais que a nosso ver alongaram até aqui, os temas, assuntos, hipóteses e discussões que primariamente havíamos pensado serem necessárias ao início deste trabalho. Diante da própria construção dos prontuários, das informações que eram ou não fornecidas por

quem as tecia é que vimos uma certa diferença de tratamento com relação à população branca e negra. Aos primeiros a instituição parece ter cumprido o papel de hospedagem, com uma quantidade imensa de tratamentos mais brandos e com o intuito terapêutico, de ensinamento da doutrina espírita e de suas práticas mediúnicas para aqueles que os médiuns julgavam terem aptidões tais. Para os negros, diante do nível de eletrochoques, diante do desigual tempo de permanência destes homens e mulheres, diante da falta de informações atinentes ao desenvolvimento clínico desta parcela, podemos notar que a instituição teve um papel distinto, o da prisão, correção, privação total das liberdades.

E é com este pensamento (o de que certas certezas, dúvidas ou hipóteses continuamente poder desfeitas) que chegamos à essa ala que não aparece nos depoimentos e na própria planta arquitetônica da instituição. A presença de crianças, de seus prontuários na documentação revelam, a um só tempo, diversos matizes que até agora não apareciam claramente nos prontuários da ala feminina. Quero dizer com isso que o tema do abandono, da carência afetiva e econômica, do poder judicial e policial na tecitura dos argumentos que levaram algumas destas crianças à instituição, estes temas aparecem candentes ao analisarmos estes prontuários.

Começo com o prontuário mais revelador disso tudo. Trata-se de D.M.J, de apenas 9 anos, branca, natural de Rio Verde - GO e que ficou internada no Sanatório pelo tempo de 5 anos. Antes que pensemos que seu quadro clínico tenha evoluído e que a instituição tenha “cumprido a sua missão de cura”, é lícito informar que essa criança, aos 14 anos, morreu no interior deste edifício. As causas parecem jamais terem sido informadas à sua mãe, única que aparece listada no campo “*filiação*”. Além do nome, idade, estado civil, cor, data de entrada e saída e filiação, não há qualquer informação fornecida pela instituição asilar. No entanto, no campo “*outras informações*” um dado relevante: um instrumento particular, lavrado em escritura pública no cartório, dá-nos conta de todo o contexto de internação dessa criança. Replico esse documento em apenso ao prontuário na sua íntegra, contendo o nome e todas as informações, por se tratar de um documento público.

“Escritura pública de consentimento que faz e assina dona Maria Madalena de Jesus, como abaixo se declara: Saibam quantos esta pública escritura de consentimento virem que, aos três dias do mês de novembro de mil novecentos, quarenta e dois, nesta cidade de Rio Verde, comarca do mesmo nome, Estado de Goiás, em meu cartório, perante mim Tabelião, por me ser distribuída esta, compareceu dona Maria Madalena de Jesus, brasileira, viúva, de serviços domésticos, residente neste município, e por ela me foi dito em presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, do que dou fé, que, pela presente es-

critura e na melhor forma de direito, dava a dona Augusta Gomes Bastos, Presidente do Posto ‘Dona Blandina Ferreira’, de Divisão, Amparo e Proteção à Maternidade e à Infância desta cidade, o seu consentimento para providenciar o internamento de sua filha menor Dalvira Maria de Jesus, no Hospício ‘Penat’ de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, em virtude da mesma achar-se sofrendo das faculdades mentais, podendo para êsse sentido tomar qualquér medida que o caso exige, como se fôra ela própria, fazer com que a mesma seja submetida a exame médico e resolver tudo como melhor lhe parecer, dando-lhe para isso podêres amplos e irrevogáveis, pois estará sempre de acôrdo com o que for determinado, mesmo em caso de transferência da referida menor para qualquér outro Sanatório a qualquér parte do Paiz. E de como assim o disse me pediu lhe lavrasse essa escritura, a qual foi lida por mim Tabelião, perante ela outorgante e as duas testemunhas adiante nomeadas, sendo em tudo aceito e assina com as referidas testemunhas que são João Furtado e Silvio Campos, minhas conhecidas e residentes nesta cidade; assinado a rôgo da outorgante que não sabia ler, nem escrever, Córa Ferreira, a tudo perante mim Carlos Alves, 1º Tabelião, que a escrevi, dou fé e assino. Estando a presente escritura isenta de sêlo, em virtude de ser a outorgante pessoa pobre e não possuir recursos algum, sendo a mesma carecedôra da assistência judiciária. Eu, Carlos Alves, 1º Tabelião, que a escrevi e assino. (AA) Carlos Alves, 1º Tabelião. Córa Ferreira. João Furtado. Sílvio Campos. Era somente o que se continha no original que bem e fielmente copiei e me reporto”.¹³⁶

Diversas informações podem ser extraídas do referido prontuário, mais precisamente do documento cartorário que segue em anexo a ele. O primeiro dado relevante reside no fato de que já na cidade de Rio Verde, interior do Goiás, já havia instituição, tal qual nos moldes do próprio Sanatório ou do exemplo citado da ICASU, que devotava serviços à população carente do município. A mãe da criança, pessoa pobre e carente de recursos, diante da presença (ou não) de distúrbios dela, pede ajuda à autoridade competente a fim de ver o que é possível fazer com relação à filha.

Novamente, parece ser evidente primeiro o reconhecimento regional que a cidade de Uberlândia já na década de 1940 gozava; segundo, também parece ser evidente o conhecimento da rede de assistência social existente entre essa regionalidade. Ato contínuo a autoridade competente parece reconhecer os serviços prestados pela instituição espírita, “*Penat*”, que inicialmente como mostramos, era a organizadora de diversas atividades assistenciais pela cidade. Neste sentido, não havendo possibilidades de cuidar da criança naquela cidade goiana, seja pelo

¹³⁶ Ficha: sem informação. Código: 383. Ano: 1951.

grau da doença da criança, seja pela proximidade que ela teria com a família durante o tratamento ou seja também pela precariedade dos serviços assistenciais na cidade, a criança é prontamente cogitada a ser enviada para o Sanatório de Uberlândia.

Diante ainda dos fatos relevantes acerca das condições sociais da mãe da criança (que parece ter outros filhos quando o tabelião especifica de qual filha se trata, “a menor”), aparece a questão do cuidado que a autoridade que acolhe a criança teve quando na lida com os pressupostos jurídicos que permeavam o envio da dela para a cidade. A autoridade assistencial, procurando dar toda legalidade ao ato de envio da criança, procura a autoridade cartorária a fim de fazer com que a mãe respalde este ato último que envolve não só a ela mãe, mas também às autoridades públicas que lidaram com o assunto.

Imagino, neste ponto específico, a que desespero pode ter chegado essa mãe ao tomar essa atitude drástica provavelmente sob os conselhos das autoridades que ela procurou. Não há quaisquer ilações referentes ao estado psíquico ou físico da menina, mas é um dado a ser levado em conta quando pensamos na medida drástica que é para uma mãe autorizar a internação em qualquer parte do país e a prática de procedimentos quaisquer que não acompanhados dela própria. Esse “descarte”, esse jogo da filha à própria sorte me suscita uma imensa gama de possibilidades e procura por respostas.

Uma dessas possibilidades que o próprio documento sugere está no fato de a mãe ser totalmente pobre, não podendo dispor dos gastos necessários à lavratura da escritura pública que autoriza o envio da filha à uma cidade e instituição estranhas. Além de pobre, a mulher não dispunha dos conhecimentos necessários nem para assinar esse documento tão importante, que definiria o destino de sua filha. Ela era analfabeta, provavelmente deve ter pedido os favores de conhecidos ou das próprias pessoas que estavam próximas do ato ali reconhecido, para que dessem o endosso necessário para fazer valer a sua vontade. Esse é um dado a ser repisado: a miséria profunda dessa mulher, amalhada ao fato de uma filha com evidentes transtornos definiu permanentemente o destino dessa criança.

O aparato jurídico neste sentido, materializado pela escritura pública, mais que dar um status de legalidade à atitude da mãe, também forneceu o consentimento e autorização à instituição que recebia a criança de proceder da forma que melhor lhe aprouvesse. A responsabilidade da criança estaria nas mãos de quem? Ao outorgar poderes plenos a toda e qualquer autoridade que estivesse com a guarda da criança essa mãe, mesmo que inconscientemente, delegou plenos poderes para qualquer autoridade definir os destinos de sua filha.

No contato com o prontuário além dessa rica informação que nos permite pensá-lo para além dele, não existem outras informações sobre a permanência da criança naquela instituição. Não

podemos conjecturar acerca dos sintomas e males que aquela criança padecia, nem tampouco vislumbrar o tipo de tratamento que recebeu. Diante da falta de informações não podemos sequer pensar em quais condições ela faleceu e o motivo de seu falecimento. Ao lidar com o prontuário, com exceção das ricas informações que podem ser extraídas pela escritura pública, a menina foi recebida, tratada e morta nas dependências da instituição quase como uma indigente, sem mãe nem pai ou qualquer familiar que pudesse reclamar o seu corpo ou saber da notícia de sua morte.

Tendo contato com informações chocantes e imprecisas como essa é que nos apegamos à literatura sobre o tema da loucura e dos excessos existentes quando do tratamento de crianças nestas instituições asilares. Reporto, neste sentido, aos registros memoráveis que Daniela Arbex fez dos “Meninos de Oliveira”, que foram internados por toda uma vida no Sanatório de Barbacena. Ao falar de uma daquelas crianças que, tal como a exposta acima, fora jogada à própria sorte por sua família a autora nos conta a história comovente de uma interna.

“Maria Cibele de Aquino, sessenta e oito anos, uma das baixas de 2011, faleceu após cinquenta anos de internação. Despediu-se da vida na companhia das bonecas que ninou durante toda uma vida de aprisionamento. Chegou ao hospício aos catorze anos e nunca saiu de lá. Elzinha teve mais sorte do que Cibele. Recebeu alta em 2004, após trinta e sete anos de institucionalização, quando foi levada para uma residência terapêutica em Barbacena. Com cinquenta e sete anos, foi a primeira vez que morou em uma casa de verdade. Filha de pai e mãe desconhecidos, ela já estava hospitalizada em Oliveira quando tomou consciência de si mesma, ainda na idade infantil. Por isso, ter um lugar seu era mais do que uma libertação. Significava um reencontro com a sua individualidade”¹³⁷.

A história de Cibele, da paciente D.M.J ora exposta e de tantas outras crianças parecem não fazer parte de uma exceção nestas instituições asilares. Ao menos no Sanatório Espírita, quando filtramos os prontuários independente do sexo, raça ou gênero, apenas pelo recorte da faixa etária até os 18 anos, temos os números que aparecem no quadro abaixo. No contato com essa faixa etária podemos notar que havia em sua maioria o acompanhamento dos pais com relação ao quadro clínico dos filhos. Como em todos os demais perfis analisados, porém, pode-se notar diversos intuitos quando da internação desse público em específico. Objetivos que se deixam notar pelos depoimentos colhidos pelos funcionários dos pais que tecem o histórico da

¹³⁷ ARBEX, Daniela. “Holocausto brasileiro”. - 1ª ed. - São Paulo: Geração Editorial, 2013.p. 65.

doença de seus filhos, como também dos diversos diagnósticos levados a termo tanto pela autoridade médica quanto pela autoridade espírita.

Tabela XVIII: Quantitativo de homens divididos por estado civil

Internos – 0 a 18 anos	Quantidade
Totalidade dessa faixa etária	106
Casados	16
Solteiros	85
Sem informação	9

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Sabemos que durante o período analisado a noção que se tinha de infância e de juventude era outra completamente distinta da que temos atualmente. Num cenário de constituição de famílias nas quais o trabalho já era uma realidade premente desde a tenra idade da maioria deste público, a noção de infância era rapidamente substituída pela necessidade do casamento, do ingresso no mercado de trabalho e até mesmo da autonomia dos internos que ali entravam. No entanto, quando observamos os números atinentes ao estado civil dos internos dessa faixa etária notamos um número minúsculo de casados. Na sua grande maioria solteiros, esses jovens chegaram ali pelos mais variados motivos: reprimenda familiar, distúrbios nervosos, falta de comunicação social e apatia para com os mais próximos, “obsessões” e “mediunidade descontrolada”.

Iniciando nossa análise pelo grupo dos casados inicialmente notamos que as causas da internação que mais aparecem são: perturbação psíquica, psicopatia e obsessão, esquizofrenia, mediunidade carente de estudos, sífilis neurótica. O número de mulheres é consideravelmente maior que o número de homens nessa faixa etária e com esse estado civil. Dos 16 internos que contamos, apenas 4 eram homens, os outros 12 era mulheres. Quando observamos as causas que mais aparecem para essas mulheres jovens e recém-casadas temos a *obsessão e mediunidade descontrolada* como as principais causas. Já no público masculino, *mediunidade descontrolada e esquizofrenia*.

É o caso de O.M.C, casado, 18 anos de idade, branco, de religião espírita e natural de Uberlândia (MG). Nota-se que grande parte desses jovens, ao apresentarem distúrbios psíquicos, eram levados pelos pais ao centro a fim de que a autoridade espírita identificasse e os curassem dos sintomas sentidos. O Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade, neste aspecto, ocupava mais que um papel de mero recebedor desses casos, era também uma entidade de acompanhamento

posterior à internação que servia, àqueles que demonstravam “aptidão mediúnica”, para ensinar-lhes as práticas do espiritismo ou ao menos a controlar os acessos nervosos para a psiquiatria ou as incorporações do ponto de vista espírita.

A visão médica, é lícito ressaltar, nestes casos não aparecia de fato como uma instância efetiva de poder dentro da instituição. Mais uma vez o papel do médico parece residir em apenas lançar um prognóstico dos aspectos físicos do paciente, sem levar em conta um exame mais detalhado de suas debilidades mentais. O prontuário do paciente O.M.C de 18 anos, demonstra tais questões:

“Parecer do médico Moysés de Freitas: Atesto que O.M.C é um psicótico e não sofre de moléstia infecto-contagiosa. Uberlândia, 07 de outubro de 1950. Mensagem psicografada: Pode retirar-se para seu lar, todavia é médium que deve cercar-se de vigilância constante até seu completo equilíbrio psíquico, já iniciado. Paz em Deus. Eurípedes Barsanulpfo. 01/12/1950. Foi Internado por J.M.C no dia 07 de Outubro de 1950, quando residia em Uberlândia – MG”¹³⁸.

Pelo que o prontuário sugere, dentro do lapso de dois meses da entrada do paciente corroborada pelo parecer médico, até a psicografia do médium no mês de dezembro, nota-se que a instância médica nestes casos era responsável pela recepção destes internos, pela análise dos pacientes que sofriam de moléstias contagiosas que poderiam contaminar os demais internos e apenas isso. Os internos, em estágios mais brandos ou mais agravados deveriam esperar dias ou até meses para que fossem avaliados pelo médium, que é quem tinha de fato o poder sobre o destino destes internos.

O médium, neste sentido, poderia encerrar por ali a internação destes jovens evidenciando-lhes a cura, poderia os manter ali sob a justificativa de um melhor acompanhamento do quadro da “obsessão” ou poderia, libertando-os, continuar o tratamento de “evangelização” nos centros espíritas com os quais o Sanatório Espírita de Uberlândia mantinha contato.

Quando analisamos outros prontuários, porém, a atuação médica em alguns casos parece ser efetiva, mas não conclusiva quanto ao destino dos pacientes analisados. O caso evidente dessas duas atuações aparece no prontuário de M.M.G, de 16 anos, casada, branca, natural de Sabará (MG), que esteve internada na instituição por três meses, iniciando-se em setembro e finalizando em novembro de 1952. Em seu caso, essa mulher católica aparece como sofrendo de perturbações psíquicas. Ao contrário dos demais prontuários, não aparece a análise do mé-

¹³⁸ Ficha: sem informação. Código: 323. Ano: 1950.

dico, apenas uma quantidade de remédios provavelmente prescrita por ele. No campo *tratamento* aparece: “intocliniais – duas caixas; vitaminas B12 – três caixas; eletrochoques – 12 aplicações”.

A atuação médico-psiquiátrica neste caso foi efetiva, a quantidade de eletrochoques atesta isso. Além do diagnóstico de “perturbações psíquicas” não há qualquer informação referente ao histórico da paciente nem qualquer dado referente ao quadro clínico da mesma, no entanto, ainda assim a atuação médica se faz efetiva com a utilização de um tratamento por eletrochoques naquela época controverso. Quando nos voltamos para a fala do médium acerca do tratamento que deveria ser dispensado para a paciente temos a seguinte frase: “Continuar internada para o tratamento da obsessão. Paz em Deus, Eurípedes Barsanulpho”.

O que queremos demonstrar, neste agrupamento de prontuários, é a falta completa de diálogo entre o tratamento médico e o tratamento mediúnico. Na mesma medida em que o tratamento mediúnico alerta para o fato de que esses jovens deveriam estar ali a fim de que caminhassem nos bons rumos da mediunidade ensinados pelas entidades espíritas, ao mesmo tempo o saber médico empregava em seus corpos um tipo de tratamento que não condizia com o objetivo espírita. O saber espírita parecia estar alheio às práticas médicas violentas ali perpetradas. E no seu campo de atuação, o saber médico parecia não compactuar com os rumos que o saber espírita queria dar a estes corpos enclausurados naquela instituição.

Tentando sair um pouco da lida com os prontuários que geralmente carecem de maiores informações sobre os pacientes, voltamos aos depoimentos dos funcionários que trabalharam na instituição. No depoimento de um de seus diretores, o Dr. Gladstone Rodrigues da Cunha, alguns dados que aparecem nestes prontuários também aparecem de alguma forma no depoimento que faz contando da sua história de contato com a instituição e com a doutrina espírita. Acerca do momento de conhecimento que teve com a cidade de Uberlândia, o Sr. Gladstone conta que:

“Aí pelos idos de 1947, um irmão, não irmão espírita, irmão legítimo, teve uma perturbação psíquica na cidade de Jataí e nessa fase eu morava em Mineiros. Fui chamado e tive que conduzi-lo à cidade de Uberlândia em busca de recursos. Aqui chegando fui para o Hotel Zardo, onde nós permanecemos umas quarenta e oito horas tentando uma vaga no sanatório. Mas como eu não conhecia nada de espiritismo, internando no sanatório, três ou quatro dias depois, uns amigos me recomendaram que o levasse para Belo Horizonte, o que eu fiz internando-o no Instituto Raul Soares. Lá ele permaneceu sessenta dias mais ou menos. Fui chamado, me dizendo que eu fosse buscá-lo. Cheguei lá o encontrei

muito abatido, mas o médico que me entregou, me disse: olha, aqui nós fizemos o que foi possível. O senhor deve levá-lo, construir um cômodo forte no seu quintal, onde ele deverá permanecer, porque ele é um doente muito nervoso e, portanto, pode ocasionar perigo aos familiares”¹³⁹.

Pelo que notamos, tal como os demais pacientes que entraram na instituição, o seu diretor que até então não tivera contato com os preceitos espíritas e nem com o Sanatório, incumbiu-se da missão de trazer o irmão que sofria de males psíquicos para uma instituição que já desfrutava de um certo reconhecimento regional. Tal reconhecimento deixa ser percebido pelo fato de que ambos os irmãos esperam num hotel da cidade durante dois dias por uma vaga na instituição. Tal fato denota que havia procura por parte dos familiares desses internos pelos serviços da instituição assistencial. Não conseguindo alojar o irmão no local mas, ao que parece, dispondo de recursos para se deslocar à Belo Horizonte a fim de colocar o irmão no melhor lugar possível, Gladstone interna seu irmão numa instituição médica na capital mineira.

No mesmo depoimento Gladstone conta que após tirar o irmão daquela instituição de Belo Horizonte o seu quadro começou a piorar novamente, o que o fez entrar em contato com o Sanatório Espírita de Uberlândia para interná-lo de vez.

“E neste segundo internamento eles me disseram: o senhor vai ter que deixá-lo aqui conosco, pode ir para as suas atividades em Mineiros e oportunamente nós lhe comunicaremos qualquer notícia, o senhor deixa o seu endereço aí conosco. Sessenta dias decorreram e eu não tive informação nenhuma, mas aos noventa dias eu recebi um telegrama, já que naquela época não existia telefone, lá pela nossa região pelo menos não. Então eles me chamaram através de um telegrama, que viesse buscá-lo porque ele estava curado. Eu vim, realmente o encontrei praticamente normal e curado ele permaneceu por mais quarenta anos, vindo a desencarnar aos oitenta e quatro anos, e ele tinha adoecido aos quarenta e quatro. Então a cura foi confirmada mesmo, porque quarenta anos mais que ele viveu, ele nunca mais teve nada”¹⁴⁰.

Se uma das intenções das autoridades espíritas era espalhar os pressupostos da Doutrina na região utilizando-se deles no emprego do tratamento às moléstias mentais, no caso específico de Gladstone essa tarefa foi cumprida. Ao observar que o irmão, mesmo após ter passado pela internação em uma unidade médica “na cidade grande” ainda continuou padecendo dos mesmos males, e que esses próprios males só foram curados após a sua passagem na instituição eivada

¹³⁹ Depoimento: Gladstone Rodrigues da Cunha. Abril de 2002.

¹⁴⁰ Idem.

da Doutrina espírita, prontamente, diante dos efeitos claros de cura, Gladstone se voltou à causa espírita na cidade e participou ativamente da vida pública de Uberlândia como espírita, tendo se dedicado ao estudo da religião e de suas práticas quando se tratava de loucura.

Quando pensamos essas práticas cotidianas, isto é, o saber médico ora ou outra disputando pela melhor prática dentro da instituição e essas disputas produzindo efeitos deletérios na vida de inúmeras crianças, tais fatos tornam-se ainda mais medonhos para quem lida com esses casos específicos. Nos parece que o saber espírita, empregando uma gama infinita de saberes, discussões intelectuais e práticas acerca da obsessão e dos seus efeitos na psiquê dos obsedados nutria uma vontade de utilizar-se da instituição para propagar a fé espírita, promover um projeto de cunho assistencial e ao mesmo tempo produzir um corpo de médiuns considerados por estes líderes espíritas como sendo carentes dos ensinamentos que os levariam ao controle total dos acessos nervosos.

Por outro lado, quando analisamos a atividade médica no interior da instituição notamos que a prática de eletrochoques (que causava danos irreversíveis aos internos e era censurada pelos funcionários do Sanatório), não seguia qualquer rigor técnico-científico e, dentro de uma aleatoriedade em sua aplicação, tendia a ser aplicado mais em alguns sujeitos que em outros. Nos casos expressos em que os pacientes internados sofriam de claras doenças de cunho evidentemente mental e físico, o saber médico torna-se completamente alheio e não aparece nos prontuários.

Dentro das escolhas que fizemos para analisar determinados prontuários o tempo de internação dos pacientes foi uma variante considerável. Apenas para tratarmos da matéria do alheamento do saber médico frente a casos gritantes da sua necessidade exponho o caso de J.S., de 18 anos de idade, branco, natural de Canápolis (MG), ele ficou internado no Sanatório de 1947 a 1949. Em seu prontuário, por mais que fosse longa a sua clausura naquele espaço, não constam maiores informações que não o histórico de sua doença e outras informações práticas quanto à sua internação. No primeiro campo informativo consta que: “desde a infância sofreu profundas crises convulsivas nas quais perde a consciência”¹⁴¹. Aparentemente, por mais que não detenhamos todo o conhecimento da literatura espírita a respeito de casos específicos de convulsão, resta claro que o padecimento deste paciente, mesmo que ainda criança, derivasse exclusivamente de causas espirituais.

Tais como outros prontuários já expostos aqui o saber mediúnico se debruçava sobre aqueles casos nos quais os pacientes demonstravam sofrer de uma clara influência de espíritos.

¹⁴¹ Ficha: 19; Código: 273; Ano: 1949.

A demonstração desses efeitos se deixava perceber quando os pacientes ouviam vozes, demonstravam comportamento atípico do que normalmente tinham para com os familiares e pessoas mais próximas, ou que, de uma hora para outra, tornaram-se arredios, violentos, falantes em demasia ou licenciosos sexualmente falando. Este paciente em específico, internado desde os seus dezesseis anos pelas mãos de algum conhecido de Canápolis que deixa registrado seus dados no prontuário, não sofreu sequer uma análise tanto da parte médica quanto da parte mediúnica. Quando pensamos comparativamente entre os próprios prontuários dos internos na mesma faixa etária e nas mesmas condições observamos que as consultas e tratamentos aos encarcerados não respondia a nenhum critério. Sejam estes critérios relativos à urgência que o quadro clínico dos pacientes demandava, seja relativo à natureza da causa que os levava àquela instituição.

Outrossim, como uma causa justificadora desses diferentes tratamentos dispensados discricionariamente aos pacientes por parte dos dois saberes que dirigiam aquela instituição, cogito a hipótese de que naquele lugar haviam tratamentos distintos relacionados à classe social, à raça e ao gênero dos internos. Novamente quando os casos se trata de pacientes do sexo feminino as causas ligadas à histeria, esquizofrenia, possessão por espíritos malignos aparecem como fatores preponderantes da internação. Quando nos referimos aos pacientes de sexo masculino as causas relacionadas ao alcoolismo, à falta de apatia em relação à vida (principalmente num contexto de ingresso no mercado de trabalho) aparecem como os fatores principais e justificadores da clausura. No entanto, em ambos os sexos desta faixa etária, quando aparece o discurso mediúnico nos prontuários vemos uma clara preocupação em produzirem uma gama infinita de jovens e crianças versadas nas práticas espíritas. A tendência à mediunidade mesclada à prescrição de que se continuasse frequentando os bancos escolares espíritas são uma clara demonstração disso evidenciadas nestes prontuários.

A fim de finalizar este tópico e como demonstração final da distinção de tratamentos de pacientes para pacientes levando-se em conta os fatores raciais, cito o caso de J.J.S., de apenas 15 anos, preto, solteiro e sem maiores dados referentes à sua internação. Em seu prontuário, embora cheio de ausências, resta demonstrado que ficou internado na instituição de 1956 a 1958. O tipo de sua doença era epilepsia. Não aparece qualquer dado referente a quem o internou na instituição. Vislumbrando um sintoma de cura ou ao menos uma informação referente à sua saída do lugar aparece apenas que saiu dali constando como falecido. Se pensarmos no dado referente ao tempo de sua internação mesclada aos tratamentos que eram dispensados aos sujeitos de seu mesmo perfil, dá para se imaginar a quais tipos de tratamentos o paciente em questão esteve sujeito ao longo destes dois anos. A própria falta de informações que por si só já

denota um silêncio, fala por si mesma.

Em síntese, quando nos debruçamos sobre os prontuários dessa ala que não aparece não só na planta do Sanatório como também em depoimentos e nos jornais que trataram da instituição, observamos que a presença destes sujeitos por si só revela dados sociais que extrapolam os limites do efício em si. Dados sociais reveladores da miséria e violências a que estavam sujeitos os responsáveis por essas crianças. O caso da mãe que num ato último teve que entregar sua filha à uma autoridade assistencial utilizando-se de todo o aparato jurídico para tal demonstra a total dificuldade que as famílias dessas crianças tinham em lidar com os sintomas até então incompreendidos relativos à mente ou à espiritualidade deste público em específico. Pelas poucas informações que aparecem nos prontuários que tratam dessa faixa etária nos foi impossível produzir um estudo mais aprofundado deste perfil. No entanto, nos poucos prontuários que continham informações mais completas acerca dos pacientes tentamos vislumbrar algumas hipóteses sobre a permanência, o cotidiano e as práticas médicas e mediúnicas que foram evidenciadas nos corpos dessas crianças. Em alguns casos apenas a morte foi possível constatar como resultado da prática da instituição, em outros a prescrição do acompanhamento mediúnico, em todos o poder que esta instituição teve em definir os destinos dos sujeitos que passaram por ali. Como ponto final de reconhecimento deste edifício de clausura, nos deteremos pelos corredores da ala masculina do edifício, tentando pinçar as mesmas relações de poder, sujeição e resistências ocorridas no interior do Sanatório Espírita de Uberlândia.

3.4 – A ala masculina: resignação, poder, resistências:

3.4.1 : Escolhas metodológicas, a viuvez, a face do abandono e a impossibilidade de realizar uma tese:

Começo o reconhecimento pela ala masculina traçando um perfil geral dos diversos homens que estiveram internados naquela instituição. São homens das mais variadas classes sociais, raças, cidades e religiões. Os motivos que os levaram até a internação também são variados. Tentarei, a partir do perfil geral que nos sugere os prontuários tecer algumas considerações específicas diante de cada informação que os dados dos internos nos fornecem. São ao todo 306 homens que partilharam deste mesmo espaço, uns permanecendo por menor tempo, outros sendo enclausurados por um tempo maior. Dos dados que foram coletados pelos funcionários do Sanatório quando de sua admissão temos o seguinte:

Tabela XIX: Estado civil dos pacientes do sexo masculino

Pacientes do sexo masculino	Total: 306 pacientes
Casados	106
Solteiros	157
Viúvos	5
Sem informação	38

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Pela quantidade relativamente menor de pacientes viúvos e por estarem todos eles em anos de internação distintos (1943;1945;1946;1948 e 1955), iniciarei nossa análise por esse perfil específico de internos a fim de darmos maior organização ao nosso trabalho e contemplar o maior número possível de internos por assuntos. Embora imaginemos que a viuvez fosse uma condição que assolasse apenas aqueles homens de maior idade, temos que no caso específico destes homens internados no Sanatório havia um número bastante distinto de faixa etária para este público. Dos cinco temos as idades de 35, 42 e 58 anos de idade, apenas um deles aparece como “sem informação”.

Observando cada prontuário em ordem cronológica a primeira questão que pode nos sugerir a condição de viuvez e a idade provecta é o tema do abandono. No caso específico de O.M.A, de 58 anos, natural de Tupaciguara (MG), esse dado fica ainda mais evidente. Em seu prontuário, embora parco de informações quanto ao seu quadro clínico e do tratamento que lhe foi dispensado, observamos que o referido paciente não padecia das moléstias físico-mentais que geralmente motivavam a internação dos pacientes. Em seu histórico conta os seguintes dados:

“Sadio até aos 54 anos de idade sofendo nesta data de paludismo. 6 meses depois começou a sofrer convulsões tônico-clônicas durante as quais perde a consciência. Observam-se também amnésia e outros equivalentes epilépticos. Ultimamente tem ficado furioso após os acessos sendo por isso internado”.¹⁴²

O histórico de amnésia provavelmente ocasionado por conta da idade mistura-se ao que parece aos sintomas de inconformismo com a sua nova situação, resultando em explosões de fúria, nervosismo incontrolado. Permito-me pensar na vida desses sujeitos através das entrevistas colhidas com os funcionários do Sanatório que, como se fossem frestas por onde podemos olhar o cotidiano da instituição, nos humaniza o olhar para os dados frios que explodem dos prontuários. Os temas da velhice, do abandono, da fúria diante da solidão triste e acabada no

¹⁴² Ficha: 051; Código: 57. Ano: 1943.

interior dessa instituição de clausura aparecem de maneira muito clara nas vozes das duas irmãs que viveram no dia a dia do Sanatório e que deram depoimento sobre o seu cotidiano.

Acerca do abandono, da memória afetiva que esses sujeitos idosos (em sua maioria viúvos) tinham da vida pregressa é um dado revelador do triste fim de inúmeros pacientes que saíram dali falecidos. Sobre tais assuntos uma das irmãs conta, ao falar de uma mulher já idosa que:

“Ela falava, conversava normalmente, tinha muita memória dos filhos, falava muito dos filhos. Ela tinha um filho que morava em São Paulo, ele veio buscar ela depois, quando ele teve condição de vir buscar, ele veio e levou ela. [...] Ali tinha os doentes que iam e que ficavam até morrer. Ficaram muitos lá, que morreram de velhice, a família abandonou e não tinha para onde ir. Porque, gente de posse e as pessoas têm uma vida social, igual o H., por exemplo, ele fazia xixi na roupa, quando ele estava doente, fazia xixi na cama e a pessoa não tolera. Porque ele era nossa família”.¹⁴³

Embora nas memórias dessas duas irmãs, filhas de um dos diretores da instituição, remeta a bons tempos e esteja eivada de bons sentimentos dos momentos passados, nota-se que a trajetória desses senhores já de avançada idade era sinônimo do abandono, de uma vida que fora dedicada à família mas que, por inúmeros motivos, fora encerrada na clausura de um ambiente inóspito, embora propício a algumas amizades e sentimentos de afeto entre os próprios internos. Dentro de tudo o que temos exposto até aqui (a trajetória desses inúmeros internos), retomo novamente a questão da distinção de tratamento entre pacientes.

Para alguns a instituição significou a clausura completa, um alheamento da vida exterior e passada que redundava nos mais variados sentimentos e respostas à atual condição de aprisionamento. Os diversos eletrochoques, a falta de informações (que denota também uma falta de cuidado, olhar e atenção), a falta de dados das próprias pessoas que os deixaram ali demonstram esse significado tristonho que a instituição representou na vida de grande parcela dos pacientes. Por outro lado, e na própria geografia do espaço asilar se pode notar isto, haviam os pacientes que gozavam de um tratamento diferenciado. Os prontuários, neste sentido, quando colocados em comparação, são mais completos, parecem querer demonstrar para os familiares que talvez os consultasse, quais foram os medicamentos empregados no tratamento dos internos, quais foram as indagações que fizeram ou um detalhe minucioso dos dias desses pacientes que, ao que parece, não experimentaram uma clausura tal qual todo espaço asilar contempla.

Os atos de afeto que se deixam entrever nas falas das duas irmãs também nos alerta para

¹⁴³ Depoimento: Sônia e Celina, 2002.

o fato de que esses internos não eram de todo “loucos”, “obsedados” ou “alienados” como a maioria da população os fazia crer. Efetivamente eles trabalhavam no dia a dia da instituição, criavam laços de amizade não apenas com os próprio internos iguais a si, mas também com os funcionários e seus familiares e para com as pessoas da sociedade civil que vez ou outra iam visitar as instalações do edifício. Nem toda loucura, sob este prisma, mereceria a clausura dos quartos e celas a que estes corpos foram encerrados.

Os gestos desses pacientes parecem estarem à espera de um futuro alvissareiro. Um futuro quase sempre marcado pela volta prometida dos familiares que os deixaram ali. Novamente, e é preciso pontuar isto, as questões sociais medeiam as clausuras da instituição. Os internos esperam dias melhores dos seus familiares que os deixaram ali por conta da carestia, por conta da impossibilidade de levá-los juntos à uma labuta diária por empregos na região ou por melhores condições de vida. A mulher de que falam as irmãs teve um fim feliz, afinal a sua família, conforme prometido, veio para buscá-la quando da melhora de suas condições econômicas. Contudo, em outros casos, o abandono foi perpétuo.

Caminhando em ordem cronológica, defrontamos não tão somente com a questão da idade (nosso paciente, S.A., tinha apenas 35 anos quando perdera a mulher), mas também com a questão da própria tristeza diante da vida de um sujeito que, não se sabe como, enviuvou-se cedo demais. Os motivos da tristeza que ora justificam a sua internação aparecem claros em seu prontuário que quer justificar-se por meio da ciência e da religião, os sentimentos de alguém que já não mais encontrava sentido para a vida.

“Enviuvou-se há 5 anos e foi sadio até há 3, quando começou a sentir cisma, pontada no coração, tonteiras e sensação de morte. É incapaz de andar sozinho e dorme mal; choros imotivados. [...] Parecer do médico Moysés de Freitas: Atesto que o Sr. S.A., brasileiro, com 35 anos de idade, é um psicótico e não sofre de moléstia infecto-contagiosa. Novembro, 5 de 1945. Mensagem psicografada: É um obsedado, mas tem também um pouco de doença”.¹⁴⁴

O pouco cuidado da parte dos funcionários do Sanatório, sejam eles de vertente médico-científica ou de vertente religiosa, pouco se apercebe dos sentimentos e das causas destes refletidas nos pacientes. Não se busca e não se percebe também nos prontuários, qualquer preocupação quanto à causa da morte de sua esposa, das condições sociais, físicas e psíquicas nas quais estava inserido este paciente, nem tampouco a subjetividade deste paciente em relação à morte de sua esposa. O aparato médico e mediúnico, não digamos que estivesse avesso, mas no

¹⁴⁴ Ficha: 171. Código: 140. Ano: 1945.

mínimo não estava aberto a considerar tais variantes, obedecendo e buscando cumprir apenas com as obrigações de praxe que visavam manter e organizar o espaço asilar sem qualquer tipo de preocupação com os impactos que a própria clausura poderia ocasionar para sempre na psicológico destes indivíduos.

Por isso, neste sentido, busco pensar a relação religiosa mesma que o espiritismo tomará no Brasil do século XX. Parecia não haver qualquer preocupação por parte da autoridade espírita com as subjetividades dos sujeitos que ali estavam inseridos. Falo por esta questão da religião porque, conforme mostramos, o respeito ao outro como um dos princípios basilares do Evangelho era propagado pela doutrina espírita. Quando analisamos as suas investidas sociais no esteio da comunidade pobre uberlandense notamos essa preocupação por parte dos entes espíritas. No entanto, quando observamos fatos como estes, vemos que os princípios básicos do espiritismo não estavam sendo seguidos conforme se propalava para a sociedade uberlandense e também a nível nacional.

O saber médico, neste sentido, revestido de um status de ciência que busca acompanhar no corpo humano os seus erros e refutações científicas para se fazer crível, via no corpo destes sujeitos o seu objeto de estudo. Independentemente se eram crianças, mulheres ou homens, idosos ou jovens, mas em sua maioria negros, a figura do psiquiatra (e do saber médico no interior da instituição) procurava testar nestes corpos as tendências e objetivos gerais da psiquiatria ou da ciência de sua época. Dentro do *subjetivismo* individualista para o qual nos alerta Anthony Giddens¹⁴⁵, também havia uma tara dos seus agentes do saber científico em ver até onde iria o seu poder enquanto “sujeito de ciência”, portador último de todas as prerrogativas que estrutura social lhe autorizava para tanto, não importando se suas práticas eram inumanas.

Os dados fáticos aparecem em grande parte dos prontuários e nos alertam para o fato de que nem todos os pacientes que ali estiveram padeciam de qualquer dificuldade mental. Quando pensamos criticamente na propositura dos fatos que compõem os prontuários e que estão ali, impressos nos históricos dos pacientes observamos que a psiquiatria e saber/poder religioso tinha um caráter também preventivo e moralizante ao mesmo tempo. Preventivo no sentido de fazer punir os atos desviantes diante daquela sociedade que se queria moral e ordeira. Moralizante na medida em que, através da privação dos corpos se produziam neles os resultados práticos a que se queria chegar. O paciente A.A., de 42 anos, era um alcóolatra, natural de Perdizes (MG), morador de Santa Juliana (MG) e que chega a Uberlândia no Sanatório Espírita não se sabe em quais condições. Em contraste com a maioria desse perfil de pacientes (negro e etilista),

¹⁴⁵ GIDDENS, Anthony. “**A constituição da sociedade**”. Tradução: Álvaro Cabral – 3ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

a sua estada no hospício foi curta, cerca de 10 dias.

“É elitista desde moço. Há uns 8 dias para cá depois de uma libação alcoólica exagerada, começou pedindo proteção dizendo estar perseguido pela polícia. Agitação psicomotora. Com uma faca correu atrás de mulheres. Parecer do médico Moyses de Freitas: Atesto que o Sr. Abel. A., com 42 anos de idade, viúvo, é um psicótico e não sofre de moléstia infecto-contagiosa. Uberlândia, 24 de julho de 1946. Mensagem psicografada: Sim, pode internar-se: 06/08/1946. Eurípedes Barsanulpho”¹⁴⁶.

Alerto para o fato de que devemos nos atentar para os dados fáticos impressos nos históricos dos pacientes porque ao que tudo indica a trajetória desse interno em específico não parecia obedecer quaisquer critérios que justificassem a sua passagem pela instituição. Ele não sofria de moléstias psicológicas. Tal internação se justificaria, tendo por base que a instituição objetivava curar pacientes que padeciam de mal psíquico (ou espiritual), se por acaso além de seu alcoolismo se seguissem alucinações visuais de perseguição do paciente. Pelo contrário, o sujeito em questão, pelo que o prontuário nos sugere, estava sendo de fato perseguido pelas autoridades policiais porque de fato realizou grave ameaças a algumas mulheres ao empunhar uma faca em ambiente público.

O tom lacônico da entidade mediúnica deixa transparecer, neste sentido, uma pseudo consulta, que apenas atesta a entrada do sujeito que padecia de males de cunho material, um dado repetitivo, conforme demonstramos no capítulo que trata da história da psiquiatria, quando se trata da população negra no Brasil. Daí porque falar que essa instituição tinha um caráter preventivo do ponto de vista até mesmo penal. Digo preventivo porque a instituição cumpriu com o papel de reprimir o sujeito, nas suas intenções e atitudes que provavelmente iria atacar (ou lesar quando muito) toda a esfera social quando da ameaça contra a vida. Outrossim, nota-se um sentido também moralizante à medida em que, através desses dez dias de internamento, além de um caráter assistencial que foi dado a este interno, provavelmente se teve ali também, um trabalho de ensinamento moral, dos preceitos do evangelho espírita quando esse sujeito em quarentena talvez estivesse mais lúcido, segregado das vontades que poderiam lhe advir caso estivesse em liberdade.

Reservados aos dados fáticos poderemos observar, apenas neste prontuário, um sentido de prevenção. A própria ameaça que esse interno poderia provocar para toda a sociedade, quando pensamos através da atuação do Sanatório, foi suprimida, foi prevenida. Neste sentido,

¹⁴⁶ Ficha: 203; Código: 157; Ano: 1946.

embora Michel Foucault tenha se dedicado neste livro em específico a analisar a *economia das penas* frente ao Estado Moderno e à Modernidade, podemos pensar tais atitudes da instituição asilar nos moldes dos pressupostos filosóficos do escritor francês, quando diz que:

“Calcular uma pena em função não do crime, mas de sua possível repetição. Visar não à ofensa passada, mas à desordem futura. Fazer de tal modo que o malfeitor não possa ter vontade de recomeçar, nem possibilidade de ter imitadores. Punir será então uma arte dos efeitos; mais que opor a enormidade da pena à enormidade da falta; é preciso ajustar uma à outra as duas séries que seguem o crime: seus próprios efeitos e os da pena”¹⁴⁷.

Penso, deste ponto de vista, no binômio *feito e pena*. Qual efeito que se queria produzir quando da aceitação deste sujeito dentro dos limites daquela instituição asilar? Na própria imagem de si e dela diante de seus possíveis imitadores poderíamos imaginar que a presença deste paciente naquele edifício significava a um só tempo a não aceitação pelo corpo social de condutas de ameaças tais como a que ele havia praticado; nem tampouco a prática (ou o vício) do alcoolismo no esteio de uma sociedade que se queria ordeira e impoluta.

Além dos temas da estigmatização já visitada por aqui, percebe-se que um dos efeitos conquistados foi o de ter tirado do convívio da sociedade, de tê-lo limpo corpórea e espiritualmente através das sessões mediúnicas que provavelmente ele deve ter passado. Tê-lo encerrado em uma prisão, a meu ver, redundaria dentro da economia das penas, em apenas a demonstração cabal do poder policalesco do município. Quando pensamos a clausura dos sujeitos dentro da lógica da busca por esses efeitos de que fala Michel Foucault e dentro também da dinâmica dos estigmas de que falava Erving Goffman, tê-lo encerrado numa “casa para doidos” foi muito mais produtivo, uma vez que deve ter saído daquela instituição como que marcado como louco, desacreditado não apenas pela sociedade na qual ele foi reinserido, como também pelos seus “imitadores”.

É lícito observar, neste ainda preâmbulo de nossa análise, que estamos por falar apenas daqueles sujeitos viúvos, que em quantidade somam cinco. A infinidade de discussões e análises sociais que podem advir daí é imensa e se deixa demonstrar nestas páginas iniciais. Confesso que se trata de uma tarefa árdua, ainda mais quando pensados estes prontuários, diante da profundidade teórica, metodológica e prática de autores já versados sobre o assunto, como os dois que citamos acima. Neste sentido, apenas como uma demonstração de cunho metodológico

¹⁴⁷ FOUCAULT, Michel. “**Vigiar e Punir: nascimento da prisão**”; tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987. p.85.

desta pesquisa, permita-nos alertar aos possíveis leitores que tendemos a fazer escolhas que visam condensar algumas discussões, diante da impossibilidade de desenvolvermos uma tese. Exposto isso, creio que já seja necessário voltarmos ao geral dos prontuários e nos determos diante de outras possibilidades de análise.

3.4.2 – Juventude, os solteiros e os diferentes tratamentos para homens de variados perfis:

Em continuidade a tentativa de traçar um perfil geral destes homens que experimentaram a clausura procuramos estabelecer padrões que são oferecidos pelos prontuários. Dentro destes padrões, novamente, buscamos analisar as exceções que despontam invariavelmente nos mais diversos temas levantados. Após vencer essa primeira etapa que, em comparação à ala das mulheres tratamos por último, ou seja, o tema da viuvez e do abandono, iniciamos analisando tais questões do ponto de vista masculino. Após finalizar essa etapa cremos que seja necessário, em caráter inicial, evidenciarmos quais perfis gerais dos sujeitos que estiveram naquela ala. Começo por filtrar nestes dados os prontuários dos homens solteiros e, dentro dessa filtragem, o seu estado civil, raça e faixa etária. A partir desses dados temos as seguintes informações:

Tabela XX: Quantitativo de homens solteiros por raça e faixa etária

Quantidade total de homens:	306
Homens solteiros	157
Homens negros	42
Homens brancos	111
Sem informação	4

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Faço essa filtragem primeiro por considerar que entre os homens brancos e negros, ainda que padecendo das mesmas moléstias físicas e mentais, foram tratados com abordagens distintas entre si. A questão da raça, a nosso ver, aparecem nas relações interinstitucionais como elemento central e definidor dos destinos dos mais variados perfis que experimentaram a clausura naquela instituição asilar. Neste sentido, permito-me valer das considerações feitas por Silvio Almeida¹⁴⁸ quando pensou nas relações raciais no interior das funções que as instituições criadas pelo Estado e pela sociedade civil têm no sentido de criar condições para a manutenção de uma ordem social.

¹⁴⁸ ALMEIDA, Silvio Luiz de. “**Racismo estrutural**”. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2021.

“Vimos que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, só é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização e uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista”¹⁴⁹.

Esse racismo não necessariamente aparece de forma tácita nos números que apresentamos anteriormente. O número de brancos internados na instituição supera o número de homens negros. No entanto, quando nos debruçamos sobre os prontuários específicos dessa raça notamos os olhares e perspectivas que tinham tanto da sociedade quanto dos próprios funcionários (inseridos nela) em relação aos homens negros. Essa questão racial se revela um tanto mais preocupante quando a inserimos dentro de um contexto religioso carregado de preconceitos que tendiam sempre a colocar o negro dentro de práticas ligadas ao que era negativo. Alerta-nos, sob este prisma, o fato de que para o kardecismo, orientado por práticas e conceitos originados na França num momento de conturbações sociais que viam na raça um elemento de atraso ou de evolução, e que chega no Brasil em uma sociedade extremamente racista, orientada por um discurso de eugenia e posteriormente de *democracia racial*.

Não bastasse a gravidade que esses contornos raciais terão a nível nacional, o elemento racial encontra-se, na sociedade uberlandense, como um dado definidor dos destinos de qualquer pessoa negra. Neste sentido é válido lembrar o capítulo no qual falamos sobre a formação da cidade de Uberlândia e o lugar que o negro (e todas as questões trazidas por ele, como o escravismo) ocupava na mente das elites e da sociedade letrada do município. Junte-se a isso um discurso teleológico da “*Cidade-Jardim*”, que pensava a cidade estar vocacionada para o progresso a qualquer custo, alguns sujeitos e suas respectivas classes deveriam desempenhar papéis muito claros na esteira desse desenvolvimento.

O leitor menos desavisado poderia objetar dizendo que as relações raciais que trazem marcas do escravismo no Brasil (e em específico em Uberlândia), ficaram limitadas no século XIX, quando muito nos anos iniciais do século XX. Posto isso, digo que é sempre necessário

¹⁴⁹ idem. p.47.

alertar que até a década de 1980 havia um verdadeiro *apartheid* na cidade de Uberlândia, o qual promovia uma clara separação entre os negros e brancos na cidade. Até este período os negros não poderiam frequentar os mesmos espaços dos homens brancos, nem tampouco desfrutar dos seus mesmos direitos. Um dos lados da Avenida Afonso Pena, em Uberlândia, era permitida apenas a passagem dos homens brancos. Isso se espraiava pela fruição do espaço religioso – com suas práticas que hoje são consideradas patrimônio histórico imaterial da região – mas que na época, conforme mostramos, era vista com maus olhos pela elite ciosa pelo progresso.

Expostas essas primeiras informações creio que seja necessário alocá-las à luz do que diz Silvio Almeida: estas instituições sociais, tais como o Sanatório Espírita de Uberlândia, por estarem alocadas dentro de um todo social, refletem os preconceitos e desigualdades oriundos dessa mesma sociedade. Neste ponto cremos que os prontuários ora expostos demonstram não apenas relações esparsas que se travam no interior daquela instituição. Elas extrapolam os muros daquele edifício. São o retrato mais claro, cabal, evidente das cisões que se davam a nível social e portanto, exteriores aos muros da instituição asilar.

Feito este preâmbulo, creio que posso primeiro me dedicar a analisar alguns prontuários específicos destes homens negros. Neles, já adiante, poderemos ver toda a força dessa instituição de que fala Silvio Almeida¹⁵⁰; poderemos ver o peso do olhar que o médium lança a estes sujeitos considerados por ele como praticantes do *baixo espiritismo*, como já veiculava em suas revistas para uma classe letrada, a Federação Espírita do Brasil. Uma primeira lição nos salta aos olhos, portanto: os prontuários não estão e jamais serão exemplos isolados em si mesmos que desvendam relações no interior de uma instituição que buscava isolar corpos. Os prontuários são o retrato de algo maior, qual seja, a sociedade que produziu esses corpos em sua dimensão de sujeição, de violência e de arbítrio.

O primeiro prontuário que a meu ver demonstra claramente os fatores sociais exteriores ao Sanatório adentrando em seu interior é do paciente J.P.C.¹⁵¹. de apenas 12 anos. Não quis elencá-lo dentro do tópico das crianças por achar mais didático inseri-lo dentro do contexto que pretendo desenvolver neste tópico em específico, isto é, as desigualdades sociais (raciais neste caso), organizando o cotidiano daquela instituição. J.P.C. como dizíamos, era uma criança negra de apenas 12 anos natural de Araguari (MG). Em seu prontuário não constam muitas informações completas quanto ao seu histórico, prognóstico ou tratamento que lhe foi dispensado. Do pouco de informações que são trazidas pelo seu prontuário podemos conjecturar algumas ideias que despontam importantes para essa pesquisa.

¹⁵⁰ ALMEIDA, Silvio Luiz de. “**Racismo estrutural**”. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2021.

¹⁵¹ Ficha: 076. Código: 44. Ano: 1943.

No campo filiação estão os pais como os mesmos sobrenomes que o do filho. Novamente aqui parece haver a clara demonstração da impossibilidade dos pais com relação à criação deste filho. Digo isso porque o prontuário demonstra que J.P.C veio à Uberlândia sob a responsabilidade de um terceiro para trabalhar para ele. Este mesmo terceiro o interna no Sanatório no dia 27/06/1943 o retira no dia 30/06/1943. No prontuário não há maiores informações quanto ao quadro clínico do paciente. Apenas a queixa de que o menino se tornara arredio e pouco afeito aos trabalhos a que foi contratado e, por isso, foi internado na instituição. Diante de tudo o que expusemos até aqui, este prontuário torna-se sintomático do ponto de vista da demonstração das desigualdades e relações de trabalho que se travavam no interior da sociedade uberlandense.

Dos vários papéis desempenhados pelo Sanatório Espírita de Uberlândia notamos que este da preservação da ordem social (e da relação de trabalho neste caso em específico), o hospício teve um caráter correcional a essa criança, visto que a privação de sua liberdade redundou numa “economia do castigo” que visava produzir um corpo dócil ao patrão que provavelmente, além de despender quantias ao relação ao trabalho da criança, também despendia da sua responsabilidade com relação ao menino em uma cidade que, embora próxima, marcava uma distância dos seus pais. É válido ressaltar também que este prontuário traz o endereço na cidade de Uberlândia que poderia ser buscado em caso de um problema maior com o jovem ou até mesmo quando de sua alta. Ele e seu patrão moravam à rua Ipiranga, no atual bairro Cazeca em Uberlândia. É válido ressaltar, dentro do que expusemos quando falamos da “geografia do prazer” na cidade de Uberlândia que aquela região, às margens da Ferrovia da Mogiana, tornou-se na década de 1960 o novo ponto dos prostíbulos, bares e zona boêmia do município.

Continuo com a exposição da passagem destes sujeitos pela instituição asilar e encontro o prontuário de B.S., de 23 anos. Embora já tenhamos discutido, no ponto em que falamos da viuvez e da experiência do abandono, dos variados casos que estes sujeitos enfrentam de apatia diante do mundo após sofrerem algum revés da vida, este é mais um prontuário que merece atenção. No caso de B.S, ainda jovem, nos parece que o sintoma geral que levava os sujeitos a um tipo de desânimo diante da vida e da sociedade, aparece aqui como um dos objetivos gerais que a instituição teve na vida de inúmeros pacientes, isto é, a de asilar sujeitos ainda que seus casos não fossem de extrema necessidade do ponto de vista do apoio psicológico.

No prontuário de que tratamos o discurso médico aparece muito claro, no campo que trata do exame físico percebemos a seguinte anotação: “líquido céfalo – raqueano: wabermam, kahn, kline (++++)””. Não sabendo ao certo o que tal prognóstico significa porque, em pesquisa rápida pelas neuroses e sintomas básicos psicológicos que endossariam uma internação não

consegui encontrar nenhum resultado concernente à essas palavras, não podemos dizer ao certo o quadro físico que o paciente se encontrava quando de sua internação.

No entanto, quando nos adiantamos no prontuário e observamos as informações atinentes ao *histórico* do paciente consta a seguinte definição:

“Foi sadio até um ano atrás quando deixou de trabalhar e de cumprir com seus deveres e passou a perambular pelas ruas sem objetivo algum, falando em um aparelho misterioso. Nunca agrediu. É taciturno e com dificuldade responde as perguntas que lhe são postas. [...] **Diagnóstico:** Neuro-sífilis. Mensagem psicografada: Trata-se de obsessão com leve lesão nervosa e sífilis. Paz em Deus, Eurípedes Barsanulpho”¹⁵².

Se no prontuário anterior, conforme vimos, uma das funções que o Sanatório teve foi o da prevenção moral e física diante das ameaças que o interno apresentava à sociedade, neste caso em específico podemos notar que se trata de uma outra espécie de ameaça: a da pouca simpatia que o sujeito, jovem, tem com relação ao trabalho. Ressalto esse dado porque é uma informação que parece ser importante e por isso é destacada pelo funcionário que analisa o paciente e traça um panorama de seu histórico. É importante, deste ponto de vista, pensar que o dado relativo à maior aptidão ou não dos pacientes pelo trabalho era um dado que indicava um estado de normalidade ou de anormalidade nos pacientes. Estar normal significaria ao mesmo tempo estar apto e desejoso pelo trabalho?

Além dessa prevenção inicial de que tratamos, pois o exemplo deste sujeito, tal qual o anterior que mostramos, poderia figurar como um mau exemplo para os seus “imitadores”, vemos também um outro tipo de prevenção. É forçoso pontuar, no entanto, que este sujeito fisicamente não oferecia ameaça ao corpo social, uma vez que em seu próprio histórico consta que jamais foi agressivo tendo, de si para si, questões incompreendidas pelos demais, como por exemplo, o “objeto misterioso” de que falava. Me parece, diante das informações que são reputadas como relevantes e justificadoras da internação tendem para a produção do que Michel Foucault chamava de *corpos dóceis*.

Essa produção do corpo dócil, isto é, passivo, silente, disciplinado dentro de uma dinâmica da produção em uma sociedade capitalista, é gerida por essas instituições como a qual nos debruçamos nestes prontuários. Novamente a questão do tempo (e de seu desperdício), do trabalho como forma de elevação moral e da sujeição corporal, física e moral aos ditames dessa

¹⁵² Ficha: 13/159; Código: 175. Ano: 1946.

sociedade produtivista torna-se sinônimo de normalidade. Aqueles que fogem à essa regra prontamente devem passar pelo processo de disciplinarização do corpo. Sobre a questão do tempo, da disciplina e da produção dos corpos dóceis me recorro novamente em Foucault quando ele diz:

“É proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens. O ritmo imposto por sinais, apitos, comandos, impunha a todos normas temporais que deviam ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como virtude. O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e celular, mas também natural e orgânica”¹⁵³.

O rigor com que esses corpos são tratados visa obedecer a critérios que a sociedade impõe a ele. O poder disciplinar de uma instituição como o Sanatório aparece como resultado de um clamor social, portanto, senão nada justificaria a internação de um sujeito que apenas teve como sintomas a falta de disposição para trabalhar ou a fala desconexa de si para si sem com isso oferecer qualquer ameaça ao corpo social. A justificativa, a meu ver, se encontra, dentro dos vários possíveis motivos de sua internação, dessa necessidade primeiro em “consertar” estes sujeitos que parecem desviantes e segundo em retirar do convívio social esses maus exemplos que despontavam principalmente num cenário de construção do ideário de uma sociedade ordeira e vocacionada ao progresso, trabalhando diuturnamente por isso, cada um em sua função.

A função aliás, que cada um deveria desempenhar neste amplo projeto rumo ao desenvolvimento necessário, eram funções específicas, designadas a cada perfil de acordo com as suas características físicas, mentais, familiares, culturais, religiosas. Diante desse não lugar que o negro ocupou desde que a sociedade brasileira foi organizada é lícito perguntar: que papel este homem, ainda jovem, poderia desempenhar na dinâmica de uma sociedade extremamente desigual e excludente? Qual a utilidade de seu corpo no interior dessa ampla esteira que levava todos ao desenvolvimento? Que peça da engrenagem se queria que o corpo deste paciente fosse dentro da grande máquina que era a sociedade do capital regional que Uberlândia já se consolidava? São questões que me parecem claras e fáceis de serem respondidas, ainda mais quando nos defrontamos com inúmeros escritos que tratam do tema da raça como o é o livro de Silvio Almeida citado acima.

¹⁵³ FOUCAULT, Michel. “**Vigiar e Punir: nascimento da prisão**”; tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 140-141.

O binômio, neste sentido, de *normal e patológico*, discutido, demonstrado e evidenciado por Georges Canguilhem¹⁵⁴ nos sugere uma busca infinita dessa sociedade pelo “normal”. É sobre o normal que essa sociedade vai agir. Qual era o normal, pergunto, para uma sociedade que provavelmente se pôs diante desse corpo negro de B.S, de 23 anos? Em que lugar, disposto a quais condições de vida e de aparecimento na esfera pública se esperava que este homem estivesse ocupando? Quais seriam as falas mais adequadas, corretas, cognoscíveis que este homem deveria falar para aparecer como um sujeito crível (e normal) diante de todos? Quais sentimentos seriam os “normais” que ele deveria sentir? Que atitudes, quais lugares ocupar, que comportamento ter? “É isto um homem”?

Devo alertá-los para o fato de que se trata de um homem negro, imerso em universo que não foi construído para ele, no mínimo o repelia. O negro, aqui exposto e em sentido universal, não se restringe a apenas este prontuário, pelo contrário, se espraia de alguma forma em todos os outros, na medida em que estava vocacionado a sempre ser medido por uma régua comum. O corpo negro deve estar sujeito, neste aspecto, a um nível de sujeição porque assim o cobra uma normalidade. O corpo negro, mais que disciplinado, foge da normalidade quando as suas paixões pulsam, quando quer parecer com o normal, quando quer tornar-se um homem branco. Neste ponto em específico, apenas para finalizar, recorro a Frantz Fanon quando diz:

“O negro é um homem negro; isto é, em decorrência de uma série de aberrações afetivas, ele se instalou no seio de um universo do qual será preciso removê-lo. O negro quer ser branco. Se empenha em atingir uma condição humana. O branco está encerrado em sua brancura. O negro, em sua negrura. É fato: os brancos se consideram superiores aos negros. Mais um fato: os negros querem demonstrar aos brancos, custe o que custar, a riqueza de seu pensamento, o poderio equiparável de sua mente”¹⁵⁵.

Sem sentimentos ou um mínimo de compreensão à sua afetividade distorcida, estes homens negros não tiveram abertura por parte dos funcionários para expor as suas chagas. Sua humanidade lhe foi roubada, como também a sua afetividade, os seus amores, a sua fé. O homem negro alcança o status de um animal nesta instituição asilar, pelo que aspira pelo menos imprimir a sua voz nestas informações dos prontuários que nos aparecem distorcidas. Estes homens não sentem dor, sua dor se perdeu na fala dos prontuários, ou está aqui, impressa, nessas

¹⁵⁴ CANGUILHEM, Georges. “**O normal e o patológico**”. Trad. Maria Thereza Regid de Carvalho Barracas; revisão técnica Manoel Barros da Motta. – 6ª ed. rev. – Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2009.

¹⁵⁵ FANON, Frantz. “**Pele negra, máscaras brancas**”. traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p.25.

letras que insistem em falar, em tomar vida quando juntas com o imenso saber dessas vozes negras que emergem do silêncio.

Digo das dores dos homens negros pois a vejo, ainda que numa tentativa de abafa-la, no prontuário de S.E.S., de apenas 22 anos. Ele sofria de um câncer cerebral, no entanto, a sua dor foi deixada de lado e as preocupações com o seu comportamento diante de uma sociedade produtivista foi tida com imensa ênfase. Ele ficou internado no hospício por exatos dois meses. Adianto que não saiu de lá vivo. Em seu histórico consta que:

“Sua mãe é psicótica. Foi sadio e muito trabalhador até 10 mês atrás, mais ou menos, quando, em consequência de um cancer duro, começou a sofrer perturbações mentais. Deixou o trabalho, tornou-se logorreico dizendo frases desconexas, comendo mal, furioso, rasgando vestes e passando noites sem dormir, vociferando, cantando, etc. [...] Parecer do médico Moysés de Freitas: Atesto que o Sr.S.E.S, solteiro, preto, com 22 anos de idade, é um psicótico e não sofre de moléstia infecto-contagiosa. Uberlândia, 25 de Janeiro de 1946. Diagnóstico psicografado: Orientação para internar, pois sofre de obsessão”.¹⁵⁶

Quando falamos na condição desumana que esse grupo de pessoas estavam sujeitas na instituição cremos que não se trata de exagero. Foram necessários dois meses de dores, gritos, cânticos desesperados pra que este homem finalmente viesse a falecer diante da cegueira completa dos funcionários, do corpo médico e do médium que acreditava se tratar de mais um caso de obsessão. O diagnóstico clínico do paciente, por mais que demonstrasse e fosse reconhecido pelo quadro médico do Sanatório que se tratava de uma doença terminal, foi completamente ignorado pelas autoridades da instituição em nome de uma busca primeiro pela cura desenfreada seguindo os princípios de uma religião então ciosa de ganhar novos adeptos na região; segundo, por um médico que apenas atestava automaticamente o mesmo diagnóstico a todos os pacientes que ali entravam. Penso na dor deste homem como um dado que não aparece à primeira vista no prontuário mas que, diante de uma leitura mais atenta, municada do olhar de autores que tratam da racialidade, por exemplo, aparecem mais aprofundadas, mesmo que reveladoras de uma barbárie.

Confesso que chega a um ponto na escritura dessas páginas que os critérios que busco obedecer correspondem a uma vontade de fazer justiça pelo menos histórica em meio a tanta barbárie que sentimos quando da lida com estes prontuários. O sentimento de justiça mesmo

¹⁵⁶ Ficha: 180. Código: 182. Ano: 1946.

que seja mínima e eternizada nestas páginas encontra eco quando trato do prontuário de I.J.N., de 60 anos, natural de Rio de Conta (BA). Ele foi internado pelas mãos de uma mulher que não aparece com grau de parentesco e chega a falecer com menos de um mês de internação. Os dados gerais que compõem o prontuário estão sem informações, o que sugere se tratar de um caso de indigência, de abandono mesmo de um senhor que chega ao Sanatório sem sofrer de qualquer mau psíquico.

Nas observações que constam em outras informações acerca do paciente, podemos notar que consta uma nota de compra de uma sepultura do Cemitério Municipal de Uberlândia, do dia 03/03/1949, “tratando-se de uma sepultura rasa, nº 44, na quadra nº16, sendo enterrado como indigente. Este procedimento foi realizado por J.B.F.”¹⁵⁷. O prontuário é finalizado constando algumas informações quanto ao endereço do paciente, quando residia antes de ser internado e fala sobre a condição de indigência que teve de ser sepultado por ninguém vir a reclamar o corpo.

São de condições extremas que falamos quando analisamos os prontuários deste grupo em específico. Por mais que se tratasse de um número relativamente menor de internos neste grupo com relação aos brancos, em todos os casos que pinçamos individualmente, são poucos os que não tratam de verdadeiras tragédias e que, de forma direta ou indireta condizem com malefícios históricos e estruturantes da trajetória do negro no Brasil. São os múltiplos abandonos, a falta de humanidade para com o tratamento, a indigência, a falta de informações que de alguma forma aparecem como padrões quando tratamos destes sujeitos em específico.

Outros pacientes, por mais que tivessem um acompanhamento da família ao menos para deixá-los internados na instituição, experimentavam os sintomas do abandono. Grande parte deles são deixados à própria sorte no Sanatório, sem qualquer tipo de perspectiva de saída, cura ou melhora. Alguns homens, como mostraremos mais adiante, tentavam a fuga. Outros, diante do caráter assistencial que a instituição tinha, oferecendo-lhes alimentos, abrigo ainda que prisional, ficavam na instituição e se preparavam para retornar ao convívio social quando saíssem. É forçoso reconhecer que havia ainda aqueles que saíam e retornavam ao Sanatório, mesmo sem demonstrar sofrerem qualquer tipo de moléstia psíquica.

Estes casos de retorno e abandono da família ao mesmo tempo pode ser observado no prontuário de B.R., de 29 anos. Ele era natural de Uberlândia e constava nos dados que tratam da filiação, os nomes dos pais. Ele ficou internado na instituição pelo período de dois meses. No parecer médico que autoriza a sua internação podemos notar a mensagem de praxe: “não

¹⁵⁷ Ficha: sem informação; Código: 266. Ano: 1949.

sofre de moléstias infectocontagiosa, podendo, portanto, ser internado no Sanatório”¹⁵⁸. São várias datas que aparecem em seu prontuário informado as datas de entrada do paciente na instituição. Ele foi internado duas vezes no ano de 1945 e mais duas vezes no de 1946. Por mais que não conste de quais doenças ele padecia quando de sua internação, em seus prognósticos aparece como que saiu da instituição “curado”.

É curioso observar, ainda neste prontuário, que no campo *outras informações* aparece inscrita a seguinte frase: “reinternado. Declaração: Declaru que si não tener cura neste sanatoriu autorizu enternar en cualquier ospital do paez”¹⁵⁹. Da declaração não consta a assinatura de quem a deu. No entanto, podemos observar a que condições este homem esteve quando de suas várias internações. Podemos cogitar a hipótese de que, para ele, diferentemente dos outros o Sanatório não tinha lá o seu sentido exclusivo de aprisionamento, uma vez que por vontade própria retornava à instituição. Por outro lado, diante da declaração de um sujeito anônimo de que poderia interná-lo em qualquer lugar do país, podemos também pensar na possibilidade de alguém que foi abandonado à própria sorte, sem qualquer perspectiva de cura, as reiteradas voltas do paciente à instituição poderia ser um indício disso.

Quando pensamos em um aspecto mais geral destes 42 sujeitos que estiveram internados na ala masculina e lançamos um olhar sobre os dados relativos aos motivos de sua internação, quadro clínico quando da saída e o tempo médio de internação temos os seguintes números:

Tabela XXI: Índice de cura, permanência e causas de internação por raça

Quantidade total de homens negros	88
Curados	49
Falecidos	7
Melhorados	9
Fuga	1
Retirados	7
Transferidos	4
Sem informações	11
Tempo médio de internação	9 meses
Principais causas da internação	Sífilis, alcoolismo, deixou de trabalhar, esquizofrenia e obsessão.

¹⁵⁸ Ficha: 167; Código: 138. Ano: 1945.

¹⁵⁹ Idem. Ano: 1945.

Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia.

Novamente podemos observar que a taxa de cura da instituição prevalece sobre os demais prognósticos de saída dos pacientes. A problemática em torno do que era considerado cura no contexto do Sanatório Espírita demandaria uma discussão longa que já produzimos. Dos prontuários que lidamos este conceito é utilizado sem levar totalmente em conta a melhora física e psíquica dos pacientes. Eram considerados curados aqueles que, conforme mostramos, passavam alguns dias na instituição apenas para se recuperarem de um quadro alcóolico e ao mesmo tempo serem ensinados nos princípios do espiritismo. Estavam também aqueles que entravam e saíam da instituição conforme evoluíssem em seu quadro clínico, mesmo que retornassem depois.

O baixo número de fugas contrasta com o fato exposto por nós no início de nossa análise quando falamos dos muros baixos da instituição abertos para a comunidade externa. Se os muros da instituição eram baixos e nos depoimentos que tivemos contato esse é um dado recorrente (as pessoas viam os loucos, brincavam, evitavam, outros até tinham medo deles), este baixo número de fuga indica um outro dado: podemos pensar que a instituição significava de fato para alguns um edifício de aprisionamento e, portanto, de segregação, de prevenção da sociedade das possíveis ameaças que os loucos poderiam lhes causar.

Por outro lado, um dado que também é minoritário reside no baixo número de pacientes que foram retirados pelos familiares, o que indica, conforme mostramos, um lado de abandono, daqueles que foram parar na instituição a mando de uma autoridade policial, por meio de denúncias levadas a termo pela própria sociedade ou até mesmo deixados ali por vizinhos e amigos próximos que não tinham condições de cuidar de pessoas com idade mais avançada ou padecendo de males psíquicos. O único caso que trata de paciente transferido é o caso de um homem de 48 anos que em seu prontuário, em quase todos os campos, constam *sem informações*. O que chama a atenção neste mesmo prontuário é o tempo de permanência do sujeito, que ficou no Sanatório pelo período de 1 ano e 5 meses. Não há informações quanto ao lugar para o qual foi transferido, se para hospital ou um outro Sanatório da região, como Barbacena por exemplo.

Finalizando este tópico de que tratamos apenas dos homens negros, em sua maioria solteiros e abandonados na instituição, cremos ter podido elencar algumas das principais questões e dilemas históricos que permeiam a trajetória deste grupo étnico no Brasil, em especial numa cidade como Uberlândia e no interior de uma instituição tal como o Sanatório Espírita. Nos é impossível adentrar nos detalhes de cada prontuário, no entanto, pinçando alguns dados mais gerais e outros que despontam como inteiras exceções, cremos ter podido tocar e alguns pontos

fulcrais e caros à análise, principalmente quando falamos de raça e das desigualdades históricas que assolam o país, com fito exclusivo neste período temporal. No próximo tópico trataremos dos prontuários dos homens brancos, tentando evidenciar novamente os dados gerais, suas possíveis exceções e questões que permeiam as suas internações e permanências na instituição asilar.

3.4.3 – Diferentes causas para diferentes tratamentos: gênero, raça e poder na instituição asilar

Definimos o início de nossa análise sobre a ala masculina optando por fazer um recorte racial. Dentro deste recorte pensamos ter discutido questões fulcrais para a racialidade a nível nacional tendo, como objeto de estudo, os prontuários do Sanatório. A partir das informações fornecidas por estes prontuários sob a perspectiva da raça e de suas desigualdades históricas passamos a observar como que essas relações que se davam no interior da instituição asilar desvendavam desigualdades históricas e maiores violências que formam a base da sociedade brasileira. Na nossa visão, o Sanatório nos surge como uma extensão do mundo exterior, ou melhor, um “espelho do mundo”¹⁶⁰.

Ao finalizar nossa exposição sobre as relações raciais no interior da instituição e das desigualdades históricas, ainda nos utilizando da métrica racial procederemos com a análise dos prontuários daqueles homens brancos, a fim de demonstrar os variados sentidos que a instituição teve para distintos sujeitos. Num estágio inicial, creio que seja necessário nos debruçarmos sobre alguns números que nos dão um panorama geral sobre os perfis que encontraremos na lida mais acurada de cada prontuário destes pacientes em específico. Começo por fazer a exposição de alguns dados relevantes do ponto de vista da vida civil destes sujeitos, elencando dados como estado civil, idade média dos internos, tempo de internação e alguns dos principais motivos que levaram estes sujeitos à clausura.

Tabela XXII: Dados gerais sobre o público masculino de raça branca

Quantitativo total de homens:	202
Solteiros	111
Casados	78
Viúvos	2

¹⁶⁰ CUNHA. Maria Clementina Pereira. “O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo”. Ed. Paz e Terra; 2ª ed. Rio de Janeiro: 1986.

Sem informação	11
----------------	----

(Fonte: Prontuários do Sanatório Espírita de Uberlândia)

Conforme mostramos no início deste capítulo quando traçamos um perfil geral dos internos independentemente do gênero, grande parte dos internos era composta por pessoas solteiras. No caso dos homens esse dado se mantém. A maioria dos homens, como podemos observar, é composta por sujeitos solteiros em uma média etária de 30 anos de idade. Esse dado, quando em comparação com o público feminino abrange outros contornos e discussões. Quando cruzamos os dados referentes aos principais motivos que levaram os homens à internação e os comparamos com os motivos gerais que levaram as mulheres notamos que vários destes motivos, quando tratamos do público feminino, estavam ligados aos cuidados com a casa, os afazeres domésticos e a postura que o público feminino deveria ter principalmente em questões ligadas à sexualidade, visando a manutenção daquilo que era convencionado como a boa moral e bons costumes.

Já quando falamos do público masculino, conforme veremos mais adiante, os principais motivos que levavam esses homens à internação normalmente estavam ligados ao trabalho, à presença e manutenção destes homens dentro de uma lógica da produção capitalista e da pouca abertura que a sociedade da época tinha quando o público masculino se mostrava mais suscetível aos problemas de esfera mental e subjetiva. Em linhas gerais, os homens estavam menos propensos a demonstrarem qualquer fraqueza do ponto de vista físico e moral, devendo comportar-se, nos limites da urbe, conforme a lógica produtiva de uma sociedade “progressista” assim os reclamava. Por óbvio (daí a nossa escolha em fazer uma análise por recorte racial) que essas pressões sociais se davam de forma distinta entre os homens brancos e negros. Estes estavam imersos em mais profundas questões históricas, como a maior propensão ao alcoolismo, ao subdesemprego, à violência cotidiana e às mais variadas violências perpetradas pela sociedade dentro dos resquícios de uma sociedade escravista. Os homens brancos, em geral, estavam suscetíveis à questões de cunho mais patrimonial, violento em parte mas opressivo de outro modo, principalmente quando pensamos nas relações de abandono, afetividade e moral burguesa.

Ao debruçarmos sobre os principais casos dos homens com estado civil casado notamos uma outra gama de discussões e temas que podem ser levantados. Os homens casados, na esfera da vida privada no Brasil, gozavam alguns de certos privilégios e outros de maiores pressões sociais. Essa pressão recaía sobre aqueles homens que deixavam de manter o lar para viver uma vida errante e por isso eram encerrados (a pedido da família) na instituição asilar; recaía sobre os homens casados que demonstravam certa apatia à vida e ao mundo dentro de uma lógica

produtivista; e recaía também sobre aqueles que, não tendo mais condições de manter o mesmo padrão de vida ou que não eram mais produtivos, eram abandonados a própria sorte pelos familiares naquela instituição. Aqui, uma primeira advertência: diferentemente dos homens negros, os familiares destes homens que eram deixados na instituição tinham uma relação contratual com o Sanatório, pagando pelos remédios e estada dos pacientes no edifício, o que confirma um caráter assistencial e doméstico que a instituição terá para algum público específico.

Em todo caso, por mais que os poucos casos que analisamos estejam relacionados a questões patrimoniais, podemos notar também o que chamamos de “face do abandono” quando falamos dos homens viúvos, que quase sempre, após o falecimento de suas esposas, eram deixados pelos filhos na instituição sem que ninguém os fosse visitar, nem durante a vida e nem os fossem reclamar pelo corpo quando ocorria no interior da instituição um falecimento. A memória dos velhos neste sentido, que não se deixa perceber pelos prontuários que quase sempre trazem poucas informações sobre eles, foi um dos dados que tentamos pinçar quando do cruzamento das informações fornecidas pela literatura que versa sobre a vida nas instituições asilares, ancoradas até mesmo nos depoimentos dos ex-funcionários ou no cruzamento de informações que um ou outro prontuário nos fornece e deixa transparecer.

Cumpre-nos ressaltar que nos primeiros anos de funcionamento da instituição podemos notar a presença individual do médico na produção dos diagnósticos e preenchimento dos dados básicos dos prontuários. É caso, fazendo uma análise cronológica, do paciente E.F.C., de 21 anos, natural de Monte Alegre de Minas (MG). Em seu prontuário consta que saiu da instituição como curado, embora tenha se retirado dela. Chama a atenção, no prontuário deste paciente, a riqueza de informações quanto à sua aparência física e ao histórico de vida do paciente e de sua possível doença. O prontuário assim se inicia:

“Nariz: reto e bem proporcionado. Garganta: boca regular com dentes em regular estado de conservação. **Exame mental:** Mutismo. Alucinações auditivas e visuais. Desorientação auto-alo-crono-psíquica. Marcha e coordenação motora normais. Sensibilidade tátil e dolorosa normais. Romberg ausente. Reflexos tendinosos, cutaneos e pupilares normais”¹⁶¹.

Quem tece as informações acerca da compleição física do paciente parece ater-se aos mínimos detalhes. A exatidão com que narra o formato do nariz parece indicar qualquer preocupação quanto à vida pregressa do sujeito que está posto à avaliação. Qualquer sintoma de

¹⁶¹ Ficha: 070; Código: 59; Ano: 1943.

violência já sofrida, uma briga travada ou um acidente qualquer, na própria disposição do nariz, ao que parece, já estaria ali sendo evidenciada. Esse corpo analisado e analisável, posto sob o crivo do funcionário que o avalia também é examinado nas possíveis chagas que poderia trazer em sua própria arcada dentária. A conservação dos dentes, mais ou menos indicando um certo cuidado do próprio paciente com a sua higiene pessoal, fora a demonstração clara do acesso que o paciente teria aos cuidados médicos, pode ser um indicativo de sua classe, de sua sanidade e até mesmo de sua sensibilidade para a visão que o outros tem de si e do paciente para consigo mesmo.

Utilizo-me das análises de Michel Foucault quando, em livro que o autor trata da questão da *clínica* e do surgimento do saber médico como uma expressão de poder, para falar da importância que o olhar de quem analisa tem sobre a possibilidade de maior efetividade ou não do poder médico sobre o corpo do sujeito enclausurado. Em *O Nascimento da Clínica* o autor diz:

“As formas da racionalidade médica penetram na maravilhosa espessura da percepção, oferecendo, como face primeira da verdade, a tessitura das coisas, sua cor, suas manchas, sua dureza, sua aderência. O espaço da experiência parece identificar-se com o domínio do olhar atento, da vigilância empírica aberta apenas à evidência dos conteúdos visíveis. O olho torna-se o depositário e a fonte da clareza; tem o poder de trazer à luz uma verdade que ele só recebe à medida que lhe deu à luz; abrindo-se, abre a verdade de uma primeira abertura”¹⁶².

A ciência da visão, ou melhor, da percepção, instilará novas formas de poder. O doente, analisado através do olhar sábio do médico como que sai de uma escuridão doentio a qual estava submerso. Seu corpo e sua doença são expostos a luz, iluminados pelo olhar do médico que o analisa. Para tanto, é necessária toda uma produção do histórico do paciente, minudências de seu passado, condições materiais, físicas, fisiológicas que potencialmente fizeram com que o paciente chegasse na sua condição de ser analisado.

O saber médico, neste sentido, faz elencar a partir de suas próprias escolhas, de seus métodos, as informações que julga serem as mais relevantes e, a partir da junção das informações que colhe é que vai produzindo um discurso não somente sobre a doença do paciente, mas sobre o paciente. Ele tece os seus comentários, à luz dos seus pressupostos científicos, sobre a jornada de vida do paciente que, direta ou indiretamente, formam as causas para os males de

¹⁶² FOUCAULT, Michel. “**O nascimento da Clínica**”. Tradução de Roberto Machado. ED. Forense Universitária – Rio de Janeiro, 1977. p. 12.

que o paciente padece. Assim, a busca por vestígios, por dados que corroborem a escolha do médico quando da tecitura do seu discurso, torna-se uma tarefa de suma importância para o fazer da medicina psiquiátrica.

Podemos notar tais práticas quando da descrição completa do corpo do paciente. Notamos também nesta mesma descrição o cuidado com a captação dos dados referentes à sensibilidade do paciente, numa busca pela percepção das respostas que ele dá quando o seu corpo é estimulado pelo médico. De forma lenta ou mais gradual, correspondendo brandamente ou com maior incisão, o corpo do sujeito em análise é passível de estímulos que, juntos, correspondem ou não com as expectativas criadas pelo médico quando da tecitura do seu discurso. Ou se correspondem ou não, tais estímulos, àquilo que é definido como o normal ou padrão de respostas a serem dadas pelo corpo quando posto em avaliação.

No que tange à construção de uma narrativa sobre o histórico de vida do paciente, podemos notar os detalhes que o próprio paciente dá sobre a sua trajetória. Por óbvio é necessário ressaltar que o paciente não responde aleatoriamente às passagens de sua vida que lhe vêm à mente. A sua rememoração guiada parece fazer parte de um julgamento no qual, numa posição de escuta e intensa análise, o médico perscruta o paciente tentando alocá-lo (ele e seu caso) dentro de um diagnóstico mais ou menos generalizado para aquela instituição. No mesmo prontuário no campo que trata do *histórico da doença* lemos que:

“Mãe viva e sadia. Teve 9 gestações a termo das quais o paciente é o quarto. Pai vivo e sadio, e foi etilista durante um certo tempo. Em sua família não há epiléticos e nem tarados. O paciente teve infância sadia, e assim continuou até Março deste ano. O paciente se recorda de ter trabalhado até o dia 15 de março. Daí em diante passava a noite sonhando não sabendo mesmo se tratava de sonho. Alucinações auditivas e visuais: ouve vozes e vê almas assombradas. Cefalagia. Nos primeiros dias de sua internação, manteu-se calado, isolado e indiferente. Ao cumprimentar estende a mão em extensão”.

A busca pela mácula em algum ponto da vida do paciente não se restringe apenas à vida pessoal do paciente, ela se espraia pelos seus antepassados e vai minuciosamente sobre a vida dos irmãos, dos pais, em busca de alguma passagem que dê justificativas ao médico para cravar o seu diagnóstico já preliminarmente traçado. Chama-nos a atenção, pela forma aleatória com que foi colocada no prontuário, a informação sobre os irmãos do paciente não serem tarados. Essa é uma métrica recorrente, principalmente quando tratamos de casos de homens que estavam entrando em uma instituição asilar que lhes isolava e proibia ao mesmo tempo, de terem

qualquer relação sexual e afetiva.

Repiso a informação sobre a vigilância perpétua sob a qual estes sujeitos estavam porque, por mais que essas informações tenham sido ditas pelo paciente, o leitor pode notar que a fala do médico se sobressai, ao que podemos quase notar a imagem do corpo do homem sendo analisada. É como se o médico que formula o prontuário, nos dissesse em terceira pessoa como se dava a presença do paciente naquela instituição. Assim, ao falar que o homem “mantém-se calado, isolado e indiferente”, podemos sentir o peso dessa vigilância, que prontamente é anotada no documento ao mínimo desenvolvimento, atitude ou gesto do paciente posto em análise.

Ao contrário do que normalmente vemos nos prontuários quando trazem a fala do médico e do ente mediúnico, vemos que neste prontuário a fala médica aparece solitária na avaliação que é feita. Os termos mais científicos, a riqueza dos detalhes, o cuidado e as completas informações evidenciam métodos que eram considerados pelo saber médico quando da formação de um discurso sobre esses corpos.

Este discurso, no entanto, não estava isento de preconceitos, ideologias e visões próprias do homem médico que o produzia. Despontam, neste sentido, os variados olhares que o médico tinha quando da tradução que fazia sobre o caso concreto do paciente. Analisando sobre o histórico do sujeito avaliado, há discursos nos quais o médico imprime todo o seu pensamento enquanto ser social sobre as avaliações que faz. Num prontuário de outro homem, dois anos posteriores a este já exposto, novamente solitário em seu discurso médico o histórico do paciente aparece com o seguinte diagnóstico:

“Embora sadio, foi sempre acanhado, retraído e até agora ainda não teve relações sexuais, há dois anos começou a se alheiar do ambiente, repetir uma frase muitas vezes e assim continuou até 3 meses atrás, quando deixou definitivamente de trabalhar. Responde às perguntas que lhe são postas com dificuldade e muito baixinho, come mal e dorme relativamente bem. Ontem procurou agredir o cunhado com uma faca, sendo internado”¹⁶³.

Além da instituição neste caso ter cumprido com uma missão repressora no sentido de tirar da liberdade o sujeito pelo fato de ter ameaçado o seu cunhado com uma faca, nota-se que o médico tece considerações muito claras a respeito do comportamento do paciente frente à sua vida social. A sua retração e timidez são sintomas considerados pelo médico como anormais, justificadoras de sua internação na instituição asilar. Ainda em continuidade, o próprio tom de

¹⁶³ Ficha: 111. Código: 112. Ano: 1945.

voz do paciente também é um dos elementos definidores de sua anormalidade.

São critérios subjetivos que não parecem convergir para um requisito claro que atestaria a loucura e, portanto, clausura destes sujeitos que ali chegavam. Talvez por denúncia do próprio cunhado, num momento de agressividade medonha que destoava (conforme podemos notar nas informações que nos surgem), este paciente teve todos os seus gestos e atitudes condicionados e voltados para a justificação de uma internação que provavelmente aconteceria. Ele ficou internado no Sanatório pelo período exato de 1 ano, sendo diagnosticado com esquizofrenia. Na situação que justifica a sua saída após este período está o motivo de que saiu “melhorado”. O prontuário não traz outro diagnóstico do paciente acerca do estágio atual do sujeito quando de sua saída. Não há qualquer menção ao desenvolvimento do quadro clínico deste homem, nenhuma disposição fática quanto à função que o tratamento que lhe foi dado teve na sua melhora. O prontuário, aliás, não traz qualquer informação quanto ao tratamento que lhe foi dispensado, se foi medicado ou não, com quais medicamentos, etc.

Os dados referentes e justificadores da internação parecem obedecer, na visão que temos do trabalho do médico, a critérios que extrapolam os limites da ciência. Em outro prontuário, tendo todos os requisitos que a psiquiatria da época considerava importante para a fixação do diagnóstico (como agressividade, atos considerados anormais diante da sociedade, alheamento social, etc.), o médico que avalia outro paciente faz considerações sobre a religião católica de um paciente e do que era esperado de suas atitudes justamente pelo fato desse paciente ser católico.

“De seus irmãos, um já esteve internado no Hospício de Barbacena, e dois de seus tios faleceram psicóticos. Foi sempre sadio. Sua doença teve início há uma semana. Na 5ª feira Santa, matou uma gata e interrou-a no quintal, e, embora católico, aparentemente não pareceu ter dado importância ao fato. Uma semana atrás, procurou desenterrar a gata, queixando-se de remorsos, e não encontrando-a, começou a afirmar que Jesus a havia retirado de lá, e assim continuou delirando a respeito. Tendo sido consultado, negou-se a tomar os medicamentos, alegando que o remédio não era dele pois no rótulo estava escrito apenas: Aurélio F. E assim, cada vez pior, resolveram interná-lo. Tem mania de grandeza”¹⁶⁴.

O crivo do médico que atesta a doença ou não é circunstanciado pelas convenções sociais de sua época. Além disso, essa cientificidade busca também ancorar-se nos dados que parecem indiciários das doenças potenciais que estes homens poderiam ter a partir do seu histórico

¹⁶⁴ Ficha: 149; Código: 115; Ano: 1945.

familiar. Se ambos os irmãos já haviam tido problemas psicológicos, então provavelmente seria questão de tempo para que o outro irmão (em avaliação no Sanatório) também apresentasse seus problemas mentais.

Além de corresponder a esses dados mais objetivos preconizados pela ciência, tal como a formulação do histórico do paciente e a busca neste histórico por uma “mácula justificadora”, o médico pautou-se, neste caso como em outros, na estranheza que causava certas atitudes dos pacientes, como a de enterrar um gato e não achando-o, reputar o tal fato milagroso a Cristo. A necessidade de sentir remorsos, como todo e qualquer ser humano sentiria; a necessidade de demonstrar-se tal qual o esperado pelo corpo social; a obrigatoriedade de portar-se deste ou daquele modo, visa corresponder a uma métrica criada e julgada em última instância, pelo olhar do médico que avalia. Este olhar, é forçoso reconhecer, não é isento, é rodeado por ideologias e vontades de poder. O tratamento deste paciente, embora com todas as condições atestando a sua anormalidade, não foi descrito, e nem tampouco foi descrita também a doença de que padecia.

Outros aspectos mais materiais, físicos, objetivos, são reveladores de certa justificção da internação de alguns pacientes. Refiro-me ao caso de um paciente em específico que sofreu a vida toda por ser deficiente físico. Sempre quis se casar, mas padecia pelos preconceitos que a sociedade tinha em relação à sua “deficiência”. Sentia dores na outra perna porque nasceu deficiente de uma e esses sintomas, claramente ocasionados por uma tristeza quanto à sua condição física e, por conta da sua condição física também das dores oriundas dela, esse seu quadro foi considerado como um indício de que o paciente sofria de alucinações e doença mental.

“Infância sadia, mas nasceu aleijado de uma perna. Até os 25 anos de idade foi sempre sadio, trabalhador. Daí em diante começou a notar um tremor em seu membro superior esquerdo, tremor que veio progredindo lentamente, mas insistentemente. Aos 40 anos, quis se casar e como o casamento não se realizasse passou a ser vítima de acesso de loucura caracterizados por: inquietação, dançar nas ruas, insultar os transeuntes e os objetos de casa era mudados várias vezes. Estes acessos, a princípio muito expassados, atualmente se amiudaram, sendo por isso internado”¹⁶⁵.

Tento produzir de alguma forma, uma exposição que nos permita demonstrar o quão discricionário era o saber médico quando se utilizava de suas ferramentas científicas para fazer valer o seu poder diante da sociedade. O seu poder, diante do cenário de uma instituição como

¹⁶⁵ Ficha: 35. Código: 128. Ano: 1945.

essa era o de atestar ou não a privação da liberdade dos sujeitos que ali chegavam. Pincei, neste sentido, aqueles prontuários que traziam apenas o olhar do médico sobre os pacientes a fim de mostrar como que eram subjetivos os critérios para a aceitação destes pacientes naquela instituição.

Do outro lado, quando observarmos a presença solitária do discurso mediúnico sobre as condições destes pacientes notamos que é uma voz que fala praticamente sozinha. Sempre que o saber espírita estava presente nos prontuários a voz do médico se tornava automática, apenas atestando a ausência de sintomas de doenças infecto contagiosas que pudessem contaminar os demais internos que ali estavam internados. Portanto, notando na discricionariedade do discurso médico e das relações de poder que essas duas instâncias tinham naquela instituição, num quadro geral podemos observar uma real desigualdade de tratamento entre os internos, caindo sobre os menos favorecidos o maior peso de ambos os saberes presentes no Sanatório: o espírita e o médico. Tais desigualdades ficam patentes quando olhamos pelo prisma da presença de alguns sujeitos que pertenciam à fina flor da sociedade uberlandense. Nos prontuários desses sujeitos “nobres” fica evidenciada um claro recorte de nível racial, de classe, de influência.

3.4.4 – Nobres famílias, nobres influências: poder, interesses e desigualdades

O saber médico buscava preencher todos os requisitos que a prática médica da época elegeu como os mais importantes e viáveis de serem aplicados no caso prático. No entanto, os prontuários sugerem que, mesmo os obedecendo, a sua avaliação médica estava contaminada pelos olhares sociais que o próprio médico tinha destes sujeitos. O dente em bom estado de conservação traduzia um cuidado a mais que deveria ter com certos pacientes talvez porque pertencente a uma determinada classe. Da mesma forma acontece com o nariz, com a vestimenta, com os gestos, com as atitudes e palavras que os pacientes deixavam quando eram avaliados pelo saber médico.

Não diria, neste sentido, se tratar plenamente de uma avaliação. Trata-se mais de um julgamento que qualquer outra coisa. Um julgamento que poderia definir para sempre não apenas os rumos dos pacientes que estavam ali, mas também de toda a sua família, filhos, descendentes. Uma vez que um sujeito era avaliado por meio de seu histórico familiar, quando pensamos na dinâmica dos estigmas esses sujeitos que ali adentravam deixavam uma marca eterna nos seus predecessores, uma vez que eram taxados de loucos, mesmo que fossem apenas agressivos num momento específico.

A função repressora do Sanatório, no caso destes homens brancos, não se restringia ao pertencimento de classe. Noto em meio aos prontuários que alguns dos pacientes ali internados

eram filhos da grande elite uberlandense. Conforme já demonstramos tanto no capítulo que trata da cidade de Uberlândia quanto no capítulo que trata dos principais atores da cena espírita na cidade, a família Vilela por exemplo desfrutava de grande reconhecimento na elite empresarial e política do município. Quanto noto este sobrenome e, num ato de confirmação vejo que a filiação do paciente A.V. de 28 anos confirma com os dados do referido Dr. Fernando Vilela, percebo que não se tratava apenas de uma casa de clausura para os pobres, negros ou brancos desafortunados.

O paciente em questão não dispõe de maiores informações quanto ao seu histórico ou diagnóstico. Apenas no campo “tipo da doença” é que vem preenchido com o dado que trata de uma esquizofrenia. Ao longo dos oito anos que este homem, pertencente a uma das famílias mais importantes da cidade, ficou internado na instituição, foram aplicados 15 eletrochoques, 5 litros de pasmo e 8 litros de transfusão de sangue. Este paciente, que talvez é o que ficou por maior tempo na instituição, contradiz a nossa tese inicial quando pensávamos que se tratava de uma instituição com o objetivo exclusivo de internar aqueles sujeitos mais à margem da sociedade. Essa função a instituição cumpriu, mas há outros elementos que fazem dela uma instituição plural quanto ao seu tratamento, sujeitos internados e objetivos. Até a mensagem psicografada pelo médium, no caso deste paciente que parecia gozar de uma determinada reputação, é formulada de uma maneira especial: “Mensagem psicografada: O mesmo caso do seu mano. Paz em Deus. Euripedes Barsanulpho”¹⁶⁶.

Outros prontuários contendo nome de pessoas importantes da cidade, como L.P.L, são completamente esvaziados de informações. Quando observo o tipo da doença deste sujeito em específico noto tratar-se de um caso de alcoolismo. Os problemas travados na esfera privada destas famílias eram rapidamente, através da instituição, corrigidos, sem levar a qualquer tipo de mácula ou maiores exposições aqueles que ali foram internados. Foram internados, aliás, às vezes numa tentativa de cura para problemas reais, às vezes referentes ao silenciamento, castigo que queriam dar a estes sujeitos que gozavam de grande reputação no espaço social.

O caso mais notório que se pode observar quando tratamos dessas famílias nobres da cidade e do tratamento diferenciado que estes sujeitos tinham até mesmo “pelos espíritos” que os vinham avaliar aparece no caso de C.F. de 22 anos. Sua família era a de um tradicional alfaiate exclusivo da elite uberlandense, que hoje leva o nome de um dos bairros mais elitizados da cidade. A presença deste jovem da família privilegiada era recorrente na instituição: consta que lá esteve em setembro de 1942 e ficou até abril de 1943; e depois retornou em outubro de

¹⁶⁶ Ficha: sem informação; Código: 454. Ano: 1952.

1947 e permaneceu até agosto de 1948. O seu prognóstico quando da entrada vem assinalando como “mau”, mas saiu da instituição quando a visitou como melhorado e, na segunda vez, como curado.

Nos chama a atenção, ao contrário da maioria dos prontuários, a quantidade de exames físicos que realizaram no indivíduo, parecendo preocupados com a importância que o jovem tinha ao ser bem tratado na instituição e a da própria responsabilidade que detinham em mãos. Em seu exame físico podemos notar os detalhes, a descrição perfeita do atual estágio do paciente.

“**Exame físico:** Estado psíquico: perfeita orientação de espaço, lugar e tempo. Constituição: mediolíneo, robusto, panículo adiposo bem desenvolvido e distribuído. Pele: mucosas acessíveis à vista, coradas. Folículos pilosos normalmente desenvolvidos e distribuídos. Gânglios Linfáticos: impalpáveis. Nariz: médio e bem proporcionado. Ouvido: Pvilhões auriculares relativamente pequenos porém bem inflamados. Garganta: dentes em regular estado de conservação; boca regular, dificuldade na dicção. Abdomen: normal. Aparelho circulatório: pulso cheio e frequente 90.p.p.m. e coração normal. Aparelho Genito Urinário: normal”¹⁶⁷.

Quando comparamos este prontuário aos demais notamos que são raros aqueles que contêm tantas informações referentes ao exame físico do paciente. Talvez por uma questão de redução de custos ou dada a devida irrelevância dos demais sujeitos que ali eram internados posso afirmar que a esmagadora maioria dos homens que eram internados não foram dignos sequer de um mero olhar do médico ou do médium para atestarem as suas reais condições físicas. É preciso salientar sempre que havia desigualdades de tratamento de acordo com a pessoa que ali chegava.

Além das informações que tratam exclusivamente dos dados relativos às condições físicas deste paciente há outros dados que nos permitem inferir aspectos quanto ao seu temperamento e sua relação com os demais funcionários e outros pacientes da instituição. Nestes dados percebemos que os funcionários sofriam com os atos de agressividade do paciente, mas tais atos não fizeram com que ele fosse taxado de louco e que sua internação se alongasse por mais tempo como parecia ser de praxe. Ao longo do prontuário notamos uma certa leniência da instituição em tomar qualquer ação mais enérgica em relação a homem que parecia afrontar toda e qualquer regra do hospício. Ele agredia os mais velhos e como se não bastasse mostrava-se avesso a toda comunicação que lhe era feita.

¹⁶⁷ Ficha: sem informação; Código: 192. Ano: 1947.

“A princípio procurava bater nos velhos e fracos companheiros, mas nunca agredia os fortes. Passeia pelo pátio mesmo que o sol esteja quente. É desinquieto. Assenta-se para prontamente se levantar. Não se dirige a pessoa alguma, mas se a gente o chama ou o procura, atene pronta e benevolmente. **Histórico da doença:** Pais vivos e sadios. Tem um irmão que sofreu um acesso epiletiforme aos seis meses que se refletiu em ritmo variável até os dois anos de idade. Este seu irmão conta hoje com quarenta anos, é mudo e portador de uma psicose. O paciente também sofreu acesso desta mesma natureza durante uns oito meses na primeira infância mas saiu-se, pelo menos aparentemente, muito bem. Nunca conseguiu mamar. Levou sua vida mais ou menos normalmente até que há dois anos sofreu uma gripe que o enfraqueceu muito. Daí em diante começaram a notar que o seu todo distraído se acentuou, tornou-se esquecido e abobado. Certa vez, tendo levado um paletó a um freguês, por engano, não pode mais se lembrar a quem o havia entregue. E assim continuou até que seis dias, sem motivo algum, assombrou a porta do quarto do seu pai afim de o agredir. Um seu irmão querendo impedir também foi atacado pelo paciente e, como continuasse nessa animosidade contra o seu pai, resolveram interná-lo. Dormia mal nestes últimos dias mas sempre se alimentou muito bem”¹⁶⁸.

Opto por finalizar nossa análise precisamente neste prontuário porque ele é a demonstração mais clara dos tratamentos desiguais e das relações de poder que se tinha na cidade da época, relações tais que são evidenciadas no interior do Sanatório. Ao contrário de todos que até aqui expusemos, sejam mulheres, homens, crianças, negros ou até mesmo brancos endinheirados, a tecitura deste prontuário deixa clara quais as intenções primeiro da família ao colocar o jovem como interno da instituição e segundo da própria instituição que parece querer criar um abrandamento a uma situação que em outros casos seriam considerados graves e prontamente reprimidos.

Como dissemos, trata-se de uma família nobre da cidade, que gozava amplo reconhecimento de toda a sociedade uberlandense que, diante de fatos contínuos e cotidianos da família, recorre à instituição como que para castigar um filho “abobado, fraco e agressivo”. Parece haver, entre o pai e o filho, certas querelas nunca resolvidas. O ápice dessa relação conturbada se dá quando o filho tenta (mas fracassa) agredir o pai e talvez até matá-lo, não se sabe por qual motivo. Tal informação fora excluída da fala do familiar que o interna na instituição. Não conseguindo agredir o pai diante da defesa de um outro irmão, este pai que talvez o pressionasse

¹⁶⁸ idem. Ano: 1947.

em demasia, ou que às vezes quisesse que o filho fosse forjado nos sistemas de sua empresa enquanto “entregador de paletós”.

Esse fato conturbado que se dá na esfera privada, nos três prontuários a que tivemos acesso, tem suprimida a informação quanto à ficha do paciente. Ela contém os dados gerais dos pacientes mas não estão enumeradas e nem tampouco grafadas com o ano real da internação destes sujeitos. Parece haver, da parte da família deste sujeito em específico um quê de castigo ao filho pródigo, baderneiro e pândego. A instituição, sob este prisma, aparece obedecer a uma função específica, qual seja: a de cuidar dos assuntos particulares dessas famílias nobres sem expô-las aos estigmas a que estavam fadados os demais sujeitos que ali foram encerrados.

Justifico a minha hipótese de que se trata de uma querela entre pai e filho e que a instituição exerceu o seu papel correccional porque, diferente de muitos outros prontuários, até a revelação mediúnica feita a este homem converge para a questão de se tratar de uma relação conturbada, que deve ser acertada de forma cordial. Na mensagem psicográfica assim vem inscrito: “Aconselhamos seja o problema deste irmão resolvido por um entendimento fraterno. Paz em Deus, Euripedes Barsanulpho”.

Conclusão: Um relato, uma procura, o *crime* e o *castigo*.

Finalizar um trabalho como este, que toca em questões não somente históricas importantes para a coletividade, mas também em minha trajetória pessoal, minha e de minha família, não foi uma tarefa fácil. Reconheço e confidencio ao leitor que a busca pela minha avó e alguns detalhes dessa sua triste passagem pela instituição foi o principal combustível que me instigou a produzir um trabalho que desse conta minimamente de trazer as vozes, histórias e trajetórias dessas centenas de pessoas que estiveram internadas no Sanatório Espírita. Foi uma busca pessoal minha, garimpando e tentando encontrar desesperadamente o prontuário dela.

Ao longo dessa busca pessoal o leitor pôde acompanhar o reconhecimento que fizemos primariamente sobre a cidade de Uberlândia. Em todos os seus dias enquanto município, na sua história oficial, em seus discursos, edifícios e espaços de memória os cidadãos uberlandenses convivem ainda hoje com a ideia de que o município nasceu vocacionado para o progresso, porque a cidade é fundamentalmente progressista, composta de gente que trabalha e quer fazer dela uma verdadeira “Cidade Jardim”. Neste mesmo ponto, que visa não a crítica pura e simples desse discurso, vimos a que custo esse progresso foi implantado e quais os mecanismos que foram usados para a sua implantação.

É óbvio que toda e qualquer sociedade humana convive com desigualdades. No plano ideal ainda hoje grupos lutam para dirimi-las ou cessá-las, mas este é um dado triste que nos define. No entanto, muito nos assusta (e é neste plano que este trabalho se coloca) os mecanismos utilizados para a produção de desigualdades, perpetuando-as ao invés de dirimi-las, utilizando essas mesmas desigualdes para criar uma estrutura que forma as bases do cenário político que conformam o município. Foi no intuito de demonstrar esses mecanismos, ou seja, o amontoado de leis e códigos, o corpo de instituições assistenciais, o próprio discurso ufanista produzido sobre o município, que este trabalho foi escrito. Tentamos observar, pelo prisma do Sanatório Espírita, como que as classes dirigentes da cidade de Uberlândia utilizavam-se dessa instituição para aplicar a sua dinâmica de poder frente aos mais marginalizados.

A frase célebre que diz que “todo monumento de cultura é também um monumento de barbárie” se aplica definitivamente ao Sanatório e aos espaços consagrados historicamente no município de Uberlândia. Trata-se de uma cidade que, tentando obedecer seus critérios de progresso, prendia, segregava e até matava aqueles sujeitos que não se encaixavam no seu ideário de progresso, de sociedade perfeita. Nossa análise, neste sentido, busca ser atual na medida em que analisando os seus mecanismos de poder traça um diagnóstico de uma dinâmica política que domina o município até hoje.

Dentro da discussão sobre os atores históricos que figuram neste processo de barbárie temos a Comunidade Espírita uberlandense. Sobre este ponto devo salientar que pessoalmente pesquisei não apenas a literatura espírita, mas também os seus adeptos, tentando pinçar algumas justificativas e práticas que me fizessem ampliar a minha compreensão sobre o diálogo possível entre o espiritismo e a loucura. Deste modo eu tentava me esquivar de qualquer pensamento talvez preconceituoso ou limitador de minha análise. Ao leitor que porventura tal fato possa figurar como uma questão eu procuro dizer: o trabalho não é sobre apenas uma iniciativa espírita que tinha um objetivo de aprisionar e segregar a parcela marginalizada. O trabalho reside num plano maior, qual seja, a partir da trajetória histórica da cidade de Uberlândia observar os meandros do poder político utilizando-se de toda e qualquer iniciativa que se encaixasse em sua dinâmica de perpetuação no poder.

Além dessa iniciativa do espiritismo uberlandense, tentei produzir uma análise que fosse histórica, isto é, tentei pensar o espiritismo como um fato histórico que nasce num período específico, tem atores históricos que são fruto de seu próprio tempo e sociedade e que chega no Brasil correspondendo a práticas e ideologias daqueles que o praticavam como filosofia de vida. Feita essa análise de cunho histórico creio ter podido elencar o espiritismo primeiro como um dado histórico, segundo como um dado que aparece num Brasil extremamente racista e que é utilizado como forma de manipular essa grave cisão de classe e de raça. Os termos *baixo espiritismo* recorrentemente utilizado pelos kardecistas é apenas uma amostra da visão que este grupo tinha das práticas religiosas de milhões de negros que sofrem ainda hoje com os preconceitos de cunho religioso.

Da mesma forma que abordamos a questão do espiritismo é que tentamos abordar a trajetória e história da Psiquiatria no Brasil. Pensando-a como uma ciência que nasce num período histórico determinado e que tem seus atores históricos vivendo, pensando e agindo num período histórico determinado, é que vimos os seus pressupostos, práticas e objetivos. Tais postulados da ciência psiquiátrica, conforme mostramos, recaí diretamente também sobre a classe negra, porque marginalizada e porque o Estado Brasileiro no século XX queria ver essa parcela da população de fato exterminada da nacionalidade.

Todas essas questões que parecem gerais e teóricas e que numa primeira vista não coincidem com o cotidiano do Sanatório aparecem de forma clara consubstanciados nos prontuários que falam da vida de inúmeros sujeitos. Essa profunda explanação teórica e histórica se mescla e se deixa perceber quando adentramos os portões do Sanatório Espírita e em seu interior buscamos pensar quais eram os principais dilemas daqueles sujeitos que ali estiveram. Vimos se tratar, dentro da instituição, de tratamentos os mais diferentes possíveis para sujeitos que eram

julgados conforme a sua classe, a sua origem racial, geográfica, social. Uns com maiores regalias, outros padecendo dos horrores da violência institucional, mas todos sendo vítimas dos discursos e pressões sociais que se travavam historicamente, socialmente.

Vimos, neste sentido, a aplicabilidade no corpo dos sujeitos de certos conceitos e vontades, de certos discursos e ideologias, vimos a aplicação em seus corpos de um desejo inenarrável pelo progresso a qualquer custo. Ao fazer essa análise quisemos colocar no palco da história, ou melhor, quisemos trazer para a praça pública e suas ruas esses sujeitos que por esses mecanismos foram excluídos da história. Quisemos trazê-los para partilhar do banquete de uma história oficial que os aniquila e os apaga de todo e qualquer resquício de memória.

Findo todo este processo creio que posso deixar neste último parágrafo o desfecho dessa busca pessoal. Li, reli, analisei e escrevi sobre todos dos mais de 700 prontuários que foram analisados. A cada prontuário que eu olhava a primeira informação que lia era o do nome, tentando encontrar o de minha avó. Essa angústia aumentava página a página, como se a cada prontuário que eu olhasse eu tivesse uma chave que abriria as portas do infinito rumo a este capítulo da história de minha avó, de minha mãe e minha também. De todos os prontuários que li e trabalhei não consegui encontrar o de minha avó. Não compartilharei o sentimento que tive diante da impossibilidade. Apenas me lembro, finalizando essas páginas do *Mito de Sísifo*, aquele homem que rolava a pedra paulatinamente montanha acima e ela caía, mas obstinadamente ele tornava a levá-la ao topo da montanha. Penso que o trabalho do historiador tem um pouco desse mito, só que a nossa pedra, o nosso fardo, é o de sempre levar um pouco de consciência aos homens de sua barbárie.

Permito-me, a este respeito, terminar citando meu grande e eterno mestre Fiódor Dostoiévski, quando diz: “Mas aqui já começa outra história, a história da renovação gradual de um homem, a história do seu gradual renascimento, da passagem gradual de um mundo ao outro, do conhecimento de uma realidade nova, até então totalmente desconhecida. Isto poderia ser o tema de um novo relato – mas este já está concluído”¹⁶⁹.

¹⁶⁹ DOSTOIÉVSKI. Fiódor. “**Crime e Castigo**”. Trad. Paulo Bezerra - São Paulo: Editora 34, 2019 (8ª ed.). p. 563.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia**. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- ARBEX, Daniela. **“Holocausto brasileiro”**. - 1ª ed. - São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ALTHUSSER, Louis. **“Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado”**. Editorial Presença, Martins Fontes. 3ª ed. 1975.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**; tradução Paulo M. Oliveira - Ed. Especial - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Coleção Clássicos para Todos.
- BOSI, Antônio de Pádua. **História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922**. Revista Tempo e Ciência, 2º semestre de 2005. Unioste.
- BOSI, Antônio de Pádua. **História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922**. Revista Tempo e Ciência, 2º semestre de 2005. Unioste.
- BOSI, Antônio de Pádua. **Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha-MG (1888-1915)**. Revista de História Regional 9(1): 105-135, Verão 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAPRI, Roberto. **O município de Uberabinha - Minas**. São Paulo, Capri, Andrade & C. editores, 1916.
- CASTRO, Dorian Erich de. **Entre o saber médico popular e a alopatia: astúcias e resistências - Uberabinha - 1900/1930**. Monografia de Conclusão de Curso, Uberlândia, 2000. Universidade Federal de Uberlândia.
- DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888 - 1929)**. Tese de Doutorado, UNESP, Franca, 2009.
- DESCARTES, René. **“Discurso do Método”**. Tradução Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Clássicos).
- ELIAS, Norbert. **“O processo civilizador: Uma História dos Costumes”**. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. vol. 1.
- ELIAS, Norbert. **“O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização”**. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. vol. 2.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Título original: “Peau noire, masques blancs”; traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020. P. 31.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução José Teixeira Coelho Neto; revisão da tradução Newton Cunha; apresentação Vladimir Safatle - 12ª ed. - São Paulo: Perspectiva;

2019. (Coleção Estudos, coordenação J. Guinsburg.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. Curso no Collège de France (1972-1973); Tradução Ivone C. Benedetti - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault).

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. rev. - São Paulo: Global, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1993. Ed. Guanabara. p. 11.

GOFFMAN, Erving. “**Manicômios, Prisões e Conventos**”. 1ª ed. Ed. Perspectiva; São Paulo, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. *La Mémoire Collective* (2ª ed.) Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968. Ed. Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo, SP, 1978.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. “**Princípios da filosofia do Direito**”. G.W.F. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Clássicos).

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado**. Tradução de Luciano Cavini Martonano. Rio de Janeiro; Revan, 2010. p. 20.

HOBBSBAWM, Eric. “**A Era dos Impérios: 1875-1914**”. Tradução: Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica: Maria Célia Paoli - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 116.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patrici Maas; Carlos Almeida Pereira: revisão da tradução César Benjamin. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. “**Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços**”. Uberlândia - EDUFU, 2010.

<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-240-3>

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: Assistência Social Institucionalizada - Uberlândia: 1965 a 1980**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1990.

MIGNOLO, Walter. “**Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade**”. Tradução: Marco de Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.32 nº 94.

<https://doi.org/10.17666/329402/2017>

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do. “**Histórias de Uberlândia**”. 2ª ed. EDUFU, Uberlândia, 2000.

OLIVEIRA, Júlio César de. **Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960**. Uberlândia: EDUFU, 2012.

REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **A Praça Tubal Vilela e seu entorno: efêmeras criações urbanas**. In. BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). **Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade**.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função social do Direito Penal**. org. e trad. André Luis Callegari; Nereu José Giacomolli - 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SANTANA, Ana Flávia Ferreira de Almeida; CHIANCA, Tânia Couto Machado; CARDOSO, Clárci Silva. “Direito e saúde mental: percurso histórico com vistas à superação da exclusão”. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n.1, p. 16-31, abr. 2011. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2011v17n1p16>

SILVA, Antônio Pereira da. **Antônio Pereira da Silva conta As Histórias de Uberlândia**. vol 1. ED. Paulo Antônio, s/a. Uberlândia (MG).

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Rev. técnica e tradução de Renato Janine Ribeiro - Sao Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PEZZUTI, Cônego Pedro. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia**. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1922.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**. Ed. Uberlândia Gráfica LTDA, Uberlândia, 1970. 1º volume; 1ª ed.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguelio, Paulo Fontes. São Paulo - Companhia das Letras, 1998.

ATAS

São Pedro de Uberabinha, 18 de abril de 1888. Assinam o documento o Padre João da Cruz Dantas e Barboza; Antonio Alves dos Santos; João Luiz da Silva; Manoel Alves dos Santos; José Teóphilo Carneiro.

ICASU, Uberlândia. **Ata da reunião ordinária da Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia**, realizada em 13/02/1976.

Processo nº. 65. 18/x/1948. Comissão de Comércio e Finanças. Ofício nº. 7944JR.

CROSARA, Primo. **Ofício à Camara Municipal de Uberlândia -MG** s/n. Uberlândia, 22 de novembro de 1949.

Projeto de Lei nº 168 concede subvenções. 1951.

Leis:

Posturas Municipais 1912, cap II Da Hygiene das Habitações, Art 351.

Código de Posturas Municipal: 14/03/1950. Art 74. inc. XI

JORNAIS:

MOGIANA fará mesmo uma nova estação? *O Estado de Goyaz*, Uberlândia, ano 6, n.290, 22 jun. 1938. apud. LOPES, 2010.

A Tribuna. Uberabinha: 14/09/1919, anno I, n. 2, p.03, apud CASTRO, Dorian Erich de. **Entre o saber médico popular e a alopatia: astúcias e resistências - Uberabinha - 1900/1930**. Monografia de Conclusão de Curso, Uberlândia, 2000. Universidade Federal de Uberlândia.

O problema da assistência: O repórter; UDI: 15/05/59.

Despossuídos: O dispensário dos Pobres. A Tribuna; UDI: 01/05/1944 Ano XIII.

